

MULHERES ATINGIDAS

territórios atravessados por megaprojetos



MULHERES ATINGIDAS

territórios atravessados por megaprojetos

Realização



Rio de Janeiro
2021

FICHA TÉCNICA

Realização

Instituto Políticas Alternativas
para o Cone Sul - Pacs
Rua Henrique Valadares,
23, sala 504 - Centro, RJ
Tel.: +55 21 2210-2124
pacs@pacs.org.br / www.pacs.org.br

Coordenação Colegiada

Aline Alves de Lima
Marina Parça

Organização e Edição

Ana Luisa Queiroz
Marina Parça
Yasmin Bitencourt

Autoras

Ana Luisa Queiroz
Aulete Maria de Almeida
Cecília Vieira de Melo
Cíndia Brustolin
Flávia do Amaral Vieira
Lira Bambirra
Marina Parça
Simone Andréa Lourenço
Sislene Costa da Silva

Revisão

Carolina Dias

Projeto gráfico e diagramação

Rachel Gepp

Apoio

Appleton
Foundation

MISEREOR
IHR HILFSWERK

EDLC
ENVIRONMENTAL DEFENDER LAW CENTER



Atribuição 4.0 Internacional (CC BY 4.0)

Esta obra está licenciada sob uma licença Creative Commons Attribution-NonCommercial-ShareAlike 4.0 International license. Equal 4.0 International. Textos e fotografias podem ser utilizados, copiados, distribuídos, exibido ou reproduzido em qualquer meio ou forma, mecânico, electrónico, incluindo fotocópias, desde que não fotocópia, desde que não tenha finalidade comercial e que as fontes, autores e autores sejam citados.

ISBN: 978-65-992516-2-7



ÍNDICE

Mulheres atingidas: territórios atravessados por megaprojetos

5. Apresentação
9. Dos impactos à defesa: mulheres, corpo-território e direitos humanos
POR ANA LUISA QUEIROZ E MARINA PRAÇA
22. Rio de Janeiro | Ternium e CSN, de Santa Cruz à Volta Redonda: impactos da siderurgia privatizada sobre as vidas das mulheres
POR CECILIA VIEIRA DE MELO
82. Minas Gerais | A operação da Vale no Morro D'Água Quente, Catas Altas, e seus impactos específicos sobre os direitos humanos das mulheres
POR ANA LUISA QUEIROZ
105. Maranhão | Territórios, mulheres e megaprojetos: um estudo de caso sobre a Estrada de Ferro Carajás – MA
POR CÍNDIA BRUSTOLIN E SISLENE COSTA DA SILVA
137. Pará | Megaprojetos e mulheres: o caso de Belo Monte
POR FLÁVIA DO AMARAL VIEIRA
159. Pernambuco | Mulheres e Megaprojetos: Uma análise sobre o Complexo Industrial e Portuário de Suape
POR AULETE MARIA DE ALMEIDA E SIMONE ANDRÉA LOURENÇO
176. Guatemala | O caso da megamineradora El Tambor e as resistências das mulheres
POR LIARA BAMBIRRA
191. Haiti | O megaprojeto “Zona Franca Industrial da Companhia de Desenvolvimento Industrial (CODEVI)” e o cotidiano de violações das trabalhadoras haitianas
POR LIARA BAMBIRRA
209. Sobre as autoras e realizadoras

01

APRESENTAÇÃO

Mulheres atingidas: territórios atravessados por megaprojetos

Esse material surge de uma demanda e um desafio composto de duas facetas. Primeiro, a necessidade de buscarmos e sistematizarmos dados dos impactos vividos em territórios atingidos por megaprojetos, para subsidiar denúncias e ações de incidência nacionais e internacionais. Segundo, a necessidade de fazer isso desde a perspectiva da economia política feminista e das práticas políticas das mulheres retratadas em seus corpos-territórios de resistência. A demanda e o desafio se aparam também nos impactos, violações e perdas que são objetivas e subjetivas, que partem das remoções, invasões, contaminação, mortes de pessoas e da natureza, violências e, também, a perda da autonomia das mulheres e comunidades sobre os territórios, suas formas de vida e as dores físicas e emocionais que são imensuráveis.

Dessa forma, essa publicação nasce com a intenção de adentrar nos territórios e investigar os impactos específicos vividos por mulheres e suas resistências em contexto de atuação de megaprojetos. Nosso universo compreende seis casos delimitados em cinco estados diferentes (RJ, MG, PA, MA e PE) e o compartilhamento de duas experiências de lutas protagonizadas por mulheres na Guatemala e no Haiti, como expressões da luta das mulheres contra os megaprojetos na América Latina e Caribe. Somado a esses casos trazemos um artigo inicial que propõe o debate dos direitos humanos desde a perspectiva de gênero; alguns casos e instrumentos de denúncias; e o entendimento sobre o que são os megaprojetos, seus impactos e o padrão de impactos vivenciados pelas mulheres, específica e cotidianamente.

Este foi um trabalho orquestrado totalmente por mulheres, em todas as etapas, desde a concepção até a diagramação e revisão. A construção de cada capítulo contou com o trabalho de mulheres pesquisadoras-militantes, que se relacionam com os territórios e suas lutas, e uma companheira que atua junto a grupos de pesquisa latino-americanos para trazer a experiência dos demais países.

Nesse caminho realizamos a sistematização e análise de casos emblemáticos de violação dos direitos humanos e ambientais, com enfoque às questões interseccionais de gênero e raciais com identificação das corporações transnacionais



e outros atores que interferem nesse contexto, bem como as formas de luta e resistência das comunidades e mulheres.

Os megaprojetos e onde se situam

No estado do Rio de Janeiro, trazemos dois casos vinculados a megaempresendimentos siderúrgicos. O caso da maior Companhia Siderúrgica da América Latina – Ternium Brasil –, instalada no bairro de Santa Cruz, na cidade do Rio de Janeiro e o caso da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN), a primeira siderúrgica do Brasil, localizada na cidade de Volta Redonda. Em Minas Gerais, o caso pesquisado foi a operação da Vale S.A no município de Catas Altas, mais especificamente no distrito do Morro D'Água Quente. Em Pernambuco, a investigação se deu sobre os impactos do Complexo Industrial Portuário de Suape, com ênfase nos municípios de Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. No Maranhão, a pesquisa partiu de um olhar amplo sobre um megaempreendimento de infraestrutura que percorre diversas cidades - a Estrada de Ferro Carajás, também da Vale S.A. Por último, no estado do Pará, nos imbricamos na realidade vivenciada no município de Altamira, atingido pela Usina Hidrelétrica de Belo Monte, construída e operada pela Norte Energia S.A. Nos outros países, trazemos uma experiência que compõe tantas outras, a luta das indígenas contra os megaprojetos de mineração na Guatemala e a estrutura colonial e racista vivenciada pelas mulheres trabalhadoras no megaprojeto de zona franca industrial no Haiti.

Os caminhos traçados pelas pesquisas

No material, realizamos um resgate histórico-documental do território e as transformações vividas com a chegada do megaprojeto. Buscando entender o empreendimento, o que é, como se estrutura, quando e como se instala, quais empresas integram, quais capitais estão presentes e são mobilizados nos megaprojetos, identificar a presença de corporações transnacionais e atores existentes. Em paralelo, trazer as práticas produtivas e características populacionais e culturais, as formas de atuação e quais são os conflitos e impactos gerados.

Destacamos, também, como se dão os processos de resistências e denúncias. Identificando coletivos e movimentos presentes, ações de mobilização

e incidência política e institucional, nacional e internacional. E, como foco, a identificação da estrutura patriarcal e racista desses megaprojetos e os impactos diferenciados vividos pelas mulheres.

Iniciamos essa apresentação dizendo que esse trabalho se constituiu como um grande desafio. Muitos dados relacionados as empresas são de difícil acesso. O Estado, em todos os casos, é um aliado desses empreendimentos e sempre há uma dificuldade em construir o “nexo causal” entre os impactos das operações dos megaempreendimentos e as mil e uma violações e perdas vividas pelas comunidades. Sabemos que é complicado quantificar questões que trazem valores, energias, formas de viver, espiritualidades e tantas outras sutilezas gigantes. Mas as perdas de vida e da vivacidade dessas comunidades e mulheres são visíveis! A luta muitas vezes é a forma de reacender suas forças e se manter vivas diante de tantas injustiças e expropriações.

02



Dos impactos à defesa: mulheres, corpo-território e direitos humanos

POR ANA LUISA QUEIROZ E MARINA PRAÇA¹

Na contramão dos movimentos por direitos, temos observado na América Latina, em especial no Brasil, o avanço de diferentes tipos de manifestações ultra conservadoras. Defendemos que esse crescimento dos investimentos em estratégias de difusão desse conservadorismo, muitas vezes através da desinformação e das chamadas fake news, vem em resposta ao avanço das conquistas de direitos das minorias políticas, sobretudo das mulheres, da comunidade LGBTQIA+ e de negros e negras. Não existe deslocamento de poder sem reação. Tomando em conta este cenário ampliado, fica ainda mais explícito o caráter processual dos direitos humanos, em movimento de conquistas e retrocessos, através das lutas políticas e sociais e de seus devidos contextos históricos.

Em seus Artigos 1º e 2º, a Declaração Universal dos Direitos Humanos afirma que todos os seres humanos nascem livres e iguais em dignidade e direitos, e que todos, sem distinção alguma, podem invocar as garantias e as liberdades proclamadas na mesma. Por um lado, a perspectiva universalista presente na declaração é fruto de reivindicações de movimentos e organizações sociais. Por outro, é importante analisarmos quais os usos feitos pelas gramáticas generalistas e quais implicações essas abordagens trazem às minorias políticas e suas interseccionalidades.

Trazemos elementos que sustentam a necessidade de uma abordagem dos direitos humanos e dos mecanismos internacionais de denúncia através de uma perspectiva feminista racializada e da noção de corpo-território. Nosso objetivo é estabelecer uma análise crítica que venha fortalecer o espectro protetivo dos direitos humanos de fato para todas e todos. Tomamos como contextos de análise territórios atingidos pela atividade de megaprojetos e empresas transnacionais (ETNs).

Ainda que com seus destaques à diversidade de raça, gênero, sexo-afetiva, de classe e geopolítica, os direitos humanos e seu aparato jurídico

1. Artigo escrito em Julho de 2020 para o Periódico de análises do Instituto Políticas Alternativas para o Cone Sul chamado Massa Crítica.

nasceram de uma noção de igualdade modelada e voltada para homens brancos, enquanto sujeito universal. O feminismo, principalmente o feminismo antirracista e negro, e suas práticas políticas formam expressões da desconstrução deste sujeito universal. Lançar um olhar feminista e antirracista aos direitos humanos, entre declaração, tratados e mecanismos de salvaguarda, é reavaliar criticamente suas premissas, estruturas e práticas, sob uma ótica mais sensível à diferença. Ao incluir as experiências pessoais e subjetivas nos elementos de análise das questões públicas e políticas, mudamos também a matéria do que é importante para a construção da história e para o entendimento dos conflitos.

De acordo com relatório publicado pela ONU em 2019, o Brasil ocupou o 134º lugar no ranking de representatividade feminina no Congresso³, atrás de países como o Iraque e Arábia Saudita, que permeiam o imaginário ocidental estigmatizados como símbolos do fundamentalismo religioso e obscurantista. Esse é um dos exemplos da falta de representatividade nas instâncias do poder institucional brasileiro. Se não são as mulheres que ocupam esses espaços diretamente capazes de intervir pela seguridade dos direitos e julgamento de suas violações, estariam os homens preparados para a execução desta tarefa? As escolas jurídicas e outros ambientes educacionais formais promovem a formação necessária para a identificação e sensibilização frente às violências de gênero e de raça?

É principalmente através do ataque às mulheres, à população negra e LGBTiQA+ e aos seus direitos – igualmente humanos e duramente conquistados –, que a ofensiva conservadora se concentra e organiza. Quem tem medo da família que foge à heterocisnormatividade? Quem tem medo da mulher negra em posições de poder? Nesse sentido, é fundamental transbordar a neutralidade do universalismo e reconhecer o protagonismo das mulheres, tanto nas trincheiras cotidianas de defesa dos direitos básicos, como à vida; quanto em suas atuações políticas institucionais organizadas em prol da cidadania e da liberdade.

Com formas de valoração e usos diferentes da natureza, com o olhar historicamente lapidado ao cuidado da casa e da família, as mulheres trazem contribuições que desafiam a divisão política e sexual do trabalho no capitalismo patriarcal e racista. Ao se engajar, a mulher não somente desloca seu corpo território do eixo privado, doméstico e reprodutivo da vida, para o seu suposto binômio público e produtivo. Antes, a atuação política das mulheres em seus diferentes níveis, confunde essa linha divisória afirmando que a reprodução e o cuidado não são ajudas, mas trabalho, e que a política também se faz den-

2. Disponível em: <https://blog.inteligov.com.br/mulheres-congresso-nacional/>. Acesso em: 07 jul. 2020.

tro e fora de casa. Para conseguir militar e se organizar, muitas vezes as mulheres iniciam seus enfrentamentos dentro de casa, posicionando-se à revelia dos maridos, pais, filhos e até de outras mulheres. É comum as defensoras de direitos humanos, principalmente frente aos megaprojetos e ETNs – constantemente vistos como mantenedores das cidades onde atuam, em função da grande dependência construída –, ficarem mal vistas, mal faladas e serem até consideradas inimigas do desenvolvimento.

Mulheres em incidência nas instituições e nos territórios

Apesar das forças invisibilizadoras e de castração do patriarcado, as mulheres têm historicamente incidido em diferentes níveis na defesa da vida, dos direitos humanos e ambientais. Na redação da Declaração Universal dos Direitos Humanos, as mulheres latino-americanas tiveram grande importância na garantia da inclusão de igualdade de gênero no texto, com destaque para a cientista brasileira Bertha Lutz. Bertha contou com o apoio de outras delegadas do Sul Global para defender a igualdade de gênero, frente à oposição de homens e até de mulheres norte-americanas, que consideravam a pauta vulgar à época³.

Para além de exemplos de mulheres protagonizando a luta em defesa de seus direitos, destacamos também a atuação das mesmas em pautas que atravessam e transbordam a igualdade de gênero. Durante a ditadura civil-militar inaugurada em 1964 no Brasil, os movimentos de mulheres foram condenados à ilegalidade, assim como outros pelo país. Diferentemente de tendências europeias e estadunidenses da mesma época, a atuação das latino-americanas se dava, em sua maioria, protagonizando grupos mistos em defesa da redemocratização em seus países, e não em grupos auto-organizados exclusivamente femininos, travando dentro de seus próprios coletivos, defesas e práticas feministas.

Nos grupos de resistência majoritariamente femininos, destacavam-se as organizações de bairro e periferias urbanas, bem como os grupos de reflexão da Igreja católica e associações de mães. Neles, as mulheres se organizavam a partir de questões cotidianas. Suas reivindicações giravam em torno de demandas por maior número e qualidade de escolas, centros médicos, infraestruturas básicas, como rede elétrica e saneamento, entre outros elementos que compunham as “condições adequadas” para o desenvolvimento familiar.

3. Disponível em: <https://nacoesunidas.org/exclusivo-diplomata-brasileira-foi-essencial-para-mencao-a-igualdade-de-genero-na-carta-da-onu>. Acesso em: 08 jul. 2020.

Trazendo para os tempos atuais, destacamos a incansável atuação das mulheres negras periféricas em defesa da vida e contra o genocídio da população negra desenvolvido pela necropolítica estatal e seus agentes. Estas, em sua maioria mães, desenvolvem, em coletivo, repertórios de ações e mobilizam recursos em torno de suas experiências de perda, aprendendo entre si e solidariamente, em redes de ativismo. Ao denunciarem a morte de seus filhos, em sua grande maioria jovens negros, pela ação de agentes do Estado, trazem a casa para a rua e explicitam o braço da política estatal que rompe com a ordem familiar, através da tortura e de execuções (VIANNA; FARIAS, 2011). Uma vez protagonistas políticas, as mães possuem grande potência de sensibilização e reunião simbólica de outros ativistas, sejam homens ou mulheres. Trata-se de uma insurgência política contra a violação dos direitos humanos de jovens negros, mas organizada e conduzida com profundas conexões com as construções de gênero e raciais.

Um dos movimentos organizados por mães mais conhecidos no Brasil, as Mães de Maio, luta desde 2006 por justiça. Foram 564 mortos no estado de São Paulo, em maio daquele mesmo ano, durante uma operação policial. Em 2019, elas lançaram um livro que reúne 23 relatos, chamado “Memorial dos Nossos Filhos Vivos”.

Em entrevista para a Carta Maior⁴, a liderança Débora da Silva Maria afirma que ainda vivemos em um período ditatorial militar em todo o país:

O Brasil é um produtor de Mães de Maio. Vemos que só mudam o endereço e o estado das vítimas, porque o militarismo está perpetuado em nosso país. A ditadura não acabou. Está muito presente nos nossos dias e temos que acabar com ela. Pra diminuir, com certeza, 90% da violência do país, precisamos desmilitarizar a polícia, a justiça e a própria sociedade.

As dimensões dos impactos às formas de vida, aos corpos e ao território e suas resistências

Os corpos e olhares feministas são nossa base para refletir e se imbricar na realidade vivida nos territórios atingidos por megaprojetos e empresas

4. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos/-O-Brasil-e-um-produtor-de-maes-de-maio-15/33320>. Acesso em: 09 jul. 2020.

transnacionais. Assim, construímos críticas desde as práticas políticas vinculadas à garantia da vida, à sobrevivência e às relações umbilicais com a terra, como uma natureza ampliada. Traçamos uma linha que olha para as formas de vida expressas em seus corpos vivos e ativos como uma extensão e retração do território que habitam, desde a perspectiva do corpo-terra-território.

En este argumento el cuerpo visto como territorio es en sí mismo un espacio, un territorio-lugar, que ocupa, además, un espacio en el mundo y puede vivenciar todas las emociones, sensaciones y reacciones físicas, para encontrar en él, un lugar de “resistencia” y resignificación. (HERNÁNDEZ, 2016, p.8)

Algumas mulheres e suas histórias nos ajudam a sentir e pensar desde esse lugar. Antônia Melo, liderança do Movimento Xingu Vivo, foi invadida pela Hidrelétrica Belo Monte, em Altamira (Pará). Assim como ela, sua casa foi atropelada pelo empreendimento. O lar de Antônia é a extensão de seu corpo, sua comunidade, seus laços, assim como seu corpo é sua casa em escala distinta. Antônia e sua casa eram e são referências territoriais para pescadores, moradores, mulheres e jovens que se entendiam parte dali e as tinham como parte de suas identidades. “*Estão me arrancando daqui, tentando apagar a memória, a vida. Belo Monte é isso, é arrancar todas as formas de vida, até que mesmo a memória seja apagada para sempre, até que não exista nenhuma raiz*”, diz Antônia. Eliane Brum, na reportagem “O dia em que a casa foi expulsa de casa”⁵, descreve essa invasão e complementa: “*A violência parece ter ganhado uma dimensão tamanha dentro e fora de Antônia Melo que já não podia ser simbolizada. Virou uma literalidade que perfurou o coração de uma mulher que a tudo tinha resistido*”.

Sentir no corpo os impactos e violências sofridas são parte do cotidiano das mulheres vizinhas de megaprojetos. Sentir o coração explodir quando explode uma mina. A pele rachar quando ondas de resíduos são jogados no ar. Apertar o peito ao ver os terrenos de brincar e viver sendo invadidos por dragões de aço.

A territorialidade nos constitui e se expressa na forma como nos relacionamos com o mundo. Encarna em nossos corpos como extensão da vida e das afetações vividas, numa relação indissociável. As práticas cotidianas e as paisagens dos territórios se confundem com os próprios corpos das mulheres.

5. Disponível em: <http://elianebrum.com/desacontecimentos/o-dia-em-que-a-casa-foi-expulsa-de-casa>. Acesso: 09 jul. 2020.

Nada do que acontece a um território deixa de ser sentido pelo corpo de uma mulher que faz daquele lugar morada. As mulheres sentem de forma particular as lutas territoriais, pois além dos impactos gerais, vivenciam a opressão estrutural do patriarcado sobre suas vidas. Em muitos casos, dentro das suas próprias organizações, comunidades e casas.

Diante de todos os impactos e violações, as mulheres necessitam (re) existir. Desde os seus territórios e encorpamentos coletivos, elas se juntam e ganham força e, em estado de permanente alertas, seus corpos se unem e enfrentam as arbitrariedades de um modelo que não foi feito por nós e nem para nós. Nas suas formas de (re)existências, arrumam alternativas para dar conta das negações e violências vividas. Nas lutas por sobrevivência, mesmo vivendo às margens e atravessadas pelos megaprojetos, elas constroem suas histórias, fazem sua ciência, criam seus cotidianos coletivos de manutenção das formas de viver. É a criação da vida nos ambientes marcados pelas empresas transnacionais e megaprojetos de morte.

As (re)existências são estratégias vivas para visibilizar contextos de expropriação e exploração buscando a redefinição da vida, a partir das brechas, dos atalhos, dos escapes, das potências imateriais, das forças vindas dos mistérios, construindo territórios de dignidade e autodeterminação. Esses corpos coletivos femininos desde os sentidos trazem consigo a experiência inventiva como enfrentamento da materialidade dos conflitos.

Na contracorrente das temporalidades, das relações e da organização do modelo de desenvolvimento hegemônico, as mulheres protagonizam a defesa dos bens comuns e da vida. Através da mobilização de suas comunidades, do diálogo com a juventude, da ação direta territorial e da auto-organização, as mulheres têm conquistado espaço e visibilidade nos enfrentamentos aos megaprojetos e na resistência por seus territórios.

A relação específica de impactação dos megaprojetos e da atuação de empresas transnacionais sobre às mulheres

A relação entre o agravamento das violações dos direitos humanos e as mulheres a partir da implementação de megaprojetos ou da atuação das ETNs

6. Disponível em: <http://justicanostrilhos.org/wp-content/uploads/2019/01/mulheres-e-mineracao-final-2.pdf>. Acesso em: 09 jul. 2020.

pode não ser óbvia à primeira vista. No entanto, segundo dados da cartilha Mulheres e Mineração no Brasil, de produção do Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE)⁶, 31% dos casos de violência contra a mulher se concentram nos 7 estados mineiros do Brasil. Dados como esse nos fazem perguntar o que há de particular na relação entre a atuação de ETNs, megaprojetos e direitos humanos das mulheres.

De maneira geral, toda atividade que gere mais afazeres no campo doméstico, tende a sobrecarregar o trabalho da mulher, aumentando o valor de trabalho invisibilizado e, por consequência, não pago. Diferentes estudos apontam para a existência de uma tipificação dos impactos que megaprojetos causam desde que aportam nos territórios, até o fim de sua operação. Ainda que com variações em função das diferentes naturezas de suas atividades, é possível identificar um conjunto de consequências negativas gerais, mas que revelam faces mais complexas e ameaçadoras às mulheres.

Destacamos a seguir alguns exemplos de impactos já previstos e suas implicações aos direitos humanos, no que diz respeito à vulnerabilização da vida das mulheres:

- 1. O fortalecimento da divisão sexual do trabalho e falta de infraestrutura e segurança no trabalho**, através do reforço da masculinização e da não adaptação dos ambientais de trabalho para a recepção de mão-obra feminina (como construção de banheiros e uniformes adequados).
- 2. A contratação de grandes volumes de trabalhadores estrangeiros aos territórios** que eleva, dentre outras coisas, os índices de violência sexual, comprometendo a mobilidade e a segurança das mulheres jovens e adultas⁷. Nesse mesmo sentido, vemos o nascimento dos **filhos dos megaprojetos**: podendo variar conforme a atividade produtiva (filhos da mineração, filhos do vento), as mulheres vivem a maternidade solo, que também é um dos mecanismos de empobrecimento das mesmas (em diversos casos a gravidez é fruto do abuso e as vítimas dissuadidas de seu direito legal de interrupção da gestação).

7. Durante a construção das hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio, por exemplo, os casos de estupro aumentaram em 208% em Porto Velho. Ver: <https://www.camara.leg.br/noticias/398607-ativista-de-nuncia-exploracao-sexual-de-criancas-em-areas-de-barragens>. Acesso em: 09 de jul. 2020.

3. **A precarização e contaminação**, pois às mulheres, principalmente às mulheres negras, ficam destinados os serviços gerais, de limpeza e lida com rejeitos e outros tóxicos, em sua maioria, através de vínculos empregatícios terceirizados ou informais.
4. **O aumento do trabalho reprodutivo**: em função da poluição ambiental, aumentam não só o número e a frequência de pessoas da família doentes que precisam ser cuidadas, mas também a carga de trabalho de limpeza e manutenção da casa, que costumam ficar sobre responsabilidade das mulheres, sobrecarregando-as mais.
5. **O aumento da violência doméstica** como resultado, muitas vezes direto, do aumento do consumo de drogas lícitas e ilícitas.
6. **A perda da soberania alimentar** com a chegada e operação de megaprojetos, que alteram a geografia dos territórios, podendo impedir práticas não monetarizadas, mas fundamentais para a segurança alimentar e nutricional, de plantio em terreiros e quintais; além dessas não serem incluídas nas negociações reparatórias nos casos de crimes que atingem diretamente os terrenos das casas, destruindo-os.
7. **O agravamento da dependência econômica da mulher**, que acontece nos contextos de megaprojetos porque, para além do cenário de salários desiguais que encontramos no mercado de trabalho como um todo, a constante masculinização da mão-obra diminui a possibilidade de inclusão das mulheres e reforça sua dependência financeira em relação aos maridos, pais e outros familiares.
8. **O reconhecimento só do homem como responsável da casa**, o que impõem realidades onde existam casos onde só eles são oficialmente reconhecidos como atingidos e recebem indenizações, o que atinge a autonomia das mulheres. Por vezes o valor acaba não sendo gasto com as despesas de reprodução da casa e da família, reforçando um ciclo de violência de gênero e de invisibilidade do trabalho reprodutivo da mulher.

4. Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Direitos-Humanos/-O-Brasil-e-um-produtor-de-maes-de-maio-15/33320>. Acesso em: 09 jul. 2020.

Ser mulher e defensora de direitos humanos e ambientais, entre riscos e possibilidades

A defesa dos direitos humanos esbarra em diferentes desafios e riscos. Segundo relatório divulgado pela Frontline Defenders⁸, em 2019 o Brasil ocupou a quarta posição no ranking que estabelece os países mais perigosos para a atuação de defensores e defensoras. Em primeiro lugar está a Colômbia, seguida pelas Filipinas e Honduras, respectivamente. O cenário brasileiro geral é hostil para os defensores de direitos humanos e ambientais, no entanto, ao olharmos através da perspectiva de gênero, a situação se agrava. Segundo Michel Forst, relator especial das Nações Unidas sobre a situação de defensores dos direitos humanos, as mulheres defensoras são as primeiras a serem atacadas pelo fato de serem mulheres.

De acordo com o relatório produzido por Forst⁹, o aumento de posicionamentos misóginos e lgbtqia+fóbicos de líderes políticos, vivenciado nos últimos anos, tem pesado para a reconstrução da normalização da violência contra as mulheres defensoras. Dentre os diferentes ataques, essas mulheres passam por humilhações públicas, têm sua intimidade exposta a público, são constantemente apontadas como mães ruins, terroristas, traidoras, além de serem violentadas e assassinadas.

A história e memória de Berta Cáceres é um dos exemplos mais radicais de execução de mulheres que estão na linha de frente. Liderança feminista hondurenha, Berta foi assassinada em sua própria casa por lutar contra a apropriação e privatização do rio Gualcarque por um megaprojeto hidrelétrico na região da população Lenca, um rio considerado sagrado e essencial para a sobrevivência de sua etnia indígena. À frente do Conselho Cívico de Organizações Populares e Indígenas de Honduras (Copinh), Berta liderou bloqueios de estradas, sabotagem de equipamentos e piquetes em frente à empresa hondurenha Desarrollos Energéticos S.A. (DESA), responsável pelo projeto. Sua casa, seu lugar de proteção, foi o lugar escolhido por assassinos de aluguel para acabar com sua vida. Berta era perseguida por lutar contra empreiteiras, empresas energéticas e instituições financeiras internacionais, mas também por ser mulher feminista em suas formas de ser e fazer política.

5. Disponível em: <http://elianebrum.com/desacontecimentos/o-dia-em-que-a-casa-foi-expulsa-de-casa>. Acesso: 09 jul. 2020.

Outra história interrompida pela violência intolerante do capitalismo racista e patriarcal foi de Marielle Franco, vereadora do Rio de Janeiro. Mulher negra, favelada, socióloga e bissexual, Marielle foi assassinada enquanto voltava de uma agenda política de formação e articulação com outras mulheres negras. O carro onde estava foi alvejado com 13 tiros que invadiram seu corpo e o do motorista Anderson Gomes. Sua luta cotidiana era, entre outras, de exposição e enfrentamento da necropolítica na cidade, contra o genocídio da população negra e periférica, pelos direitos das mulheres e da população LGBTQIA+. Seu legado hoje segue nas articulações e movimentos que compunha, que seguem na luta em defesa de uma outra cidade, mais democrática, justa e plural.

Ainda são poucos os instrumentos específicos que podem ser acionados internacionalmente para a denúncia de casos como os assassinatos de Marielle Franco e Berta Cáceres, ou ainda sobre violações como as sofridas por Antônia Melo em Altamira. A partir da constatação de que as mulheres não gozavam dos direitos humanos da mesma forma que os homens, em espectro geral no globo, em 1979 foi escrita a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher da ONU, entrando em vigor em 1981, onde qualquer discriminação contra a mulher passou a ser entendida como uma ofensa à igualdade e à dignidade humana. No entanto, de todas as convenções, esta é uma das que mais possuem reservas em sua ratificação, o que reduz significativamente sua eficácia. Somente em 1988, após a constituinte, que o Brasil retirou suas reservas e ratificou a Convenção em sua integralidade.

Em linhas gerais, a Convenção estabelece obrigações para a eliminação de toda forma de discriminação contra a mulher na direção da igualdade, prevê direitos e articula demandas de intervenção e abordagem estatal sobre atores privados, atuando através do seu respectivo Comitê. Desde 1999, através de Protocolo Facultativo aprovado pela ONU, qualquer pessoa ou grupo de pessoas que se considere vítima de violação de direitos podem entrar com petições no Comitê. No Brasil, temos uma experiência de condenação, o caso de Alyne Pimentel Teixeira, que teve seu direito à saúde, à vida e de acesso à justiça violado.

Alyne era uma mulher jovem, negra e mãe de uma criança de cinco anos, foi vítima de um sistema de saúde precário e inadequado. Grávida de seis meses, Alyne morreu após ter buscado atendimento em hospitais público e privado, por demora na constatação de morte do feto e encaminhamento adequado. A família entrou com uma ação na justiça brasileira e aguardou de 2002 à 2007, quando na ausência de julgamento, levou o caso para o Comitê CEDAW. Em 2011, o Comitê fez recomendações de melhoria do serviço público de saúde no Brasil e determinou o pagamento de indenização à família de

Alyne por parte do Estado brasileiro. O caso foi o único apresentado e o único decidido pelo Comitê CEDAW com relação ao Brasil até hoje.

Pensando caminhos para seguir em movimento

Quando olhamos para a justiça brasileira e para o direito internacional, podemos ter uma impressão desmotivadora. Isso porque os resultados das ações, sobretudo as investidas no campo internacional, necessitam de um conjunto complexo de fatores para assegurar sua eficácia. No caso do Comitê CEDAW, por exemplo, mas não só, é preciso demonstrar o esgotamento dos recursos internos, juntar recursos humanos e financeiros para construção da ação e entrega da mesma em Genebra, e articular outras estratégias para sensibilização da sociedade e do corpo jurídico e diplomático envolvido, para assegurar que as convenções ratificadas tenham de fato por de lei. Nesse sentido, o tempo do direito internacional acaba muitas vezes mais próximo do tempo dos megaprojetos, e mais distante dos territórios e das pessoas atingidas.

Trouxemos nesse texto as especificidades experimentadas pelas mulheres em contextos de atuação de empresas e megaprojetos, a partir de duas pontas (que se inter-relacionam): de um lado como vítimas das violações, de outro enquanto defensoras de direitos humanos e ambientais. É certo que falar desde um Brasil marcado pela colonização, pelo racismo, pelo capitalismo e pelo patriarcado, faz-se necessário frisar que, em linhas gerais, defender direitos e o Bem Viver não é um terreno seguro para ninguém. O que buscamos demonstrar através de uma leitura de gênero e, com muitas limitações, também racializada, é que se faz necessário, além da combinação de abordagens e métodos, a inclusão do olhar e a valorização do fazer dos sujeitos e sujeitas diversos na defesa dos direitos humanos e ambientais.

Ao misturar o público e o privado, o fazer produtivo e o reprodutivo, as mulheres deslocam a política para dentro de casa e visibilizam esse deslocamento. A valorização das organizações entre mulheres, de suas redes de solidariedade territoriais e multissituadas, a visibilização de seu trabalho e lutas cotidianas enquanto ações políticas e o encorajamento das mesmas para a ocupação dos espaços de poder em seus diferentes níveis e esferas é um caminho necessário para a construção de um mundo mais justo.

Não foi à toa que Berta Cáceres foi assassinada dentro de sua própria casa, seu lugar de descanso, de alimentar e reproduzir suas formas de viver fora da visibilidade dos atos, congressos, assembleias. Não são aleatórios os

processos de difamação, as ameaças e a forma como são assassinadas as mulheres que se colocam na linha de frente na defesa de suas famílias, comunidades e territórios. As violações direcionadas aos corpos-territórios se amparam em estratégias alimentadas pelo mesmo patriarcado que extrai valor sem remuneração das mulheres que cuidam da reprodução de suas famílias. Qualquer esforço que vise a ampliação de direitos no contexto de operação de empresas e megaprojetos precisa sentir-pensar desde esses lugares.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

HERNÁNDEZ, D.T. (2016). Una mirada muy otra a los territorios-Cuerpos femeninos. En: SOLAR, Revista de Filosofía Iberoamericana, Año12 Vol. 12-1

VIANNA, Adriana e FARIAS, Juliana. A guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional. Cad. Pagu [online]. 2011, n.37, pp.79-116. ISSN 0104-8333. <https://doi.org/10.1590/So104-83332011000200004>.

03



Ternium e CSN, de Santa Cruz à Volta Redonda: impactos da siderurgia privatizada sobre as vidas das mulheres

POR CECILIA VIEIRA DE MELO

Introdução e nota metodológica

Megaprojetos controlados por corporações trazem transformações profundas no cotidiano das comunidades em que se instalam: perda de modos de vida e postos de trabalho, migrações, privatização do que sempre havia sido comum, contaminações e deterioração de serviços públicos (INSTITUTO PACS, 2017). É esse o cenário imposto à população pelos grandes empreendimentos do capital minero-siderúrgico que atravessam o Rio de Janeiro.

Movimentos e pesquisadoras observam que tais impactos se abatem de forma mais dura sobre mulheres, principalmente mulheres negras. Afinal, a siderurgia controlada por grandes empresas agrava dinâmicas de exploração e violência já em curso, impostas pela divisão sexual do trabalho e pelo racismo, estruturantes da sociedade capitalista.

Aqui, olhamos para dois casos distintos: a Ternium Brasil, antiga ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico – TKCSA, no bairro carioca de Santa Cruz, e a Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, em Volta Redonda-RJ. Um envolveu inicialmente a gigante da mineração Vale S.A. em um dos bairros mais empobrecidos da capital, no início de um ciclo de governo progressista, e se insere na fracassada tentativa de transformação do Rio de Janeiro em um polo exportador minero-siderúrgico, às custas da saúde e dos modos de vida das comunidades atingidas (INSTITUTO PACS, 2015). O outro encontra sua origem ainda na era varguista, em que o capital estatal siderúrgico cria para si um município no Sul Fluminense para, décadas depois, atravessar um processo brutal de privatização, que entregou a empresa e a cidade nas mãos de uma família bilionária de herdeiros. Ambos, no entanto, tratam dos processos de

espoliação levados a cabo por grandes empresas inseridas na rede global de produção da mineração e siderurgia, que subordinam a vida ao lucro e aprofundam processos de violência racista e patriarcal².

O enquadramento teórico parte do acúmulo de estudiosas feministas, que centram sua análise na exploração das mulheres enquanto grupo social encarregado da produção e reprodução cotidiana e geracional da vida, de forma não-assalariada ou sub-remunerada. A partir desse olhar, a violência não é algo accidental, mas aparece como força econômica para garantir a geração de valor a partir da apropriação dos corpos, do trabalho, dos territórios e das mulheres – força econômica que destrói também a natureza e a subsistência dos povos.

Assim, trilhamos um caminho que não se inicia aqui, mas é fruto do aprendizado com lesbofeministas mexicanas, como Karina Vergara Sánchez (2015); com o feminismo da reprodução social, em especial as contribuições de Rhaysa Rhuas (2020), em diálogo com Thiti Bhattacharya (2020); e também com Maria Mies (2014) e Silvia Federici (2017), feministas do Norte Global, de matriz marxista, que olham para o papel da guerra às mulheres (ou “caça às bruxas”) promovida por Estado, Igreja e classes proprietárias, no processo de transição do feudalismo para o capitalismo na Europa, como uma das forças propulsoras do novo modo de produção. Tais análises nos ajudam a compreender de que forma o capital cria esse “estar ‘fora’”, que busca incorporar de forma violenta em seu processo produtivo, quase livre de custos, para garantir o processo de acumulação capitalista: mulheres, colônias (territórios), povos racializados e natureza³.

Entretanto, olhar para as resistências é tão importante quanto olhar para as violências. A presença de mulheres e comunidades que mantêm seus territórios vivos por meio de trabalho de subsistência e formas de reprodução sociais cooperativas, criando modos de produção não governados pela lógica destrutiva do capital, também afeta as estratégias corporativas que orientam os megaprojetos. Há, portanto, uma conexão direta entre a expansão das relações capitalistas e a escalada de violência contra mulheres, seja para garantir sua sujeição, seja para punir sua resistência à apropriação de seus corpos e trabalho.

1. Reflexão muito valiosa sobre a relação de megaprojetos com o agravamento da divisão sexual do trabalho e de estruturas patriarcais de exploração pode ser encontrada na pesquisa “Mulheres e Mineração no Brasil”, de autoria de Marianna Fernandes S. de Brito, publicada pelo Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – Ibase em 2016.

2. Para referências sobre a aplicação do modelo das redes globais de produção à siderurgia e à mineração no Brasil, recorremos aos trabalhos do Grupo Política, Economia, Mineração, Ambiente e Sociedade (PoEMAS), da Universidade Federal de Juiz de Fora - UFJF. Disponível em: <https://www.ufjf.br/poemas/> Acesso em: 26 out. 2020

3. Para Mies (2014, p. 77) “no curso dos últimos quatro ou cinco séculos, mulheres, natureza e colônias foram externalizadas, declaradas como estando “fora” da sociedade civilizada, subordinadas e, então, tornadas invisíveis, assim como a parte submersa de um iceberg é invisível, mas constitui a base do todo”. Tradução da autora.

Para demonstrar de que forma tal dinâmica incide sobre as vidas das comunidades e, em especial, de meninas e mulheres no Rio de Janeiro, foi feito um breve resgate histórico-documental da trajetória de instalação, funcionamento e principais impactos dos dois megaprojetos mencionados. Em seguida, a partir de relatos e depoimentos, buscamos demonstrar que tais impactos se abatem de forma distinta sobre meninas e mulheres, tendo em vista que a lógica de desenvolvimento que rege os megaprojetos está fundamentada, entre outras coisas, em estruturas patriarcais de exploração dos territórios e força de trabalho – mas sem deixar de olhar para as formas de luta e resistência das mulheres.

A documentação utilizada na pesquisa inclui principalmente fontes secundárias, como pesquisas acadêmicas, reportagens jornalísticas, relatórios, estudos, cartilhas e documentos de monitoramento e denúncia produzidos por instituições de pesquisa, organizações de direitos humanos e de educação popular a respeito dos conflitos e violações causados pelos dois megaprojetos. O trabalho também contou com depoimentos e entrevistas realizados pelo próprio Instituto PACS – Políticas Alternativas para o Cone Sul com mulheres atingidas pela TKCSA/Ternium⁴ e pela CSN, algumas das quais são identificadas e constam de materiais já publicados, outras realizadas para o propósito dessa pesquisa e nas quais se preserva o anonimato das mulheres.

A TKCSA/Ternium em Santa Cruz

No extremo oeste da capital carioca, depois de Bangu, detrás do maciço da Pedra Branca, uma usina siderúrgica ocupa 9km² dentro da área de relevante interesse ecológico da Baía de Sepetiba. Desde 2005, quando começaram as obras de instalação, a siderúrgica da Ternium Brasil, antiga ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA), interfere diretamente nas condições de vida da população de Santa Cruz⁵.

-
4. Ao longo do texto, a usina siderúrgica em operação em Santa Cruz, atualmente um artigo do Grupo Techint, será referida também como “TKCSA/Ternium”, tendo em vista a importância de sublinhar que a estratégia corporativa de mudança de controle acionário e a mudança no nome da empresa não modificam sua trajetória nem, tampouco, suas práticas.
5. A Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ elaborou uma linha do tempo que faz parte do estudo “Avaliação dos impactos socioambientais e de saúde em Santa Cruz decorrentes da instalação e operação da TKCSA”, disponível em: http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/d/Linha_do_Tempo.pdf. Acesso em 26 out. 2020.

Inicialmente um projeto da mineradora brasileira Vale S.A. com o grupo alemão ThyssenKrupp, a usina hoje controlada pelo grupo Ternium alcança 14 (catorze) anos de operação no Distrito Industrial de Santa Cruz, um espaço que existe há mais de cinco décadas e no qual grandes empresas foram sempre bem recebidas pelo Estado, com benefícios fiscais e um olhar leniente sobre danos e crimes ambientais corporativos. Ali, a TKCSA/Ternium se soma a outras indústrias controladas por grandes corporações, “que tratam o território em que escolheram se implantar como “zona de sacrifício”⁶: sentenciada à exploração intensa e continuada rumo à exaustão, em nome de um projeto de desenvolvimento a respeito do qual as comunidades impactadas não foram chamadas a decidir”.

Na primeira parte deste capítulo (dos itens 1 a 4), vamos situar a chegada da planta siderúrgica a Santa Cruz, o papel da Vale S.A. e da ThyssenKrupp nesse processo, bem como a entrada em cena do Grupo Techint/Ternium. Olharemos também para os principais impactos e violações de direitos causados pela sua implantação e operação, mas também para os processos de resistência que a juventude e as mulheres constroem para afirmar o seu direito de existir e elaborar outros horizontes.

Na segunda parte (nos itens 5 e 6), olharemos para os padrões de impactos e violações de direitos causados pela TKCSA/Ternium já sinalizados, mas agora a partir de uma perspectiva feminista, em diálogo com relatos e depoimentos de mulheres de Santa Cruz e com dados sobre a região. A terceira parte dialoga com a segunda ao olhar para a judicialização do conflito e seus impactos sobre as vidas das mulheres.

Siderurgia em Santa Cruz: um projeto privado patrocinado pelo Estado

A instalação da siderúrgica em Santa Cruz configura um ponto importante no modelo de desenvolvimento imposto à população da Baía de Sepetiba.

-
6. A expressão “zonas de sacrifício” é utilizada por movimentos de justiça ambiental para designar locais em que se observa a superposição de empreendimentos e instalações responsáveis por danos e riscos ambientais. Em geral são áreas pobres, ocupadas por populações não-brancas, excluídas dos processos decisórios em geral e também daqueles que culminam na instalação das atividades perigosas em seus territórios. A lógica das zonas de sacrifício, portanto, produz e aprofunda lógicas de exploração de classe, raça e sexo.

Reflete um projeto de Estado, que viabilizou a integração de Santa Cruz à rede global de produção do minério de ferro e da siderurgia, facilitando a apropriação privada de territórios e recursos no Rio de Janeiro. Para compreender essa trajetória e as violações de direitos que dela emergem, importante lançar um olhar geral sobre algumas características do território e dos povos que ali vivem, para então compreender o contexto de implantação e operação da usina, bem como seus principais agentes econômicos.

Embora possua áreas urbanizadas, o território conta com manguezais, Mata Atlântica e ilhas que fazem parte das Baías de Sepetiba e da Ilha Grande, além de repousar sobre duas importantes bacias hidrográficas, a bacia de Guanabara e a bacia de Sepetiba (INSTITUTO PACS, 2015, p.24). Em seu entorno está o maciço da Pedra Branca, um dos maiores parques urbanos do mundo. Mas quando olhamos as condições de vida da população da Baía de Sepetiba e de Santa Cruz em particular, vemos que a riqueza hidrológica e ecológica da região não se reverte em condições de vida digna.

Em comparação ao restante da capital carioca, a população da Baía de Sepetiba conta com famílias mais numerosas, com maior participação de chefes de família mulheres, mais jovens e mais negras e pardas. As famílias também tendem a apresentar rendimentos mais baixos do que a média do município⁷. Boa parte das famílias da Baía de Sepetiba depende de atividades informais para viver, como pequenos serviços relacionados ao turismo, à agricultura familiar e de subsistência e à pesca, não raro descendendo de comunidades tradicionais como indígenas, quilombolas e pescadores artesanais. Também enfrentam condições de vida mais duras do que a média da capital, com falta de saneamento e coleta de lixo, habitações mais precárias, piores serviços de transporte, educação e saúde (INSTITUTO PACS, 2015, p.24).

Por isso, os bairros da região tendem a apresentar Índices de Desenvolvimento Humano mais baixos, como é o caso de Santa Cruz, onde está localizada a usina. O bairro, que abriga quase 6% da população carioca é onde, apesar de tudo, permanecem vivas as raízes rurais, os costumes da pesca, da agricultura, da apicultura e da criação de animais, os saberes e práticas tradicionais de quem aprendeu a viver das águas e da terra. Mas, somente é possível compreender as contradições impostas à população de Santa Cruz, quando olhamos para o modelo de desenvolvimento em que se insere o projeto de implantação e operação da siderúrgica.

7. “(...) chama atenção a elevada participação de famílias com rendimento nominal mensal de até um salário mínimo (no Rio este percentual era de 38% enquanto em Santa Cruz alcançou 63%)”. INSTITUTO PACS, 2015, p. 24.

A implantação da então ThyssenKrupp Companhia Siderúrgica do Atlântico (TKCSA) em Santa Cruz, onde já operavam empresas poluidoras em um mesmo distrito industrial, é expressão da política agressiva de inserção internacional do Brasil como exportador de *commodities* agrícolas e minerais, baseada na extração intensiva de recursos naturais com baixo valor agregado, levada a cabo a partir do início dos anos 2000 – é esse o caso das placas de aço produzidas pela TKCSA/Ternium em Santa Cruz (INSTITUTO PACS; JUSTIÇA GLOBAL, 2017, p. 32).

Nessa divisão internacional do trabalho, as economias emergentes são integradas de forma subordinada às redes globais de produção e, internamente, arranjos regulatórios e políticos são feitos para garantir que megaprojetos siderúrgicos possam se instalar em lugares de mão-de-obra barata e com fácil acesso a portos e ao mar (SANTOS, 2012). O governo passa a centrar seus esforços em políticas públicas que garantam financiamentos e investimentos para grandes empresas de setores extrativos, de exportação de *commodities* agrícolas e minerais, construção civil e logística, encarregadas de construir e explorar também os megaprojetos de infraestrutura necessários à circulação e escoamento desses bens (INSTITUTO PACS, 2015, p.15). É nesse contexto que grandes corporações se apropriam de territórios em frações costeiras do país, próximos de áreas portuárias, onde implantam usinas e terminais privados conectados a malhas ferroviárias – como é o caso da usina da TKCSA/Ternium e seu terminal, no Complexo Portuário de Itaguaí⁸.

Ali, na Zona Oeste da capital carioca, a empresa transforma ferro em aço bruto e depois em placas de aço, produto siderúrgico semiacabado e de baixo valor agregado destinado à exportação. Essas placas são produzidas a partir de minério de ferro extraído pela Vale S.A. – que foi acionista majoritária da Ternium, antiga TKCSA, até 2016 – no interior do estado de Minas Gerais. O setor minero-siderúrgico é altamente concentrado, marcado pela hegemonia da Vale S.A. na extração mineral e pelo controle privado em caráter de oligopólio empresarial, de todos os momentos da cadeia: extração, escoamento, beneficiamento, siderurgia e exportação (SANTOS, 2012, p. 43-76).

No recorte fluminense, a Ternium participa dessa cadeia em dois importantes pontos, ambos situados em Santa Cruz: a planta siderúrgica e o

8. “(...) chama atenção a elevada participação de famílias com rendimento nominal mensal de até um salário mínimo (no Rio este percentual era de 38% enquanto em Santa Cruz alcançou 63%)”. INSTITUTO PACS, 2015, p. 24.

controle de um Terminal de Uso Privativo – TUP no Complexo Portuário de Itaguaí. Com a compra da TKCSA em 2017, a Ternium passou a deter o controle do “Terminal Ternium Brasil”, por onde importa carvão mineral usado em seu processo produtivo e exporta as placas de aço⁸. Além do terminal, a Ternium possui também uma usina termelétrica dentro da planta siderúrgica; e está integrada ao destino da malha ferroviária que traz o minério de ferro de Minas Gerais. Assim, a empresa detém a propriedade ou o controle de ativos que garantem seu domínio sobre parte da cadeia produtiva necessária à produção das placas de aço que exporta.

Por isso, parte importante da história da TKCSA/Ternium em Santa Cruz é o notável poder de barganha que a siderúrgica possui com o Estado. Trata-se do maior complexo siderúrgico da América Latina, responsável pela maior parte da exportação de produtos siderúrgicos semiacabados⁹, encabeçado durante uma década pela segunda maior mineradora do mundo, a brasileira Vale S.A., e pela gigante alemã do aço ThyssenKrupp. Seu uso intensivo de água, energia, espaço e outros bens comuns é feito sem demanda de cumprimento de condicionantes ambientais, em um processo de apropriação quase livre de custos. Nada disso seria possível sem a mobilização do aparato governamental e regulatório em favor do megaprojeto, o que se demonstra em sua trajetória de diversas formas, desde a flexibilização e a burla do procedimento de licenciamento ambiental até a canalização de recursos públicos para seus fins privados, como abordaremos mais à frente, na seção sobre os impactos.

Vale S.A., ThyssenKrupp e Ternium

Durante mais de uma década, a usina operou como um dos ativos de uma parceria empresarial entre duas gigantes: a mineradora brasileira Vale S.A. e o grupo siderúrgico alemão ThyssenKrupp¹¹.

Fundada como estatal e privatizada em 1997, a Vale S.A. é hoje uma das maiores mineradoras do mundo, presente em 26 países e em 13 estados

9. A privatização da gestão portuária, intensificada pela Lei dos Portos de 2013 (Lei 12.815/2013), posiciona grandes empresas como detentoras de pontos estratégicos do país e os terminais portuários que operam como importantes infraestruturas violadoras de direitos, de difícil fiscalização e controle social.
10. A informação é de 2017, apurada por PACS e Justiça Global (INSTITUTO PACS; JUSTIÇA GLOBAL, 2017, p. 19).
11. O grupo alemão ThyssenKrupp detinha 73% das ações, enquanto os 27% restantes pertenciam à brasileira Vale S.A.

brasileiros, além do Distrito Federal (ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL DOS ATINGIDOS E ATINGIDAS PELA VALE, 2015, p. 13.). A empresa é a principal exploradora e exportadora de minério de ferro do Brasil, responsável por 70% do mercado nacional de minério¹². Dedicar-se principalmente à mineração, tendo logística (transporte do minério, através de ferrovias e minerodutos, aos portos), energia (produção para suprir a sua própria demanda energética, que é enorme) e siderurgia (processo de transformação do minério de ferro em aço) como atividades complementares ao seu negócio principal. Cada etapa desta cadeia causa severos impactos e, apesar dos esforços de relações públicas e da construção de uma imagem “sustentável”, o envolvimento da Vale S.A. em sucessivos episódios de violações de direitos e grandes crimes ambientais a transformou em um símbolo de destruição corporativa da natureza e desrespeito às leis trabalhistas e ambientais. A ThyssenKrupp, por sua vez, é uma das maiores companhias siderúrgicas do mundo, com um faturamento anual de 39 bilhões de euros, fruto da junção de duas gigantes da siderurgia alemã, fundadas no século XIX.

A trajetória da parceria entre as duas gigantes corporativas para atuação em Santa Cruz foi marcada pelo desrespeito sistemático à legislação ambiental e pelo envolvimento em uma série de denúncias, incluindo ameaças a lideranças comunitárias contrárias ao projeto, irregularidades no licenciamento, violação de direitos trabalhistas e agravamento dramático da poluição e da saúde pública (INSTITUTO PACS, 2015, p. 6.). Após uma década desastrosa desde sua instalação, a Vale S.A., em 2016, vendeu sua fatia na deficitária TKCSA para a alemã ThyssenKrupp que, no ano seguinte, concluiu a venda da siderúrgica para o Grupo Techint¹³. A TKCSA passa a se chamar, então, Ternium Brasil¹⁴. Mudou a logomarca no outdoor, mas a vida da população em Santa Cruz atingida pela siderúrgica segue se deteriorando a passos largos.

12. Acionistas Críticos: Os 10 anos de atuação da Articulação Internacional dos Atingidos e Atingidas pela Vale, 2020. https://atingidospelavale.files.wordpress.com/2020/04/relatorio_acionistas_criticos_completo.pdf Acesso em 25/10/2020

13. “Em fevereiro de 2017, a ThyssenKrupp aceitou vender a Companhia Siderúrgica do Atlântico para o grupo argentino Ternium. (...) A negociação acordou um valor de € 1,5 bilhões, o que equivale a apenas 28% do valor investido ao longo de doze anos. A TKCSA deixou de ser tratada com ares de orgulho, como o maior investimento privado alemão no exterior, para ser considerada pelos meios especializados como um dos piores investimentos na história da indústria alemã.” (INSTITUTO PACS; JUSTIÇA GLOBAL, 2017, pp. 6-7).

14. Portal Terra, “Como a ThyssenKrupp fez no Brasil um dos piores negócios da indústria alemã”, 24 de fevereiro de 2017, <https://www.terra.com.br/noticias/brasil/como-a-thyssenkrupp-fez-no-brasil-um-dos-piores-negocios-da-industria-alema,cd4113doab4a47eod14fdb7fb656bgdamii-w4wbg.html>. Acesso em: 26 out. 2020.

O Grupo Techint é um conglomerado empresarial fundado na Itália em 1945, que atua hoje em escala global em setores como siderurgia, metalurgia, construção civil, mineração, petróleo e gás e até hospitais¹⁵. Iniciou suas operações na América Latina na década de 1950 e hoje conta com centros de produção distribuídos pelo continente, na Argentina, Colômbia, Estados Unidos, Guatemala, México e Brasil, além de centros de serviço e distribuição, operação mineral e escritórios comerciais também na Costa Rica, El Salvador, Honduras, Nicarágua e Uruguai¹⁶. Tem um faturamento anual de mais de 20 bilhões de dólares e emprega por volta de 57.000 funcionários¹⁷.

O conglomerado empresarial apareceu nos noticiários nacionais recentemente por dois episódios distintos, mas que ajudam a situar seu lugar na conjuntura em que vivemos. Em abril de 2020, a Techint foi o pivô de um decreto presidencial na Argentina. Após demitir 1.450 (mil quatrocentos e cinquenta) funcionários durante a quarentena, contribuindo para agravar o drama humanitário aberto pela pandemia, a empresa foi obrigada a readmiti-los, após enfrentamento com o Presidente Alberto Fernández¹⁸. Em junho do mesmo ano, reapareceu nos noticiários, com executivos e agentes denunciados pelo Ministério Público Federal, por práticas de corrupção na Petrobrás¹⁹.

Com a compra da siderúrgica em Santa Cruz, o Grupo Techint, que tinha uma capacidade anual de produção de 12 milhões de toneladas de aço em toda a América Latina, passou a produzir 17 milhões de toneladas por ano, aumentando significativamente o seu rendimento. Hoje, abastece clientes de diversas indústrias, como a automotiva, construção civil, metalomecânica, embalagens, energia e transporte. De acordo com as informações disponibilizadas na página do Grupo Techint, a planta da Ternium em Santa Cruz produz anualmente 5 milhões de toneladas de placa de aço e conta com 4.100 funcionários²⁰.

15. Informações do sítio eletrônico do Grupo Techint: <http://www.techintgroup.com/pt-BR/>. Acesso em: 26 out. 2020.

16. Informações compiladas pela Campanha "Pare Ternium", disponível em: <https://pareternium.org/>. Acesso em: 26 out. 2020.

17. Informação prestada pela própria Ternium Brasil em documento de 2019, disponível em site da Associação Brasileira da Indústria de Máquinas e Equipamentos – ABIMAQ. Disponível em: <http://conselhos.org.br/Arquivos/Download/Upload/246.pdf>. Acesso em: 26 out. 2020.

18. FOLHA DE SÃO PAULO. "Argentina proíbe demissões por 60 dias por crise do coronavírus", 1 de abril de 2020. Disponível em: <https://www1.folha.uol.com.br/mercado/2020/04/argentina-proibe-demissoes-por-60-dias-por-crise-do-coronavirus.shtml>. Acesso em: 26 out. 2020.

19. REUTERS. "Lava Jato denuncia executivos de Grupo Techint por prática de corrupção na Petrobras", 4 de junho de 2020. Disponível em: <https://br.reuters.com/article/businessNews/idBRKB-N23B2QP-OBRS>. Acesso em: 26 out. 2020.

20. Disponível em: <http://www.techintgroup.com/pt-BR/companies/ternium>. Acesso em: 26 out. 2020.

Além da planta siderúrgica em Santa Cruz, a Ternium divide com o Grupo Nippon Steel o controle acionário da Usiminas, siderúrgica implantada em Ipatinga/MG. No Brasil, a Ternium está presente em entidades de classe como a Associação Brasileira dos Investidores em Autoprodução de Energia (Abiape), o Instituto Aço Brasil e a Associação Brasileira de Metalurgia (ABM), que controlam os setores siderúrgico, energético e mineral do país e possuem ampla capacidade de articulação e influência em diversos setores do Estado.

Impactos e violações

"Uma certa tristeza paira no ar quando a conversa vai se desenrolando para o tema da Companhia Siderúrgica do Atlântico (CSA). Os sorrisos presentes ao se lembrar da infância e juventude logo dão lugar à tristeza ao se falar do presente." (INSTITUTO PACS, 2018, p. 66.)

A produção de valor no processo siderúrgico, estampada nos milhões e bilhões de volumes movimentados e lucros auferidos, não se traduz em vida digna para a população de Santa Cruz. Enquanto os lucros sobem para os acionistas da Ternium – homens do dinheiro, invisíveis para o território –, a vida simples, baseada na subsistência e no fortalecimento de arranjos produtivos comunitários, vai sendo encurralada pelo empobrecimento e a contaminação. O que resta para a população são os resíduos tóxicos do processo siderúrgico, adoecimento e a destruição dos seus modos de vida.

Ser obrigada a conviver com uma siderúrgica em seu quintal impacta a vida em todas as suas dimensões. Além do controle do território por uma empresa, sua presença se faz sentir no adoecimento, na perda de um ente querido ou vizinho para o câncer, na quantidade de vezes que se limpa a casa para tirar o pó prateado, nas idas aos postos de saúde por alergias e sofrimentos de toda ordem. São aspectos capazes de sequestrar não somente o presente, mas as possibilidades de futuro da comunidade, impactando a saúde física e mental de moradoras e moradores.

Há diversos documentos, relatórios e peças de denúncias elaboradas por organizações de direitos humanos e movimentos sociais que, em conjunto com moradoras e moradores de Santa Cruz, coletivos de juventude e de mulheres, apontam, em detalhe e sob diferentes perspectivas, os impactos e violações cometidos pela TKCSA/Ternium, bem como seus desdobramentos (boa parte deles está referenciada na bibliografia). Aqui, apresentamos apenas

alguns dos principais padrões de impactos e violações, organizados a partir dos seguintes eixos:

1. Déficit democrático e de participação popular;
2. Danos ambientais;
3. Saúde física e psíquica;
4. Controle empresarial de bens públicos e comuns;
5. Modos de vida;
6. Violências e direitos políticos.

Déficit democrático e de participação popular: legislação ambiental e trabalhista

A fase preparatória e o licenciamento da usina foram marcados pela manipulação da participação popular em audiências públicas (INSTITUTO PACS, 2012, p.32), pelo subdimensionamento dos impactos socioambientais negativos e pela supervalorização dos impactos socioeconômicos positivos, gerando distorções que cobraram um preço alto da população fluminense ao longo dos anos. Estudos de impacto ambiental falhos e insuficientes e a manutenção da competência para o licenciamento na esfera estadual, apesar de se tratar de megaempreendimento em área costeira com impacto sobre o mar territorial da Baía de Sepetiba, marcaram um procedimento de licenciamento incapaz de garantir controle social e transparência. Esse cenário possibilitou o reiterado descumprimento de condicionantes e acordos por parte da empresa, sem que sofresse qualquer revés (INSTITUTO PACS; JUSTIÇA GLOBAL, 2017).

Contando com forte apoio governamental em todas as suas esferas, a empresa foi autorizada pelo Governo do Estado a operar o seu primeiro alto forno em 2010. Tão logo começou a funcionar, ocorreu o primeiro episódio de emissão massiva de partículas de resíduo de ferro e grafite sobre as casas e ruas do entorno da usina, a “chuva de prata”. Sem que a situação fosse sanada, o governo de Sergio Cabral autorizou a operação do segundo alto forno, que causou mais um episódio de chuva de prata, com novos danos à população e meio ambiente locais.

Diante dos dois episódios de emissão de particulados, nem todo o poder de barganha da TKCSA/Ternium foi capaz de garantir a emissão da licença de operação. Para poder continuar operando, a empresa assinou em 2012 um Termo de Ajustamento de Conduta (TAC) com o governo estadual, pacto que perdurou em diversas versões até 2016. Durante todo esse período, a TKCSA

produziu e exportou quantidades significativas de aço, se posicionando pública e internacionalmente como uma companhia integralmente operacional – sem possuir sequer licença de operação (INSTITUTO PACS; JUSTIÇA GLOBAL, 2017).

A relação da empresa com a legislação e os direitos trabalhistas também é marcada pelo desrespeito. Em 2009, matéria jornalística noticiou que trinta trabalhadores de uma terceirizada da então TKCSA viviam em um alojamento em condições precárias de higiene e saúde e estavam, há dois meses, sem receber seus salários. Segundo relatos de moradoras e moradores, além da pressão da empresa por terceirização e precarização do trabalho, o funcionamento da usina é marcado por acidentes de trabalho, queimaduras e explosões dentro da fábrica, algumas registradas em vídeo (INSTITUTO PACS, 2014).

Danos ambientais: contaminação, poluição, emissões

Antes da chegada da Ternium Brasil, ainda nos anos 1970, passou a funcionar na região o Distrito Industrial de Santa Cruz, o maior do município e um dos maiores do estado. No processo de autorização das diferentes indústrias que ali passariam a operar, o Estado, por meio da Companhia de Desenvolvimento do Estado do Rio de Janeiro – CODIN, pareceu sempre se contentar em atuar como mero intermediador de lotes e financiamentos em favor dos investidores, abandonando a negociação de parâmetros como contrapartidas sociais ou uso de mão de obra local²¹.

Além de siderúrgicas, há empresas no Distrito Industrial que produzem catalisadores, tintas e vernizes, sílica, embalagens de alumínio, isolantes térmicos, gases e pneus, todas atividades de grande potencial poluidor. Com a sobreposição de diferentes empreendimentos privados poluidores, responsáveis por danos e riscos ambientais, a Baía de Sepetiba é submetida a um processo de intensa e contínua deterioração, acumulando desastres e crimes ambientais de consequências incalculáveis.

Um dos mais marcantes foi protagonizado pela Companhia Ingá Mercantil, empresa que se instalou em Itaguaí na década de 1960 para produzir

21. Nota-se, a partir da própria página institucional da CODIN, em especial na coluna sobre “serviços prestados”, que parece tratar-se na verdade de uma consultoria corporativa que atua unicamente em favor do investidor privado, sem qualquer menção às exigências de um desenvolvimento regional, nos termos de quem ali vive. Disponível em: <https://www.codin.rj.gov.br/quemsomos>. Acesso em: 22 out. 2020.

zinco e causou inúmeros vazamentos de resíduos tóxicos em direção ao mar nas suas mais de três décadas de operação. Em 1996, os diques de contenção de resíduos tóxicos da empresa não resistiram às chuvas e se romperam, contaminando manguezais e as águas da Baía de Sepetiba com metais pesados (INSTITUTO PACS, 2015, p.44). Anos depois, a drenagem da área feita pela TK-CSA/Ternium revolveu a espalhou os rejeitos tóxicos que estavam sedimentados no fundo da Baía havia mais de uma década.

A predação da natureza e do território são marcas da siderúrgica desde suas obras de instalação. Em 2007, a TKCSA teve parte das obras para a construção de uma ponte interrompida pelo IBAMA, por estar destruindo quatro hectares de mangue. Desde que iniciou suas operações em 2010, passou a emitir grandes quantidades de material particulado sobre Santa Cruz. Em razão da “chuva de prata”, como é chamada pela população, a paisagem carrega um pó cinza acumulado sobre telhados, varandas, mobília, pisos e construções, e a comunidade sofre com a piora na qualidade do ar (INSTITUTO PACS; JUSTIÇA GLOBAL, 2017, p. 13.).

Foram três os momentos críticos de episódios da chuva de prata. O primeiro ocorreu em agosto de 2010, logo após a usina entrar em operação, quando moradoras e moradores dos arredores foram surpreendidas/os pelas precipitações de material particulado brilhoso sobre ruas e casas. No mês seguinte, uma missão formada pela Fiocruz e instituições aliadas atestou queixas de dermatites, irritação de mucosas e problemas respiratórios diversos. Em dezembro do mesmo ano, mais um episódio crítico de chuva de prata ocorreu e, em outubro de 2012, mais outro. Os três momentos resultaram em multas à empresa, mas nenhum deles levou à indenização das pessoas atingidas²².

A Ternium também é apontada como a responsável por elevar em 76% as emissões de CO₂ na cidade do Rio de Janeiro²³. A concentração de poluição provocada pela siderúrgica ultrapassa as médias recomendadas pela Organização Mundial da Saúde para qualidade do ar, segundo monitoramento feito em 2017, pelo projeto Vigilância Popular em Saúde, da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), através de medições realizadas por jovens da região, que compõem o

22. Segundo levantamento feito por PACS e Justiça Global, “o discurso das pessoas que se queixaram foi desacreditado sistematicamente tanto pela empresa quanto pela Secretaria Estadual de Saúde (SEA), a qual chegou a realizar um grupo de estudo para averiguar as denúncias da comunidade vizinha à usina, confirmou as queixas mas suavizou a relação entre elas e os episódios da chuva de prata”. (INSTITUTO PACS; JUSTIÇA GLOBAL, 2017, p. 65)

23. LE MONDE DIPLOMATIQUE. A realidade por trás da Ternium Brasil, 21 de novembro de 2018. Disponível em: <https://diplomatique.org.br/a-realidade-por-tras-da-ternium-brasil/>. Acesso em: 26 out. 2020.

Coletivo Martha Trindade. Até as medições, que encontraram índices de poluição atmosférica três vezes maiores do que os recomendados, o único controle era feito pela própria empresa. Restava à população apenas confiar.

Outro impacto importante no território sobre direitos socioambientais e de moradia, causado a partir da implantação da siderúrgica, foi o alagamento verificado no conjunto habitacional São Fernando, em 2010 e 2011. Alguns moradores perderam tudo. A comunidade e a Defensoria Pública alegam que os episódios teriam ocorrido na intensidade e gravidade verificada, invadindo casas e gerando graves perdas para muitas famílias, em razão das obras de terraplanagem e a alteração no curso do Canal São Fernando feito pela empresa na fase de instalação. Com a benevolência dos órgãos estaduais ambientais, a empresa segue negando responsabilidade.

Saúde física e psíquica: adoecimento da população e piora dos serviços públicos

Desde o início das operações da siderúrgica, a população que vive no seu entorno sofre com o aumento de doenças respiratórias (asma, bronquite, rinite, doenças pulmonares), doenças de pele (eczemas, dermatites e dermatoses), doenças oftalmológicas (conjuntivite), fadiga, falta de ar, dor de cabeça, estresse, a piora de quadros como pressão alta e diabetes, além de transtornos de ansiedade e depressão²⁴.

“A abençoada incha o rosto inteiro de inflamação e alergia. No começo da operação da siderúrgica, inchava mais e mais vezes, mas hoje ainda inflama. Os ouvidos, os olhos e a cabeça doem. (...) O Oseas também sente dor na cabeça e nos ouvidos até hoje” (INSTITUTO PACS, 2018, p. 61.).

Pesquisas e relatos apontam para a insuficiência e precariedade dos equipamentos públicos de saúde locais, incapazes de atender e tratar a população. Não há postos de saúde, clínicas ou hospitais suficientes, ou atendimentos especializados no âmbito das doenças causadas pela siderurgia, como são as doenças respiratórias, dermatológicas e oftalmológicas (INSTITUTO PACS, 2014).

24. O PACS aponta que até a Secretaria de Estado do Ambiente do Rio de Janeiro (SEA), em relatório sobre o tema, reconhece que o pó prateado pode causar asma, câncer de pulmão, problemas cardiovasculares, defeitos congênitos e morte prematura (INSTITUTO PACS, 2014).

Em toda oportunidade que teve, no debate público ou no Judiciário, a empresa se evadiu da responsabilidade pelos impactos de sua operação sobre a natureza, a saúde e as condições de vida da população de Santa Cruz. A atuação coordenada entre TKCSA/Ternium e autoridades governamentais, no sentido de subvalorizar ou sequer reconhecer a existência de impactos concretos que a população sente na pele, também é, por si só, violadora de direitos.

Controle empresarial de bens públicos e comuns

Outro aspecto marcante da operação da TKCSA/Ternium em Santa Cruz é a atuação militante do Estado em prol dos interesses da empresa e a mobilização de normas, procedimentos e políticas públicas em seu favor. Apenas para sair do papel, a TKCSA/Ternium demandou uma alteração do zoneamento industrial municipal que passasse a permitir atividades perigosas e poluentes em Santa Cruz, além da remoção de 75 (setenta e cinco) famílias do Movimento dos Trabalhadores e Trabalhadoras Rurais Sem Terra (MST), em 2005 (GUIMARÃES, 2011).

O poder da empresa de ditar os rumos das políticas públicas tem também uma dimensão de injustiça fiscal, que possibilita a redução de custos de produção em detrimento do interesse público e do bem comum: levantamentos feitos pelo PACS apontam um montante de R\$ 5 bilhões de reais de recursos públicos investidos na TKCSA/Ternium, na forma de isenções fiscais e empréstimos públicos em seu benefício²⁵.

25. Não seria a primeira vez que a alteração do zoneamento municipal aconteceria à revelia das moradoras e moradores de Santa Cruz. Como conta o Instituto PACS: "Sr. Oseias é outro morador antigo que vivenciou essas mudanças. Era fazendeiro na região, pescava e também produzia mel. Ele lembra bem quando, nos anos 1960, descobriu que não morava mais numa área rural. Isso se deu numa visita ao banco, quando foi informado que não poderia mais acessar o crédito, pois agora morava próximo a um distrito industrial. Esse episódio chama atenção para algumas consequências das mudanças ocorridas na legislação de ocupação e uso do solo na vida das pessoas." (PACS, 2015, p. 42).

26. Os dados são levantados pela Campanha Pare Ternium: "Desde a sua instalação, conta com pesadas isenções fiscais (estaduais) e benefícios municipais, além de vultosos financiamentos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES). No plano federal, a CSA/Ternium Brasil é beneficiada pela isenção do IPI, ICMS, PIS e Cofins. Estas isenções fiscais geram créditos que permitem o abatimento de outros impostos, como o IRPJ e a CSLL. No plano estadual, a CSA/Ternium Brasil obteve acesso aos recursos do Fundes e do deferimento do ICMS. No plano municipal, é beneficiada pela isenção ou redução da alíquota do ISS. Os valores relativos a todas as isenções fiscais chegam a cerca de R\$2,5 bilhões. Quando somados os dois empréstimos do BNDES, equivalente a R\$2,3 bilhões. O total de recursos públicos investidos na empresa é da ordem de R\$5 bilhões." Disponível em: <https://pareternium.org/>. Acesso em: 26 out. 2020.

Outro aspecto importante que marca seu controle sobre bens comuns é o uso intensivo de água pela empresa: a Ternium consome 1 bilhão e meio de litros de água por dia para produção de aço, ou 570 bilhões de litros de água por ano, equivale ao consumo anual de água de uma cidade de 6,1 milhões de habitantes²⁷.

Os riscos ambientais envolvidos na natureza do processo produtivo siderúrgico demandam dos órgãos ambientais e estatais o cumprimento rigoroso da legislação ambiental e dos procedimentos capazes de viabilizar o acompanhamento e a fiscalização das atividades. Além de liberar a empresa de suas obrigações fiscais, o Estado também conferiu liberdade para a TKCSA/Ternium operar em desrespeito à legislação ambiental e aos acordos feitos com o próprio Poder Executivo: sem licença de operação por 6 (seis) anos, a Ternium funcionava por meio de termos de ajustamento de conduta (TACs), cujas determinações, reiteradamente, descumpria. Sua boa relação com o Governo do Estado do Rio de Janeiro garantiu que isso jamais se traduzisse na paralisação de suas atividades.

Modos de vida: garantia de renda e de sentido à vida

A Baía de Sepetiba é uma importante zona pesqueira, com colônias de pescadores, rotas de pesca e comunidades ribeirinhas. Ao inviabilizar a pesca artesanal, a empresa coloca em risco uma das principais fontes de renda das famílias locais, que dependem de atividades informais, da agricultura de subsistência à pesca, para sobreviver. Pois as operações da TKCSA/Ternium e das empresas do distrito industrial comem água e terra a passos largos e tomam conta do espaço, gerando contaminações e afugentando e matando peixes e outras espécies. Esse processo sufoca os modos de vida entrelaçados com usos tradicionais das águas e da terra, o que aparece nos relatos de moradoras e moradores:

"No Canal de São Francisco, no Canal do Rio da Guarda nós tínhamos uma facilidade maior de pegar os peixes. Então, com essa firma, a [TK] CSA, após ela ter feito o píer dela os peixes têm procurado mais os lugares de difícil acesso pro pescador, que são debaixo das estacas, entendeu, debaixo do píer. [...] Então o que acontece? O pescador entra lá debaixo e a firma aciona a Marinha. A Marinha... Federal.... Eles veem e tiram o

27. LE MONDE DIPLOMATIQUE. "A sede e a vontade de beber da siderurgia", por Pedro D'Andrea e Bernardo Xavier, 19 de março de 2019. Disponível em: <https://diplomatie.org.br/ternium-a-sede-da-siderurgia/>. Acesso em: 26 out. 2020.

pescador. Ai quer dizer, a família do pescador necessita do pão de cada dia. [...] Então, o que o pescador vai fazer se não for correr esse risco? Nada! Alguns que só sabem pescar, eles não buscam outras coisas”²⁸

Ademais, os impactos da siderurgia sobre quem vive da pesca não são somente indiretos, manifestando-se em conflito aberto que desnuda a falta de paridade de forças entre o megaprojeto e quem ali vive, como ilustrado em um episódio ocorrido em 2008, em que um comboio da TKCSA atingiu um barco de pescadores artesanais, causando a morte de um dos pescadores²⁹.

Violências e direitos políticos

Levantamento feito pela Campanha Pare Ternium aponta que, na Argentina, o Grupo Techint, através das subsidiárias Dálmine, Siderc e Tenaris, é acusado de colaborar com o terrorismo de Estado do regime militar ditatorial. Algumas de suas instalações fabris teriam servido como centros clandestinos de detenção e tortura de trabalhadores e trabalhadoras. No México, povos indígenas que resistem à atividade mineral há três décadas na região de Michoacán acusam a Las Ensinas (subsidiária da Ternium) de se associar ao grupo narcotraficante Caballeros Templarios, para garantir a segurança de suas atividades e a perseguição de lideranças, além de desrespeitar os acordos estabelecidos com a comunidade em 1998 e 2012. Por conta da ingerência no afrouxamento das leis trabalhistas na Guatemala a Ternium, em dezembro de 2014, foi incluída entre as 16 empresas que mais violam direitos do trabalhador e da trabalhadora para competir no mercado latino-americano³⁰.

Em Santa Cruz, a atuação da TKCSA/Ternium já fez emergir denúncias sobre a atuação de membros da milícia na segurança privada da empresa em ao menos duas audiências públicas, realizadas em instâncias distintas: uma realizada pela Comissão de Defesa dos Direitos Humanos e Cidadania – CD-DHC da ALERJ, em 29 de março de 2009; e outra realizada pela Comissão de Direitos Humanos e Minorias – CDHM da Câmara dos Deputados em Brasília,

em 21 de maio de 2009 (SANTOS, 2012, p. 61). Um dos pescadores membro da APESCARI foi incluído no Programa Nacional de Proteção aos Defensores dos Direitos Humanos (PPDDH) do Governo Federal, configurando possivelmente uma das únicas formas de reconhecimento oficial do risco físico sofrido pelos pescadores em razão da atuação da TKCSA/Ternium³¹. Também há relatos do uso de seguranças privados armados em audiências públicas do procedimento de licenciamento ambiental, inviabilizando a contestação social e agravando a insegurança da população que se opunha ao empreendimento³².

Em 2013, quando foi revelado o esquema de espionagem privada da Vale S.A., viu-se que a movimentação das moradoras e moradores de Santa Cruz em resistência à TKCSA também figurava nos alvos do departamento de segurança da empresa, encarregado de espionar movimentos sociais e grampear funcionários e jornalistas para defender os interesses da empresa, então acionista majoritária da siderúrgica. À época, a Agência Pública teve acesso a fotos e relatórios resultado da infiltração de agentes da empresa em diversos movimentos de contestação às suas operações, entre eles o movimento de moradores e pescadores da baía da Sepetiba³³.

28. Relato de Vitor Andres, Presidente da Associação dos Pescadores Artesanais do Canal da Ponte Preta – APEITA, em 2010. (SANTOS, 2012 p. 55).

29. Ibid. p. 56.

30. Informação constante do sítio eletrônico da Campanha “Pare Ternium”, na aba “TKCSA agora é Ternium”. Disponível em: <https://pareternium.org/#entenda>. Acesso em: 26 out. 2020.

31. “Estou afastado da família, dos meus companheiros, tudo por causa de ameaças. Fui o primeiro que começou a reivindicação pelos nossos direitos e o primeiro a ser ameaçado, pessoalmente, assim, na minha cara, pelo Barroso [então chefe de segurança do quadro de trabalhadores diretos da TKCSA/Ternium], falando que era para tomar cuidado porque a empresa era muito poderosa. E eu não dei, no início, muita importância a isso e continuei com a luta em defesa da classe de pescadores. [...] Logo que comecei a aparecer como liderança, que sempre fui, de pescadores, fui logo chamado e ameaçado. O que nós pedíamos na época era o direito de ter a nossa área de pesca. Porque tem alguns companheiros que ainda têm uma embarcação maior que pode sair mais para longe, mas a maior parte ali são barcos pequenos, a remo, que pescavam na área onde foi destruída. E fiz um protesto pacífico em frente ao portão da... Do canteiro da obra. E no primeiro dia que fizemos esse protesto esse cidadão, Barroso, foi o que veio me atender e que falou que nem ali eu poderia entrar para falar com ninguém; e daí começaram as ameaças. Vários telefonemas na madrugada me ameaçando. Tive que abandonar toda minha família, minha moradia”. (SANTOS, 2012, pp. 61-62)

32. “(...) era também grande a presença de seguranças privados e armados ameaçando os que se opunham ao empreendimento. As audiências foram realizadas em áreas que tradicionalmente sofrem com a ação de grupos de milicianos, o que aumentava o sentimento de insegurança” (PACS, 2012, p. 31).

33. “A Pública teve acesso a fotos e relatórios feitos a partir de infiltração em outros movimentos sociais como o Movimento pelas Serras e Águas de Minas Gerais, os ambientalistas do Pó Preto, do Espírito Santo, os movimentos sociais de moradores e pescadores da baía da Sepetiba, no Rio de Janeiro, onde fica a TKCSA – Companhia Siderúrgica do Atlântico – uma sociedade da Vale com a alemã Thyssen-Krupp, que pôs sua parte à venda sem atrair compradores – a poluição causada pelo empreendimento foi alvo de protestos até na Assembléia dos Acionistas, na Alemanha, pela chuva ácida e presença de resíduos tóxicos no ar que vem trazendo graves prejuízos à saúde da população como constatou uma pesquisa de Fiocruz/Manguinhos.” AGÊNCIA PÚBLICA. Vazamento de informações expõe esquema de espionagem da Vale. 13 de setembro de 2013. Disponível em: <https://apublica.org/2013/09/abrindo-caixa-preta-da-seguranca-da-vale/>. Acesso em: 26 out. 2020.

Denúncias e resistências

Como não poderia deixar de ser, o povo resiste a este violento processo de apropriação de territórios, vidas e recursos, e aponta alternativas de futuro. Os impactos compartilhados, sentidos nos corpos de muitas ao mesmo tempo, em vizinhas, amigas e parentes, impõe a urgência e necessidade da luta que supera o negacionismo da empresa ou do Estado. O pó da siderurgia é real e as mudanças produzidas no corpo e na saúde também:

"O pó lá em casa cai todo dia. Eu conheci a Tânia antes de ela ter os problemas de saúde dela, mas, a partir da sinusite, a gente se aproximou mais, e eu comecei a chamá-la para as reuniões com outros moradores, porque eu sabia o que era ficar doente por causa do pó—ela relata." (INSTITUTO PACS, 2018, p. 61.)³⁴

Santa Cruz reúne vidas que traçam trajetórias coletivas de resistência e alguns nomes são referência nesse sentido. Um exemplo é a história de Martha Trindade: mulher negra, enfermeira e lutadora histórica de Santa Cruz na área da democratização da saúde. Dona Martha foi uma das primeiras vozes a se levantar para questionar a siderúrgica que chegou tirando o sossego e a saúde do povo³⁵. Atuou para juntar a sua voz a de muitas e muitos, ouvindo vizinhos e tecendo redes. Com o tempo, as operações da siderúrgica foram pesando nos pulmões de Dona Martha, que morreu em 2013.

Seu nome move hoje o Coletivo Martha Trindade, composto por uma juventude que segue seus passos, fortalecendo laços entre a comunidade e a vizinhança, escutando o que há de errado, para construir uma realidade que sirva a todas as pessoas (INSTITUTO PACS, 2018, pp. 18-19). Além da experiência da juventude, mulheres da Zona Oeste constroem processos de auto-organização, com coletivos de mulheres dedicados a pautas como mobilidade urbana, segurança comunitária, agroecologia e feminismo periférico, como é o caso da coletiva que construiu o processo da Militância Investigativa da Zona Oeste³⁶.

34. A fala é da moradora Rosimeri Almeida Lopes Duarte, cobradora de ônibus aposentada e uma das autoras das 238 ações de reparação que tramitam na Defensoria Pública do Estado do Rio de Janeiro contra a Ternium Brasil.

35. INSTITUTO PACS, 2018, p. 18.

36. A coletiva produziu recentemente importante material sobre as violências impostas pelo capital transnacional em seu território e as resistências que tecem no seu cotidiano e luta: "Militiva – Enfrentamento aos racismos pelos olhares das mulheres: Uma cartografia feminista sobre violações e resistências", 2018. Disponível em: <https://www.militiva.org.br/mapa>. Acesso em: 26 out. 2020.

São experiências baseadas não somente em resistir, mas em imaginar, propor e construir alternativas, fortalecendo laços intergeracionais:

"Eu me vejo na minha mãe, acho que quando temos uma relação próxima com a mãe é o nosso primeiro exemplo. E tem outras mulheres, como a dona Marta que se eu pudesse ser um pouquinho do que ela foi, ficaria muito feliz - pra quem teve o prazer de conhecer sabe como ela era. Há outras mulheres que pensamos 'se eu for um pouco como ela é, eu vou ser muito feliz'."³⁷

Ao longo do tempo, a resistência e as denúncias às violações e danos causados pela TKCSA/Ternium têm contado também com a participação de um amplo arco de movimentos sociais e organizações da sociedade civil. Para citar apenas alguns, Justiça Global, Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), Rede Jubileu Sul, Articulação Internacional de Atingidos e Atingidas pela Vale, Associação Comunitária dos Moradores de Pequiá, Associação de Homens e Mulheres do Mar (Ahomar), Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (Sepe/RJ) e diversas entidades de classe, do campo popular e mandatos parlamentares que se somaram para que seu espaço e equipe pudessem servir à luta das moradoras e moradores de Santa Cruz, por saúde e vida digna³⁸. A resistência popular articulada entre a comunidade e esses setores e movimentos produziu importantes denúncias, publicações, ações judiciais e fatos políticos.

37. Jovem integrante do Coletivo Martha Trindade, entrevista realizada em 15/07/2020 pelo PACS, arquivos internos.

38. O Instituto Pacs e a Justiça Global listam uma série de apoiadores/as, que contribuíram para a luta do território em diferentes capacidades: "O número de movimentos sociais e demais organizações da sociedade civil sensibilizadas com a resistência à TKCSA no decorrer dos anos foi e continua alto. Movimento dos Trabalhadores Rurais sem Terra (MST), Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz), departamento de Geografia da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ), rede Jubileu Sul, Fórum Mudanças Climáticas e Justiça Social, Associação dos Geógrafos Brasileiros – Seção Rio de Janeiro, Brigadas Populares, Central dos Movimentos Populares, Articulação Internacional de Atingidos e Atingidas pela Vale, Artigo 19 Brasil, Associação Comunitária dos Moradores de Pequiá, Associação de Homens e Mulheres do Mar (Ahomar), Comissão de Direitos Humanos da OAB Rio de Janeiro, Comitê Popular de Mulheres da Zona Oeste do Rio de Janeiro, Federação e Órgãos para Assistência Social e Educacional (Fase), Instituto de Formação Humana e Educação Popular (Ifhep), Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST), Plataforma de Direitos Humanos – Dhesca Brasil, Rede Justiça nos Trilhos e Sindicato Estadual dos Profissionais de Educação (Sepe/RJ) são algumas delas." (INSTITUTO PACS; JUSTIÇA GLOBAL, 2017, p. 20).

As violações cometidas pela TKCSA/Ternium também chamaram a atenção de entidades do judiciário, de fiscalização e acesso à justiça³⁹. É nesse sentido que contextualizamos mais abaixo as 238 (duzentas e trinta e oito) ações ajuizadas pela Defensoria Pública do Rio de Janeiro em favor de moradoras e moradores pelos danos à saúde sofridos. A articulação entre moradores/as, sociedade civil e entidades de acesso à justiça também resultou em uma importante vitória para pescadores impactados por uma soleira de ferro instalada pela siderúrgica no Canal de São Francisco em 2015: após o ajuizamento de ação civil pública pela Defensoria, a empresa concordou em assinar acordo e indenizar mais de 100 (cem) pescadores⁴⁰.

Estrutura patriarcal e impactos diferenciados sobre meninas e mulheres

Um megaprojeto privado não surge como oposição ao modelo de desenvolvimento fundamentado na extração total e na violência, afinal é fruto dele. Uma vez operando, agrava os processos de violência característicos da subordinação da vida ao lucro, se abatendo de forma mais grave sobre grupos vulneráveis. É por isso que, apesar de a siderúrgica ser apontada como a responsável por, sozinha, elevar em 76% as emissões de CO₂ na cidade do Rio de Janeiro⁴¹, nem todos os seus impactos são generalizados sobre todas as gentes. São as mulheres trabalhadoras, em sua maioria negras, as que mais sofrem com os impactos da Ternium Brasil (QUEIROZ; PRAÇA, 2020).

39. "As irregularidades da usina também chamaram a atenção no judiciário. Por exemplo, só a Defensoria Pública do Rio de Janeiro é responsável pelo ajuizamento de mais de 200 ações judiciais de natureza individual e/ou coletiva relacionadas, entre outras, a denúncias de problemas de saúde acarretados por poluição, e ao impacto das alterações no território provocadas sobre a pesca artesanal. (...) Em atuação complementar à realizada pela Defensoria, o Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro tem hoje em curso ações penais e civis contra a TKCSA, seus representantes, além de órgãos e gestores públicos. Possui, ainda, inquéritos que não apenas investigam a instalação da barragem, mas também o licenciamento ambiental da siderúrgica e a concessão de incentivos fiscais que vigoram desde a época de sua instalação. O empreendimento também faz parte do rol de investigados pelo Ministério Público Federal, que acompanha o caso desde 2006, quando o complexo ainda estava em instalação." (Ibid., pp. 20-21).

40. Ver: <http://pacs.org.br/noticia/empresas-assinam-acordo-de-reparacao-com-pescadores-divida-social-e-ambiental-persiste-em-santa-cruz/>. Acesso em: 26 out. 2020.

41. LE MONDE DIPLOMATIQUE. A realidade por trás da Ternium Brasil, 21 de novembro de 2018. <https://diplomatie.org.br/a-realidade-por-tras-da-ternium-brasil/>. Acesso em: 26 out. 2020.

É para esse processo que vamos olhar neste item, com atenção especial aos impactos diferenciados sobre as vidas, corpos e direitos de meninas e mulheres.

Destacamos aqui alguns eixos principais de violações e impactos diferenciados que se abatem sobre meninas e mulheres:

1. Racismo;
2. Divisão sexual do trabalho;
3. Violência masculina;
4. Saúde;
5. Modos de vida das mulheres das águas e da pesca.

Racismo e a luta de meninas e mulheres da Zona Oeste

Como alertam as mulheres que constroem a coletiva de Militância Investigativa da Zona Oeste, é impossível pensar o processo de violências e degradação ambiental, ao qual seu território tem sido submetido, de forma dissociada do racismo. Santa Cruz é um bairro com maioria de população negra. Quando olhamos para as marisqueiras, pescadoras, quilombolas, agricultoras e faveladas, para as meninas e jovens que sofrem abusos, para as chefes de família em Santa Cruz, vemos que são, em sua imensa maioria, meninas e mulheres negras.

Desde a instalação da empresa, as vulnerabilidades sociais em Santa Cruz se agravaram, como a violência policial e as redes de distribuição e consumo de drogas ilícitas e armamentos. Esta situação recai brutalmente sobre a juventude negra e gera sofrimentos familiares e tensões sociais que afetam duramente a vida e a saúde mental das mulheres, principalmente negras, que chefiam a maioria das famílias da região (INSTITUTO PACS, 2017, pp. 44-45).

Divisão sexual do trabalho: trabalho reprodutivo, dentro e fora de casa

A implantação de um megaprojeto siderúrgico desata processos de violência nos territórios que aprofundam hierarquias entre homens e mulheres, relegando a estas o trabalho de cuidado e de produção e reprodução cotidiana da vida. No caso da operação da Ternium em Santa Cruz, dois aspectos desse processo saltam aos

olhos: a masculinização da força de trabalho empregada direta e indiretamente pela siderúrgica e a deterioração dos equipamentos e serviços de saúde e proteção social, ambos fenômenos que produzem e intensificam violações de direitos específicas às mulheres.

No caso da siderúrgica, a demanda por mão de obra masculina excluiu as mulheres do processo produtivo e atraiu homens de outras regiões, e até mesmo de outros países, tanto na fase de implantação e construção quanto na sua operação. Em entrevista, a moradora fala como a expectativa de empregos e melhoria de vida através do trabalho foi frustrada:

*"Poucas pessoas daqui trabalharam dentro da CSA, tiveram que pegar gente de fora para trabalhar aqui. Para muita gente foi um sonho e um desespero depois."*⁴²

Por empregar força de trabalho massivamente masculina, a implantação e operação do megaprojeto agrava a divisão sexual do trabalho: às mulheres resta realizar o trabalho reprodutivo e de cuidado, seja dentro de casa sem remuneração, seja fora de casa na prestação de serviços de limpeza, cuidado e cozinha, sujeitas à informalidade e à precarização. Em qualquer cenário, são jogadas para as esferas mais invisibilizadas e desvalorizadas da cadeia produtiva imposta pela siderurgia, o que aprofunda a dependência econômica em relação aos homens de seu círculo familiar:

*"A questão dos megaempreendimentos como a siderúrgica afeta, na maioria das vezes (de várias formas), a cuidadora do lar, quem está sempre gerindo (a casa) é a mulher e ela sempre tem uma preocupação maior de um filho ficar doente e não ter como arcar com um tratamento. Tem a questão da limpeza da casa, que afeta bastante por causa da poluição. Tem o emprego que a mulher acaba tendo que fazer todo o trabalho doméstico e ainda trabalhar fora de casa e, muitas das vezes, ela é sozinha e acredito que isso afeta muito mais nessa questão do cuidado. E ela mesma acaba não se cuidando, por estar sempre cuidando das pessoas a sua volta. As mulheres que tenho contato por aqui vivem muito essa realidade de cuidar muito das outras pessoas e acabam não se cuidando tanto."*⁴³

42. Maria Regina de Paulo, moradora de Santa Cruz, em entrevista concedida ao PACS em julho 2020, arquivos internos.

43. Fala de jovem integrante do Coletivo Martha Trindade, entrevista realizada pelo PACS. <https://medium.com/@pacsinstituto/mulheresterrit%C3%B3riosdeluta-a-voz-da-juventude-do-coletivo-martha-trindade-em-santa-cruz-74bd279fe583>. Acesso em: 26 out. 2020.

Esse arranjo expõe mulheres a situações de violência doméstica e patrimonial. De fato, como veremos mais a seguir, os bairros no entorno da TKCSA/Ternium convivem com altos índices de violência contra as mulheres, incluindo feminicídio, tentativa de feminicídio e lesão corporal contra mulheres⁴⁴.

Violência masculina e a produção de espaços inseguros

Megaprojetos extrativos e siderúrgicos atraem para os locais em que se instalam novos contingentes populacionais em busca de trabalho, majoritariamente masculinos. No caso da TKCSA, esse processo de masculinização de força de trabalho alheia ao território se vê nos homens uniformizados sem laços com o território que passam a se fazer presentes: funcionários, seguranças, motoristas, engenheiros:

*"Gente, quem não ficou com medo daquelas lendas de 'fulano veio de outro estado, é estuprador', 'está tendo estupro perto da empresa'? (...) Fora o medo de andar no meio de vários homens que não conhecemos, que é uma problemática muito apontada pelas nossas mães, no meu caso só minha mãe."*⁴⁵

Esse fenômeno reforça e ativa, entre outras coisas, circuitos de violência e exploração sexual de meninas e mulheres:

"Tem a normalização que houve dos motoristas de vans ficarem com garotas das nossas idades, uma normalização da pedofilia que existe nas periferias já há algum tempo e víamos isso. Só que aqui tínhamos a noção de quem eram os homens que sondavam as garotinhas e quando aparecem homens que a gente não conhece e não tem

44. "Dados do Instituto de Segurança Pública, da Secretaria de Segurança Pública do Governo do Estado do Rio de Janeiro, no Dossiê Mulher 2016, de 2015, revelam que a Área Integrada de Segurança Pública (AISP) composta pelos bairros Paciência, Santa Cruz, Guaratiba, Pedra de Guaratiba e Sepetiba é a 19ª de 39 áreas em relação ao total de mulheres vítimas de homicídio doloso, a 12ª de mulheres vítimas de tentativa de homicídio e a 10ª de mulheres vítimas de lesão corporal dolosa" (INSTITUTO PACS, 2017, p. 45).

45. A fala é da jovem Wanessa Affonso, integrante do Coletivo Martha Trindade. Disponível em: <https://medium.com/@pacsinstituto/mulheresterrit%C3%B3riosdeluta-a-voz-da-juventude-do-coletivo-martha-trindade-em-santa-cruz-74bd279fe583>

noção de onde vieram, é mais complicado. Eu ficava com muito medo porque os próprios homens manipulavam as mulheres no sentido de falar que elas são "muito maduras", sendo que eram de uma idade claramente infantil e muitas vezes nem com o corpo desenvolvido. O impacto que eu lembro é nesse sentido.”⁴⁶

Com o agravamento das vulnerabilidades sociais e o direcionamento de recursos públicos para os cofres da empresa (por meio de isenções e investimentos públicos), as políticas públicas necessárias para gerar espaços seguros para mulheres e pessoas negras são deixadas de lado.

É assim que os bairros da Zona Oeste da capital, onde Santa Cruz se insere, figuram no topo dos rankings de violência contra a mulher medidos por institutos públicos e de pesquisa, incluindo os dados gerados pelo Instituto de Segurança Pública – ISP para o Dossiê Mulher. Na análise da incidência de casos de violência contra a mulher por bairros, essa triste marca se reforça sobre a região, com Santa Cruz aparecendo no alto na lista. No Dossiê Mulher de 2019 (com dados referentes ao ano de 2018), a delegacia da polícia civil de Santa Cruz foi a quarta de todo o estado do Rio de Janeiro em número de denúncias (390) e a sétima em quantidade de casos (1.940)⁴⁷.

O mesmo acontece com os dados sobre violência sexual: a região que abrange Paciência e Santa Cruz, Guaratiba, Pedra de Guaratiba e Sepetiba figura no topo das ocorrências registradas: é o 4º lugar do município do Rio de Janeiro no que diz respeito aos registros desse tipo de violência. Apesar da demanda histórica dos movimentos de mulheres da região, em Santa Cruz não há nenhuma Delegacia de Atendimento às Mulheres (Deam), apenas um Núcleo de Atendimento às Mulheres (Nuam). Esses dados já são alarmantes mesmo quando não consideramos a subnotificação, um problema estrutural que impede que as violências cometidas contra meninas e mulheres gerem dados precisos.

Saúde

O aumento da poeira, a chuva de prata e outras consequências poluentes da siderurgia impactam diretamente a saúde das mulheres da região.

46. Ibid.

47. Instituto de Segurança Pública. Dossiê Mulher 2019. Disponível em: http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/uploads/DossieMulher2019.pdf Acesso em: 20 out. 2020.

Como mencionado antes, a divisão sexual do trabalho empurra as mulheres para tarefas domésticas e de cuidado. No contexto da siderurgia, isso significa que são as mulheres que concentram cotidianamente as atividades ligadas à limpeza e higienização, se expondo às toxicidades do particulado de ferro concentrados nas calçadas, nas casas e no ar.

"Foligem o tempo todo, impossibilidade de pescar, quando varremos a varanda e a calçada o tanto de poeira que sai. Antes não chegava tanto aqui em casa, a gente nem via, mas esses dias eu varri a calçada e me sentei no sol, parecia que estava cheia de purpurina no corpo.”⁴⁸

No que se refere aos trabalhos de cuidado, a deterioração dos equipamentos públicos de saúde e assistência social na região obriga as mulheres a realizar em casa trabalhos que deveriam ser feitos pelo poder público. São as mulheres que cuidam das crianças, idosos e familiares que adoecem por respirar a poeira tóxica da Ternium. Enquanto isso, a empresa poluidora desfruta de generosas isenções e benefícios fiscais e é liberada de obrigações ambientais, aprofundando as vulnerabilidades sociais no bairro que possui um dos piores marcadores no Índice de Desenvolvimento Humano – IDH do município⁴⁹:

"Teve um tempo que assim que parei de trabalhar (fora de casa) que eu tinha uma coceira que não sabia o que era. Meus olhos ficavam muito vermelhos, minha mãe não conseguia respirar (...). Quando fiquei em casa com ela em 2007 é que vi o que estava acontecendo, que tinham pessoas morrendo e problemas saúde. O posto de saúde não tinha médico para cuidar da gente. Minha mãe ficava sufocada dentro de casa, a gente não sabia o que estava acontecendo. Diziam "é progresso, a coisa vai melhorar", e realmente não melhorou, só piorou a nossa situação”⁵⁰

"O adoecimento das pessoas, a minha filha está toda alérgica, essa semana mesmo ela está toda cheia de manchas vermelhas, com bolinhas. E meu sobrinho também que está com problemas respiratórios e na pele. Daqui a 15, 20 anos, em Santa Cruz, vai estar todo mundo com câncer”⁵¹

48. Regina Marins, moradora de Santa Cruz, em entrevista concedida ao PACS em 2020, arquivos internos.

49. Ver: <http://www.data.rio/datasets/o-%C3%ADndice-do-desenvolvimento-humano-idh-no-munic%C3%ADpio-do-rio-de-janeiro-dezembro-2003>. Acesso em: 26 out. 2020.

50. Maria Regina de Paulo, moradora de Santa Cruz, em entrevista concedida ao PACS em julho 2020.

51. Maria Regina de Paulo, moradora de Santa Cruz, em entrevista concedida ao PACS em julho 2020.

Além da incidência de doenças nos olhos, pele e aparelho respiratório, os relatos das mulheres revelam a dimensão psíquica da violência do capital siderúrgico. Nos relatos colhidos pelo PACS, palavras como “medo”, “ansiedade”, “angústia”, “cansaço” figuram com frequência no vocabulário de mulheres de todas as idades atingidas pela TKCSA/Ternium. Aí habita uma dimensão quase invisível dos impactos e violações de direitos, difícil de mensurar, mas que custa anos de vida e a saúde de muitas meninas e mulheres.

Modos de vida das mulheres das águas e da pesca

A deterioração, causada pela empresa, dos modos de vida e de sustento ligados à terra e às águas, pautados em saberes tradicionais transmitidos a cada geração, afeta também a vida das mulheres. A perda de renda e postos de trabalho sequer é reparada por medidas compensatórias ou indenizatórias, tendo em vista que as grandes empresas causadoras de danos com frequência relutam em reconhecer as mulheres como pescadoras, marisqueiras ou, de modo geral, como membros produtivos de arranjos produtivos tradicionais como a pesca artesanal e a agricultura familiar. Sendo historicamente encarregadas pela alimentação, enfrentam dificuldades para garantir uma renda mínima que dê alguma segurança alimentar às suas famílias.

As pescadoras e marisqueiras sofrem danos emocionais pela perda da atividade e pela degradação do território da Baía de Sepetiba, com o qual também estabelecem laços afetivos (INSTITUTO PACS, 2017, p. 46). Para além dos impactos sobre a renda, a subsistência e o trabalho, modos de vida são também sobre formas de existir no mundo, passadas de geração em geração, como se vê no relato de Lindinalva, ex-moradora e pescadora da região:

“Quando a gente chegou aqui, a água do rio era limpa. A gente saía para pescar, com duas horas, voltava carregado de peixe. Hoje, se a gente passa o dia inteiro batendo rede, ainda não enche um isopor (...) Meu pai me ensinou a pescar, me ensinou que o que é dos outros a gente não pega, a gente precisa construir o nosso (...). O mar e os rios são de todo mundo. Quando o homem vem e destrói, ele não está no direito dele. Porque o mar não é dele”. (INSTITUTO PACS, 2018, pp. 40 e 42).

As mulheres reagem a isso com auto-organização e resgate de práticas e saberes tradicionais: por meio de coletivos, grupos de familiares, vizinhas e

amigas, as mulheres conservam e retomam as experiências das parteiras, benzedadeiras, conhecedoras das plantas e dos animais, mulheres que cultivam em seus quintais e jardins, semeiam as matas, guardam as nascentes dos rios e as sementes crioulas⁵².

A judicialização do conflito: solução ou novas violências?

Uma das formas de resistir e denunciar os processos de expropriação causados pela Ternium Brasil é o recurso ao Poder Judiciário, uma vereda que não é estranha para comunidades atingidas por megaprojetos – mas cujos limites muito rapidamente se fazem evidentes. Há, hoje, 238 (duzentas e trinta e oito) ações reparatórias ajuizadas por moradoras/es de Santa Cruz, vizinhas da siderúrgica, concentradas em uma única ação chamada “ação paradigma”. Apesar de vitórias pontuais, é importante compreender não somente o escopo dessas e das outras principais demandas judiciais e seus impactos sobre as pessoas e famílias que ali figuram.

Ação	Partes	Objeto	Andamento e detalhe
“Ação paradigma”: reúne mais de 200 (duzentas) ações em um mesmo processo judicial.	Moradoras e moradores de Santa Cruz, representadas/os pela Defensoria Pública, contra a Ternium Brasil.	Ações reparatórias em torno de três elementos em comum: (i) a poluição atmosférica causada pela operação da siderúrgica, associada aos altos índices de emissão de material particulado inalável, provocando doenças cardiovasculares, respiratórias e dermatológicas; (ii) impactos estruturais às moradias do entorno em decorrência da operação da linha férrea, por onde trafegam duas locomotivas e 200 vagões com minério de ferro, que	Os relatos dão conta de que a perícia foi marcada por falta de transparência e parcialidade, tendo como importante símbolo, o fato de que o perito possuía relação prévia com o antigo diretor executivo da Ternium – o que não foi considerado um problema pelo juiz. O laudo pericial buscou excluir qualquer responsabilidade da empresa em relação a todos os aspectos das ações, e foi rebatido em nota do PACS, que apontou as inconsistências

52. São valiosas as reflexões do coletivo de mulheres da Militância Investigativa da Zona Oeste sobre as práticas e saberes tradicionais e as relações agroecológicas do mar e da terra na região. Ver: <https://www.militiva.org.br/mapa>. Acesso em: 28 out. 2020.

		passa nas imediações da Reta João XXIII para alcançar o interior do complexo siderúrgico da Ternium Brasil; (iii) os alargamentos que passaram a ocorrer no bairro a partir da instalação da siderúrgica, tendo em vista a terraplanagem feita pela empresa no Canal São Fernando.	metodológicas (INSTITUTO PACS, 2019). A Defensoria Pública, a partir de materiais disponibilizados pelo PACS e do trabalho de seu assistente técnico, questionou o laudo pericial, pedindo sua invalidação; a empresa, por sua vez, ficou satisfeita com o laudo. O juiz manteve a validade do laudo pericial, defendendo o perito, acusando a Defensoria Pública e seu assistente técnico de desídia. Na mesma decisão, informou às partes que não seria mais o juiz da causa, pois seria lotado em outra vara ⁵³ .
Ação de improbidade administrativa	Ministério Público do Estado do Rio de Janeiro – MPERJ contra o ex-governador Sergio Cabral e outros funcionários do alto escalão do governo.	A ação busca impedir a emissão de licença de operação definitiva para o complexo siderúrgico pelo INEA (ou, caso fosse emitida a licença, cancelar) sem que, entre outras coisas, fossem realizados estudos técnicos, ouvida a população local, avaliados os impactos à saúde e determinado o cumprimento do TAC.	A ação foi ajuizada em 2016, caminha lentamente e ainda está em fase inicial de produção de provas.
Ação de reparação coletiva	Associação de Pescadores Canto dos Rios – APESCARI contra a Ternium Brasil.	A ação busca reparação por danos sofridos pelos pescadores associados pela lesão ambiental, de trabalho e modos de vida causada pela instalação da siderúrgica.	O perito concluiu que a Ternium não provocou nenhum dano permanente ao meio ambiente da Baía de Sepetiba, apesar de ter reconhecido que as obras de construção do porto e dragagem tenham impactado a atividade pesqueira local, cabendo indenização pelo período que os pescadores ficaram inviabilizados de exercer seu trabalho. Ainda não foi proferida decisão definitiva na ação.

53. A expectativa não é positiva para os moradores em relação a essa ação, sendo remota a chance de o laudo pericial ser invalidado ou reformado antes do julgamento final. Além disso, como um novo juiz deve assumir o caso, sem experiência ou memória do caso específico, é pouco provável que decida de forma contrária ao que aponta o laudo pericial.

O relato sobre os andamentos dos processos destoa da realidade concreta vivida pelas moradoras e moradores do entorno da siderúrgica. Entraves burocráticos, perícias duvidosas e magistrados sem qualquer laço ou conhecimento do território dificultam a construção de um processo paritário que confira às atingidas e atingidos o mesmo peso e possibilidade de participação que à empresa, com seus gordos bolsos e pomposos escritórios de advocacia – com advogados e consultores que frequentam as mesmas instituições de ensino, restaurantes e círculos sociais que os magistrados, bem longe de Santa Cruz. Essa tem sido a experiência rotineira dos movimentos populares e dos territórios atingidos quando buscam socorro no Poder Judiciário no Brasil⁵⁴.

No caso de Santa Cruz, o imbróglio envolvendo o perito demonstra o absoluto descolamento dos sujeitos que movem o aparato judicial em relação à vida real da população que deveriam servir. Algumas imagens e pontos merecem particular atenção.

A estrutura masculina, branca e patriarcal do Judiciário

O processo judicial e o funcionamento de todo o seu aparato não foram desenhados pelas comunidades, pelos pobres, pelas mulheres, pelas pessoas negras. Sua linguagem, estrutura e os agentes sociais que conseguem acessar e fazer usos bem-sucedidos do Poder Judiciário, em geral, não são aqueles e aquelas obrigadas a conviver com um tentáculo da indústria extrativa em seu quintal. Juízes homens, em sua imensa maioria brancos (oito em cada dez juízes no Brasil são brancos)⁵⁵, que jamais colocaram os pés na comunidade que faz parte do processo; peritos homens cuja sociabilidade se entrelaça a dos homens que ocupam cargos executivos na empresa acionada, seja nos corredores da academia, seja em postos de trabalho do alto escalão da própria empresa; ritos e decisões judiciais em linguagem inacessível.

54. Sobre os limites da mobilização de instituições do judiciário em favor de comunidades atingidas por desastres socioambientais causados por grandes empresas, ver: LOSEKANN, 2018.

55. Disponível em: https://www.jota.info/paywall?redirect_to=https://www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/a-participacao-como-um-problema-para-as-instituicoes-de-justica-09082018 Acesso em 26/10/2020 “O juiz brasileiro é homem, branco, cristão e casado. A característica dominante foi revelada no levantamento Perfil Sociodemográfico dos Magistrados 2018, elaborado pelo Conselho Nacional de Justiça. A pesquisa contou com uma amostra de 11,3 mil juízes, cerca de 62,5% do total em atuação no Brasil atualmente.” Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2018-09/oitoe-cada-dez-juizes-no-brasil-sao-brancos-aponta-pesquisa-do-cnj>. Acesso em: 26 out 2020.

Para algumas teóricas, essa desconexão do Poder Judiciário com a realidade das mulheres, dos pobres, dos territórios populares e tradicionais tem razão de ser. Ao olhar para o período da chamada “caça às bruxas” na Europa para investigar a relação entre o processo de acumulação capitalista e a divisão sexual do trabalho⁵⁶, em que um número incalculável de mulheres pobres e camponesas foram perseguidas, torturadas, assassinadas e tiveram seus bens e de suas famílias e comunidades confiscados pela inquisição, estudiosas apontam para a ascensão de uma classe de profissionais emergentes dominada por homens: médicos e advogados⁵⁷.

Tais trabalhos demonstram o que a articulação entre Igreja, Estado e classes proprietárias foi capaz de alcançar ao lançar uma campanha de difamação contra os despossuídos (pobres, camponeses, mulheres), que era refletida também na construção do medo contra tudo o que não poderia ser controlado (a natureza, as colônias e povos racializados), e que parte importante desse processo foi a emergência da ciência moderna, marcada pelo uso da técnica contra o povo. A proibição e criminalização de saberes tradicionais possibilitou, assim, a profissionalização de homens abastados que teriam o monopólio do saber científico, tanto na medicina quanto no Direito.

56. Aqui nos baseamos principalmente nos trabalhos de Maria Mies (2014) e Silvia Federici (2017).

57. “A perseguição e queima das parteiras como bruxas estava conectada diretamente com a emergência da sociedade moderna: a profissionalização da medicina, a ascensão da medicina como uma ‘ciência natural’, a ascensão da ciência e da economia modernas. (...) Similarmente, há uma conexão direta entre o massacre de bruxas e o surgimento da profissionalização do Direito. Antes desse período, a lei germânica seguia o antigo costume germânico; era o direito dos povos ou consuetudinário, mas não uma disciplina a ser estudada. Mas agora o Direito romano era introduzido, a maioria das universidades estabeleceram corpos docentes de Direito e diversas universidades, como a universidade de Frankfurt, consistiam de fato apenas da faculdade de Direito. Alguns contemporâneos reclamam das universidades: ‘Eles não servem para nada e treinam apenas parasitas que aprendem a confundir as pessoas, a transformar coisas boas em ruins e coisas ruins em boas, que escondem dos pobres o que é correto e dá o que não é certo aos ricos.’ (...) Os julgamentos de bruxas forneciam emprego e dinheiro para uma multidão de advogados, juristas, juízes, conselheiros etc. Eles podiam, por meio das suas interpretações complicadas e aprendidas dos textos oficiais, prolongar os julgamentos de modo a aumentar os custos do procedimento. Havia uma ligação íntima entre as autoridades seculares, a igreja, os governantes dos pequenos estados feudais e os advogados. Os últimos eram responsáveis por uma inflação dos honorários e enchiam seus cofres espremendo dinheiro das vítimas pobres da caça às bruxas. (...) Alguns governantes tinham contadores para checar o que os vários oficiais haviam feito com o dinheiro extraído e com os honorários que haviam demandado. Incluídos nos custos de um julgamento estavam o seguinte: - o álcool consumido pelos soldados que perseguiram a bruxa; - a visita que o padre fez à bruxa encarcerada; - a manutenção da guarda privada do executor. De acordo com o Direito canônico, a propriedade da bruxa deveria ser confiscada, não importando se havia ou não herdeiros. O volume da propriedade confiscada, nunca menos do que 50 por cento, era apropriado pelo governo. Em muitos casos, tudo o que restava após a dedução dos custos do julgamento iam para o tesouro do Estado.” MIES, 2014, pp. 83-85. Tradução da autora.

A despolarização da técnica a favor da empresa e a ciência contra o povo

Os episódios relatados pelo PACS sobre a condução da perícia são um exemplo vivo da forma pela qual a “técnica” e a “ciência” dentro de um processo judicial se voltam contra comunidades atingidas e empobrecidas pelo modelo de desenvolvimento.

Tendo em vista que as ações envolvem um alto grau de complexidade técnica, em razão da escala dos danos ambientais e à saúde causados pela implantação e operação da siderúrgica, a produção de provas interpreta um papel fundamental nos embates judiciais entre comunidade e Ternium/TKCSA, em particular provas relacionadas a dados técnicos. Mas a técnica não é neutra, ao contrário do que também tentou fazer entender o perito escolhido pelo juízo. É na prova pericial que reside mais um risco para a comunidade: ali se acirra a disparidade socioeconômica entre empresa – com seus volumosos recursos, grandes escritórios de advocacia e de consultoria empresarial e técnica –, de um lado, e a comunidade atingida – que conta com a força de moradoras e moradores e com a Defensoria Pública, que não possui recursos para contar com o mesmo aparato técnico –, do outro. São simbólicos destes fenômenos o comportamento e o modo de proceder do perito judicial e dos homens à sua volta, em especial nos episódios relacionados ao desabamento de uma moradia nas imediações da usina, descrito a seguir.

Em novembro de 2018, com a ação paradigma em lento andamento, o teto da sala da casa de Sueli Barreto, antiga moradora e referência na resistência contra as violações de direitos cometidas pela Ternium Brasil cuja casa já possuía rachaduras nas paredes da cozinha, sala, no chão e no muro do quintal, por pouco não caiu sobre ela e sua filha. O evento interrompeu meses de inércia e falta de respostas à população no processo judicial, graças a pedido de perícia realizado pela Defensoria Pública⁵⁸. O imobilismo, no entanto, não deu lugar a

58. “Até que, no dia 29 de novembro de 2018, por volta das 8 horas da manhã, mais um incidente de desabamento ocorreu nas imediações da Reta João XXIII. Sueli Barreto, antiga moradora e referência na resistência contra as violações de direitos cometidas pela Ternium Brasil, por pouco não teve a laje de sua casa caindo sobre ela e sua filha. Foi no momento em que ela saiu do quarto em direção à sala que o teto desabou sobre o cômodo vazio. Segunda ela, a casa possui rachaduras nas paredes da cozinha, sala, no chão e no muro do quintal. Em virtude do acontecimento, a Defensoria Pública entrou em contato com o Magistrado responsável, que exigiu que uma perícia fosse realizada especificamente na casa da moradora.” (INSTITUTO PACS, 2019)

um processo dinâmico, paritário e nem mesmo imparcial, pelos parâmetros do próprio Judiciário e da legislação vigente. Pelo contrário, as visitas do perito foram marcadas pela falta de objetividade e coerência metodológica e científica, bem como pela completa desconsideração do sofrimento da moradora:

"Segundo relato da dona da casa, a visita não durou mais que 30 minutos. Os destroços ainda se encontravam no quarto, já que ela aguardava a visita da Defesa Civil, que não ocorreu. Não foram levados quaisquer equipamentos técnicos por parte do perito Antonio Roberto e durante toda a visita foram feitos para a Dona Sueli os mesmos questionamentos que a Ternium fez ao perito. Como emitir laudo pericial sobre uma situação específica sem a utilização de qualquer aparato ou instrumento técnico? Cabe, em uma situação de estresse, o perito questionar, como se deu a construção de cada cômodo da casa, perguntar pela existência de pilares, vigas e colunas, ignorando a situação de altíssimo estresse por qual passava a moradora?"⁵⁹

O desabamento inaugurou uma série de diligências realizadas à revelia da população e sem rigor técnico, conduzidas pelo perito judicial. Segundo levantamento do PACS, o perito judicial era professor no mesmo programa de pós-graduação em que um antigo diretor da TKCSA/Ternium havia cursado mestrado. O executivo, por sua vez, agora atuava como assistente técnico da empresa no mesmo processo⁶⁰. O comportamento do perito, avaliado pelo juízo, foi marcado pelo que só pode ser interpretado como desprezo pela população atingida e pelo papel institucional da Defensoria Pública: foram realizadas diligências periciais sem conhecimento da Defensoria Pública e dos moradores e moradoras e agendas de visita pericial foram desrespeitadas, gerando esperas sem resposta de até uma hora e meia por parte dos moradores e do assistente técnico da Defensoria⁶¹.

59. Ibid.

60. Segundo o PACS, o assistente técnico, Luiz Claudio, "trabalhou durante cinco anos (2010–2014) como diretor de Sustentabilidade da TKCSA sendo, inclusive, alvo da ação penal por parte do Grupo de Atuação Especial de Combate ao Crime Organizado (GAECO), do MPRJ, acusado de prática de crime de poluição, violando a Lei de Crimes Ambientais. A ação penal está relacionada aos três incidentes da chuva de prata que ocorreram entre 2010 e 2012 e que também é objeto das acusações das 238 famílias em processo aqui analisado." Ibid.

61. "A partir desse episódio as diligências periciais ganharam um ritmo constante. No início de dezembro foi anunciada a ocorrência de uma diligência pericial marcada para o dia 18. Segundo

O desgaste de brigar pelo óbvio

Em muitos episódios, a população se vê obrigada a recorrer ao Poder Judiciário para buscar a garantia de direitos e a execução de medidas previstas em lei ou com as quais a própria empresa e autoridades governamentais já haviam se comprometido⁶². Uma vez dentro da contenda judicial, o desgaste de buscar convencer a empresa, o juízo e peritos de princípios e diretrizes evidentes também recaí sobre a população atingida.

Por exemplo, a Defensoria Pública e a parcela da população representada nas ações reparatórias tiveram que batalhar por questões que deveriam ser autoevidentes: a produção de dados de caráter comprobatório a respeito das emissões poluentes não pode ser feita a partir de informações produzidas pela própria empresa acusada de causar os danos, sendo necessária a realização de análises e estudos independentes sobre a emissão do material particulado na atmosfera.

comunicado, as partes deveriam se encontrar às 9 horas em frente ao Portão 2 da Ternium Brasil. No dia e horário combinados estavam presentes três moradores, além do perito indicado pela Defensoria Pública para realizar o acompanhamento das análises técnicas. Seriam visitadas as casas que se encontram às margens da linha do trem. Os quatro ficaram esperando o perito designado pelo juiz, Antonio Roberto, das 9h até às 10h30. Cansados de esperar, decidiram ir embora. No mesmo horário, ao chegar em casa, um dos moradores se depara com Antonio Roberto acompanhado de dois pesquisadores da PUC-RJ, além de dois funcionários da Ternium Brasil. Por qual motivo o perito não se apresentou na hora e no local informado, quando uma parte interessada lá se encontrava? E por que funcionários da Ternium Brasil sabiam, enquanto a outra parte não sabia, que o perito estaria em determinada residência e não na hora e no local previamente informados? (...) Por fim, na semana do dia 14 de janeiro de 2019, o Instituto Pacs foi informado por um dos moradores de que foi realizada mais uma diligência pericial, sem que Defensoria Pública e moradores e moradoras fossem comunicados. Reivindicamos que a diligência pericial realizada no dia 18 de dezembro de 2018 seja cancelada e que o perito apresente explicações sobre os métodos utilizados, que justifique a ausência no local e hora previamente combinados e que explique, ainda, o motivo de estar acompanhado de funcionários da Ré." Ibid.

62. O tema foi tratado também pelo PACS e pela Justiça Global em relatório detalhado sobre as violações de direitos humanos no caso TKCSA/Ternium: "Isso significa dizer que, a despeito de a TKCSA haver expressamente se comprometido no curso do licenciamento ambiental, em especial após a primeira emissão de material particulado em agosto de 2010, a realizar todas as reparações individuais devidas, foi necessário interpelar o Poder Judiciário a fim de tentar garantir tais direitos. Nesse sentido, apesar da eventual necessidade de produzir cálculos específicos a fim de singularizar as reparações, inúmeros documentos produzidos pelo próprio Inea ao longo do licenciamento atestam a existência de danos individuais, para além dos impactos não previstos, não compensados, mas verificados após o início da instalação e operação da siderúrgica. Ou seja, desde pelo menos 2010, a comunidade local, que possui direito à reparação oriunda da atividade da TKCSA é obrigada a disputar, em um cenário de significativa disparidade de forças, por algo que é seu de direito, já comprovado pelo próprio estado do Rio de Janeiro (INSTITUTO PACS; JUSTIÇA GLOBAL, 2017, p. 72).

A frustração com a necessidade de produzir provas sobre aspectos da vida que a comunidade sente na pele aparece nos relatos de algumas mulheres jovens entrevistadas:

*"Eu não tenho tanto contato direto, mas vejo que inicialmente as pessoas achavam que não seria um processo tão **demorado**. As pessoas não tinham muito essa consciência, porque **parecia meio óbvio o impacto causado**, tinha um nexo causal [vínculo que estabelece a relação de causa e consequência entre dois fatos]. Não foi algo que as pessoas achavam que teriam que ficar brigando por tanto tempo para conseguir."*⁶³

A judicialização como um impacto do megaprojeto

A estrutura do Judiciário e, em especial, seu caráter burocrático, inacessível e lento, se configura em mais uma dimensão de impacto nas vidas das moradoras e moradores arrastados também para a luta nesta seara. Um aspecto ambíguo para a comunidade está em gerenciar as expectativas e a esperança sobre o envolvimento de autoridades judiciais em sua luta e resistência: entrar com uma ação gera esperança, mas também captura energia das moradoras e moradores, que se veem em um labirinto burocrático. É nesse sentido também o relato de Aline:

*"É muito **desgastante** porque sempre que acontece algo assim as pessoas vêm aqui em casa, temos que **correr atrás**... É **cansativo**. Mas, ao mesmo tempo, para as pessoas que estão envolvidas nas ações, sinto que dá um pouco de esperança, já que não conseguiu tirar a empresa, fechar. A ação foi o que restou, eles veem como uma **ponta de esperança**. Uma justiça em meio a tantas **injustiças** que são feitas aqui. Mas é muito cansativo porque tem que estar sempre tentando articular uma coisa, correr atrás de outra, ficar em cima de algumas pessoas, do Ministério Público, em cima de advogado,*

63. Jovem integrante do Coletivo Martha Trindade, entrevista realizada em 15/07/2020 pelo PACS, arquivos internos. Partes disponíveis em: <https://medium.com/@pacsinstituto/mulheresterrit%C3%B3riosdeluta-a-voz-da-juventude-do-coletivo-martha-trindade-em-santa-cruz-74bd279fe583>. Acesso em: 26 out. 2020. Grifos da autora.

*procurando provas... Sem saber como que está o andamento. A **demora** é algo que desgasta muito. Eu vejo como um **desgaste, cansaço**, mas é uma esperança também."*⁶⁴

Algumas palavras e expressões se repetem quando as mulheres falam sobre as ações judiciais: esperança, injustiça, cansaço, demora, desgaste. O processo de luta e de resistência às perdas impostas pelo megaprojeto parece exigir das mulheres que não abram mão de nenhum front de batalha, mas o custo se faz sentir em sua saúde psíquica e física:

*"Eu conheço um pouco, mas não tenho muito o que dizer. As pessoas me perguntam via WhatsApp, mas não tenho muita informação sobre a parte burocrática da coisa. Não é uma área que tenho muito interesse, apesar de achar muito importante e relevante que continue sendo feito. Mas é que **os processos são tão demorados que fico ansiosa e me faz mal**."*⁶⁵

Há instrumentos e legislação suficientes que demandariam a participação popular efetiva e o respeito a direitos sociais, econômicos e culturais de comunidades e territórios em casos como o da Ternium Brasil e que, caso respeitados, de fato inviabilizariam a implantação do megaprojeto. Quando os Poderes Legislativo (vale lembrar a alteração do zoneamento da região para viabilizar a implantação do empreendimento) e Executivo (expresso aqui, principalmente, na atuação do Governo do Estado do Rio de Janeiro e do INEA) militam pela inutilidade ou desrespeito de tais previsões, a população se vê obrigada a recorrer ao Poder Judiciário para, como dizem muitos dos relatos das jovens moradoras de Santa Cruz, buscar o que parecia óbvio.

O funcionamento patriarcal do Poder Judiciário, no entanto, coloca as moradoras, moradores e toda a comunidade sob o risco de sofrer uma nova etapa de violações de direitos, em litígios marcados por linguagem e ritos

64. Jovem integrante do Coletivo Martha Trindade, entrevista realizada em 15/07/2020 pelo PACS, arquivos internos. Partes disponíveis em: <https://medium.com/@pacsinstituto/mulheresterrit%C3%B3riosdeluta-a-voz-da-juventude-do-coletivo-martha-trindade-em-santa-cruz-74bd279fe583>. Acesso em: 26 out. 2020. Grifos da autora.

65. Jovem integrante do Coletivo Martha Trindade, entrevista realizada em 15/07/2020 pelo PACS, arquivos internos. Disponível em: <https://medium.com/@pacsinstituto/mulheresterrit%C3%B3riosdeluta-a-voz-da-juventude-do-coletivo-martha-trindade-em-santa-cruz-74bd279fe583>. Acesso em: 26 out. 2020. Grifos da autora.

inacessíveis, falta de transparência, incapacidade de promover a participação popular, lentidão e, do ponto de vista da urgência da vida de quem é obrigado a respirar o pó da siderurgia, imobilismo.

A CSN em Volta Redonda

O município de Volta Redonda, cuja gênese se confunde com as origens da Companhia Siderúrgica Nacional – CSN, se situa na região sul fluminense, a 141 km da capital do Rio de Janeiro, e conta hoje com uma população de 273.988 (duzentas e setenta e três mil novecentos e oitenta e oito) pessoas⁶⁶. É ali que opera a Usina Presidente Vargas, uma das maiores siderúrgicas da América Latina, com capacidade anual de produção de 5,8 milhões de toneladas de aço, um dos principais ativos da CSN, que nasceu como uma empresa estatal e foi privatizada nos anos 1990.

Na primeira parte deste capítulo (nos itens 1 a 3), há um breve apanhado da fundação e trajetória da CSN em Volta Redonda, passando pelo histórico de lutas grevistas da cidade, os agentes econômicos hoje envolvidos no controle da empresa e sua cadeia produtiva. Na segunda parte (nos itens 4 a 6), abordaremos alguns dos principais impactos e violações causados pela siderurgia em Volta Redonda, lançando um olhar também sobre os processos de resistência e denúncia e, finalmente, sobre os impactos diferenciados sobre as vidas das mulheres.

A criação de uma cidade-empresa: da fundação à privatização

A Companhia Siderúrgica Nacional – CSN foi fundada no início dos anos 1940 pelo governo Getúlio Vargas, encarregada da construção e operação de planta siderúrgica em um distrito de Barra Mansa – a futura Volta Redonda⁶⁷. O início das operações da empresa coincide com a fundação da cidade⁶⁸, pensada para funcionar em torno da siderúrgica – uma *company town*⁶⁹ –, o que se

67. Dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, disponíveis em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/rj/volta-redonda.html>. Acesso em: 26 out. 2020.

68. JORNAL A VOZ DA CIDADE. "Quando tudo começou...", 17 de julho de 2019. Disponível em: <https://avozdacidade.com/wp/quando-tudo-comecou/>. Acesso em: 26 out. 2020.

69. Foi somente em 1954, anos após a instalação e início da operação da planta siderúrgica, que Volta Redonda se emancipou de Barra Mansa e se tornou município. Em uma tradução livre para o português, uma *company town* seria uma cidade corporativa, uma

refletiu na política urbana e na organização territorial. Isso sempre conferiu à empresa o poder de controlar a estrutura da cidade e de disciplinar a força de trabalho (SANTOS, 2018, p. 10).

Mulheres de Volta Redonda, filhas de pais e mães que vieram em busca de trabalho e de construir suas vidas, identificam já nessa origem os padrões de exclusão em torno do modelo de cidade-empresa. Decisões que determinariam a vida e os rumos da cidade, como onde seriam as moradias de cada setor dos funcionários da empresa (engenheiros, operários etc.), os equipamentos públicos como hospitais e escolas, os clubes, as plantações etc., foram tomadas em torno da existência e necessidades da empresa, sem priorizar a população que construía com suas próprias mãos a siderúrgica e a cidade que crescia em seu entorno. Além disso, não abrangiam todas as trabalhadoras e trabalhadores, que tiveram que construir suas próprias casas de forma precária, em locais distantes ou em morros, sem infraestrutura urbana⁷⁰.

Empregando um grande contingente de mão-de-obra (que diminuiu com as demissões causadas pela privatização) e em funções expostas ao risco de graves acidentes de trabalho, a CSN viu crescer desde sua fundação um forte movimento operário, que resistiu ao período da ditadura militar na cidade e conduziu um ciclo de greves em torno de pautas prioritárias para os trabalhadores e trabalhadoras da siderúrgica. O golpe de 1964 e a instalação da ditadura empresarial-militar brasileira se fizeram sentir de maneira dura, com a prisão e perseguição a trabalhadores da CSN. Mas o movimento grevista não arrefeceu e a resistência seguiu: as décadas de 1960, 70 e 80 viram grandes greves e paralisações, com pautas salariais, de redução de jornada e segurança de trabalho.

Foi nesse contexto que Volta Redonda foi palco de um dos movimentos grevistas mais importantes do Brasil: "A Greve de 1988". Em novembro de 1988, cerca de 10 mil operários da CSN paralisaram a usina durante 17 dias, fazendo reivindicações que iam desde reposição salarial a melhorias nas condições de trabalho. A paralisação não se resumiu aos trabalhadores da CSN, mas se estendeu por diversos setores da cidade, da juventude, às chefes de família e comunidades eclesiais de base, configurando um cenário de greve geral. A greve foi marcada pela truculência das Forças Armadas que, convocadas pela

localidade em que todas ou boa parte das habitações, instalações e espaços comuns (incluindo casas, escolas, hospital, supermercado, cinema, posto de gasolina e estabelecimentos comerciais) pertencem a uma empresa, que é também a única ou maior empregadora da cidade.

70. Esse histórico aparece no relato concedido pela Professora Raquel Giffoni Pinto em entrevista ao Instituto PACS, em setembro de 2019.

empresa para reprimir o movimento, deixaram um saldo de três operários assassinados e vários feridos.

Em memória dos trabalhadores assassinados e feridos, foi construído e inaugurado no ano seguinte o Memorial 9 de novembro, monumento de autoria do arquiteto Oscar Niemeyer. Já no dia seguinte à inauguração, o monumento foi quase destruído por um atentado a bomba atribuído a organizações da direita. A pedido de Niemeyer, o monumento foi reerguido mantendo as marcas do atentado, para que não se permitisse o esquecimento do ato de violência⁷¹.

Anos mais tarde, a CSN foi incluída no plano de privatizações do governo neoliberal de Fernando Henrique Cardoso. A sua privatização, em 1993, já sob o governo de Itamar Franco, significou a destruição de milhares de postos de trabalho⁷² e, em anos mais recentes, o avanço da terceirização e da precarização, representando um duro golpe no movimento sindical e na população volta-redondense em geral – que mesmo assim seguiu resistindo. Além da perda de empregos, a privatização estabeleceu um forte domínio empresarial sobre a cidade, uma vez que o consórcio privado que comprou a estatal passou a ser proprietário de 25% da área urbana Volta Redonda:

*"O consórcio que comprou a CSN, comprou Volta Redonda (...). É porque a gente fala CSN, mas é usina Presidente Vargas, porque a CSN tem em Congonhas, tem em outros lugares. Mas aqui em Volta Redonda, levaram a cidade. Levou a escola técnica, o hospital, os terrenos."*⁷³

Muitas dessas áreas haviam sido desapropriadas na década de 1940, mas nunca foram utilizadas. Para muitas moradoras e moradores, são áreas que poderiam ser parques, espaços de lazer, escolas ou universidades, mas permanecem ociosas nas mãos da empresa.

"(...) são áreas extensas, que a gente pensa que, poxa, poderia ser um espaço de lazer, poderia ser um parque... (...) [o antigo escritório central] é um prédio gigante subutilizado, praticamente, que poderia ser uma universidade, poderia ser uma escola. Esses terrenos vazios

71. Ver: <http://memorialdademocracia.com.br/card/direita-faz-ataque-em-volta-redonda>. Acesso em: 28 out. 2020.

72. Pesquisas apontam o corte de mais de 12 mil postos de trabalho. Ver: RAMALHO et al., 2013, p. 181.

73. Relato da Professora Raquel Giffoni em entrevista concedida ao Instituto PACS. Rio de Janeiro, setembro de 2019.

*poderiam ser casas populares... A gente fez uma pesquisa em 2015 perguntando para as pessoas o que elas acham que deveriam ser, as pessoas se indignam com esses espaços vazios, cercados, com a cerca 'propriedade da CSN'."*⁷⁴

Agentes econômicos

A usina é hoje um dos ativos do Grupo CSN, controlado pela família Steinbruch, composta por herdeiros milionários e bilionários que brigam publicamente entre si pelo controle da siderúrgica⁷⁵. Nenhum deles vive em Volta Redonda.

Há diferentes nomenclaturas na matriz societária da CSN, mas, no fim das contas, os donos da empresa são os membros da família. O Grupo CSN é controlado pela Vicunha Aços S.A. (com 48,97% do capital social), empresa detida pelos Steinbruch⁷⁶. O restante do capital da CSN está comercializado na Bolsa de Valores de Nova Iorque (20,48%, mas não há mais informações a respeito) e pulverizado entre "outros acionistas", incluindo a empresa Rio Iaco Participações S.A., também controlada pelos Steinbruch⁷⁷.

74. Relato da Professora Raquel Giffoni em entrevista concedida ao Instituto PACS. Rio de Janeiro, setembro de 2019.

75. UOL NOTÍCIAS. "Steinbruch tem vitória em briga societária com primos", 17 de janeiro de 2020. Disponível em: <https://economia.uol.com.br/noticias/estadao-conteudo/2020/01/17/steinbruch-tem-vitoria-em-briga-societaria-com-primos.htm>. Acesso em: 26 out. 2020.

76. "Benjamin Steinbruch, com o apoio dos irmãos, quer destituir os primos do bloco de controle da Vicunha Steel S/A, controladora indireta da CSN, e não estaria mais disposto a reconhecer o acordo de acionistas do grupo, que está em vigor desde 1994. A siderúrgica dos Steinbruch tem como principal acionista a Vicunha Aços, que detém 50,3% do capital votante da CSN. Por sua vez, a Vicunha Aços é 100% controlada pela Vicunha Steel, que tem dois sócios: a Rio Purus, com 60%, e a CFL, com os 40% restantes. Os dois ramos da família são os maiores acionistas da siderúrgica e da Vicunha Têxtil. São donos também de diversos imóveis e do Banco Fibra." ÉPOCA NEGÓCIOS. "Conflito familiar pode alterar desenho societário da CSN", 31 de janeiro de 2018. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Empresa/noticia/2018/01/conflito-familiar-pode-alterar-desenho-societario-da-csn.html>. Acesso em: 26 out. 2020.

77. A página da CSN na internet traz gráfico que informa a "Composição do Capital Social em 31/12/2008" em termos muito gerais, da seguinte forma: 20,48% NYSE; 48,97% Vicunha Aços S.A.; 25,82% Outros acionistas (4,19% Rio Iaco Participações S.A.; 0,53% Ações de Tesouraria); indicando com asteriscos que Vicunha Aços S.A. e Rio Iaco Participações S.A., ambas controladas pela família Steinbruch, compõem o grupo controlador. Disponível em: http://www.csn.com.br/conteudo_pti.asp?idioma=0&conta=45&tipo=60023. Acesso em: 26 out. 2020.

A partir da privatização, uma agressiva disputa entre os acionistas, nos anos 2000, consolidou o herdeiro Benjamin Steinbruch como principal nome da CSN, algo que se mantém até os dias de hoje (LIMA, 2010, p. 139). Benjamin Steinbruch já teve alguns momentos de fama, um deles ao reivindicar durante uma entrevista a necessidade de flexibilização das leis trabalhistas e do fim da pausa do almoço, usando como exemplo a ser seguido os EUA, onde se vê o operário “comendo um sanduíche com a mão esquerda e operando a máquina com a mão direita”⁷⁸.

Uma vez sob controle de agentes privados, sem qualquer laço com a população de Volta Redonda, a CSN passou a adotar a cartilha estratégica aconselhada por grandes consultorias corporativas: priorizar a inserção no mercado internacional e a maximização dos lucros para seus acionistas, desfazendo laços com o território, estimulando a narrativa de que a CSN seria como uma “mãe” para os trabalhadores e a população de Volta Redonda e que havia chegado a hora de impor um regime mais duro e impessoal⁷⁹. Essa estratégia passou por impor derrotas à comunidade e aos trabalhadores, agravando impactos socioambientais e o descumprimento da legislação ambiental e trabalhista⁸⁰. Essa postura de “choque” da empresa em relação à comunidade e trabalhadores, típica de processos massivos de privatização e retirada de direitos, é reconhecida em entrevista por uma das executivas da CSN encarregadas de executar essa nova fase:

“(...) só tem a CSN ali. Hoje a gente tem outras coisas próximas, está tentando levar outros investimentos, mas na verdade a cidade vive em função da usina. E as pessoas não foram preparadas para a privatização. Não entendiam o que isso ia significar e demorou muito. Quando eu entrei, há três anos, esse processo estava muito doloroso porque a companhia tinha que mudar a atitude, mas a cidade não entendia, foi um processo difícil. Eu diria que a gente teve que chegar quase ao rompimento para começar a estabelecer relações de novo.

78. O trecho da entrevista pode ser visto aqui: <https://www.youtube.com/watch?v=E2zN4eB1cK>. Acesso em: 26 out. 2020.

79. “O distanciamento da CSN com relação à cidade de Volta Redonda se acentuou nos anos seguintes à privatização e, em 2004, escolas e hospitais, símbolos de uma época de paternalismo estatal, foram vendidos; clubes e espaços públicos utilizados pela população foram fechados; e programas sociais foram reduzidos a ações pontuais da Fundação CSN” (RAMALHO et al., 2013, p. 180).

80. Essa perspectiva aparece, por exemplo, na entrevista que a economista Maria Sílvia Bastos Marques, que capitaneou essa guinada na CSN, concedeu em 1999 ao Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil – CPDOC, da Fundação Getúlio Vargas – FGV. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista19.pdf>. Acesso em: 26 out. 2020.

Hoje, nossas relações com a comunidade eu não vou dizer que são maravilhosas, mas eu acho que eles já entendem o que significa uma empresa privada e a forma que ela atua.”⁸¹

Assim, além da briga familiar entre herdeiros multimilionários, a privatização significou uma guinada de expansão agressiva da empresa, completamente dissociada do futuro e do bem-estar da população, suas comunidades, trabalhadoras e trabalhadores, o que se fez sentir na intensificação das suas operações e na compra de ativos em outros setores. Para os já ricos acionistas, são somente boas notícias: em 2019, o lucro líquido da CSN chegou a R\$ 2,245 bilhões⁸².

A cadeia produtiva da CSN

A CSN é a segunda maior exportadora de minério de ferro do Brasil (ficando atrás somente da Vale S.A.). Nos termos da própria empresa, a planta industrial de Volta Redonda é uma “usina siderúrgica integrada”⁸³, o que significa que controla todas as fases do processo produtivo necessário à produção do aço. Assim, a usina é mais um dos pontos da cadeia produtiva da mineração e de siderurgia na qual se insere a empresa, que atravessa comunidades e territórios, deixando para elas seus passivos ambientais e socioeconômicos.

Etapa da cadeia produtiva sidero-logística	Ativos na empresa
A CSN na extração: Lavras em Minas Gerais	A CSN explora a Mina Casa de Pedra e a Mina do Engenho (Congonhas/MG), assim como o Complexo de Beneficiamento do Pires (Ouro Preto/MG). É de lá que extrai o minério de ferro que utiliza em seu processo produtivo e que exporta para o mercado global.

81. Ibid. Grifos da autora.

82. ÉPOCA NEGÓCIOS. “Lucro da CSN no 4º tri soma R\$ 1,1 bi e supera expectativas de analistas”, 5 de março de 2020. Disponível em: <https://epocanegocios.globo.com/Empresa/noticia/2020/03/epoca-negocios-lucro-da-csn-no-4o-tri-soma-r11-bi-e-supera-expectativas-de-analistas.html>. Acesso em: 26 out. 2020.

83. “Um dos mais eficientes complexos siderúrgicos integrados do mundo, a CSN atua com destaque em cinco setores: siderurgia, mineração, logística, cimento e energia. Atualmente, entre seus ativos, a empresa conta com uma usina siderúrgica integrada; cinco unidades industriais, sendo duas delas no exterior; minas de minério de ferro, calcário, dolomita e estanho; uma forte distribuidora de aços planos; terminais portuários; participações em ferrovias; e participação em duas usinas hidrelétricas.” Disponível em: http://www.csn.com.br/conteudo_pti.asp?idioma=0&conta=45&tipo=60023&prSv=1. Acesso em: 26 out. 2020.

A CSN no escoamento: ferrovias	A CSN detém participação na MRS Logística S.A., que opera a malha ferroviária que escoar a produção de suas minas ao Complexo Portuário de Itaguaí (RJ). Também são os trens da MRS que carregam o carvão e o coque importados por Itaguaí/RJ até a usina em Volta Redonda.
A CSN na siderurgia	A Usina Siderúrgica Presidente Vargas, em Volta Redonda/RJ segue sendo um dos principais ativos da empresa.
A CSN nos portos	Por Itaguaí/RJ, a CSN importa carvão mineral e coque por meio de um terminal privado (Tecar) ⁸⁴ e escoar a produção de minério de ferro e placas de aço (terminal de contêineres, Sepetiba Tecon).

A usina, portanto, integra um corredor logístico voltado à circulação de mercadorias e produção de valor para seus acionistas, em que pouco ou nada de concretamente positivo é revertido para as comunidades e territórios que atravessa. Em todas as etapas dessa cadeia, acumula impactos socioambientais e violações de direitos.

Impactos e violações

Os impactos da siderurgia sobre as vidas e os territórios de Volta Redonda são inúmeros. Daremos enfoque aqui a alguns deles, organizados em alguns principais eixos:

1. Descumprimento da legislação ambiental;
2. Impactos socioambientais e sobre a saúde;
3. Captura empresarial dos rumos do desenvolvimento.

Descumprimento da legislação ambiental

A exemplo da Ternium, antiga TKCSA, a CSN também funciona com um licenciamento ambiental irregular, via Termos de Ajuste de Conduta – TACs que

84. “Observa-se, de acordo com o Gráfico 54, que o Terminal Ferroviário de Volta Redonda apresenta a maior movimentação, sendo o destino de 96% do volume total das cargas com origem no Complexo Portuário, em 2017. Nesse terminal ferroviário são realizadas operações de desembarque de carvão mineral, produtos siderúrgicos e outros produtos, atendendo à usina siderúrgica da CSN, no município de Volta Redonda (RJ).” (MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA, 2019, p. 217).

ora não são cumpridos, ora são cumpridos parcialmente, mas sobre os quais não há transparência. A falta de publicidade desses documentos, negociações e seu cumprimento inviabiliza a fiscalização social e popular⁸⁵. Este é visto por moradoras e moradores como apenas um aspecto da captura do Poder Público pela empresa, marcada no âmbito municipal por um histórico de gestões próximas à CSN, e no âmbito estadual pela relação de facilidades e pouca transparência com o Instituto Estadual de Ambiental – INEA.

Impactos socioambientais e sobre a saúde

Como se vê em outros megaprojetos poluidores da cadeia minero-siderúrgica, o desrespeito à legislação ambiental e o funcionamento por meio de termos de ajustamento de conduta e acordos descumpridos não são fatos que permanecem somente no mundo das ideias ou dos documentos jurídicos e oficiais. Sem transparência ou controle social, as operações da CSN, com seus rejeitos e “externalidades” do processo siderúrgico, se traduzem em poluição atmosférica, montanhas de escória na paisagem, fumaça dos fornos, contaminações do solo e das águas por aterro e despejos irregulares.

O maior desastre ambiental da história recente de Volta Redonda levou à discussão acerca da necessidade de remoção e indenização de cerca de 100 famílias de um conjunto habitacional com 750 residências, construídas em uma área cedida pela CSN, que já tinha servido como depósito de resíduos industriais oriundos da produção de aço da usina. A contaminação do solo e do lençol freático provocada pelo depósito indiscriminado de resíduos siderúrgicos perigosos na região ocorreu onde foi construído o condomínio Volta Grande IV, no bairro de Volta Grande, e somente foi descoberta porque um morador foi limpar um bueiro e desmaiou⁸⁶. Dois anos depois, o Ministério Público entrou com uma ação civil pública, mas nenhuma família foi indenizada e não se pode mais plantar em Volta Grande⁸⁷.

85. Relato da Professora Raquel Giffoni em entrevista concedida ao Instituto PACS. Rio de Janeiro, setembro de 2019.

86. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. “MPF/RJ discute impactos à saúde e ao meio ambiente no bairro Volta Grande IV, em Volta Redonda”, Assessoria de Comunicação Social da Procuradoria da República no Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: <https://mpf.jusbrasil.com.br/noticias/441945237/mpf-rj-discute-impactos-a-saude-e-ao-meio-ambiente-no-bairro-volta-grande-iv-em-volta-redonda?ref=serp>. Acesso em: 26 out. 2020.

87. <http://biblioteca.pacs.org.br/wp-content/uploads/2018/05/drag%C3%A3o-de-a%C3%A7o-final.pdf>. Acesso em: 26 out. 2020.

A concentração desses produtos, considerados de alto teor cancerígeno, seria também a razão de haver grande incidência de casos de leucopenia e câncer entre os moradores do bairro, além de explicar a série de danos estruturais (rachadura de paredes e lajes) causados em quarenta casas desde que o condomínio foi inaugurado, em 1994 (RAMALHO et al., 2013, pp. 183-184). O Sindicato dos Metalúrgicos do Sul Fluminense (SMSF) já protesta há tempos contra a exposição indevida ao benzeno relacionada à leucopenia e a questão levou à criação de uma associação com o objetivo específico de representar os interesses do grupo de trabalhadores da CSN afetados pela doença:

"Na época em que eu trabalhei para a empresa, trabalhava exatamente nessa área de carboquímicos e fui premiado com a famosa leucopenia. Eu não fui o primeiro. Várias outras pessoas em Volta Redonda tiveram a doença e criou-se uma tal Associação das Pessoas Portadoras da Leucopenia. [...] E o Sindicato dos Metalúrgicos começou a correr atrás disso, começou a entrar na Justiça com o negócio da leucopenia (Délio Guerra, da Comissão Ambiental Sul, 1/6/2012)." (RAMALHO et al., 2013, p. 185.)

Como para tantas comunidades e territórios atingidos pela siderurgia, o que se vive na pele, no corpo, na mente parece muitas vezes não encontrar respaldo na "técnica". Não há trabalho de monitoramento, medição e acompanhamento. Os olhos veem e o corpo sente, mas a eles são negados instrumentos que permitam verificar a ligação de causa e efeito entre o aço e a piora na saúde, no sono, no estado de espírito. Pairando sobre a cabeça da população, trabalhadora e adoecida, o medo da perda dos (poucos) empregos, aumentando a pressão sobre a saúde psíquica.

"Minha irmã mais nova a vida inteira sofreu de rinite, bronquite alérgica... O médico disse: 'Ela só vai melhorar quando ela sair de Volta Redonda'." (Mulher Anônima, 2020)⁸⁸

*"tem elementos cancerígenos, mas não é possível estabelecer o nexo causal entre o câncer das pessoas e o contexto. E aí ela vai nessa incerteza científica empurrando a responsabilidade dela. E sempre com a chantagem do emprego."*⁸⁹

88. Entrevista concedida ao PACS em 2020 por moradora que prefere não ter a identidade revelada.

89. Relato da Professora Raquel Giffoni em entrevista concedida ao Instituto PACS. Rio de Janeiro, setembro de 2019.

A gravidade dos impactos se aprofunda nas interseções de raça e classe, em especial sobre o caminho que tomam os rejeitos produzidos pela siderúrgica, que tendem a encontrar no seu destino bairros e áreas de população volta-redondense pobre, negra e trabalhadora – em uma cidade que em um passado recente proibia o acesso da população negra a seus clubes⁹⁰.

Cidade do aço: captura empresarial dos rumos do desenvolvimento

A presença da siderúrgica e suas atividades de responsabilidade social, declaradamente feitas para alavancar a imagem da empresa⁹¹, dificultam a construção de outros futuros e arranjos produtivos locais para a cidade: como disse uma das entrevistadas, por todo o lado, o aço e a siderurgia se apresentam como origem e destino de Volta Redonda, a "Cidade do Aço", com seu Sider Shopping, Hotel Sider, Siderlândia etc.⁹²

Esse controle empresarial gera dificuldades no enfrentamento necessário para garantir direitos e condições de vida digna à população: afinal de contas, uma única empresa detém 1/4 das terras da cidade e se esforça para que ações de responsabilidade social sirvam para forjar o consenso de que o único futuro possível para Volta Redonda está no aço e que ser contra a CSN é ser contra a cidade.

Mas se, por um lado, a CSN busca capturar os rumos da cidade que cresceu em seu entorno e opera atividades da cadeia produtiva da siderurgia que causam violações de direitos e danos socioambientais, também é certo que as

90. Relato da Professora Raquel Giffoni em entrevista concedida ao Instituto PACS. Rio de Janeiro, setembro de 2019.

91. Esse papel da responsabilidade social corporativa como mecanismo para gerar consenso na comunidade e alavancar a imagem da empresa também é tratada por Maria Silvia Bastos Marques em sua entrevista ao CPDOC-FGV: "E nisso a Fundação CSN foi um marco. Porque nós tínhamos a Fundação General Edmundo Macedo Soares, que não era associada à CSN, não tinha a imagem da CSN. Na verdade, é uma coisa muito mais de prestação de serviços, tanto que foi uma coisa para alavancar a imagem da companhia. Então, nós decidimos mudar o nome da fundação, isso foi de propósito, não que a gente não goste do general, muito pelo contrário, a gente o homenageou colocando o nome dele no escritório central, isso foi feito em comum acordo com a família, mas tinha que vincular à companhia. E trabalhar na comunidade a imagem da companhia". Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista19.pdf>. Acesso em: 26 out. 2020.

92. Relato da Professora Raquel Giffoni em entrevista concedida ao Instituto PACS. Rio de Janeiro, setembro de 2019.

múltiplas formas de resistência, contestação e construção de alternativas pela população volta-redondense se fazem sentir em diversas frentes.

Resistências e denúncias: alternativas para existir em Volta Redonda

A tradição de lutas operárias, bem como a atuação pastoral da Igreja Católica e das Comunidades Eclesiais de Base – CEBS em proximidade aos movimentos populares e sindical, contribuíram para fortalecer a contestação social às atividades da empresa, que se manifesta hoje em coletivos, movimentos sociais e fóruns amplos de atuação e crítica.

Além do intenso processo de lutas operárias entre as décadas de 60 e 80, o pós-privatização também foi acompanhado pelo surgimento de mobilizações e ações de contestação social em Volta Redonda, para buscar reverter os efeitos negativos das novas estratégias corporativas em curso. O esvaziamento econômico produzido pelo corte de milhares de postos de trabalho impulsionou manifestações de sindicatos, pastorais, movimentos sociais e até mesmo pequenos e médios empresários, em busca de alternativas para um cenário de desagregação da comunidade causado pela empresa (RAMALHO et al., 2013, p. 181-189).

Foi nesse contexto que, em 1998, entidades de classe e do campo popular, como o já mencionado SMSF, a Central Única dos Trabalhadores (CUT), o Sindicato dos Profissionais da Educação (SEPE), o Sindicato dos Trabalhadores da Construção Civil, as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), as pastorais operária e da juventude e o Conselho das Associações de Moradores (CONAM) criaram o movimento “Grita Volta Redonda, Pela Dignidade e Pela Vida”. O movimento, que demandou do Governo Federal medidas capazes de reduzir os impactos negativos da privatização sobre os trabalhadores e a população, teve um caráter efêmero, mas serviu para projetar lideranças, articular frentes e mobilizações locais, como é o caso do Movimento Ética na Política de Volta Redonda (MEP-VR) (RAMALHO et al., 2013, p. 181-182).

No final de 2008, o anúncio de novas demissões pela CSN em Volta Redonda renovou o cenário de mobilização e a elaboração de estratégias unificadas, que se consolidaram no Fórum “Demissão Zero”, uma frente que foi além de questionar as demissões em massa, associando o desemprego a uma pauta econômica mais ampla (RAMALHO et al., 2013, p. 182).

O cenário de retração econômica e os retrocessos sofridos na pauta

sindical e trabalhista, com o aprofundamento de processos de terceirização e flexibilização do trabalho, causou um declínio da capacidade agregativa do SMSF. Nesse cenário, Volta Redonda testemunhou também a “ambientalização dos conflitos”, contexto no qual se pode compreender a constituição e consolidação da Comissão Ambiental Sul⁹³, desdobramento das atividades do Fórum Demissão Zero, que assumiu um protagonismo na contestação social às estratégias empresariais da CSN⁹⁴.

A ascensão da Comissão Ambiental Sul e a condição pública alcançada pela questão do bairro Volta Grande IV revelaram a gravidade dos impactos socioambientais causados pela empresa, contribuindo para a mobilização e organização popular em torno do tema⁹⁵. Além disso, coletivos culturais, rodas de samba, juventudes e coletivos de mulheres e movimentos sociais também ocupam espaços públicos da cidade, alinhando a cultura⁹⁶ à construção de outras narrativas⁹⁷.

É também no contexto de questionamento do domínio fundiário exercido pela empresa e da ascensão da pauta socioambiental, que surgem movimentos populares de luta por moradia, ocupações e coletivos como o “Coletivo Terras de Volta”, um dos setores que se mobilizou para demandar que a CSN devolvesse ao Poder Público as terras que absorveu com a privatização, mas que seguem inutilizadas⁹⁸. A batalha rendeu ação popular do Ministério Público Federal pedindo o retorno das terras públicas, mas o Judiciário decidiu por mantê-las nas mãos da empresa⁹⁹:

93. “O que esta Comissão traz de novidade é a liderança de profissionais de classe média (engenheiros e técnicos), além da participação da Igreja Católica, renovada por uma perspectiva de crítica às condições de vida dos trabalhadores da cidade e da região.” (RAMALHO et al., 2013, p. 184).

94. DIOCESE DA BARRA DO PIRÁI EVOLTA REDONDA, “Em defesa das causas ambientais”, 6 de julho de 2017. Disponível em: <http://diocesevr.com.br/noticia/2279/em-defesa-das-causas-ambientais>. Acesso em 26 out. 2020.

95. JORNAL O DIA. “Volta Redonda cria o ‘Movimento dos Atingidos pelo Pó da Companhia Siderúrgica Nacional (CSN)’: Moradores levaram pó preto, em recipientes de vidros, em protesto contra a poluição”, 24 de agosto de 2018. Disponível em: <https://odia.ig.com.br/rio-de-janeiro/2018/08/5569163-volta-redonda-cria-o-movimento-dos-atingidos-pelo-po-da-companhia-siderurgica-nacional-csn.html#foto=1>. Acesso em: 26 out. 2020.

96. “Sem nenhum poder de escolha, diálogo e quando fui percebendo isso comecei a militar nos movimentos de cultura. Você perder a sua liberdade porque para poder ter renda você se submete a um lugar para condições de viver.” Mulher anônima, 2020. Entrevista concedida ao PACS em 2020, arquivos internos.

97. Relato em entrevista com a Professora Raquel Giffoni concedida ao Instituto PACS. Rio de Janeiro, setembro de 2019.

98. JORNAL A VOZ DA CIDADE. “Movimentos pedem de volta as terras ocupadas pela CSN em Volta Redonda”, 25 de maio de 2018. Disponível em: <https://avozdacidade.com/wp/movimentos-pedem-de-volta-as-terras-desocupadas-da-csn-em-volta-redonda/>. Acesso em: 26 out. 2020.

99. MINISTÉRIO PÚBLICO FEDERAL. “MPF pede a tribunal que CSN devolva terras públicas em Volta Redonda”, Assessoria de Comunicação Social da Procuradoria da República no Rio de Janeiro, 11 de julho de 2016. Disponível em: <http://www.mpf.mp.br/rj/sala-de-imprensa/noticias-rj/mpf-rj-pede-a-tribunal-que-csn-devolva-terras-publicas-em-volta-redonda-rj>. Acesso em: 26 out. 2020.

"E assim, é uma calamidade, porque Volta Redonda não tem mais para onde crescer, isso é quase um senso comum aqui, e você tem áreas de 900 km² quadrados de área que está parada, que foi desapropriada, que foram fazendas desapropriadas na década de 40, para o esforço da construção da cidade siderúrgica, mas que nunca foram usadas, e deveriam voltar para o poder público, mas não voltaram."¹⁰⁰

Em outra frente, a população de Volta Redonda e região demanda também a aprovação do projeto de lei que obrigaria os vagões de carga que trafegam no Estado do Rio de Janeiro a estarem cobertos com lona, o chamado "tapa trem". O projeto foi desarquivado em 2015, envolveu um processo de mobilização popular e o envolvimento de mandatos parlamentares estaduais populares, mas, até hoje, não foi aprovado. O minério transportado sem qualquer proteção continua passando por diversas áreas urbanas e agrícolas, contaminando a produção agrícola e impactando a saúde da população.

Estrutura patriarcal e impactos diferenciados sobre meninas e mulheres

A fundação e trajetória da CSN em Volta Redonda conta uma história comum a muitos povos, impactados pela agenda de ajuste estrutural neoliberal: uma siderúrgica estatal que forjou uma cidade à sua volta, empregou gerações de trabalhadores/as que impulsionaram movimentos grevistas históricos e, a partir da privatização nos anos 90, passa por um processo de desvalorização da força de trabalho e da população local, deixando marcas profundas em Volta Redonda.

Apesar das diferenças entre a experiência de Volta Redonda e aquela das moradoras e moradores de Santa Cruz, impactadas pela siderúrgica TKCSA/Ternium, o processo siderúrgico conduzido por conglomerados empresariais privados, transnacionais ou controlados por famílias abastadas, em nenhum dos dois casos se traduz em conquistas ou vidas melhores e livres de violência para as meninas e mulheres que ali vivem. Muitos dos impactos sofridos por meninas e mulheres se assemelham àqueles já destacados para o caso da Ternium.

100. Relato em entrevista com a Professora Raquel Giffoni concedida ao Instituto PACS. Rio de Janeiro, setembro de 2019.

Buscaremos indicar aqui os seguintes eixos relacionados à experiência das mulheres de Volta Redonda sob a siderurgia:

1. Mulheres na história do movimento grevista;
2. Masculinização do mercado laboral;
3. Trabalho doméstico e reprodução da vida;
4. Medo e insegurança;
5. Controle empresarial;
6. Resistências.

Mulheres na história do movimento grevista

No caso da CSN, a invisibilidade das mulheres, agravada pela lógica masculina predominante nas indústrias extrativas e na siderurgia, se mostra também no histórico do movimento sindical, que conduziu por décadas importantes greves para garantir melhorias salariais e impedir perda de direitos do corpo de trabalhadores da siderúrgica. Relatos colhidos pela pesquisadora Thalita Barros dos Santos (SANTOS, 2018), dão conta de que eram poucas as mulheres que participavam ativamente dos quadros dos sindicatos, mas as que participaram tiveram um papel essencial na organização da categoria.

É o caso, por exemplo, de Conceição dos Santos, que começou trabalhando no hospital da CSN nos anos 1970, quando também atuava na Pastoral Operária, na Juventude Operária Católica (JOC) e na Ação Católica Operária (ACO). Participou da organização da Oposição Sindical Metalúrgica e atuou em todas as greves ocorridas na CSN¹⁰¹.

Os relatos de Conceição demonstram que a divisão sexual do trabalho, com a consequente imposição do trabalho doméstico e de reprodução da vida às mulheres, também se fazia sentir na hora de organizar a força de trabalho da siderurgia: as mulheres forneciam "sustentação" ao movimento grevista quando o patronato conseguiu cortar a alimentação dos trabalhadores, para enfraquecer a paralisação, por meio de "cozinhas comunitárias" para garantir a

101. "Apesar de Conceição ser integrante de chapas concorrentes à direção do sindicato e sindicalizada, ela afirma que pouquíssimas mulheres compunham o sindicato durante a década de 1980. Essa questão pode ter se dado devido ao fator dupla jornada de trabalho, que é atribuído às mulheres, bem como a divisão sexual do trabalho, [...]. Conceição cita que aproximadamente haviam quatro mulheres sindicalizadas a participarem diretamente do sindicato." (SANTOS, 2018. p. 34).

continuidade da greve; os sindicatos buscavam mobilizar as esposas e familiares dos trabalhadores para garantir que aderissem às pautas reivindicatórias; e chegavam a fazer cordões humanos de proteção aos homens quando o aparato policial era convocado para acabar com a greve¹⁰².

Tais relatos demonstram que não há ação de relações públicas ou responsabilidade social capaz de desfazer o fato óbvio de que, sendo uma empresa integrante da rede global de produção minero-logística, que se apoia em processos de expropriação para baratear custos e aumentar lucros, o processo produtivo da CSN se apoia na divisão sexual do trabalho, na exploração e na subvalorização das mulheres.

Masculinização do mercado laboral

O relato das mulheres envolvidas com o movimento sindical na CSN ao longo dos anos 1970 e 1980 demonstra o grau de masculinização da força de trabalho típica das indústrias que compõem o capital minero-siderúrgico. É um processo que tem relação também com a sociabilidade imposta estruturalmente a meninas e mulheres jovens, estimuladas e coagidas ao trabalho de cuidado dentro e fora de casa e, portanto, desencorajadas pelo seu interesse em áreas do conhecimento ou ofícios vistos como tradicionalmente “masculinos”.

Embora as mulheres cumprissem funções essenciais à reprodução cotidiana e geracional da força de trabalho em Volta Redonda, seu trabalho produtivo era desvalorizado. Pesquisas apontam que, ainda que a mão-de-obra feminina fosse empregada desde 1948 na CSN, no setor de classificação de folhas de aço muito finas, chamadas “folhas de flandres”, o apelido “vira-latas” dado a essas trabalhadoras é indicativo do estigma atribuído às mulheres dentro do processo de trabalho (PEREIRA, 2007, p. 43). Eram, em sua maioria, mulheres mais velhas, que cumpriam dupla jornada de trabalho em razão da sobrecarga doméstica, e tinham medo de se sindicalizar e perder seu emprego:

“Então éramos poucas, sempre foi muito difícil trabalhar com as mulheres trabalhadoras da CSN, nós tínhamos um departamento dentro da CSN que era os chamados vira-lata, que era só de mulheres

102. Há muitos relatos interessantes de Conceição dos Santos, colhidos por Thalita Barros dos Santos no trabalho mencionado, que ilustram o papel das mulheres no movimento sindical da CSN (Ibid., pp. 33-35).

*que trabalhavam nesse departamento, mas era muito difícil trazê-las para essa organização, pois tinham muito medo né, muita preocupação com a perda do emprego e eram mulheres mais velhas, então tinha muita dificuldade. Por isso essa estratégia nossa de trabalhar com as mulheres dos trabalhadores.”*¹⁰³

Os relatos reforçam a hipótese de que, quando se implantam e passam a operar, megaprojetos siderúrgicos aprofundam a desvalorização do trabalho feminino e a divisão sexual do trabalho, empregando uma mão-de-obra majoritariamente masculina, agravando a situação de dependência econômica das mulheres em relação aos seus maridos e parentes homens, servindo de estímulo à violência doméstica e patrimonial.

Trabalho doméstico e reprodução da vida

Apesar de a empresa e o Estado se evadirem de responsabilidade em relação aos impactos da siderurgia sobre a saúde da população de Volta Redonda, as mulheres, encarregadas da produção cotidiana da vida, sabem o que se passa: o ar que não chega aos pulmões, as doenças que melhoram conforme se tomam distância do lugar que se chama de “lar”, o pó que torna o trabalho de varrer a casa muito maior, o medo que tudo isso gera.

*“Varrer a varanda com o pó, pensando se vou ter um problema ao longo prazo por está varrendo o pó da CSN, pois tiro pó da minha varanda todo dia. Viver num estado de medo permanente de ficar doente, isso é uma questão de saúde mental. Fico o tempo todo pensando em me cuidar.”*¹⁰⁴

Empurradas para as tarefas de reprodução cotidiana da vida, limpar, lavar, cozinhar, alimentar, criar, são também as mulheres que encaram os uniformes empoeirados dos seus filhos, maridos e familiares que trabalham na planta siderúrgica. Sentem e trabalham com o peso dos resíduos da siderurgia todos os dias, ainda que não estejam na folha de pagamento e não sejam reconhecidas como parte dessa cadeia produtiva.

103. Relato de Conceição dos Santos (SANTOS, 2018, p. 35).

104. Mulher anônima, 2020. Entrevista concedida ao PACS em 2020, arquivos internos.

Os riscos do aço: medo e insegurança no trabalho

Os impactos sobre a saúde psíquica e física da população e dos trabalhadores da CSN são tremendos. Na perspectiva do trabalho, a gravidade dos acidentes a que estão expostos os trabalhadores gera um cenário de medo, insegurança, ansiedade e apreensão que não fica apenas localizado no corpo de quem trabalha, se estendendo às mulheres das famílias: filhas, mães e avós relatam um medo que invade pensamentos e até os sonhos.

*"Fiquei dois anos tendo insônia com medo do meu pai se acidentar pois ele tinha um trabalho com muitas possibilidades de acidente de trabalho. Só hoje em dia que descobri que minhas irmãs sofreram da mesma coisa. Meu pai vivia estressado porque qualquer deslize ele morreria."*¹⁰⁵

Não é à toa que as mulheres temem pela vida e pela integridade física, as suas próprias e as de seus familiares, filhos, amigos, vizinhos. Em março de 2017, um acidente no setor de zincagem da usina causou a morte de quatro trabalhadores por queimaduras e inalação de gás. Como se não bastassem as mortes e o trauma causado aos demais trabalhadores, muitos dos quais tentaram salvar seus colegas de trabalho, a empresa reagiu com demissões e perseguição a funcionários. A prática de pressão empresarial não era nova e foi relatada por outras mães de trabalhadoras e trabalhadores que sofreram acidentes graves na CSN, como revelou uma audiência pública realizada em Volta Redonda pelo Ministério Público Federal naquele mesmo ano¹⁰⁶.

*"Meu filho estava com o amigo, João Carlos, ajudando a salvar as vítimas. A CSN não teve nem a preocupação de saber o que isso causou dentro deles. Deixo aqui minha revolta e minha indignação com essa empresa, porque o que ela fez com nossos filhos foi uma injustiça. Quiseram arrumar culpados para as próprias falhas que a CSN comete. Ela despreza a qualidade do trabalho desses jovens que estão lá dentro da fábrica."*¹⁰⁷

105. Mulher anônima, 2020. Entrevista concedida ao PACS em 2020, arquivos internos.

BRASIL DE FATO. "Funcionários denunciam perseguição da CSN, em Volta Redonda (RJ) –

106. Familiares demitidos criticam conduta da empresa após acidente que vitimou quatro pessoas", 19 de janeiro de 2017. Disponível em: <https://www.brasildefato.com.br/2017/01/19/funcionarios-denunciam-perseguiçao-da-csn-em-volta-redonda-no-rj>. Acesso em: 26 out. 2020.

107. Trecho da mesma reportagem do Jornal Brasil de Fato que traz entrevista da mãe de um dos jovens trabalhadores demitidos pela CSN em retaliação à suposta filmagem do acidente que causou a morte de quatro pessoas dentro das instalações da empresa.

Vidas e destinos sob controle empresarial

A presença massiva de um único e poderoso ator empresarial sequestra a imaginação das moradoras e moradores, gerando um cenário de permanente insegurança. A empresa tem um poder de barganha que lhe serve para pautar os rumos da cidade, mantendo contra a jugular da cidade e seus moradores a perene ameaça de fechamento ou corte de empregos. É assim que um modelo de desenvolvimento pautado em megaprojetos, que permite que transnacionais ou conglomerados empresariais assumam o controle de cidades e regiões inteiras, sequestra a autonomia e a autodeterminação de uma população para decidir sobre os rumos do próprio futuro. É difícil pensar um destino ou alternativa de vida em que seus corpos não estejam entrelaçados aos da usina.

*"Toda a vida foi moldada pela CSN. Meu pai é metalúrgico. Eu estagiei lá. Minha irmã estagiou e foi trabalhadora. Eu estudei música pela responsabilidade social da empresa. Minha irmã fez balé por conta disso também."*¹⁰⁸

Resistências

Ao longo da trajetória de lutas populares em Volta Redonda, nem as estruturas patriarcais da siderurgia foram capazes de frear a capacidade organizativa das mulheres. Já no início dos anos 80, foram as mulheres que se debruçaram sobre o encarecimento dos custos de vida em Volta Redonda e, por meio do "movimento contra a carestia", faziam pesquisas de preço de insumos básicos em mercados (como alimentos e botijões de gás). A movimentação resultou na criação de uma organização de mulheres:

"Nesse movimento contra a carestia, nós percebemos que não eram só essas questões que deviam ser tratadas, mas como nós éramos a maioria de mulheres, começamos a perceber que haviam também problemas específicos das mulheres que participavam, outras demandas de mulheres que chegavam até nós. E aí nós decidimos criar um grupo de mulheres, fazer uma organização separada só de

108. Mulher anônima, 2020. Entrevista concedida ao PACS em 2020, arquivos internos.

mulheres. E aí criamos uma organização de mulheres, que na época era chamada Organização Popular de Mulheres (OPM). Começamos a articular muitas pessoas, a grande maioria eram mesmo de igreja né, mulheres da Igreja Católica.” (SANTOS, 2018, p. 32.)

Hoje, há forte presença de coletivos e movimentos feministas em Volta Redonda, que pautam desde questões nacionais até a necessidade de uma cidade livre de violências para meninas e mulheres, denunciando a cultura do estupro e oferecendo solidariedade a casos emblemáticos ocorridos em outras regiões¹⁰⁹. Em alguns dos relatos colhidos pelo PACS, vemos que as mulheres se organizam para construir alternativas que contribuam para superar um modelo de desenvolvimento pautado no dinheiro, na predação da natureza, no lucro, no poder dos homens engravatados e violentos. E sabem que é luta antiga, de quem pisa a terra sendo mulher e trabalhadora – o que torna o caminho árduo, mas não solitário e sem propósito¹¹⁰.

Conclusões

Megaprojetos siderúrgicos alteram as dinâmicas locais em que se instalam, desatando uma série de conflitos. Alguns se fazem sentir de modo geral sobre toda a comunidade. Mas as violências inerentes à organização patriarcal da sociedade capitalista fazem com que os impactos desses megaempreendimentos sobre meninas e mulheres sejam ainda mais severos. A partir da experiência, pesquisa e relatos sobre a atuação da TKCSA/Ternium em Santa Cruz e da CSN em Volta Redonda, é possível identificar muitos pontos comuns, apesar das diferenças entre os territórios. Destacamos aqui alguns destes grandes padrões de impactos dos megaprojetos siderúrgicos sobre meninas e mulheres.

A siderurgia agrava a divisão sexual do trabalho, por empregar poucas mulheres em postos de trabalhos formais. Mesmo quando gera empregos para

mulheres, sua marca é a precarização e a terceirização, em funções de trabalho reprodutivo assalariado, mas desvalorizado, como limpeza e higienização. A masculinização da força de trabalho, com grandes contingentes de homens estranhos ao território, também produz espaços, bairros e cidades inseguras para meninas e mulheres, ativando circuitos de exploração doméstica, econômica e sexual.

Os megaprojetos também aumentam a sobrecarga das mulheres com o trabalho reprodutivo feito “dentro de casa”. Na lógica do capital siderúrgico, as mulheres são o grupo social invisibilizado que garante a reprodução cotidiana e geracional da força de trabalho empregada em suas usinas: cozinhando, limpando, passando, lavando os uniformes sujos de resíduo siderúrgico dos homens de seus círculos familiares, cuidando das crianças, dos idosos e de quem adocece por causa dos rejeitos da siderurgia. É uma dinâmica de dependência relutante do capital em relação às mulheres: a prioridade máxima do megaprojeto é o lucro, mas este depende das vidas dos trabalhadores, que por sua vez só podem existir se estiverem girando os processos e instituições de produção da vida (alimentação, cuidado, habitação, escolas, hospitais etc.) (BHATHACHARYA, 2020, p. 178).

Também são graves seus impactos sobre a saúde das mulheres e de suas famílias. Encarregadas da limpeza, são expostas ao contato constante e cotidiano com os resíduos da siderurgia. Ademais, conforme aumentam as enfermidades, os trabalhos de cuidado em seus círculos familiares se intensificam, agravados pela deterioração dos serviços públicos de saúde e assistência social (o fim ou sucateamento dessas políticas públicas significa que o trabalho de cuidado com os enfermos passa a ser feito por mulheres dentro de casa).

A implantação do megaprojeto inviabiliza a diversificação econômica local e reduz o espaço de existência de arranjos produtivos comunitários, baseados na subsistência, na economia solidária e nas práticas e saberes tradicionais – como é o caso da pesca artesanal e da agricultura familiar e agroecológica. Considerando o importante papel das mulheres nesses arranjos, esse processo aprofunda a sua dependência econômica em relação aos homens (que constituem a maior parte da força de trabalho empregada pelas corporações), resultando também em adoecimento físico e psíquico e no aprofundamento de processos de violência contra elas. No mesmo sentido, contribuem para a perda da segurança alimentar das mulheres e de famílias inteiras, contaminando água, solo e alimentos. Este é um processo particularmente grave em territórios nos quais mulheres pobres e negras constituem a maioria das chefes de família, como é o caso de Santa Cruz.

Não poderia ser diferente. O modelo de desenvolvimento baseado na extração quase total, na transformação de territórios em “zonas de sacrifício”

109. DIÁRIO DO VALE. “Mesmo sob chuva, feministas protestam contra a cultura do estupro em Volta Redonda”, 5 de junho de 2016. <https://diariodovale.com.br/cidade/mesmo-sob-chuva-feministas-protestam-contra-a-cultura-do-estupro-em-volta-redonda/>. Acesso em: 29 out. 2020.

110. “Eu sou espírito antigo na terra – eu tenho essa dimensão. Se abre ao processo de se entender, entender o que estou fazendo aqui, acende várias luzinhas, você para refletir e agir, sentindo o impacto todo dentro de mim e vou me descobrindo articuladora, com poder de me manifestar...” Mulher anônima, 2020. Entrevista concedida ao PACS em 2020, arquivos internos.

para sua integração subordinada a redes globais de produção, não oferece alternativas de vida para as comunidades. No cenário atual, de intensa crise econômica agravada pela pandemia, o comportamento das duas gigantes siderúrgicas no estado do Rio de Janeiro não tem sido outro se não o contínuo desprezo pelas condições de vida das trabalhadoras e trabalhadores e dos territórios em que se implantam: demissões em plena pandemia e operações a todo vapor, ignorando o agravamento de doenças respiratórias da população.

Mas se, de Santa Cruz à Volta Redonda, os megaprojetos siderúrgicos impõem um domínio que arrisca o direito de comunidades inteiras de desenhar seu próprio futuro, é certo também que a contestação social e a organização popular, frequentemente protagonizadas por mulheres que são linha de frente na defesa dos seus territórios, famílias e modos de vida, são capazes de afetar as estratégias corporativas e alterar o curso da História.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARTICULAÇÃO INTERNACIONAL DOS ATINGIDOS E ATINGIDAS PELA VALE. Relatório de Insustentabilidade da Vale. Brasil, 2015. Disponível em: <https://atingidospelavale.wordpress.com/2015/04/16/leia-relatorio-de-insustentabilidade-da-vale-2015/>. Acesso em: 26 out 2020.

BHATHACHARYA, Thiti. A teoria da reprodução social e por que precisamos dela para compreender a crise do Coronavírus. In: Covid-19, Capitalismo e Crise: bibliografia comentada, LEICC/Revista Direito e Práxis, Rio de Janeiro, junho de 2020.

BRITO, Marianna Fernandes S. de. Mulheres e Mineração no Brasil. Rio de Janeiro: Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas – Ibase, 2016.

CENTRO DE PESQUISA E DOCUMENTAÇÃO DE HISTÓRIA CONTEMPORÂNEA DO BRASIL – CPDOC, Fundação Getúlio Vargas – FGV. Maria Silvia Bastos Marques I (depoimento, 1999). Rio de Janeiro, CPDOC/FUNDAÇÃO CSN, 2008. Disponível em: <http://www.fgv.br/cpdoc/historal/arq/Entrevista19.pdf> Acesso em 26 out. 2020

COLETIVO MARTHA TRINDADE. Entrevista concedida ao Instituto PACS em 15/07/2020.

FEDERICI, Silvia. Calibã e a bruxa: mulheres, corpo e acumulação primitiva. São Paulo: Elefante, 2017.

FUNDAÇÃO OSWALDO CRUZ – FIOCRUZ. Avaliação dos impactos socioambientais e de saúde em Santa Cruz decorrentes da instalação e operação da empresa TKCSA. Rio de Janeiro: Fiocruz, 2011. Disponível em: http://www.epsjv.fiocruz.br/upload/d/Relatorio_TKCSA.pdf. Acesso em 26 out. 2020

GUIMARÃES, Virgínia Totti. O LICENCIAMENTO AMBIENTAL PRÉVIO E A LOCALIZAÇÃO DE GRANDES EMPREENDIMENTOS: O caso da TKCSA em Santa Cruz, Rio de Janeiro, RJ., Dissertação (Mestrado em Planejamento Urbano e Regional) – Instituto de planejamento Urbano e Regional, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2011 Disponível em: <http://objdig.ufrj.br/42/teses/772904.pdf>. Acesso em 26 out. 2020.

INSTITUTO PACS – POLÍTICAS ALTERNATIVAS PARA O CONE SUL. Companhia Siderúrgica do Atlântico – TKCSA: impactos e irregularidades na Zona Oeste do Rio de Janeiro, 2012.

A chuva de prata em Santa Cruz: um desenvolvimento que adoce a gente. Rio de Janeiro: Instituto PACS, 2014. Disponível em: <http://biblioteca.pacs.org.br/publicacao/a-chuva-de-prata-em-santa-cruz-um-desenvolvimento-que-adoce-a-gente/>. Acesso em 26 out. 2020.

Baía de Sepetiba: fronteira do desenvolvimentismo e os limites para a construção de alternativas”. Rio de Janeiro: Instituto PACS, 2015. Disponível em: <http://www.pacs.org.br/files/2012/12/Ba%C3%ADa-de-Sepetiba-fronteira-do-desenvolvimentismo.pdf>. Acesso em 26 out. 2020.

Mulheres e conflitos ambientais: nem nossos corpos, nem nossos territórios. Da invisibilidade à resistência. Rio de Janeiro: Instituto PACS, 2017. Disponível em: http://biblioteca.pacs.org.br/wp-content/uploads/2017/11/Cartilha_mulhereseconflitosambientais_final.pdf. Acesso em 26 out. 2020.

Vidas Atingidas: histórias coletivas de luta na Baía de Sepetiba. Rio de Janeiro: Instituto PACS, 2018. Disponível em: http://biblioteca.pacs.org.br/wp-content/uploads/2018/12/atingidasPACS_20x26cm_WEB.pdf. Acesso em 26 out. 2020.

Notas sobre um laudo pericial anunciado: uma crítica sobre o caso paradigmático entre Ternium Brasil e atingidos/as. Rio de Janeiro: Instituto PACS, Fevereiro de 2019. Disponível em: <http://pacs.org.br/2019/02/05/notas-sobre-um-laudo-pericial-anunciado-uma-critica-sobre-o-caso-paradigmatico-entre-ternium-brasil-e-atingidosas/>. Acesso em 26 out. 2020.

JUSTIÇA GLOBAL. Violações de Direitos Humanos na Siderurgia: o caso da TKCSA. Rio de Janeiro: Instituto PACS e Justiça Global, 2017. Disponível em: <http://biblioteca.pacs.org.br/publicacao/relatorio-violacoes-de-direitos-humanos-na-siderurgia-o-caso-tkcsa/>. Acesso em 26 out. 2020.

LIMA, Raphael da Costa. A “Reinvenção” de uma Cidade Industrial: Volta Redonda e o Pós-Privatização da Companhia Siderúrgica Nacional. Tese (Doutorado em Ciências Humanas - Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2010.

LOSEKANN, Cristiana. A participação como um problema para as instituições de Justiça: uma análise a partir do acordo de governança e participação para o desastre no Rio Doce, 09/08/2018, Portal JOTA. Disponível em: https://www.jota.info/paywall?redirect_to=//www.jota.info/opiniao-e-analise/artigos/a-participacao-como-um-problema-para-as-instituicoes-de-justica-09082018 Acesso em 26 out. 2020.

MIES, Maria. Patriarchy and Accumulation on a World Scale: Women and the International Division of Labour. Londres: Zed Books, 2014.

MINISTÉRIO DA INFRAESTRUTURA. Plano Mestre do Complexo Portuário de Itaguaí. Brasil, 2019.

PEREIRA, Sergio Eduardo Martins. Sindicalismo e Privatização: o caso da Companhia Siderúrgica Nacional. Tese (Doutorado em Ciências Humanas- Sociologia) – Instituto de Filosofia e Ciências Sociais, Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2007.

QUEIROZ, Ana Luisa; PRAÇA, Marina. Dos impactos à defesa: mulheres, corpos-territórios e direitos humanos. In: Periódico Massa Crítica, Edição 75, Instituto PACS, 2020. Disponível em: <http://biblioteca.pacs.org.br/publicacao/dos-impactos-a-defesa-mulheres-corpos-territorios-e-direitos-humanos/>. Acesso em 26 out. 2020.

RAMALHO, José Ricardo; SANTOS, Rodrigo Salles Pereira dos; LIMA, Raphael Jonatas da Costa. Estratégias de desenvolvimento industrial e dinâmicas territoriais de contestação social e confronto político. In: Sociologia & Antropologia, v.03.05. Rio de Janeiro, junho, 2013.

RHUAS, Rhaysa. A crise da Covid-19 e o desvelamento das dinâmicas de produção da vida no capitalismo: um comentário à Tithi Bhattacharya. In: Covid-19, Capitalismo e Crise: bibliografia comentada, LEICC/Revista Direito e Práxis, Rio de Janeiro, junho de 2020.

SÁNCHEZ, Patricia Karina Vergara. Sin heterosexualidad obligatoria no hay capitalismo. In: La Crítica, 2015. <http://www.la-critica.org/sin-heterosexualidad-obligatoria-no-hay-capitalismo/>. Acesso em: 26 out. 2020.

SANTOS, Rodrigo Salles Pereira dos. "Redes de Produção Globais, Transformação Estrutural e Crítica/Contestação Social: a TKCSA em Itaguaí, Rio de Janeiro". In: RAMALHO, José Ricardo; FORTES, Alexandre (orgs.). Desenvolvimento, trabalho e cidadania: Baixada e Sul fluminense. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2012.

SANTOS, Thalita Barros dos. A mulher na luta: sindicalismo, representatividade e gênero. TCC (Graduação) – Curso de Administração Pública (modalidade presencial), Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Fluminense. Volta Redonda, 2018.



A operação da Vale S. A. no Morro D'Água Quente, Catas Altas, e seus impactos específicos sobre os direitos humanos das mulheres

POR ANA LUISA QUEIROZ¹

Introdução

Esta pesquisa tem por objetivo analisar a atuação da Vale S. A. no município de Catas Altas, Minas Gerais, e os impactos específicos que atingem as mulheres em consequência da atividade extrativa mineral. A Vale S. A., doravante referida apenas como Vale, opera o Complexo Fazendão, localizado no distrito do Morro D'Água Quente, que faz divisa com o município de Mariana.

O setor mineral, protagonizado no país pela empresa, ocupa lugar estratégico no contexto de *reprimarização* da economia nacional, ou seja, a intensificação da exploração e exportação de produtos primários, em relação a produtos de maior valor agregado². Durante a pandemia causada pelo Covid-19, decretada pela Organização Mundial de Saúde em março de 2020, observou-se uma valorização das commodities de baixo valor agregado³. Somente no referido período, o faturamento da indústria de produção mineral no Brasil aumentou em 9%⁴, onde 37,6% dessa produção advém do estado de Minas Gerais. O minério de ferro compõe 59,3% dessa exploração e o setor mineral participa com 4% no PIB brasileiro⁵ e correspondeu a 50% na balança comercial no primeiro semestre de 2020 (SENA, 2020), que diz respeito às exportações do país.

01. Mestra em Sociologia e Antropologia e Bacharel em Ciências Sociais pela UFRJ, pesquisadora e educadora popular. Atua nos campos sobre direitos humanos, conflitos socioambientais e feminismos.
02. Para entender mais a relação entre o extrativismo e a reprimarização, ver Milanez e Santos, 2013.
03. Amplia-se a reprimarização da pauta exportadora brasileira em meio a pandemia, por Neves, Esquerda Diário, 2020. Disponível em: <http://www.esquerdadiario.com.br/Amplia-se-a-reprimarizacao-da-pauta-exportadora-brasileira-em-meio-a-pandemia> Acesso em: 12 Setembro 2020.
04. Quando comparados o segundo trimestre, período de maior intensidade da pandemia causada pelo novo CoronaVírus no país, ao primeiro trimestre, segundo o IBRAM (2020).
05. Segundo dados do IBGE e da Secretaria de Geologia, Mineração e Transformação Mineral do Ministério de Minas e Energia, lido em relatório do IBRAM (2019).

Frente ao modelo de desenvolvimento capitalista, racista e patriarcal, se faz relevante compreender os meandros materiais e simbólicos nos quais as dominações se manifestam nos territórios, em suas interseccionalidades. Nesse trabalho, tomaremos em conta a dimensão de gênero e sua territorialidade no distrito do Morro D'Água Quente, mas entendemos que esta abordagem não esgota o entendimento das relações de conflito e aliança existentes no território, sendo necessárias maiores investigações e aprofundamentos sobre demais dimensões, como a racial, para o entendimento dos ataques a autonomia e às formas de vida realizados pela Vale através de seu modo de produção.

Para a realização da pesquisa foram realizados levantamentos bibliográfico e jornalístico sobre a temática, entrevistas e oficina de mapeamento de conflitos socioambientais junto a mulheres do distrito do Morro D'Água Quente, realizada pelo Instituto Pacs em outubro de 2019⁶.

Catas Altas

Emancipada do município de Santa Bárbara em 21 de dezembro de 1995, através da lei nº12.030, Catas Altas é uma cidade jovem no papel, mas antiga em História. Sua ocupação colonial começa ainda no século XVII, a partir da descoberta de fontes auríferas, entre outros metais. Aos pés da Serra do Caraça⁷, Catas Altas é uma das cidades integrantes da Estrada Real e está localizada a aproximadamente 120 km de distância da capital mineira, Belo Horizonte.

06. A oficina foi realizada em outubro de 2020, contou com a participação de 15 mulheres e buscou, a partir delas, reconstruir memórias sobre a vida no território antes da chegada da Vale, resgatando a paisagem, sua vegetação, o cotidiano das famílias e seus trabalhos. Em seguida, as mulheres contrastaram o passado ao presente, suas transformações positivas e negativas. Para pensar os impactos específicos da mineração sobre a vida das mulheres, construímos um mapa do corpo para identificar as vulnerabilidades e fortalezas das mulheres presentes em seus próprios termos. Para mais informações, conferir a matéria "Mulheres se reúnem para conversar sobre reabertura de novas minas da Vale no Morro d'Água Quente, distrito de Catas Altas – MG". PACS, 2019. Disponível em: <http://pacs.org.br/2019/11/11/mulheres-se-reunem-para-conversar-sobre-reabertura-de-novas-minas-da-vale-no-morro-dagua-quente-distrito-de-catas-altas-mg/>. Acesso em: 12 Setembro 2020.
07. A Serra do Caraça está localizada entre os municípios de Catas Altas e Santa Bárbara, configurando o limite leste do Quadrilátero Aquífero-Ferífero de Minas Gerais. Dentro dela, está abrigado o Parque Natural do Caraça, considerado um santuário ecológico de grande valor histórico-cultural. Dentre os atrativos do Parque, encontra-se um conjunto arquitetônico que inclui uma igreja neogótica, o prédio do antigo Colégio Caraça (onde hoje funcionam um museu e uma biblioteca) e uma pousada. Atualmente, a área do Parque ultrapassa a marca de 11 mil ha., onde convivem ecossistemas de Mata Atlântica e Cerrado.

Assim como Minas Gerais, seu nome deriva da própria atividade mineira. Além de busca e pesquisa, “catas” também significa garimpo e escavação mais ou menos profunda. Conforme as primeiras minas de ouro abertas na região se esgotavam, os bandeirantes seguiam suas invasões rumo aos picos e, com ela, foram descobertas fontes de melhor qualidade e quantidade de ouro. Daí surge a expressão que a batizou a cidade: Catas Altas.

Acredita-se que a cidade tenha sido a primeira da região a ser ocupada durante as invasões dos bandeirantes para “ocupação” do que é hoje o estado de Minas Gerais. Um dos municípios mais ricos durante o primeiro ciclo de exploração do ouro no Brasil, a cidade encarou sua primeira crise quando deu sinais de esgotamento do metal (SOUZA, 2004). Apesar da existência de outras práticas produtivas, como a produção de tijolos e telhas em olarias, a carvoaria e a agricultura de subsistência, a cidade não possuía uma tradição agrícola e era dependente do que chegava para comercialização através dos tropeiros. Deflagrado este processo, a cidade foi palco de êxodo e de escassez.

Falando do Morro D’Água Quente, território diretamente impactado pelo empreendimento analisado nesta pesquisa, o mesmo era um bairro da cidade até o final do ano de 2014, quando se tornou distrito, com a justificativa da prefeitura de que, assim, seria mais fácil garantir alguns benefícios para a região, como um posto dos correios, por exemplo. Seu nome faz referência literal à fonte de água quente que existia na região. A fonte, que foi utilizada para banhos e lazer pelos moradores durante anos, não tem mais a mesma temperatura. As moradoras mais antigas da região relatam que suas águas eram muito mais quentes, “fumegantes”. Segundo elas, essa mudança foi acontecendo depois de uma série de “acidentes” ligados a exploração mineral da região.

O Morro D’Água Quente possui um clima ameno, e está submetido a temperaturas mais baixas durante a maior parte do ano, principalmente pela noite. Antes da chegada de energia elétrica, a fonte tinha um papel fundamental no cotidiano das famílias que se banhavam e se divertiam nas águas. A água quente era um instrumento de higienização dos corpos, das roupas, mas sobretudo de conexão entre as pessoas, um espaço de encontro.

A história mais recente do garimpo no Morro D’Água Quente, mais especificamente no século XX, após o ciclo do ouro no Brasil colonial, é consideravelmente particular. Distante da realidade de experiências como a de Serra Pelada, a memória do garimpo artesanal no Morro é familiar e comunal. O garimpo ressurgiu como alternativa econômica para as famílias do Morro após a interrupção das atividades da Socoimex LTDA – evento que configura a segunda crise, cronologicamente, da história da cidade.

O Morro D’Água Quente possui três minas de extração de minério de ferro: São Luiz, Tamanduá e Almas. Responsável pela operação da primeira, a maior das três, a Socoimex LTDA. foi a empresa de mineração responsável pela sua exploração por anos. Assim como no declínio do primeiro ciclo do ouro colonial, a interrupção na exploração do minério de ferro feito pela empresa gerou uma grave crise socioeconômica na cidade. Com o seu fechamento, outros estabelecimentos que prestavam serviços ligados ao seu funcionamento, restaurantes e o maior supermercado da cidade encerraram suas atividades. O aumento do desemprego no município, como consequência da crise, foi um dos fatores que influenciaram na evasão dos homens da cidade, permanecendo ali, sobretudo, as mulheres (Queiroz, Gênero, Território e Mineração: Um Estudo sobre o Protagonismo Feminino em Conflitos Socioambientais no Morro d’Água Quente, Catas Altas - MG, 2016).

Como alternativa para a sobrevivência das famílias e permanência na cidade, a principal saída foi o retorno para o garimpo artesanal de ouro. Segundo contam as moradoras no documentário “*Garimpando Memórias: olhares femininos sobre o Morro D’Água Quente (2016)*”, cada família tinha seu espaço, seu buraco que abria e onde trabalhava. Como dificilmente as famílias conseguiam se sustentar somente com a produção de uma única pessoa, o trabalho no garimpo envolvia a família inteira. As crianças que ainda não tinham idade e corpo para sustentar os materiais pesados, por vezes ficavam no espaço do garimpo brincando, enquanto eram cuidadas coletivamente. “*Meu filho com sete anos eu levava ele pra lá, quando chegava a hora de eu vir arrumar o almoço ele vinha, nós almoçávamos, eu levava o almoço dele (o marido) e com isso nós ficamos no ouro até um tempão. Foram uns 15 anos que nós ficamos nesse ouro*”, relembra uma das moradoras no documentário.

Apesar de pequenos conflitos sobre a gestão desses buracos, a maior parte dos relatos se concentra nas histórias de partilha e sociabilidade que aconteciam no espaço, carregadas de afetos positivos. Memórias do trabalho suado trabalho familiar, abraçado pela paisagem do Caraça.

Atualmente, segundo o último censo do IBGE, realizado em 2010, dos aproximados 5 mil habitantes da cidade de Catas Altas, entre 900 e 1000 vivem no distrito. O mesmo conta com dois aparelhos públicos: uma escola municipal e um posto de saúde. Apesar das construções históricas da cidade e do distrito, e de sua localização aos pés da Serra do Caraça, o turismo religioso e natural não são fontes substantivas de recursos econômicos. A maior parte da receita da cidade é recolhida diretamente e indiretamente da mineração, assim como é sua maior fonte de empregos. Em 2019, a cidade recolheu aproximadamente R\$ 54 milhões a partir desta atividade, segundo dados da Agência Nacional de Mineração (2019).

A Vale

A Vale é um conglomerado composto de por mais de 50 empresas que exploram diferentes matérias-primas, dentre elas o minério de ferro, níquel, carvão, manganês e cobre. É a segunda empresa mais valiosa da América Latina⁸ e, segundo a própria empresa, a maior produtora de minério de ferro, pelotas e níquel do mundo, atuando em mais de 30 países⁹. Mesmo após os crimes de Mariana, em 2015, e Brumadinho, em 2019, que somados produziram quase 300 vítimas fatais, somente no ano de 2020 as ações da Vale já subiram mais de 3%¹⁰.

Para compreendermos melhor a atuação da Vale no caso específico do Morro D'Água Quente, trazemos um breve resgate histórico da empresa e seu empreendimento em Catas Altas, o Complexo Fazendão. A fundação da Companhia Vale do Rio Doce (CVRD) marca um movimento estratégico que extrapolou as fronteiras nacionais. Desde seu início, a CVRD tem sua história atravessada pelos interesses e influências do capital internacional. A Companhia nasce em 1942, durante o governo de Getúlio Vargas, por influência da conjuntura da Guerra Fria. Estados Unidos e Inglaterra propõem ao governo brasileiro um acordo, onde os EUA apoiariam com a tecnologia de estruturação minero-siderúrgica, enquanto a Inglaterra aceitaria indenização reduzida sobre companhias mineadoras inglesas baseadas em território brasileiro, em troca de fornecimento de minério. Desse acordo são encampadas a *Itabira Iron* e a Estrada de Ferro Vitória-Minas e nascem a CVRD e a CSN, fundamentais para a industrialização brasileira (GODEIRO, 2007). O objetivo final desses acordos era garantir a produção, o transporte e a exportação de 1,5 milhão de toneladas de minério de ferro por ano, que seria dividida entre Inglaterra e Estados Unidos.

Chegando aos anos 1990, o cenário seguia a direção oposta da era varguista. O Brasil de Fernando Henrique Cardoso vivia um período marcado pela flexibilização da legislação, reforma tributária e privatizações, influenciadas, dentre outros elementos da conjuntura, pelo Consenso de Washington.

08. "Mercado Livre ultrapassa a Vale e se torna empresa mais valiosa da América Latina", por Campo, A. Valor Econômico, 2020. Disponível em: <https://valor.globo.com/financas/noticia/2020/08/07/mercado-livre-ultrapassa-a-vale-e-se-torna-empresa-mais-valiosa-da-america-latina.ghtml> Acesso em: 12 Setembro 2020

Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 12 Setembro 2020.

09. "A transferência de presos por riscos em uma barragem da Vale", por Gaglioni. Nexo, 2020.

10. Disponível em: <https://www.nexojornal.com.br/expresso/2020/08/13/A-transfer%C3%AAncia-de-presos-por-riscos-em-uma-barragem-da-Vale>. Acesso em: 12 Setembro 2020.

Através de uma narrativa de superação da crise econômica vivida durante os anos 1980 – o reconhecido movimento do capitalismo de construção de crises para justificar maiores explorações –, o presidente da época encaminhou um conjunto de privatizações, incluindo, em 1997, a CVRD. Segundo Godeiro, um ano após sua privatização, o lucro da empresa aumentou em 46%, o que confirmou as suspeitas de que a privatização da CVRD não atendia a uma agenda pública (2007). Quase dez anos depois, a empresa muda de nome, adotando o nome Vale S. A., aqui mencionada apenas como Vale.

Das mudanças ocorridas entre 1990 até a privatização, incluem-se a diminuição gradativa dos níveis salariais de seus funcionários, o enxugamento da força de trabalho, a elaboração de um plano de demissão voluntária (em Itabira, por exemplo, a empresa passou de 4.189 trabalhadores, para 1.710 em nove anos, enquanto a produção de minério aumentou em 5 milhões de toneladas ano). Além disso, para assegurar uma aparência democrática no desenrolar da privatização, o governo de Fernando Henrique Cardoso exigiu que constasse no edital de convocação do leilão, a garantia de um assento para um representante dos trabalhadores no Conselho de Administração da empresa. Contudo, esta medida, além de insuficiente, só foi adotada oito anos após a privatização, em um contexto somado de entraves para a participação do trabalhador representante (GODEIRO, 2007). Passados quase anos da sua privatização, ainda é possível afirmar que a empresa se vale de um status ou reputação que remonta aos tempos estatais, como uma empresa brasileira que estaria ligada a uma atuação benéfica e proveitosa para a nação brasileira.

Em Catas Altas (MG), a Vale ampliou sua exploração pela primeira vez em 2008, e em 2020 caminha com um segundo processo de expansão. O Complexo do Fazendão é constituído pelas minas de São Luiz, Tamanduá e Almas¹¹, localizando-se a 7 km do centro de Catas Altas, nos contrafortes da Serra do Caraça, com acesso através da rodovia estadual MG 129. A exploração da mina São Luiz começa em 1963, pela Caraça Ferro e Aço S.A., através da arrendatária Mineração Socoimex LTDA. Em 1974 a então Companhia Vale do Rio Doce adquire o controle da empresa, continuando a exploração através da Socoimex até 1991, quando a mesma assume a atividade. A lavra de minério de ferro de São Luiz estava licenciada para a produção de 1.000.000 (um milhão) de toneladas por ano, e, com a expansão, este número passou para 17.000.000 (dezessete) milhões de toneladas ano.

11. Em 2019, a Vale iniciou um processo de nova expansão do complexo Fazendão, solicitando autorização para reativação das minas de Tamanduá e Almas (VALE S.A., 2019).

O material extraído é transportado por caminhões leves de 50t diretamente da mina São Luiz para as praças de estocagem das instalações de beneficiamento da mina Alegria (município de Mariana), a cerca de 10 km de distância e através de rotas internas. Em Alegria, são formadas pilhas de estocagem para Samarco e para a própria Vale. Antes da expansão, São Luiz ocupava uma área que compreendia a cava principal (86 ha.), a cava São Luiz Sul (5,0 ha.), o pátio de carregamento da pêra ferroviária (28,6 ha.), pilhas de estéril (17 ha.) e as barragens de contenção (Patos – 14,13 ha., Dicão – 6,7 ha. e Cobras/Paiol – 5,7 ha.), somando um total de 163,13 ha. Após a expansão, São Luiz passou para uma área de 169,40 ha. (163,23 ha. de cava principal e 6,17 ha. de cava apêndice).

A Vale explora dois tipos de minério no Complexo Fazendão. Um para britagem na mina de Alegria, e outro para alimentação da planta da Samarco Mineração S.A, que atualmente encontra-se paralisada em função do rompimento da barragem de Fundão em 2015. O Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), produzido pela Vale, em 2019, também definiu as áreas de influência indireta, direta e área diretamente afetada, sendo, respectivamente, o município de Mariana, na primeira classificação, e Catas Altas, com ênfase ao Morro D'Água Quente, na segunda. O Complexo do Fazendão está dentro do Quadrilátero Aquífero-Ferífero, que possui uma área de aproximadamente 7.000 km², localizado no centro do estado de Minas Gerais. A mina São Luiz está baseada na borda oeste do Quadrilátero (VALE S. A., 2019).

Em relação aos impactos socioeconômicos, quando da primeira expansão, previa-se no RIMA que a mesma traria 845 novos empregos, sendo 724 diretos e 121 em empresas terceirizadas, em atividades de lavra e transporte. No ápice do período de obras, seriam ofertadas cerca de 300 vagas de trabalho temporário, com expectativa máxima de cinco meses de duração. Também é listado como benefício, o aumento da arrecadação da Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais (CFEM).

Entre as preocupações da sociedade civil, registradas no Estudo do Impacto Ambiental (EIA) à época, estavam o aumento da demanda sobre os serviços públicos ligados a saúde. Para minimizar o impacto da chegada de outras pessoas, constou no contrato uma recomendação de contratação de pessoas da cidade, ou vizinhos. Para além da saturação dos serviços públicos, a população também expressou preocupação em relação aos possíveis conflitos com a chegada de mão de obra externa a cidade, como o aumento da prostituição, de gravidez indesejada e de doenças sexualmente transmissíveis. Entraram no registro também, ponderações a respeito das questões ambientais que tocavam a expansão e a necessidade de se discutir sobre medidas mitigatórias. Como

veremos mais a frente nesta pesquisa, ambos os impactos previstos manifestados como mais preocupantes pela sociedade civil possuem duras especificidades sobre a vida das mulheres.

Uma nova expansão

Doze anos após a expansão, os moradores e moradoras alegam que a Vale descumpriu os acordos feitos e não garantiu a maioria dos empregos para as pessoas da cidade. Para as mulheres envolvidas na construção da crítica, no balanço entre ganhos e perdas, a atividade da empresa tem deixado mais danos do que trazido benefícios à cidade (Queiroz, Gênero, Território e Mineração: Um Estudo sobre o Protagonismo Feminino em Conflitos Socioambientais no Morro d'Água Quente, Catas Altas - MG, 2016).

Segundo o RIMA de outubro de 2019, o atual projeto de expansão da Vale prevê uma nova ampliação da cava São Luiz, a reabertura e unificação das minas de Tamanduá e Almas, tornando-as uma única cava e a ampliação da estrada que liga as três minas, dentre outros (VALE S.A., 2019). A expansão resultaria num aumento produtivo de 17 para 25 milhões de toneladas ano, exigindo a criação de novas áreas para disposição de material estéril.

Em 21 de fevereiro de 2020, o prefeito de Catas Altas, José Alves Pereira (PSDB), revogou a Declaração de Conformidade, expedida em 2015 pelo Conselho Municipal de Desenvolvimento Ambiental (CODEMA) da cidade, que autorizava a expansão do Complexo Fazendão e a reabertura das minas de Tamanduá e Almas, através do decreto Nº 36/2020. Segundo o decreto, para o entendimento da prefeitura o segundo projeto de expansão da Vale na cidade fere a legislação municipal, mais especificamente o plano diretor garantido pela lei municipal Nº 179/2005, por se tratar de um empreendimento com risco de danos ambientais sobre a segurança hídrica da cidade. Além disso, também foi pontuada a alteração irreversível sobre a paisagem, intervindo diretamente sobre o patrimônio cultural e turístico da cidade, a Serra do Caraça¹².

Após a revogação da prefeitura, a empresa paralisou sua operação como estratégia de chantagem e pressão pela autorização de seu projeto expansionista. São aproximadamente 150 trabalhadores da cidade que

12. "VITÓRIA POPULAR EM CATAS ALTAS!", por Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração, 2020. Disponível em: <http://emdefesadosterritorios.org/vitoria-popular-em-catas-altas/> Acesso em: 12 Setembro 202

dependem diretamente das atividades do Complexo Fazendão. Em resposta, o sindicato Metabase entrou com reivindicação pela garantia de estabilidade para esses trabalhadores¹³. Nesse sentido, a chantagem da Vale em Catas Altas, de paralização das atividades até a concessão dos seus interesses compõe um cruel repertório que ataca a soberania dos povos sobre seus territórios.

A Vale garante o monopólio financeiro na cidade e, como possui outros polos extrativos que garantem a alimentação de sua cadeia produtiva e de comercialização, pode pontualmente interromper suas atividades, tendo mais efetividade em sua chantagem. A cidade não tem outra grande fonte de arrecadação e as pessoas temem por seus empregos e pela possibilidade de entrada em mais uma crise que traga escassez e evasão, como no passado. O turismo, por exemplo, que poderia ser uma das fontes de renda, encontra pouco incentivo público e esbarra em percalços gerados pela própria mineradora que cerca as regiões naturais que poderiam ser exploradas para a atividade. Segundo reportagem jornal *Hoje em Dia*¹⁴, em janeiro de 2013 foi aberto um inquérito por parte do Ministério Público de Minas Gerais para apurar a denúncia de moradores sobre a interdição dos acessos aos atrativos naturais existentes na Serra do Caraça.

A expansão do Complexo Fazendão significaria o aumento da área impenetrável à circulação comunitária, minando os investimentos já feitos pelos moradores e moradoras na construção de espaços para a exploração do turismo natural de aventura. Atrativos esses que, não somente são turísticos, mas se constituem como espaços públicos de uso da própria população do Morro D'Água Quente. Assim, os moradores e moradoras de Catas Altas se veem em uma situação cotidiana onde parecem ter de escolher entre o desemprego e os danos do minério.

Apesar da decisão da prefeitura, no dia 05 de março de 2020 foi realizada uma audiência pública para apresentação do projeto e consulta popular (VALE S.A., 2020). Na mesma, Heloísa Oliveira, gerente do Complexo da Vale, comunicou a retirada do pedido de licenciamento sobre a retomada das cavas paralisadas de Tamanduá e Almas. Tal comunicado de alteração do projeto demandaria um novo processo de licenciamento ambiental.

Em sua fala, ainda na mesma audiência pública realizada em março de

2020, a moradora do Morro D'Água Quente, Sandra Vita, expõe a desatualização dos dados do projeto e do RIMA apresentado em 2019. Além disso, a moradora e militante do Movimento pela Soberania Popular na Mineração, o MAM, também denunciou o processo de monitoramento do ar, da água e dos ruídos, que é feito pela própria empresa poluente, sem um contraponto e transparência dos dados.

A gente não aceita de forma alguma, porque a mina do Tamanduá e a mina de Almas são áreas livres de mineração. A Vale evacua no momento de detonação, segundo informação do Cristiano que é supervisor da Vale e nos informou lá em cima na mina, que para detonar, eles evacuam a 500 metros os funcionários e os equipamentos são evacuados a 300 metros de distância. Nós, enquanto moradores próximos à mina do Tamanduá, nós estamos em linha reta a 300 metros, pergunto pra Vale: qual é a intenção da Vale? O que ela pretende? Qual é o plano da Vale para nos evacuar no momento de detonação que acontece 3 vezes na semana, impreterivelmente lá no Morro segunda, quarta e sexta? (...) Nós não queremos ser uma Socorro, uma Vila Congo, nós não queremos ser Piteiras, nós não queremos ser Antônio Pereira, muito menos Bento Rodrigues e muito menos Brumadinho. Nós queremos ter o nosso território, queremos ter direito ao nosso modo de vida, queremos ter direito à nossa vivência naquele lugar que escolhemos para viver. Nós escolhemos lá. Nós estávamos lá quando a Vale chegou. Nós dizemos não ao projeto de ampliação de Tamanduá e Almas. Tamanduá e Almas são áreas livres de mineração, é área de proteção permanente (VITA, Audiência Pública - Vale, 2020).

Segundo denunciado por Marta de Freitas, representante do Fórum Nacional da Sociedade Civil nos Comitês de Bacias Hidrográficas, algumas famílias do Morro D'Água Quente receberam a visita da Defesa Civil para a averiguação de duas casas, sem apresentação de justificativa. A motivação, Marta expõe, ter sido em função do comprometimento das estruturas das barragens em atividade de Diclão Leste e de Cobras. Após a denúncia, em maio de 2020, a Vale adotou protocolo de emergência na barragem Diclão Leste, alegando serem medidas preventivas¹⁵.

13. "Vale suspende atividade em Catas Altas (MG) até que governo aprove licenciamento", por Dotta. Brasil de Fato, 2020. Disponível em: <https://www.brasildefatomg.com.br/2020/03/10/vale-suspende-atividade-em-catas-altas-mg-ate-que-governo-approve-licenciamento> Acesso em: 12 Setembro 2020.

14. "MP vai investigar interdição de turismo por mineradoras em Catas Altas", por Porto, B. Hoje em Dia, 2013. Disponível em: <https://www. hojeemdia.com.br/primeiro-plano/economia/mp-vai-investigar-interdi%C3%A7%C3%A3o-de-turismo-por-mineradoras-em-catas-altas-1.97771>. Acesso em: 12 Setembro 2020.

15. "Vale (VALE3): mineradora adota protocolo de emergência em Catas Altas", por Alves. Eu Quero Investir!, 2020. Disponível em: <https://www.euqueroinvestir.com/vale-vale3-mineradora-adota-protocolo-de-emergencia-em-catas-altas/>. Acesso em: 12 Setembro 2020.

Em junho de 2020 moradores e moradoras denunciaram a atividade da empresa na Barragem do Mosquito, localizada também no Morro D'Água Quente, há menos de 1 km das moradias. Apesar da ausência de Declaração de Conformidade, a Vale avançou com as obras para aprofundamento da barragem, impedindo a circulação da população em mais um espaço público¹⁶. À revelia das manifestações populares e da prefeitura municipal, em 31 de julho de 2020, o Conselho Estadual de Política Ambiental (COPAM), ligado à Secretaria de Estado de Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, aprovou o processo de licenciamento ambiental, concedendo as licenças Prévia, de Instalação e de Operação ao empreendimento.

Entendendo os atores e atrizes envolvidos e a atuação das mulheres

Ao mapearmos os agentes envolvidos mais ativamente nos conflitos socioambientais relacionados à atividade extrativa na cidade, destacamos a prefeitura, a Câmara de Vereadores, a própria Vale e, no Morro D'Água Quente, a Associação Comunitária Nascentes e Afluentes Serra do Caraça (ACNASC). Sobre as gestões municipais, o terreno tem sido historicamente simpático à operação da empresa. Isso se dá, não só pelo fato da cidade ser dependente da arrecadação da mineração para pagamento de sua estrutura burocrática, mas, também, pela aproximação ideológica, simbólica e material (representada pelo financiamento de campanhas feito pela Vale, por exemplo) dos agentes públicos eleitos.

A relação condescendente do poder público com a empresa fica expressa, dentre outros atos na interpretação positiva das ações de reparação e condicionantes de sua exploração, realizadas pela empresa. Ações que figuram como medidas mínimas obrigatórias condicionadas para a liberação de operação da empresa e à exploração do minério na cidade são percebidas por diferentes agentes do estado, e até moradores, como manifestações de cuidado da empresa para com a cidade e sua população (QUEIROZ, 2016).

Durante o processo de expansão do Complexo Fazendão em 2008, os moradores que já estavam organizados em ações comunitárias no

16. "Vale ignora órgãos ambientais e inicia obras na Barragem do Mosquito, em Catas Altas (MG)", por Pereira. Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil, 2020. Disponível em: <<https://ctb.org.br/sem-categoria/vale-ignora-orgaos-ambientais-e-inicia-obras-na-barragem-do-mosquito-em-catas-altas-mg/>>. Acesso em: 12 Setembro 2020.

Morro D'Água Quente chegaram ao entendimento de que para ter mais força em suas reivindicações e negociações com a empresa, seria interessante a construção de uma associação de moradores. Dessa maneira, nasce a ACNASC. Em um primeiro momento, suas ações estavam mais relacionadas à organização e à legitimação das ações coletivas que já eram desenvolvidas pelos moradores anteriormente. O que nos chama a atenção na presente pesquisa é que, segundo os relatos dos moradores e moradoras, com a construção da Associação, predominou o envolvimento das mulheres. Desde a construção de sua primeira gestão, as mulheres foram maioria na administração da ACNASC. Envolvidas na crítica e na defesa da Vale, a gestão inicial se dividiu em grupos com visões opostas em relação a atuação da empresa. Ainda assim, o debate e a mobilização política não institucional no distrito foram, fundamentalmente, protagonizados pelas mulheres.

Consideramos que seja importante ressaltar o perfil das mulheres mobilizadoras da região. Ao contrário de narrativas masculinas sobre a relação entre o tempo disponível e o envolvimento das mulheres na agenda política cotidiana da cidade, as mulheres em questão trabalham em jornadas dentro e fora de casa e, em sua maioria, são chefes de família, ou seja, as principais mantenedoras financeiras da casa (QUEIROZ, 2016).

Dentre os repertórios de mobilização crítica à atuação da Vale no Morro D'Água Quente, estão mobilizações que envolvem a paralisação da estrada de ferro Vitória Minas e da rodovia MG-129 que dá acesso à mina, participação em audiências públicas, brigadas populares, espaços de formação e em reuniões junto à atingidos e atingidas pela mineração e megaprojetos de outros territórios. Em todas essas articulações, destacamos também a crescente participação dos jovens. Antes da construção da Associação, as mulheres já se envolviam em atividades comunitárias voltadas, sobretudo, para a assistência da juventude que envolviam lazer, esporte, palestras contra o uso de drogas e gincanas. Essa relação fortaleceu também a participação da juventude na vida política do distrito.

Outro ator relevante no território é o Movimento pela Soberania popular na Mineração (MAM). Em 2012, mulheres e jovens do Morro D'Água Quente realizaram, já mencionada paralisação da rodovia MG-129, bloqueando o principal acesso ao Complexo Fazendão. A divulgação dessa paralisação se desdobrou na aproximação com o MAM, movimento brasileiro que começou a ser organizado também em 2012 e que incide politicamente em diferentes níveis sobre extrativismo e mineração no Brasil, travando debates sobre os impactos da mineração, sua regulamentação, pela defesa de áreas livres da atividade e pela soberania popular.

Eu conheci o MAM através de uma paralização feita em 2012. (...) A primeira formação que tive enquanto militante do MAM foi na Escola Nacional Florestan Fernandes, em 2014. Foi uma das formações que eu não sabia o tanto que, enquanto moradora, eu era impactada e sou. Mas hoje eu me entendo enquanto atingida. E o MAM vem com essas pautas da questão mineral em lugares já minerários, vem trabalhando com a questão. Essa primeira formação em 2014 foi uma das primeiras formações mais diretas que eu tive com o MAM. Logo depois disso a gente foi fazendo encontros de mulheres, participando de brigadas, participamos em 2017 na brigada de Conceição do Mato Dentro. E teve diversos avanços assim, na questão da visão mesmo do quanto somos atingidos pela mineração aqui na localidade (MENDES, 2020).

O envolvimento com o Movimento tem sido de grande relevância para os processos de formação e articulação política no Morro D'Água Quente. Através dele, não só as mulheres e os jovens têm se entendido enquanto atingidos, desnaturalizando os impactos que vivenciam, mas também enquanto militantes organizados em diálogos e intercâmbios com realidades próximas de pessoas e coletivos de outros territórios. Além desses aspectos, as formações e articulações abrem as portas para que os moradores possam incidir em outros espaços da política institucional.

Antes dessa relação, no lugar era mais difícil devido mesmo a um começo de um trabalho de base, explicar o que é o movimento, qual a finalidade, qual que é a estratégia e porque que a gente atua nas bases. Então no início era mais difícil entender esse processo tanto quanto militante, tanto quanto pra conversar isso na comunidade. Mas aí depois de um tempo isso teve um avanço devido as demandas que foram se apresentando. Por exemplo a questão hídrica tem sido algo que temos conversado bastante, sobre o tratamento de água. E a questão também da exploração e das violações dos nossos direitos enquanto moradores (MENDES, 2020).

Impactos específicos sobre as mulheres

Em ambas as ocasiões, do pedido de expansão feito pela Vale em 2008, e da nova solicitação feita entre 2014 e 2015, a sociedade civil catas-altense

tem se manifestado preocupada em relação aos impactos e denunciado o descumprimento das condicionantes já determinadas. A partir da denúncia e resistência produzidas em diferentes territórios afetados pela mineração, podemos observar que a atividade, desenvolvida a partir do modo de exploração e do tempo capitalista, possui um padrão de impactos. Dentre esse conjunto de efeitos danosos à vida humana e natural, é possível destacar como mais cotidianos: a poluição e esgotamento da água potável, fruto do alto consumo industrial; a poluição do ar e suas consequências danosas à saúde; a poluição sonora; a ocorrência de rachaduras e outros danos às casas e patrimônios da população local; aumento do sofrimento psíquico, ocasionado seja pelos alto risco e contaminação envolvidos no trabalho, ou ainda pelo medo do rompimento de barragens ou outras falhas graves que envolvam a produção; ou, ainda, a perda das áreas públicas que historicamente pertenceram a comunidade e por ela são diariamente usufruídas para lazer e convivência.

Durante a referida audiência pública do dia 05 de março de 2020, Tiago Jeremias, médico da cidade, falou de sua experiência de consultório em Catas Altas. Segundo ele, a dimensão do sofrimento psicológico e o aumento da adição às drogas por ele ocasionado é algo pouco visibilizado pela Vale. Este elemento trazido por Thiago, é comum aos territórios explorados por megaprojetos. Em via de regra, as empresas chegam às cidades e criam uma rede estrutural dependente de sua atuação. A cidade e a população se tornam reféns financeiramente do empreendimento, o que alarga a permissividade em relação aos impactos e danos gerados por ele. Frente ao medo do desemprego e da desestruturação da vida que virá com ele, um poluente pode deixar de ser visto como dano, naturalizando-se no cotidiano. Dessa maneira, o processo de denúncia para demanda por reparação dos impactos passa, antes de tudo, pela desnaturalização do dano socioambiental e pela possibilidade criativa de visualização de outros futuros que extrapolem ao destino da exploração mineral capitalista, racista e patriarcal.

A violência doméstica, alcoolismo dentro de casa, drogas, que geralmente são trabalhadores da mineração que vivem um dia estressante no trabalho. São relações abusivas dentro de casa e tudo depois de muito álcool. O índice de alcoolismo aumentou na região e as mulheres vivem com medo. Primeiro que não tem emprego para as mulheres, um fato que é conversado na região aqui há um tempo. Do porquê as mulheres não conseguem um trabalho na mineração. (...) Na economia, o impacto é muito forte, porque as mulheres além de dependerem da

mineração, elas são reféns de tudo o que vem de lá. Pegam essa carga primeiro. Que é a exploração contínua, mas é uma exploração carregada de estupro todo dia também (MENDES, 2020).

Ao olhar para o conjunto de impactos citado, nos perguntamos como eles atingem especificamente às mulheres? Nessa pesquisa, abordaremos a questão tomando em consideração a noção de corpo-território (CABNAL, 2010) na tentativa de trazer esse sentido do corpo como primeiro território, mas também sua noção expandida na medida em que não só se relaciona, como ao mesmo tempo é a casa, o quintal, a terra, as águas e a serra.

Assim como os megaprojetos trazem consigo um pacote padrão de impactação, o modo de produção das indústrias extrativas minerais também possui um conjunto de impactos que se repetem e atingem especificamente às mulheres. *"Onde tem um complexo minerário, tem vítima. Ainda que não seja fatal, as vítimas estão lá, as vítimas estão em todo lugar que tem o impacto de um espaço minerado"* (VITA, Entrevista concedida a autora, 2019). Em um importante levantamento, o Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas (IBASE) apresentou através da publicação *"Mulheres e Mineração do Brasil"* os impactos específicos vividos pelas mulheres nesse contexto (IBASE, 2016). É possível afirmar que a atuação de mineradoras reforça e renova os repertórios do sistema patriarcal nas localidades onde se instalam (Queiroz; Praça, 2020), que na América Latina tem sido chamado de repatriarcalização dos territórios. Do início da sua produção, até os processos reparatórios em casos de crimes socioambientais, as mulheres são destituídas de seu protagonismo para a reprodução familiar. O trabalho reprodutivo por elas desenvolvido, a produção artesanal de artigos variados ou ainda plantações de quintais, fundamentais à garantia da segurança alimentar familiar, são atividades desconsideradas e invisibilizadas nos projetos de cidade construídas e dependentes de megaprojetos, como o Complexo Fazendão em Catas Altas.

Um exemplo emblemático é o caso do processo reparatório referente ao rompimento da Barragem de Fundão, em Mariana, cidade vizinha à Catas Altas, que ocorreu em novembro de 2015. Segundo a defensora pública Lúgia Rocha (Instituto Pacs, 2020), as mulheres foram em sua maioria desconsideradas e até excluídas das ações reparatórias. O trabalho reprodutivo por elas desempenhado não foi considerado no cálculo das indenizações, assim como suas produções agrícolas de subsistência nos quintais. Além disso, em diversos casos, o cadastramento das mulheres foi feito atrelado aos de seus maridos, de maneira em que a indenização era paga diretamente ao homem, acentuando uma das mais

conhecidas manifestações da dependência econômica patriarcal.

No Morro D'Água Quente, as mulheres têm denunciado a atuação da Vale que segue esse mesmo padrão de impactação. São vários os exemplos apresentados por elas para ilustrar as violações cometidas pela empresa, como demonstram os relatos a seguir:

As principais questões da saúde vêm da questão das mães que sofrem com seus filhos e também da própria mãe que sofre com o problema igual ao dos filhos. O problema da respiração, do uso contínuo do Aleoril, que é uma bombinha. Aqui quase todo mundo faz uso, se tornou um medicamento comum. Sendo que o impacto maior na vida das mulheres, sendo mulheres mães, é muito pior por questão da dificuldade do acesso ao médico (MENDES, 2020).

A Vale adoece as pessoas por onde ela passa. E esses impactos chegam, não só para mim, de uma forma muito bruta, de uma forma muito grande. É um monstro mesmo. Não é de mim só que eu preciso falar sobre isso, porque eu acompanho hoje a situação, não só da minha família, como eu disse – as minhas filhas e a minha neta - mas de todas as pessoas que estão morrendo por causa da Vale. Todas aquelas que morreram, todas que estão morrendo. E aquelas que estão tendo morte em vida, porque, sim, o que acontece em diversos lugares aí, é isso: é uma morte em vida (VITA, Entrevista concedida a autora, 2019).

Partindo de entrevistas e de oficina de mapeamento de conflitos socioambientais, realizada em 2019, junto a mulheres do Morro D'Água Quente, descrevemos aqui 6 impactos ou tipos de impactos oriundos da exploração do Complexo Fazendão e do novo processo de expansão em curso. Buscamos trazer aqui uma sistematização de suas dimensões específicas de afetação negativa sobre as vidas das mulheres e seus corpos-territórios.

1. Aprofundamento da dependência financeira – Em sua estrutura operativa, a grande maioria dos postos de trabalho do Complexo Fazendão são ocupados por homens. A masculinização desse mercado de trabalho, somada a já comentada estrutura de organização produtiva da cidade para atendimento da empresa, constrói um cenário de poucas oportunidades para as mulheres da cidade, fora do setor de serviços e do trabalho reprodutivo. Os impedimentos colocados pela atividade para o desenvolvi-

mento de atividades turísticas, por exemplo, é um dos termômetros dessa afetação específica, na medida em que o setor ampliaria a demanda de trabalho do setor de serviços, que tradicionalmente incorpora as mulheres. Com isso, se força a dependência econômica das mulheres em relação aos seus parceiros, filhos e demais homens do círculo parental.

- 2. Aumento do trabalho doméstico em decorrência da poluição e seus impactos na saúde da população** – Organizado pela divisão sexual do trabalho, observamos também uma constante sobrecarga das mulheres no trabalho reprodutivo, que envolve a manutenção e o cuidado da casa e da família. O aumento da poluição do ar e das águas afeta diretamente a rotina dessas mulheres que precisam incluir com maior frequência a limpeza da poeira, a busca por água limpa e o cuidado dos filhos e parentes doentes, fruto da contaminação causada pelo minério de ferro e outros metais. Invisibilizado e não monetarizado, a sobrecarga do trabalho reprodutivo é difícil de calcular. Assim como em outros territórios, as mulheres do Morro D'Água Quente encontram dificuldades para denunciar as consequências da ação da Vale sobre a saúde de suas famílias. Sem investimentos em estudos nesse sentido, ou ainda diante do crescente processo de deslegitimação da ciência através do estímulo ao negacionismo e à desinformação, a construção do nexo causal entre a exploração minerária da forma como é feita pela Vale na cidade e as doenças respiratórias e epidérmicas é um importante gargalo na defesa da vida e dos modos de viver.
- 3. Violência doméstica e sexual** – O aumento da adição às drogas é uma das recorrências em contextos de exploração mineral. Como já comentado, os altos níveis de estresse aos quais os trabalhadores são submetidos, seja no período de construção dos empreendimentos, seja pelos jornadas de trabalho em turnos exaustivos, ou, ainda, pela pressão psicológica do exercício de suas funções, do medo do desemprego, do medo de um acidente fatal, aumentam a ocorrência do consumo de entorpecentes em geral. Um de seus desdobramentos mais comuns, é no igual crescimento da violência doméstica, que atinge em sua esmagadora maioria as mulheres e crianças. Outro impacto específico tem relação direta com a atração e concentração de homens de fora da cidade para a realização de empreitadas temporárias, como as obras necessárias para a expansão do Complexo. Ao colocar as contratações temporárias como um impacto positivo, o RIMA apresentado pela Vale em outubro de 2019 esconde o fato

de que essa mão de obra não necessariamente será composta por pessoas já residentes da cidade. Diante desse cenário, às mulheres temem pela segurança de seus corpos.

- 4. Impedimento da circulação e diminuição da autonomia** – O projeto de expansão da mina fere a autonomia de circulação das mulheres não só ao expô-las aos riscos da presença de um grande volume de homens de fora do território. No caso de Catas Altas, em especial do Morro D'Água Quente, todo o entorno da Serra do Caraça era uma área que no passado as mulheres recorriam para a coleta de lenha, de ervas, frutos, assim como os córregos que, como já comentado, era lugares de limpeza e comunhão. As mulheres experimentavam a liberdade e o pensamento a partir dessas caminhadas, dessa existência em circulação na natureza. A privatização desse espaço público através das cercas e da exploração ataca diretamente o modo de viver das mulheres e de criação de seus filhos e filhas, que historicamente tem o Caraça como seu quintal. A reativação das minas de Tamanduá e Almas, por ora abandonada nos planos da mineradora, significaria uma restrição na área de circulação que impediria às moradoras do Morro e seus filhos o contato com a terra que sempre foi de todos.
- 5. Apagamento da Identidade Garimpeira e Paisagem** – Para além do que já trouxemos aqui, a exploração do minério feita pela Vale no Morro D'Água Quente se desdobra em uma impactação específica peculiar sobre às mulheres. Como já comentado, após a segunda grande crise socioeconômica vivida pela cidade, por volta dos anos 1980, o garimpo artesanal voltou a ser a principal atividade produtiva para a sobrevivência de muitas famílias. Como a subsistência familiar dificilmente era garantida pelo trabalho somente dos homens da casa, podendo ainda variar o número deles dentro de cada família, muitas mulheres saíram de suas casas pela primeira vez, para a realização de um trabalho pago. Aos poucos, com o retorno da mineração de minério e outros trabalhos, os homens foram sendo contratados novamente e as mulheres seguiram ocupando o espaço do garimpo de ouro artesanal, compartilhando o espaço entre famílias, com seus filhos e filhas.

O envolvimento das mulheres nessa atividade produtiva abriu caminhos e construiu outras relações com o território, nessa trajetória coletiva de vida. Ao proibir o garimpo e a circulação pelo território, seja através da polícia ambiental, seja através das cercas que valem como título de propriedade delimitando

o que passa a ser da empresa e deixa de ser do povo, o Estado e a Vale forçam uma alienação da população de Catas Altas como um todo de sua memória e identidade. Ao contrário do que a dependência econômica em relação a empresa faz pensar, a prática da mineração não é exclusiva da Vale, mas era anteriormente uma atividade feita pela população da cidade em toda a sua história desde a ocupação colonial. O avanço sobre a Serra do Caraça, memória viva em paisagem, rocha, água e verde, é um apagamento dessa história.

O ato de minerar é em si uma prática ancestral e cultural dos moradores, constituidora de identidade, a qual as mulheres também partilharam e, em algum momento, chegaram a protagonizar. Não são só os impactos padrões da operação de empresas mineradoras, mas no Morro D'Água Quente a atuação da Vale em si é um roubo do protagonismo que foi de homens e mulheres na história recente da região, sobretudo quando a mineração feita pelo garimpo artesanal do ouro trouxe para muitas mulheres a possibilidade de se envolver pela primeira vez em uma atividade produtiva fora dos limites de casa. A forma de minerar capitalista, o seu tempo veloz em direção ao esgotamento, a logística dos turnos de trabalho, os tremores, a poeira excessiva, o controle do passado, do presente e do futuro econômico de uma cidade produzem graves consequências a esse lugar comum, a esse corpo-território das mulheres. A destruição da Serra do Caraça, da sua paisagem, sua vegetação, suas nascentes, é um ataque a memória e à liberdade das mulheres.

- 6. Adoecimento psíquico** – Com uma jornada sem hora para começar ou terminar, em contextos de megaprojetos, a população é elevada a altos níveis de estresse e adoecimento psíquico. E se uma nova barragem cair? E se a mineração parar abruptamente? Em sua fala durante a audiência já citada anteriormente, Marta de Freitas traz o medo como uma dimensão mais grave dos impactos *"A gente pode conviver com a poeira, mas a gente não pode conviver com a insegurança"*. Essa insegurança se apresenta para as mulheres de pelo menos três maneiras. A primeira, se refere ao adoecimento psíquico que elas mesmas, como outras pessoas, estão sujeitas a experimentar diante do medo e das incertezas aos quais são submetidas. A segunda é também consequência do aumento da adição às drogas, alertado pelo médico Tiago Jeremias, que, para as mulheres e suas crias, pode significar um igual crescimento da violência doméstica. Por fim, a insegurança relacionada diretamente com o risco de perda da própria vida, como aconteceu nos casos de Mariana e Brumadinho.

Considerações finais e reflexões para o caminho

A cidade de Catas Altas, em especial o distrito Morro D'Água Quente, traz em sua memória os períodos de crise vividos pela interrupção da exploração mineral. O medo do desemprego, da escassez e do abandono público influenciam no entendimento da operação da Vale na cidade. Diante desse temor, diferentes moradores, dentre eles trabalhadores diretos da cadeia mineral, alargam sua compreensão sobre os danos possíveis, entendidos como necessários para a reprodução da cidade. Em certas situações, a naturalização chega a um nível no qual os danos não são sequer percebidos como tal.

Neste contexto, a mobilização crítica em relação a atuação da Vale precisa passar por um lugar de sensibilização e desnaturalização dos danos socioambientais. As mulheres, protagonistas deste processo, trazem consigo em seus corpos-territórios, braços, quadris e paisagem, a memória viva da sobrevivência sem a mineração industrial. Mais do que isso, ao criticar a forma de minerar da empresa, as mulheres reafirmam sua identidade mineira e extrativista artesanal, retirando da Vale o monopólio sobre esse fazer que lhes é ancestral.

Durante a audiência pública realizada em março de 2020, as moradoras e moradores expressaram sua crítica à forma de minerar da Vale. A defesa de uma delimitação de áreas exploráveis e áreas livres de mineração é confundida com uma pauta "antimineração". Essa confusão possui um efeito negativo, fazendo falsamente parecer que a crítica é a negação da própria cultura constitutiva da identidade da cidade, repelindo a simpatia e adesão da pauta por uma maior parcela da população.

Os impactos específicos sobre as mulheres listados nessa pesquisa afetam diretamente no potencial mobilizador crítico que as mesmas têm na região. Vulnerabilizadas e deslegitimadas pela repatriarcalização promovida pela empresa, as mulheres, enquanto importantes narradoras de um passado recente de superação de crise, de envolvimento com a natureza e de construção de alternativas, precisam desafiar e criar outros espaços de incidência política, transbordando as fronteiras institucionais.

O importante envolvimento dos jovens no debate público acerca da mineração começa com a integração feita pelas mulheres. As mesmas que foram levadas por suas mães para o garimpo, chamaram seus filhos e filhas para as mobilizações populares, para os encontros e espaços formativos onde participaram. Desde o garimpo, as mulheres do Morro D'Água Quente levam a casa para o espaço público, da produção e do fazer político, reescrevendo e apagando fronteiras, da mesma maneira em que pulam e cortam as cercas, para comungarem consigo e com os seus, no grande corpo e lar Caraça.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Agência Nacional de Mineração. (2019). Arrecadação CFEM do Estado: MG e Ano: 2019. Acesso em 12 de Setembro de 2020, disponível em Agência Nacional de Mineração: https://sistemas.anm.gov.br/arrecadacao/extra/relatorios/arrecadacao_cfem_muni.aspx?ano=2019&uf=MG

Alves, O. (2020). Vale (VALE3): mineradora adota protocolo de emergência em Catas Altas. Acesso em 12 de Setembro de 2020, disponível em Eu Quero Investir!: <https://www.euqueroinvestir.com/vale-vale3-mineradora-adota-protocolo-de-emergencia-em-catas-altas/>

CABNAL, L. (2010). Acercamiento a la construcción del pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala. . Em ACSUR, & L. CABNAL, Feminismos diversos: el feminismo comunitario. Madrid: ACSUR-Las Segovias.

CAMPOS, Á. (2020). Mercado Livre ultrapassa a Vale e se torna empresa mais valiosa da América Latina. Acesso em 12 de Setembro de 2020, disponível em Valor Econômico: <https://valor.globo.com/financas/noticia/2020/08/07/mercado-livre-ultrapassa-a-vale-e-se-torna-empresa-mais-valiosa-da-america-latina.ghtml>

DOTTA, R. (2020). Vale suspende atividade em Catas Altas (MG) até que governo aprove licenciamento. Acesso em 12 de Setembro de 2020, disponível em Brasil de Fato : <https://www.brasildefato.com.br/2020/03/10/vale-suspende-atividade-em-catas-altas-mg-ate-que-governo-approve-licenciamento>

FREITAS, S. (Produtor), Queiroz, A. L., & Alves, T. (Diretores). (2016). Garimpando Memórias: Olhares Femininos sobre o Morro d'Água Quente [Filme Cinematográfico].

GAGLIONI, C. (2020). A transferência de presos por riscos em uma barragem da Vale. Acesso em 12 de Setembro de 2020, disponível em Nexo : <https://www.nexojournal.com.br/expresso/2020/08/13/A-transfer%C3%Aancia-de-presos-por-riscos-em-uma-barragem-da-Vale>

GODEIRO, N. (2007). Vale do Rio Doce - Nem tudo que reluz é ouro (1ª ed.). Bela Vista : Sundermann.

IBRAM. (2019). Relatório Anual de Atividades. Instituto Brasileiro de Mineração, Brasília.

Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas. (2016). Mulheres e Mineração no Brasil. (IBASE, Ed.) Rio de Janeiro.

Instituto PACS. (2019). Mulheres se reúnem para conversar sobre reabertura de novas minas da Vale no Morro d'Água Quente, distrito de Catas Altas – MG. Acesso em 12 de Setembro de 2020, disponível em PACS: <http://pacs.org.br/2019/11/11/mulheres-se-reunem-para-conversar-sobre-reabertura-de-novas-minas-da-vale-no-morro-dagua-quente-distrito-de-catas-altas-mg/>

Instituto Pacs. (2020). #MulheresTerritóriosdeLuta 4 - Mulheres em defesa dos direitos humanos e ambientais. Acesso em 12 de Setembro de 2020, disponível em Youtube: https://www.youtube.com/watch?v=zITCZaFvdtE&t=552s&ab_channel=InstitutoPacs

MENDES, L. (2020). Entrevista concedida à autora. Rio de Janeiro .

Movimento Pela Soberania Popular na Mineração . (2020). VITÓRIA POPULAR EM CATAS ALTAS! Acesso em 12 de Setembro de 2020, disponível em Comitê Nacional em Defesa dos Territórios frente à Mineração : <http://emdefesadosterritorios.org/vitoria-popular-em-catas-altas/>

NEVES, S. (2020). Amplia-se a reprimarização da pauta exportadora brasileira em meio a pandemia. Acesso em 12 de Setembro de 2020, disponível em Esquerda Diário: <http://www.esquerdadiario.com.br/Amplia-se-a-reprimarizacao-da-pauta-exportadora-brasileira-em-meio-a-pandemia>

PEREIRA, A. (2020). Vale ignora órgãos ambientais e inicia obras na Barragem do Mosquito, em Catas Altas (MG). Acesso em 12 de Setembro de 2020, disponível em Central dos Trabalhadores e Trabalhadoras do Brasil : <https://ctb.org.br/sem-categoria/vale-ignora-orgaos-ambientais-e-inicia-obras-na-barragem-do-mosquito-em-catas-altas-mg/>

PORTO, B. (2013). MP vai investigar interdição de turismo por mineradoras em Catas Altas. Acesso em 12 de Setembro de 2020, disponível em Hoje em Dia: <https://www.hojeemdia.com.br/primeiro-plano/economia/mp-vai-investigar-interdi%C3%A7%C3%A3o-de-turismo-por-mineradoras-em-catas-altas-1.97771>

Queiroz, A. L. (2016). Gênero, Território e Mineração: Um Estudo sobre o Protagonismo Feminino em Conflitos Socioambientais no Morro d'Água Quente, Catas Altas - MG. Rio de Janeiro.

QUEIROZ, A. L., & PRAÇA, M. (2020). Dos impactos à defesa: mulheres, corpos-territórios e direitos humanos. Acesso em 12 de Setembro de 2020, disponível em Biblioteca Berta Cáceres - Instituto Pacs: <http://biblioteca.pacs.org.br/publicacao/dos-impactos-a-defesa-mulheres-corpos-territorios-e-direitos-humanos/>

SENA, J. (2020). Mineração foi responsável por 50% da balança comercial brasileira. Acesso em 12 de Setembro de 2020, disponível em Correio Braziliense: https://www.correiobraziliense.com.br/app/noticia/economia/2020/07/21/internas_economia,874046/mineracao-foi-responsavel-por-50-da-balanca-comercial-brasileira.shtml

SOUZA, J. E. (2004). Catas Altas do Mato Dentro (Sua História e Sua Gente) (Vol. II). Contagem: Lithera Maciel.

VALE S.A. (2019). Relatório de Impacto Ambiental (RIMA) - Projeto de Ampliação da Mina de Fazenda. VALE S.A., Minas Gerais.

VALE S.A. (2020). Saiba mais sobre a Audiência do Projeto de Ampliação da Mina de Fazenda. Acesso em 12 de Setembro de 2020, disponível em Vale: <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/news/Paginas/participe-da-audiencia-do-projeto-de-ampliacao-da-mina-de-fazenda.aspx>

VALE S.A. (2020). Sobre a Vale. Acesso em 12 de Setembro de 2020, disponível em Vale: <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/Paginas/default.aspx>

VITA, S. (2019). Entrevista concedida a autora. Catas Altas.

VITA, S. (2020). Audiência Pública - Vale. Acesso em 12 de Setembro de 2020, disponível em Youtube : <https://youtu.be/cwdMoGIPLUc>



Territórios, Mulheres e Megaprojetos: Um estudo de caso sobre a Estrada de Ferro Carajás-MA

POR CÍNDIA BRUSTOLIN¹ E SISLENE COSTA DA SILVA²

O Programa Grande Carajás: expansão capitalista na Amazônia Oriental

A construção da Estrada de Ferro Carajás está inserida no processo de organização logística para o escoamento do minério de ferro, das jazidas descobertas no estado do Pará, para os portos em São Luís, no Maranhão. Esse empreendimento integra o Programa Grande Carajás, que foi implementado na década de 1980, cortando áreas rurais nos dois estados citados, na porção oriental da Amazônia brasileira. A ampla região de intervenção do programa estatal ficou conhecida como “Corredor Carajás”. Mesmo com o término oficial do Programa Grande Carajás, em 1991, suas estruturas produtivas e logísticas continuaram a se expandir nas duas últimas décadas, com a integração a outras logísticas de escoamento – rodovias, ferrovias, portos, hidrelétricas³. Estas relacionadas à reorganização dos mercados de *commodities*, à necessidade de integração de estruturas de escoamento, à intensificação da exploração mineral e à abertura de novas fronteiras agrícolas, com a expansão de monocultivos para o norte do país. Povos e comunidades tradicionais que secularmente ocupam os territórios atingidos, bem como aqueles que chegaram ao Maranhão, com as frentes de expansão camponesa, principalmente do Nordeste, continuam lutando pelos seus territórios e pela possibilidade da vida na região.

O ideário desenvolvimentista do Programa Grande Carajás carregava

01. Doutora em Sociologia (UFRGS). Professora da Universidade Federal do Maranhão, vinculada ao departamento de Sociologia e Antropologia. Coordenadora Grupo de Estudos Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (Gedmma)
02. Mestre em Ciências Sociais (UFMA). Educadora Popular. Professora da Rede Pública do Estado do Maranhão. Membro do Gedmma.
03. No Maranhão, a Vale possui a usina hidrelétrica de Estreito, que começou a operar em 2011. Informação disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/news/Paginas/hidreletrica-de-estreito-ja-pode-operar-em-capacidade-maxima.aspx>. Acesso em: 28.02.2020.

consigo a proposta de transformação intensa e rápida de uma região percebida como atrasada e remota: a floresta e seu subsolo deveriam ser amplamente desbravados e seus recursos infindáveis garantiriam a integração regional e internacional e o fomento à produção moderna; grandes estruturas de escoamento (rodovias, ferrovias) rasgariam as florestas e garantiriam o sucesso dos novos empreendedores. Como destacava um líder industrial no seu entusiasmo na época: “A hiléia amazônica é uma floresta senil a ser destruída, para sua restauração”⁴ (COTA, 1984, p.35).

A descoberta das gigantescas minas de ferro na serra de Carajás, no sudeste do Pará, marca o início dessa engrenagem. A fim de estruturar a extração, transformação e escoamento do minério foi encaminhado, em 1978, o Projeto Ferro Carajás (PFC) para a Secretaria de Planejamento da Presidência da República. Dois anos depois, o governo federal reorganizou os investimentos na região criando o Programa Grande Carajás (PGC)⁵, integrando o Projeto Ferro Carajás à nova proposta. O PGC estruturou-se numa diversidade de setores a serem explorados e numa extensa abrangência territorial: extração de minérios, levantamento de áreas propícias ao aproveitamento agropecuário, rodovias, ferrovias, portos marítimos, um porto fluvial, hidrelétrica. Em 1985, a Estrada de Ferro Carajás teve sua primeira operação de transporte do minério de ferro.

Os empreendimentos ligados ao PGC alteraram profundamente povoados ao longo do corredor, com as siderurgias no sul do Maranhão, como em Açailândia e Imperatriz; bem como, com o entupimento de igarapés, a eliminação de espaços de roças, os atropelamentos nos povoados em que os ferros cruzaram o chão com a Estrada de Ferro Carajás. Inaugura também a expansão de empreendimentos na zona rural de São Luís, construindo uma imagem de região com “vocaçãõ” portuária e abrindo possibilidades para a criação de um distrito industrial sobre áreas rurais próximas ao centro urbano da capital. Dois grandes empreendimentos inicialmente foram instalados na zona rural de São Luís: a Companhia Vale do Rio Doce, com seus terminais ferroviários e portuários, e uma usina de produção de ferro gusa; e o Consórcio Alumínio do Maranhão (Alumar), com seu porto e uma planta industrial (SANT’ANA JÚNIOR, 2016).

04. Citação retirada da referência citada na nota de rodapé 31: “João Carlos Meireles, presidente da Associação de Empresário da Amazônia (SP), DCI (São Paulo) e Jornal do Brasil (Rio de Janeiro), em 14-02-79” do livro de COTA (1985)

05. Instituído pelo governo do presidente João Figueiredo, através do Decreto-Lei 1.813/80, estabeleceu um regime especial de incentivos para os empreendimentos integrantes do programa e delimitou uma área de mais de 900.000 km² da Amazônia Oriental, abrangendo Maranhão, Pará e Goiás. (IBASE, 1983).

Os conflitos no campo⁶ eclodiram dando visibilidade a situação de ocultamento dos grupos sociais que viviam nas terras destinadas aos empreendimentos e da violência que os projetos e programas geraram. A violência no campo ganhou a cena pública nas décadas de 1970 e 1980, principalmente, em resposta à repressão da polícia e de jagunços às lutas empreendidas contra o avanço da grilagem, e pela atuação dos movimentos ligados à igreja católica, ao sindicalismo rural e do Centro de Cultura Negra (CCN) e da Sociedade Maranhense de Direitos Humanos junto às comunidades negras.

Novos processos de expansão

Os projetos de desenvolvimento e de integração para a Amazônia foram potencializados a partir das reconfigurações geopolíticas que marcaram a reorganização do sistema capitalista, com a expansão das políticas neoliberais, a partir dos anos 1990. E das novas dinâmicas do sistema produtivo e de circulação do capital, associadas à centralidade que assumiu a China no mercado mundial.

Na América Latina, os programas IIRSA (Iniciativa de Integração Regional Sul-Americana) e do PPP (Plano Puebla-Panamá) dão expressão, por meio do estabelecimento de eixos e corredores, às necessidades de um reordenamento territorial que organize as operações do capital, na integração econômica dos sistemas produtivos flexibilizados aos novos mercados. Os programas brasileiros, os Programas de Aceleração do Crescimento I e II (PACS), seguiram a mesma lógica de “eixos de integração e desenvolvimento”, ou seja, de “integração competitiva, adotando um modelo de modernização com base em megaprojetos de investimentos” (CASTRO, 2012, p.46).

A dinâmica de exploração econômica colonial, que se reestrutura a partir desses grandes (ou mega) empreendimentos, não tem mais “a região como conceito estruturante, mas, sim, o de *Eixos* e seus *Corredores*, enfim, o fluxo é mais importante que o espaço como um todo do qual a região faz parte” (PORTO-GONÇALVES, 2018, p. 51). O espaço, portanto, se constitui “desconectado de valores, lugares, tradições e passa a ser regido por relações econômicas e políticas, protagonizadas sobretudo por agentes do mercado” (CASTRO, 2012, p.47). A

06. Nos Cadernos Conflito no Campo, organizados pela CPT anualmente desde 1985, o Maranhão despontou como um dos estados com maior número de conflitos no campo na década de 1980. Em 1985, o Caderno fala em “terrorismo de Estado”.

Amazônia Oriental assiste a expansão da pecuária, da soja e da extração mineral, pela incidência direta desses sistemas produtivos e extrativistas em áreas que ainda estavam fora dos circuitos comerciais, na ampliação de áreas que já sofriam influência e, também, pela expansão e integração de logísticas necessárias ao escoamento dos produtos aos centros regionais e globais (como portos e estradas). Dessa forma, muitas obras instaladas nas décadas de 1970 e 1980 passaram, então, a ser ampliadas ou reordenadas e novas fronteiras de exploração, instauradas. Entre essas obras, ganha destaque nas operações da empresa Vale S.A., a duplicação da Estrada de Ferro Carajás.

A Estrada de Ferro Carajás e o processo de duplicação

Dentro do contexto de expansão de logísticas e abrangendo uma área com mais de dois milhões de habitantes, a Estrada de Ferro Carajás, sob concessão da mineradora Vale S.A., continua sendo a infraestrutura sustentadora dos projetos pensados a partir do PGC. Atualmente possui 992 km de extensão, corta 23 municípios no Maranhão e 4 no Pará⁷, impacta diretamente mais de 100 comunidades constituídas por grupos sociais diversos: quilombolas, ribeirinho(a)s, pescadore(a)s, assentado(a)s, quebradeiras de coco babaçu, lavradore(a)s, indígenas, populações urbanas. Atravessa territórios indígenas⁸, unidades de conservação⁹ e áreas de preservação permanente.

O projeto de duplicação da Estrada de Ferro Carajás foi iniciado formalmente em 2012, com o objetivo de aumentar as possibilidades de escoamento, modernizar e integrar as estruturas logísticas à dinâmica de ampliação dos corredores para exportação, fundamentais à expansão do capital na região da Amazônia Oriental. A duplicação férrea é somente a ponta de um empreendimento com dimensões gigantescas, que possibilitou a exploração de uma nova mina na serra Sul de Carajás (Projeto S11D)¹⁰, a construção de um ramal

ferroviário de 101 km em Canaã dos Carajás e a ampliação do porto da Ponta da Madeira em São Luís.¹¹ A ampliação objetivou aumentar a capacidade de escoamento de minério de ferro da ferrovia e do porto de 100 mtpa para 230 mtpa¹². O empreendimento de 37,8 bilhões contou com recursos próprios e investimentos do BNDES¹³, no valor de 6,2 bilhões¹⁴.

Como eixo integrador de outros empreendimentos, a duplicação da ferrovia Carajás também viabiliza o escoamento de outras commodities, como os grãos do Centro-Oeste do país através da conexão com a ferrovia Norte-Sul, esquentando os negócios do Porto do Itaqui em São Luís e estimula a corrida pela construção de portos privados na zona rural de São Luís, como o recente Porto São Luís da empresa WPR/W Torres¹⁵, fomentando conflitos socioambientais ao longo de todas as infraestruturas citadas, pois são justamente os territórios dos povos e comunidades tradicionais que se encontram majoritariamente nas regiões pretendidas.

Embora a duplicação da ferrovia Carajás estivesse integrada ao projeto de ampliação do Complexo Logístico Norte, foi tratada nos processos de licenciamento como empreendimento independente. A Vale solicitou licenças ambientais de forma fragmentada para o empreendimento. Em função disso, a duplicação da ferrovia Carajás recebeu licença como empreendimento de pequeno porte, ficando inicialmente a empresa desobrigada de realizar Estudos e Relatórios de Impacto Ambiental (EIA/RIMA) e audiências públicas.

S11, que fica na Serra Sul de Carajás. Para fins geológicos, o S11D é apenas um bloco do corpo que foi dividido em quatro partes: A, B, C e D. O potencial mineral do corpo S11 é de 10 bilhões de toneladas de minério de ferro, sendo que os blocos C e D possuem reservas de 4,24 bilhões de toneladas. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/business/mining/Paginas/s11d.aspx>. Acesso em: 28.07.2020.

07. No Maranhão: São Luís, Bacabeira, Santa Rita, Itapecuru Mirim, Miranda do Norte, Anajatuba, Igarapé do Meio, Arari, Vitória do Mearim, Monção, Santa Inês, Pindaré Mirim, Alto Alegre do Pindaré, Tufilândia, Buriticupu, Bom Jesus das Selvas, Bom Jardim, Açailândia, Cidelândia, Vila Nova dos Martírios, Itinga do Maranhão, São Francisco do Brejão, São Pedro das Águas Brancas, e no Pará: Bom Jesus do Tocantins, Marabá, Parauapebas, Curionópolis.
08. TI Rio Pindaré, TI Caru (ambas no Maranhão) e TI Mãe Maria (situada no Pará).
09. Área de Proteção Ambiental APA Baixada Maranhense – Baixo Mearim e APA Baixada Maranhense - Baixo Pindaré. A APA Baixada Maranhense é reconhecida, desde 2000, como sítio Ramsar.
10. O empreendimento recebeu este nome a partir da sua localização: trata-se do bloco D do corpo

11. A Vale S.A. integra a empresa VLI, organizada em forma de holding, como maior acionária (com 35 por cento das ações) juntamente com a Mitsui, a FI-FGTS, a Brookfield Brazil Infrastructure e a Brasil Port Holdings LP Fit, que “oferece soluções logísticas que integram portos, ferrovias e terminais”. Disponível em: <https://www.vli-logistica.com.br/conheca-a-vli/quem-somos/>. Acesso em: 01.08.2020.
12. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/news/Paginas/contrato-de-financiamento-para-implantacao-de-projetos-bndes.aspx>. Acesso em: 28.07.2020.
13. O BNDES é um dos acionistas da Vale através do BNDESPar. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/investors/company/shareholding-structure/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 28.07.2020.
14. Disponível em: https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/20140415_vale. Acesso em: 28.07.2020.
15. Empresa responsável pela expulsão de moradores da comunidade Cajueiro, zona rural de São Luís – MA, em 2019.

A organização rede Justiça nos Trilhos (JnT)¹⁶ apontou as ilegalidades desse tipo de licenciamento e tencionou para que a Vale realizasse audiências públicas em todos os municípios afetados. Depois de muita pressão, a empresa realizou 5 reuniões públicas¹⁷ consideradas pelas entidades da sociedade civil insuficientes em um universo de 27 municípios.

Em junho de 2012, a Sociedade Maranhense de Direitos Humanos, o Centro de Cultura Negra do Maranhão e o Conselho Indigenista Missionário, articulados pela JnT, argumentando a ilegalidade do licenciamento, moveram uma Ação Civil Pública¹⁸. As entidades solicitaram a elaboração de EIA/RIMA através de processo regular e não simplificado, divulgação do estudo e das medidas mitigadoras e compensatórias, realização de audiências públicas e consulta às comunidades tradicionais. A 8ª Vara da Justiça Federal do Maranhão suspendeu as obras no final de julho do mesmo ano, considerando legítimas as demandas das entidades. No entanto, a Vale ingressou com um agravo de instrumento no Tribunal Regional da 1ª Região, em Brasília e, nesse processo, com um pedido de suspensão da segurança, obteve uma liminar que permitiu o prosseguimento das obras, com base na lei 8.237/92, que prevê essa possibilidade no caso de situações que coloquem em risco a ordem, saúde, segurança e economia pública. Juristas questionam a utilização deste dispositivo, pois seria restrito às pessoas jurídicas de direito público. No entendimento do TRF1, a Vale poderia fazer uso desse instrumento por ser concessionária de uma ferrovia pública (FAUSTINO; FURTADO, 2013).

Há uma série de ações coletivas¹⁹ e individuais no Maranhão que denunciam danos, impactos e violações de direitos humanos, decorrentes das operações da ferrovia Carajás, referentes a prejuízos à vida, à moradia, à saúde, a terra, à segurança alimentar, ao meio ambiente, à segurança, à infância, aos povos e comunidades tradicionais. Historicamente, no Maranhão, a Vale ficou conhecida como empresa que não dialoga com as comunidades, as quais

descobriram nas manifestações na linha do trem formas de chamar a atenção da empresa para denunciar algum prejuízo, dano ou violação sofridos ou reivindicar algum direito. Estudos, relatórios e denúncias apontam que a duplicação da ferrovia intensificou os prejuízos e, conseqüentemente, as manifestações, como mostrou infográfico²⁰ produzido pela JnT. Foram três manifestações em 2012, seis em 2013 e quinze em 2014. Em 2017, foram 34 interdições, de acordo com levantamento da própria empresa, disponível em seu sítio eletrônico²¹, as quais a empresa alega não terem relação direta com as operações da ferrovia.

As denúncias de violações de direitos humanos decorrentes da expansão do Complexo Logístico Norte fizeram com que a Plataforma Dhesca, através da relatoria de Direito Humano ao Meio Ambiente, realizasse em 2013 uma missão de investigação e incidência no Corredor Carajás, que resultou em relatório com denúncias e recomendações ao Estado brasileiro intitulado "Mineração e violações de direitos: o projeto Ferro Carajás S11D, da Vale S.A."²²

O trem de cargas da Vale que circula na ferrovia Carajás possui 330 vagões e forma uma barreira de 3,3 Km de extensão quando passa. A maioria dos acidentes na ferrovia são decorrentes da quantidade insuficiente ou inadequada²³ de travessias, o que obriga as pessoas a passarem por entre os vagões ou por baixo do trem. Apesar de todas as irregularidades apontadas e judicializadas, a duplicação foi finalizada em 2018²⁴.

Passados 35 anos desde o início do funcionamento da Ferrovia Carajás, pouca coisa mudou, no que diz respeito aos indicadores sociais dos municípios do Corredor Carajás²⁵, que ainda são tão baixos quanto de outras regiões do Maranhão não situadas em um corredor logístico global, com IDH variando entre 0,500 a 0,600, com exceção do município de São Luís, que possui índice

16. A rede Justiça nos Trilhos é uma organização de direitos humanos que atua no Maranhão desde 2007 em apoio às comunidades afetadas pelas operações da Vale S.A. Sua atuação tem sido centrada na assessoria jurídica; formação política com as comunidades afetadas; estudos e pesquisas sobre a mineração e siderurgia e algumas experiências voltadas para alternativas econômicas. Tem sido um ator-chave na articulação entre comunidades no Corredor Carajás e entre organizações nacionais e internacionais que acompanham situações de violações provocadas pela Vale S.A.

17. As reuniões aconteceram nos municípios de Marabá (PA); Açailândia, Alto Alegre do Pindaré, Santa Rita e Santa Inês (MA).

18. ACP nº 26295-47.2012.4.01.3700

19. Anexo 1: tabela sistematizada pela JnT com ações coletivas referentes à EFC.

20. Disponível em: <http://justicanostrilhos.org/2015/06/10/infografico-apresenta-dados-sobre-aumento-de-manifestacoes-no-corredor-de-carajas/>. Acesso em: 28.07.2020.

21. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/business/logistics/railways/interdicao-de-ferrovia/Paginas/default.aspx>. Acesso em: 28.07.2020

22. Disponível em: http://www.global.org.br/wp-content/uploads/2016/03/plataforma-dhesca_carajas.pdf. Acesso em: 28.07.2020.

23. As travessias existentes antes da duplicação estão situadas em locais distantes, mal iluminados, que alagam no período chuvoso, o que faz com que as pessoas não as utilizem por terem que caminhar mais ou por medo de assalto e até violência sexual. Com a duplicação, a Vale anunciou a construção de mais travessias, todavia, novamente não considerou, em sua integralidade, as necessidades das comunidades. Conferir: <https://apublica.org/2019/02/exclusivo-documento-revela-descaso-da-vale-com-o-risco-de-morte-em-ferrovia/>. Acesso em: 28.07.2020.

24. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/news/Paginas/expansao-estrada-carajas-projetos-sociais-maranhao.aspx>. Acesso em: 28.07.2020.

25. Anexo 2: Tabela com alguns indicadores sociais.

de 0,768. Em 19 municípios atravessados pela ferrovia, a taxa de mortalidade infantil apresenta-se acima da média nacional²⁶ e, em mais da metade dos municípios, o saneamento básico não atinge sequer 10% da população.

Em 2013, alegando o IDH abaixo do esperado para uma região onde diariamente passam milhões, prefeitos de municípios do Corredor Carajás²⁷ no MA criaram o Consórcio dos Municípios da Estrada de Ferro Carajás do Maranhão (COMEFC), exigiam que a Vale reparasse economicamente os danos as comunidades afetadas por suas operações, além de acesso desburocratizado ao Fundo para o Desenvolvimento Regional com Recursos da Desestatização (FRD). Este fundo foi criado quando a Vale foi privatizada, em 1997, é administrado pelo BNDES e voltado para projetos de desenvolvimento nos municípios afetados por suas operações. Sete anos após a criação do Consórcio, pouco se sabe sobre o acesso aos recursos, contratos de projetos, licitações ou quaisquer outros manejos de dinheiro público. Embora o Consórcio seja público, a população dos municípios não consegue acessar informações. A JnT, para ter acesso a informações, teve que impetrar mais de um mandado, com base na Lei de Acesso à Informação. Todavia, as informações repassadas foram incompletas. O que se fortaleceu foi a relação das prefeituras com a Vale. Os prefeitos passaram a mediar conflitos envolvendo empresa e comunidades, defendendo com mais afinco os interesses da empresa.

Estrutura patriarcal do “Corredor”: violações, riscos e impactos acumulados nas vidas e corpos

No processo de expansão capitalista em curso na Amazônia Oriental, que já atinge duas gerações de famílias, em sua grande parte camponesas, destacamos a necessidade de avançarmos na reflexão sobre as estruturas patriarcal e racista que sustentam e dão forma as violências que organizam a exploração dos territórios e evidenciar as práticas em curso a partir dessa lógica. Ou seja, atentar para “os efeitos diferenciados” destas intervenções nas vidas das mulheres, e outros corpos feminizados, “considerando que elas podem implicar reinvenção e aprofundamento das formas de controle heteropatriarcal e racista sobre seus corpos e vidas” (SEABRA, 2018, p. 2).

Nesta seção, buscaremos trazer o que vem sendo relatado, denunciado, enfrentado, enquanto “riscos e agravos”, “impactos”, “violações”, “ataques” no Corredor Carajás, a partir de abordagens que nos permitem traçar

contornos da estrutura patriarcal branca do grande projeto e dos efeitos vivenciados nos corpos-territórios de mulheres, desde uma perspectiva interseccional. Embasamo-nos em fontes documentais, referências já produzidas sobre a temática por organizações, também documentos publicados por empresas e narrativas de mulheres com origem nos povos e comunidades de territórios atravessados, que discutem a duplicação da EFC e o agravamento dos conflitos socioambientais, e nos indicam a necessidade de caracterizar as dimensões racistas e sexistas do processo de acumulação de capital a partir das dinâmicas que afetam os corpos e as vidas neste “Corredor”.

a) O S11D como um processo de agravamento das desigualdades: os relatórios enquanto registros das violências anunciadas

A frase de abertura do Relatório da Plataforma Dhesca “Mineração e violações de direitos: o projeto Ferro Carajás S11D da Vale S.A.: relatório de missão de investigação e incidência”²⁸, realizado em meio aos embates referentes à aprovação do projeto S11D e conseqüente duplicação da EFC, aporta de início uma perspectiva de gênero e racial à análise do caso: “A mineração é machista, não tem trazido nenhum futuro para as mulheres” (FAUSTINO; FURTADO, 2013, p.8). Esta abertura aponta também para um acirramento de desigualdades e vulnerabilidades nos territórios afetados pelo projeto, ao fortalecer dinâmicas de dependência que afetam o exercício de autonomia pelas comunidades. As autoras indicam o poder da empresa Vale S.A. em determinar a gestão da natureza, situando os conflitos e impactos ao longo da EFC como desdobramentos do subjugo da natureza e dos povos, pelos anseios de lucro transnacional. Contexto em que o Estado surge como agente e corresponsável, ao subsidiar e legitimar esta ação, em termos financeiros e políticos e destituir as populações afetadas de direitos coletivos. Haveria um “descolamento entre política econômica e garantia de direitos”, que leva a “naturalizar”, “subestimar” ou “negligenciar” os “riscos” e “impactos”, entendidos enquanto “fatalidades” “administráveis” ou “controláveis” de forma cada vez mais efetiva através de diversas estratégias (FAUSTINO; FURTADO, 2013).

28. As investigações foram realizadas a partir de visitas, entrevistas, participação em reuniões e encontros, além de visitas oficiais entre os dias 17 e 28 de março de 2013. Foram priorizados os conflitos socioambientais gerados ou agravados pela expansão do complexo minerador da Vale, em especial o S11D, com seus impactos, riscos sobre o ambiente e vida cotidiana das comunidades afetadas Parauapebas, Marabá, Açailândia, Bom Jesus das Selvas, Buriticupu, Itapecuru-Mirim e São Luís.

Portanto, antes mesmo da duplicação ser concluída, já eram levantadas as seguintes discussões:

- 1) a forma como um grande projeto aprofunda e amplia desigualdades e vulnerabilidades nos territórios;
- 2) o fato de que estas desigualdades e vulnerabilidades correspondem não somente a exploração do trabalho compreendida numa perspectiva de classe, mas sobretudo, traz cruzamentos geracionais, de gênero e sexualidade, raciais; 3) o grande poder da corporação transnacional em incidir no processo de tomada de decisão e determinar as dinâmicas de acesso e uso do território, desde uma concepção androcêntrica e racista.

No encontro “Poesia, memória e resistência: olhares sobre os impactos diferenciados dos grandes projetos na vida das mulheres”, realizado em 2017, que contou com mais de 50 mulheres do Rio de Janeiro, Mato Grosso, Ceará, Tocantins, Pará e, em sua maioria, do Maranhão²⁹, apesar dos diferentes contextos de conflito vividos pelas participantes, os relatos se encontravam em dinâmicas de impactos muito similares. Muitos dos “riscos de acúmulos e agravos de problemas socioambientais preexistentes”, das desigualdades e impactos invisibilizados, das injustiças reforçadas pelo desproporcional poder corporativo em tomar decisões públicas em aliança com o Estado, já mencionados no estudo de Faustino e Furtado, estavam presentes nas falas das participantes no encontro em 2017, como realidades já materializadas e cada vez mais agravadas. Abaixo um quadro com a perspectiva presente no relatório de 2013 e no encontro de 2017:

Risco de acúmulos, agravos e impactos (2013)	Dinâmicas e impactos grandes projetos (2017)
Agravamento dos problemas socioambientais preexistentes nas minas, EFC e porto; Fragilidade e fragmentação do processo de licenciamento socioambiental e na observância dos impactos; Insegurança territorial	Poluição da água e do ar com riscos à segurança e soberania alimentar e, já com maior gravidade naquele momento, o processo de assoreamento de rios e igarapés; estratégias de dividir as comunidades para dominá-las, situações geradoras

28. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2017/08/31/i-encontro-de-mulheres-atingidas-por-grandes-empreendimentos-acontece-em-imperatriz-ma/>. Acesso em 20.07.2020.

29. Disponível em: <https://racismoambiental.net.br/2017/08/31/i-encontro-de-mulheres-atingidas-por-grandes-empreendimentos-acontece-em-imperatriz-ma/>. Acesso em 20.07.2020.

e violência contra as populações afetadas; Transformação de territórios e culturas em decorrência da velocidade dos processos que não são assimiláveis pelos tecidos econômicos, sociais e culturais na região; privatização dos territórios e contaminação ambiental com comprometimento da soberania alimentar e agravamento das condições de saúde; riscos de agravos nas vidas das mulheres e população jovem com acentuação das desigualdades de gênero e problemas geracionais; recrudescimento do uso da violência institucional contra os núcleos de resistência comunitária; recrudescimento de estruturas racistas pois impactos recaem mais sobre populações negras e indígenas; contaminação das águas, ar e do solo; mortalidade de peixes, afugentamento e mortandade de animais silvestres, desmatamento e perda da biodiversidade; remoções forçadas; migração desregulada; violações de direitos trabalhistas; exploração sexual e divisão das comunidades”

de violência interna; a perda do direito de ir e vir; indenizações injustas; o aumento da violência sexual, como estupros e assédios; situações de gravidez precoce e sem paternidade reconhecida, por exemplo, filhos/as de operários/as que vão embora com o fim de uma grande obra; risco de prostituição e estigmatização; ameaças e mortes com a cumplicidade do Estado; remoção forçada de comunidades; um contexto de grave violência estrutural, mas também simbólica. Estes impactos foram identificados no marco, portanto do agravamento de situações de perda ou ameaça de perda de territórios e expropriação de terras; ausência de políticas públicas garantidoras de direitos, conflitos, mortes e avanço das cidades para cima dos espaços rurais³⁰.

Cristine Faustino, que assessorou essa atividade, destaca que a luta das mulheres converge no enfrentamento ao Estado, aos empreendimentos capitalistas e contra a dominação masculina.

Aproximando-se da perspectiva que aponta relações entre as denúncias da mulheres nesse encontro de 2017, Santos, na pesquisa “Direitos humanos e empresas: a Vale S.A. e as estratégias de dominação, violações e conflitos envolvendo territórios, água, raça e gênero”, observa um “padrão de violações” por parte de empresas transnacionais, no debate sobre o direito internacional dos direitos humanos, em que as violações ocorridas em uma dada localidade não raro se repetem em muitas outras, apesar da diversidade de contextos territoriais em que se instalam estes agentes transnacionais. Embora o “Corredor Carajás” abranja uma diversidade de territórios e grupos sociais e, como já dito, haja um certo “padrão de violações” ou um *modus operandi* similar de atuação das empresas transnacionais, também é visível e importante destacar que a atuação da empresa se molda a forma como as comunidades reagem diante de seus projetos, sendo importante ter em conta as narrativas das mulheres sobre as formas de enfrentamentos e as estratégias percebidas.

30. Sistematização feita a partir do relatório do encontro.

b) Dimensões da opressão: a interseccionalidade e a vida das mulheres camponesas no “Corredor Carajás”

O processo de construção do “Corredor” sobre os territórios de povos e comunidades tradicionais é expresso pela liderança quilombola de Santa Rosa dos Pretos, Anacleta Pires, como parte de uma estratégia colonial que se perpetua no tempo, amparado em estruturas de dominação de longa duração. Nesse sentido, ela compreende o processo que vivenciam, não como uma ação de desenvolvimento que a “atinge” pelo avanço dos empreendimentos, mas como um “ataque” permanente que as atropela, desrespeita suas formas de viver nos territórios, retira suas terras, acaba com os igarapés, inviabiliza as formas de vida que gestaram e em que acreditam. A metáfora acionada pela liderança para a violência que representa esse processo, é a do “estupro”, enquanto interpretação possível da violência patriarcal que organiza a expansão capitalista sobre os espaços vivenciados por esses grupos e que revela o confronto de lógicas muito distintas de conceber a vida na terra. Defende, portanto, uma lógica que se aproxima das possibilidades de compreensão do território como um corpo feminilizado que se concretiza na sua relação com o corpo-território dessas mulheres: nas relações cuidadosas com os semelhantes (como ela diz, se enxerga outro como semelhante “quando você sente a dor do outro”); na relação de troca com rios, florestas, encantados; na construção da vida comum e na resistência à expansão desse sistema. Processos que se nutrem da possibilidade de existência do que poderíamos chamar de uma lógica comunitária e do cuidado, em detrimento da expansão de uma lógica individualista e predatória. A lógica predatória está amparada na racionalidade patriarcal branca que adentra esses espaços a partir de inúmeras violações, sentidas e denunciadas pelas mulheres. A percepção ensaiada pela liderança se aproxima em pensamento das reflexões, do feminismo comunitário latino-americano, que traz como uma de suas discussões, levantadas por mulheres indígenas latino-americanas, o processo de masculinização dos territórios a partir da instalação de empresas extrativistas, o que classificam como uma “patriarcalización de los territorios”.

Uma dimensão importante que buscamos trazer neste relatório é justamente pensar a potencialidade de vozes que emanam de corpos territórios feminilizados, portadores das histórias, das lutas e das sensibilidades gestadas nas relações comunitárias e nos processos de resistência. Dessa forma, são as vozes críticas acerca das violências que atravessam os territórios enquanto corpos políticos, portadores de outras possibilidades éticas que estão sendo negadas, que buscamos fazer ecoar. Tomamos assim as premissas da interseccionalidade, como a possibilidade de fazer reverberar o pensamento, as vozes dessas

mulheres, enquanto sujeitas que vivenciam o “cruzamento de lugares de opressão” e permitem avançar na compreensão e na resistência a esses sistemas³¹.

Anacleta nos fala do momento de Pandemia de Covid 19 – decretada pela Organização Mundial da Saúde em março de 2020 - como possibilidade de construção de um cenário que permita a emergência de vozes que estão ausentes da cena pública e representam uma lógica que se opõe ao processo de expansão capitalista:

“[...] Um momento ímpar da vida... temos que fazer essa reflexão de mais de 500 anos enquanto mulher negra aqui no Brasil, mas obedecendo a natureza... a gente ouve as pessoas às vezes dizendo o mundo parou, o mundo não parou, o mundo silenciou. Você é capaz de ouvir o outro, a partir do silêncio, se você não faz silêncio no espaço vivido, você não vai conseguir ouvir o que estão falando para você, seja o humano, seja o papel, seja a nossa natureza... composta de vegetação, de água, de terra... todos tem o poder de fala... Estamos passando o momento de silêncio... silêncio para fazer valer o papel enquanto mulher” (Anacleta Pires, liderança quilombola de Santa Rosa dos Pretos)³²

A pandemia enquanto fenômeno político aparece como catástrofe relacionada a um modelo que não se sustenta, e possibilidade de abertura a outras vozes, pois coloca no centro da crítica o avanço de um sistema de exploração que produz desigualdades. Nesse sentido, as vozes das mulheres negras, quilombolas, indígenas precisam encontrar espaço no silêncio provocado pela catástrofe, para ecoar como projeto de vida, como potência política que carrega outras possibilidades de pensar e viver o mundo, juntamente com seres que sofrem a exploração: a água, a terra, os encantados, pois “todos têm o poder de fala”³³ e precisam ser escutados.

Essas falas, ausentes da cena pública, estão presentes no cotidiano das comunidades, e têm sido negadas, a partir de distintos processos de desqualificação

31. ANJOS, José Carlos Gomes dos. Fala realizada no 3 Encontro Virtual da Rede de Estudos Rurais, 2020. Disponível em <https://redesrurais.org.br/o-30-encontro-virtual-da-rede-acontece-no-dia-2807/> - Acesso em 28.07.2020.

32. PIRES, Anacleta. Fala proferida na live: “Mulheres quilombolas: olhares femininos e vozes de resistência”, realizada pela ONG Iacoreq no dia 25/07/2020. Disponível em: www.facebook.com/moderador.iacoreq/videos/3216109425117110. Acesso em: 25.07.2020.

33. Ibid.

operados por empresas e, até mesmo nos territórios, sofrem ataques sem precedentes, como exposto no depoimento de Ywak³⁴

"até hoje, minha mãe, a gente tá fazendo uma hortinha ela diz assim: 'Hoje tá bom de plantar cheiro-verde, porque a lua tá crescente!' [...] Teve um rapaz que trabalhava com esse, que era contratado pelo ISPN³⁵, e ele veio na comunidade. Uma senhora, uma anciã [...] falou que não tava bom, que a lua não tava boa pra plantar. Sabe o que que ele disse pra ela? Ele disse que ela ia plantar era na terra, não era na lua, não. Pra uma senhora que já era acostumada a fazer sua rocinha tudo direitinho. E ele falou desse jeito... Mas só que a gente tá acostumado com isso. [...] Há todo um respeito. Eles não respeitam isso, não" (Ywak, mulher indígena do Território Indígena Rio Pindaré)³⁶.

Muitos são os relatos de processos de silenciamento das mulheres nas arenas públicas de discussão. Expressões como "Não é lugar para mulher!" são ouvidas com frequência. A acusação de estar na rua e não cuidar dos filhos é presente na fala de diversas lideranças, impedindo muitas vezes suas vozes ecoarem, até mesmo quando são ditas. Numa das situações de discussão numa reunião no MPF, dizia uma jovem liderança quilombola: 'vocês ouvem, mas não escutam', sobre a desconsideração de suas falas e do simulacro daquele espaço como um espaço em que poderiam falar. Outro cenário de silenciamento que se abre é dentro das próprias comunidades, como o narrado na entrevista com Ywak, a anciã foi desrespeitada por um técnico, em meio a uma reunião no seio do território.

c) Os perigos e o medo como companhia das mulheres, territorialidades e processos de desterritorialização

Uma das afetações provocadas pela estrada de Ferro Carajás e os empreendimentos que integram o "Corredor Carajás", destacada pelas mulheres, é a ameaça às relações de conhecimento que fazem os lugares serem locais seguros, reconhecidos pelos seus moradores até "no escuro".

34. Utilizamos um pseudônimo para a interlocutora, por questões de segurança.

35. Instituto Sociedade, População e Natureza (ISPN) é a organização não governamental que foi contratada pela Vale para desenvolver os projetos referentes ao Plano Básico Ambiental - componente indígena nas terras indígenas Caru e Rio Pindaré, no Maranhão.

36. YWAK (pseudônimo). Entrevista concedida a Sislene Costa da Silva e Cíndia Brustolin, via plataforma Google Meet, do Território Indígena Rio Pindaré, 06/08/2020.

"Mesmo no escuro a gente consegue andar no nosso território, mas quando ele está impactado, quando se coloca outras coisas dentro dele você fica com medo de andar à noite...no nosso tem 5 linhões, 3 estradas de Ferro, 1 BR 135, 1 assentamento, tem o problema com a falta de água e ainda tem os fazendeiros" (Anacleto Pires, liderança quilombola de Santa Rosa dos Pretos)³⁷.

As possibilidades de andar por espaços conhecidos passam a ser afetadas pelas diversas estruturas logísticas e empreendimentos que os atravessam e as racionalidades que os acompanham, como uma triste herança do Programa Grande Carajás sobre as vidas que ali se gestaram e como perigo que representa a contínua expansão de um futuro mais difícil. Aqueles que permaneceram em suas terras, ficaram próximos às rodovias, ferrovias, portos, empresas e fazendas ou foram atravessados pelas mesmas estruturas. Estruturas essas que impõem regimes de exigências à vida no local, a precaução pelas possibilidades de atropelamentos, os novos limites para a colocação de roças e transporte de suas produções, novas sociabilidades com empregados de empresas que fazem a manutenção das estruturas ou aqueles que levam os "projetos". Formas outras de se relacionar com a terra cada vez mais escassa e com os igarapés que secaram, novos caminhos e abandono de antigas veredas, caminhos que passam a ser trafegados por estranhos em outros ritmos e velocidades, tendo a poluição como uma constante.

O "medo de andar" à noite em seu território, mencionado pela liderança de Santa Rosa dos Pretos, não pode ser naturalizado como uma consequência inevitável de um projeto de desenvolvimento, precisa ser explicitado na sua complexidade de submissão da vida à outra lógica e as dimensões patriarcais que a ampara. Na zona rural de São Luís, na comunidade de Cajueiro, que integra a expansão portuária do complexo logístico, famílias de pescadores e agricultores enfrentam, desde 2014, o avanço de um empreendimento privado – o porto São Luís – sobre suas terras. Duas quebradeiras de coco da comunidade nos contavam, numa reunião realizada no ano de 2019, que no dia anterior um grupo de jovens mulheres estava caminhando em direção ao mar e foram acompanhadas de moto por um segurança da empresa, com quem discutiram durante boa parte do caminho. A situação foi narrada como de medo, pois não sabiam o que poderia acontecer com elas, principalmente num desses momentos

37. PIRES, Anacleto. Entrevista concedida à pesquisadora Dayanne dos Santos, em Itapecuru-Mirim, 11/12/17.

de circulação pelo território, uma vez que os guardas sempre acompanham a circulação das pessoas. Dona Lucilene, que também vive num dos povoados no Cajueiro, percorre quase todos os dias um longo trecho com medo, já deserto, devido à derrubada de casas para as obras do porto, até a casa de sua mãe na comunidade quilombola de Andirobal. A grande devastação do lugar, com a retirada de casas e da vegetação, e a presença constante de máquinas, trabalhadores, seguranças da empresa geram uma situação de desterritorialização das famílias que permaneceram, cindindo relações e espaços, em que os lugares derrubados pelas máquinas não são mais familiares e nem as pessoas que circulam. Guaritas privadas foram instaladas e seguranças rondam o espaço, “defendendo” as terras da empresa desde 2014. O avanço da empresa coloca as mulheres que resistem em situações de perigo e provoca medo numa terra em que percorreram os caminhos por anos “em paz”.

Seabra que realizou seu trabalho em Mutum, comunidade atravessada pelas linhas férreas, também menciona as diversas formas de medo e terror sentidas pelas mulheres.

“A dificuldade daqui é grande, era grande, e agora tá sendo devido a essa ferrovia aí. Ainda ficou mais pior pra nós. Porque no tempo que ainda tinha o caminho de mato, que não tinha essa travessa aqui pra nós, nós vivia mais liberto. E agora... Porque eu não vou sair daqui só pra mim ir, i eu, eu ia no Miranda, eu ia só, pra comprar as coisas. Sozinha e Deus. Daqui pro Miranda, no mato. E pra ir pra Bubasa não tinha hora pra mim ir. Fosse a hora do dia eu ia, sozinha. Andava sozinha aí no horário que fosse, fazia minhas compras sozinha, e agora eu não vou. Por causa da dificuldade que tá tendo, que não pode mais sair uma pessoa, uma muié só de casa pra ir andar, pra fazer negócio fora” (Entrevista Dona Flor, Mutum II, novembro 2018)³⁸.

No relato, Dona Flor destaca que não vivem mais libertos e que após as transformações que sofreu o território, uma mulher não pode mais sair de casa só para andar e realizar seus negócios. A estranheza do lugar, relacionada as estruturas e as transformações que carrega, coloca as mulheres em situações maiores de tensão nas possibilidades de locomoção, fazendo a metáfora da “prisão”, da perda da liberdade, sua melhor expressão.

38. Flor é o pseudônimo utilizado pela autora para resguardar a identidade de sua interlocutora. (SEABRA, 2020, p.4)

O “medo de andar” também está relacionado a associação das estruturas com a morte de parentes, amigos e conhecidos e a possibilidades de outras mortes sempre presente. A morte por atropelamento passa a fazer parte da vida das mulheres que historicamente são responsáveis pela criação e pelo cuidado com as famílias. “Antes foi minha filha, agora tem meus netos! “. A liderança, que teve a filha atropelada na BR 135 há mais de 20 anos, nunca mais sossegou com as freadas de carro ou as buzinas do trem, cada vez é um “aperto no coração”. A buzina do trem é responsável por uma tensão cotidiana em várias comunidades. A buzina é associada ao perigo constante dos acidentes. Esse medo fica ainda mais presente nos horários em que as crianças chegam ou saem para a escola e precisam atravessar a ferrovia.

d) “Um Corredor Seco”

“Até uns anos atrás quando eles fizeram a duplicação teve uns igarapés que foram soterrados, foram aterrados. Inclusive, o pessoal da terra indígena Caru, que falaram que um dia eles vinham de lá e viram aqueles cascudos no seco. [...] Tinha um igarapé que caía dentro desse rio, dentro do rio Pindaré, e já fazia tempo ela [sogra] disse que nunca secou esse lugar, e quando foi com a duplicação, quando ela veio um dia de lá, ela ficou muito triste porque o pessoal relataram que ficou todo..., não existe mais nem o lugar, é como se aquele lugar nunca tivesse existido” (Ywak, mulher indígena do Território Indígena Rio Pindaré)³⁹.

“[...] eu já morava no Piquiá em 77, em 77 eu nasci no Piquiá de Baixo, nasci em casa, no Piquiá de Baixo mesmo, não foi dizer, não, ela nasceu lá em Açailândia no hospital, não, nasci em casa. E, hoje, mesmo, eu escutei de uma enfermeira ela perguntando, assim, olha, pois a história que eu conheço é que vocês vieram morar aqui, depois que as empresas chegaram em oitenta. Então, assim, além de todas as mazelas que eles causam, eles também roubam a nossa história. Eles modificam a nossa história, eles recontam a nossa história da forma como que eles querem contar” (Joselma de Oliveira, moradora de Piquiá de Baixo)⁴⁰.

39. YWAK (pseudônimo). Entrevista concedida a Cíndia Brustolin e Sislene Costa da Silva, via plataforma Google Meet, Território Indígena Rio Pindaré, 06/08/2020.

40. OLIVEIRA, Joselma de. Entrevista concedida a Cíndia Brustolin e Sislene Costa da Silva, via plataforma Google Meet, Piquiá de Baixo - Açailândia/MA, 06/08/2020.

Nas suas dinâmicas coloniais, patriarcais e racistas os grandes projetos de desenvolvimento vão passando por cima de tudo, eliminando os bens naturais e lógicas de existência que não servem ao capital. No seu lugar, colocam outras histórias. Ao reconfigurar os espaços, vão apagando os lugares da existência, da memória e da reprodução da vida dos povos e comunidades que se encontram no caminho, até chegar ao ponto das pessoas do lugar não o reconhecerem mais, *"como se aquele lugar nunca tivesse existido."*

Segundo a pesquisadora Mariana L. S. Santos (2020), a Vale, ao instalar, expandir e duplicar a ferrovia Carajás no Maranhão produziu um verdadeiro "corredor seco", através de uma série de afetações aos corpos hídricos situados na região⁴¹. A constatação da pesquisadora amplia as vozes das comunidades, que há décadas vêm apontado o assoreamento e entupimento dos igarapés, o desmoronamento de poços em decorrência da trepidação provocada pela passagem dos trens, a poluição dos rios e córregos por minério de ferro e óleo desprendido das composições férreas.

As obras de duplicação da EFC agravaram o problema, tanto que algumas comunidades o explicitaram em momentos de manifestações: "Por causa da duplicação as nossas casas estão rachadas, os poços estão secos. São vários problemas que eles dizem que não são deles"⁴².

As afetações sobre os corpos hídricos⁴³ reverberam sobre dimensões da vida como a alimentação, pois a escassez de água influi no cultivo, consumo e comercialização dos alimentos. Mas também na saúde, com afetações, sobretudo, em idosos e crianças. As mulheres sofrem de forma mais nefasta, porque a escassez de água faz com que enfrentem longos trajetos em busca desse bem (Santos, 2020).

A escassez de água no Corredor Carajás se, por um lado, é relacionada à instalação e posterior duplicação da EFC; por outro, é capitalizada positivamente pela empresa através de seus projetos de responsabilidade social corporativa. Ou seja, ao mesmo tempo que é acusada de secar as fontes, também é apontada como quem leva água até as comunidades, mesmo que com o uso

41. A pesquisadora utiliza como estudo de caso a comunidade Mutum II, situada no município Arari/MA.

42. Entrevista de manifestante ao site G1, em São Luís/MA, 05/11/2013. Disponível em: <http://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2013/11/em-sao-luis-manifestantes-liberam-trecho-da-ferrovia-carajas.html>. Acesso em 16.07.2020.

43. De acordo com cartografia planialtimétrica do IBGE, a ferrovia transpõe 360 cursos d'água pertencentes às bacias hidrográficas Atlântico Norte-Nordeste e Tocantins – Araguaia (AMPLO; VALE, 2011).

de recurso público ou a implantação das cisternas esteja condicionada a apropriação de outras lógicas de territorialidades, como discutiremos no item f.

*"Por manter o diálogo na região quilombola de Jaibara dos Nogueiras, em Itapecuru Mirim, a Vale pôde atender à solicitação dos moradores para implantação de dois poços artesianos com caixa d'água de 15mil litros. "Antes do apoio da Vale, tínhamos de pegar água da chuva ou improvisar poço no quintal. As crianças sofriam com problemas de saúde, como diarreia e vômitos", diz Joel Martins, presidente da Associação Quilombola. Essa iniciativa foi realizada em função das obras da expansão da Estrada de Ferro Carajás com recursos do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES"*⁴⁴

Santos (2020) analisa a construção das cisternas, assim como outros projetos desenvolvidos, majoritariamente, a partir da relação com as mulheres, numa perspectiva clientelar: em que hortas, cisternas, banheiros secos são apresentados como benefícios, podendo gerar contraprestações e fidelidades. Não são apresentados como uma reparação real pelos danos causados, portanto, sem considerar as mulheres como beneficiárias diretas dos recursos naturais explorados e degradados.

e) Criminalização, Difamação e Espionagem

*"Eles entraram com um interdito proibindo-nos de chegar até a ferrovia em cinco ou mais pessoas" (Rose, pescadora, Sítio do Meio/Santa Rita – MA)*⁴⁵.

Rose⁴⁶, pescadora da comunidade Sítio do Meio, em 2013, junto com outras lideranças comunitárias de Santa Rita e Anajatuba, acampou na beira da ferrovia, durante três dias, após um morador quase morrer, depois de passar mal e ter

44. MARTINS, Joel. Depoimento in: VALE, Relatório de Sustentabilidade, 2015, p. 21. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/initiatives/environmental-social/initiativas-sociais-maranhao/Documents/relatorio-maranhao-2015.pdf>. Acesso em: 06.02.2020.

45. CARDOSO, Rosiane. Entrevista concedida à jornalista Karla Maria. O trem da Vale corta o estado do Maranhão leva o minério e deixa morte, subdesenvolvimento, rachaduras e pó. Disponível em: <http://jubileusul.org.br/noticias/fora-dos-trilhos/>. Acesso em: 16/07/2020.

46. Utilizamos a abreviação Rose, forma pela qual nossa interlocutora é conhecida junto aos movimentos sociais.

seu atendimento médico retardado pelo trem parado na entrada da comunidade.

Após o fim da manifestação, a pescadora recebeu um interdito proibitório. O interdito é mais um instrumento acionado pela Vale para intimidar ou inibir manifestações na EFC, funciona como um recado que a empresa dá quando suspeita da organização de algum movimento reivindicatório. Em toda a extensão da ferrovia há centenas de pessoas processadas pela empresa e o processo, além do efeito legal e intimidatório, por vezes, gera um efeito moral e difamante, ficando as pessoas marcadas como processadas pela Vale. A JnT, em 2018, assessorava 44 casos⁴⁷ semelhantes ao de Rose. Uma matéria da Agência Pública de 2017 constatou haver, somente nos primeiros cinco anos da duplicação da ferrovia Carajás, mais de 170 pessoas processadas na justiça do Maranhão e Pará⁴⁸.

Além das medidas legais, é comum as mulheres serem sujeitadas a medidas de sanção moral, que avaliam suas condutas no âmbito público e no privado. Rose foi processada pela Vale e denunciada anonimamente no Conselho Tutelar do município, sob a acusação de sair muito e abandonar os filhos sozinho. Ainda que aquelas saídas fossem relacionadas à militância e ela ter um companheiro que a apoiava e militava junto. Este, ao contrário de Rose, nunca teve seu papel enquanto pai questionado (SILVA, 2018).

Anaclea, liderança da comunidade quilombola Santa Rosa dos Pretos, também processada pela Vale, relata que em uma audiência de conciliação sobre a ocupação da ferrovia Carajás, a juíza do caso deixou bem claro que se incomodou com seu tom de voz, acusou-a de estar com os ânimos acirrados, e em vários momentos tentou cercear sua fala.

A liderança Joselma, da associação de Moradores de Piquiá de Baixo, relata processo semelhante, de ataque moral e agressão verbal, em que a sua presença no espaço público foi desrespeitada:

Dentro do Ministério Público, o presidente do Sinfrema passou um dia por mim e falou bem assim, como de encontro eu indo, ele vindo, falou assim: 'vai caçar o que fazer!' Sabe, isso me doeu muito porque eu olhei assim, eu, mulher, mãe de família, funcionária pública, membra de associação de moradores, sobrecarregada de atividades, uma pessoa simplesmente olha pra mim e fala vai caçar o que fazer.

47. Informação repassada pela assessora jurídica da Justiça nos Trilhos - Caroline Rios.

48. Disponível em: <https://apublica.org/2017/11/processados-pela-vale/>. Acesso em: 16/07/2020.

Machuca, né? [...] Eu tive que enfrentar essa dificuldade também dentro de casa. Hoje em dia ele [refere-se a seu companheiro] me apoia. (Joselma de Oliveira, moradora de Piquiá de Baixo)⁴⁹

O depoimento de Joselma também aponta para outra questão enfrentada pelas mulheres que estão nas trincheiras das lutas, as dificuldades de aceitação pela família e a sobrecarga de trabalho. Pois, muitas vezes, para evitar conflitos com os companheiros e poder sair de casa para participar de encontros, formações ou outros espaços políticos, as mulheres dão conta antes de toda a tarefa doméstica e de cuidados com as crianças.

Em 2011, as organizações JnT e Justiça Global⁵⁰ denunciaram internacionalmente a empresa Vale por perseguição judicial, intimidação e criminalização de pessoas e organizações que trabalham na defesa de direitos dos afetados e afetadas pelas operações da Vale. Dois anos depois, um ex-funcionário⁵¹ da Vale a denunciou por práticas de espionagem, durante audiência pública na Comissão de Direitos Humanos, no Senado. Na denúncia apontou a existência de um setor de inteligência em segurança empresarial corporativa responsável por espionagem de jornalistas, funcionários e lideranças de organizações sociais; infiltração de pessoas em movimentos sociais e sindicais para obtenção de informações privilegiadas.

Em muitas comunidades no Corredor Carajás, regularmente seguranças privados interpelam pessoas que estejam transitando ou realizando quaisquer atividades próximas à ferrovia, como registro de fotografias, algum tipo de aglomeração e, até mesmo, é comum o aparecimento inesperado desses agentes nas comunidades quando elas estão realizando reuniões ou outras atividades que envolvam um determinado número de pessoas.

49. OLIVEIRA, Joselma de. Entrevista concedida a Cíndia Brustolin e Sislene Costa da Silva, via plataforma Google Meet, Piquiá de Baixo, Açailândia/MA, 06/08/2020.

50. Informe: "Quanto Valem os Direitos Humanos? Os impactos sobre os direitos humanos relacionados à indústria da mineração e da siderurgia em Açailândia". Disponível em: <http://www.global.org.br/blog/quanto-valem-os-direitos-humanos-os-impactos-sobre-os-direitos-humanos-da-industria-da-mineiracao-e-da-siderurgia-em-acailandia/>. Acesso em: 05.07.2020

51. <https://senado.jusbrasil.com.br/noticias/111997295/vale-espiona-lideres-e-se-infiltra-em-movimentos-sociais-diz-ex-funcionario>; <https://oglobo.globo.com/economia/vale-acusada-de-espionar-funcionarios-jornalistas-sindicalistas-10528721>; <https://exame.com/negocios/ex-gerente-da-vale-acusa-empresa-de-espionagem-segundo-veja/>; <https://apublica.org/2013/09/abrindo-caixa-preta-da-seguranca-da-vale/>; Ex-funcionário da Vale S.A faz acusações de espionagem contra a empresa (https://www.youtube.com/watch?v=bF1XGU8_Bwc); Buraco do rato: um filme sobre a Vale (https://www.youtube.com/watch?v=3-YAU_Ar8Xg). Acesso em: 05/07/2020.

Essas estratégias ficaram evidentes, em 2014, quando vários quilombos do município de Itapecuru-Mirim e adjacências se articularam para denunciar os óbices da Vale à regularização fundiária de seus territórios e demais projetos que estariam paralisando seus processos no INCRA⁵². Embora realizassem reuniões somente entre seus pares e aliados, desconfiaram que havia alguém repassando informações para a empresa, haja visto a mesma ficou sabendo da primeira data definida para a manifestação e tentou desmobilizá-la, convocando na mesma data as comunidades quilombolas que encabeçavam o movimento para uma reunião. Moradores de comunidades vizinhas, dias antes da manifestação, relataram que funcionários da empresa estiveram sondando as lideranças sobre a data da manifestação e os líderes.

f) Gênero como estratégia de negócios

[...] como eles sabem que têm mulheres que se impõem dentro da comunidade, tá ali, fala mesmo! Eles começaram a observar isso. E como eles não podem ser grosseiros, digamos assim, que eles são tudo educado, eles são tudo por dentro, por cima da letra, como diz o povo aqui. O que acontece? Eles sempre colocam mulheres pra tá trabalhando, acredita? [...] (Ywak, mulher indígena do Território Indígena Rio Pindaré)⁵³

No olhar de Ywak, a Vale, ao perceber que as mulheres do território se impõem, “falam mesmo”, podendo expressar opiniões contrárias a da empresa, direciona funcionárias para atuarem no território e se aproximarem das indígenas, numa estratégia de aproximação que “investe” na dimensão de gênero, ao mesmo tempo em que desqualifica práticas locais, para impor uma lógica de expansão industrial e territorial.

Uma estratégia parecida ocorreu, em 2012, quando diante da resistência do quilombo Santa Rosa dos Pretos em aceitar os projetos definidos pela empresa para serem implantados no território⁵⁴, a Vale contratou uma mulher

com trajetória de participação no movimento negro, conhecida entre as comunidades, para atuar no processo de convencimento⁵⁵.

Ao aproximar as duas situações mencionadas ao contexto mais geral de inserção da empresa nas “demandas de gênero”, podemos pensar ou nos perguntar sobre o que esses investimentos nos dizem sobre as estratégias de expansão e controle de padrões produtivos, espaços e corpos? Uma olhada no sítio da empresa na internet permite perceber, nos últimos anos, o aumento de notícias referentes à questão de gênero, com referências a projetos desenvolvidos, datas em homenagem a luta das mulheres por equidade, destaque para a presença da empresa em eventos de gênero, destaque para funcionárias em posições de comando ou ocupando espaços antes ocupados somente por homens, campanhas de combate à violência doméstica etc.

Neste contexto, a Vale apresenta, em 2011, o projeto Equidade de Gênero e, dois anos depois, firma compromisso com a ONU e com o Pacto Global pela equidade de gênero⁵⁶. A empresa começa a desenvolver projetos com viés em gênero e empoderamento feminino e adentrar espaços reconhecidamente marcados pela atuação das mulheres, como a Pastoral da Criança⁵⁷. A inserção nesses espaços ocorre através da Fundação Vale⁵⁸, em um momento em que a empresa passa a desenvolver o projeto de mineração S11D e ampliar as infraestruturas relacionadas: a ferrovia Carajás e o porto da Ponta da Madeira.

Investir em ações voltadas para a superação das desigualdades de gênero e raça pode gerar ganhos para as empresas em termos financeiros e de imagem, como aparece em documentos do setor na mineração. O Instituto Brasileiro de Mineração – IBRAM, em parceria com Vale e Fundação Vale, lançou recentemente o Plano de Ação para o Avanço de Mulheres na Mineração, um guia com ações e estratégias voltadas para a “inserção” de gênero nas empresas. O plano deixa clara a visão da questão de gênero agregada a

52. <https://atingidospelavale.wordpress.com/2014/09/25/comunidades-quilombolas-interditam-estrada-de-ferro-carajas-operada-pela-vale-no-maranhao/>. Acesso em 12.07.2020.

53. YWAK (pseudônimo). Entrevista concedida a Cíndia Brustolin e Sislene Costa da Silva, via plataforma Google Meet, Território Indígena Rio Pindaré, 06/08/2020.

54. Uma vez que a Vale sequer havia feito a oitiva da comunidade, em desacordo com a Convenção 169 da OIT. ACP nº 21337-52.2011.4.01.3700, 8ª. Vara Federal da Seção Judiciária do Maranhão.

55. Nessa época, acompanhamos esse processo, por conta do trabalho de educação popular junto a essa comunidade, e percebemos como a mulher foi melhor aceita do que a representante da

56. Vale ou da Fundação Cultural Palmares.

57. <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/news/Paginas/dia-internacional-mulher-comemorado-vale-estimulo-equidade-genero.aspx>. Acesso em 16.07.2020.

<http://www.vale.com/brasil/pt/aboutvale/news/paginas/fundacao-vale-firma-parcerias-para-fortalecer-aco-es-em-prol-da-saude-das-criancas.aspx>. Acesso em: 16.07.2020.

58. O CPCD foi contratado pela Vale em 2013 para desenvolver o projeto “Nos Trilhos do Desenvolvimento”, cujo carro chefe é o “Casa Saudável”. Acompanhamos a chegada dos projetos enquanto educadoras populares da rede Justiça nos Trilhos e chamou nossa atenção que, justamente, as comunidades mais resistentes à duplicação estavam recebendo os projetos que, a princípio, se apresentavam desvinculados da empresa.

uma estratégia de negócios. Tanto que apresenta dados referentes a empresas que investiram no tema e tiveram retornos positivos: “60% dos executivos entrevistados reconhecem o impacto positivo da diversidade de gênero na liderança sobre a performance financeira da empresa⁵⁹” (IBRAM, 2020, p.18). As dimensões de gênero na política expansionista e financeira do setor mineral e da empresa Vale se agregam à inserção da empresa, diretamente ou a partir de sua Fundação, em espaços fundamentais das políticas públicas, conceituando e dando concretude ao par público-privado, como saúde, educação e cultura e nas comunidades em associações de moradores, clubes de mães, grupo de mulheres e espaços domésticos. Possivelmente, o investimento em gênero, entre outras razões, deve estar relacionado à capacidade de mobilização das mulheres, que costumam tomar a frente em processos de resistências a projetos que ameaçam a vida e na luta diária por melhorias nas comunidades.

Percebemos, então, que a questão de gênero passa a estar na pauta das estratégias da empresa e que projetos direcionados às mulheres tem sido implementados no “Corredor Carajás”. Projetos que, por um lado, buscam envolver as mulheres e ganham espaço no marketing da empresa; por outro, possibilitam a entrada em novos espaços, como o espaço privado da casa, com hortas, cisternas, saúde. Espaços que historicamente e socialmente são organizados pelas mulheres. Ao adentrar esses espaços podem estar em jogo novas lógicas de condicionamento e/ou gestão do corpo-território das mulheres.

O Relatório de atividades da Fundação Vale, de 2019, apresenta a Rede de Mulheres do Maranhão⁶⁰, projeto que, ao mesmo tempo que tem afinidades com formas de ação da economia solidária, aproxima as mulheres de um “novo jeito” de lidar com a economia e com as dinâmicas sociais: “o empreendedorismo”. Conceito apresentado no relatório a partir de um depoimento de uma mulher que comenta a evolução do grupo de mulheres, de alguém “que não tinha autoestima” para a condição de “empreendedoras”:

O Programa AGIR foi um divisor de águas na comunidade. Antes a gente não tinha autoestima, ficava vendendo no trilho do trem, pegando sol e chuva. Agora, com o AGIR, a gente aprendeu a fazer livro

59. Pesquisa Online com 547 executivos na América Latina realizado pelo IBRAM.

60. Segundo Relatório de atividades da Fundação Vale de 2019, a Rede Maranhense de Mulheres surgiu a partir do projeto AGIR, implementado em 2015, após a vedação das janelas do trem e a impossibilidade da comercialização nas linhas, trabalho em grande parte feito por mulheres e crianças há décadas na ferrovia.

caixa, sabe produzir com qualidade, trabalhar em grupo e vender o produto de forma organizada. Agora somos empreendedoras”, diz Maria Dalva de Oliveira, empreendedora do negócio social Sabor de Todo Dia (Vitória do Mearim/MA) (IBRAM, 2020, p.18)).

Seabra (2020), no estudo realizado em Mutum II (MA), constata a entrada dos projetos para o universo doméstico das mulheres e traz trechos da entrevista realizada sobre o projeto Casa Saudável:

Oh é bom, porque eles vieram assim, pra trazer pra gente fazer as hortas. [...] Ai dá aquelas coisas né, aí a gente panha pro uso da gente e ai já não compra. As sementes eles dão: aí a gente planta e colhe pro consumo da gente. Agora ficou ruim pra gente, pra nós, eu não aguentei pra encher a água, pra molhar. Não tem água que molhe, a terra ta muito seca. [Eu:] |Antes a senhora não tinha horta? Não, não era horta que nos chamava. Nós chamava era boi de cavalo, era canteiro, que a gente ficava botava assim e plantava assim atrepedado. [Eu:] Nas próprias arvores? (ela aponta para o pé da árvore). É, nós não fazia assim no chão, e agora veio e foi assim no chão. Faz um círculo de talo ou com garrafa de litro e bota o estrume dentro e planta, com a tela de arame que eles dão. [Eu:] Esse outro jeito não dava? Dava! Dava a mesma coisa. A mesma coisa. Sempre quando eu alcancei minha mãe ela fazia os canteiros pra plantar essas coisas. Ai no chão, nós, eu não sabia não. Mas agora depois desse projeto pra fazer essas caixas, é como é que diz? Me esqueci como chama. Tem um ditado que chama, da firma, que eles trabalham. Ai fizeram as caixas e nós aceitamos que sim, pra botar água pra nós, que aqui nos veve sem água. (Moradora de Mutum II, sobre o projeto Casa Saudável)

No relato da moradora, fica visível a imposição de outro modelo de cultivo, que desconsidera as formas tradicionais realizadas pelas mulheres, e a aceitação desse modelo como uma possibilidade de acesso à água, bem escasso na comunidade.

Considerações finais

O Programa Grande Carajás se instalou na Amazônia Oriental Brasileira com todo o autoritarismo da ditadura vigente na época, a partir de visão colonial,

patriarcal e racista do território, tentou eliminar e se sobrepor aos modos de vida e de ser dos povos e comunidades tradicionais, que têm em seu cerne uma lógica de existência não subserviente ao grande capital. Mesmo depois de extinto, vimos que as dinâmicas e lógicas desse programa continuaram a dar o tom no processo de usurpação da Amazônia Oriental e de seus bens naturais, tendo a Vale S. A. como catalisadora de novos negócios. Mais integrados do que nunca, os projetos são planejados considerando grandes sistemas logísticos (estradas, ferrovias, portos) que ultrapassam as fronteiras regionais. A duplicação da ferrovia Carajás se insere nas novas investidas do capital na Amazônia como projeto integrador de outros projetos, voltados não somente para a mineração, mas também para o escoamento de commodities ligadas ao agronegócio.

Como enfrentam resistências, os empreendimentos buscam formas mais sofisticadas de lidar com as resistências nos territórios, tentam ao mesmo tempo neutralizar os conflitos e capitalizar imagem positiva para seus negócios. Nesse sentido se apropriam de demandas e pautas de gênero e raça, se aproximam das economias solidárias e projetos voltados para o âmbito doméstico. No entanto, por mais que tentem se apresentar com nova roupagem, as violências coloniais, patriarcais e racistas continuam sendo acionadas, pois são as terras, águas, modos de vida e produção dos povos e comunidades tradicionais que são atacadas, violadas, destruídas para dar lugar aos projetos. Nesta seara, as mulheres, sobretudo as não-brancas de comunidades e povos tradicionais e das periferias, são os corpos-territórios que precisam ser dominados, pois são elas que, majoritariamente, têm se colocado como obstáculo aos empreendimentos, seja no enfrentamento direto ou através de outras instâncias de denúncia e reivindicação de direitos, como questionadoras das lógicas capitalistas e como defensoras das vidas, das palmeiras, das águas, das terras e roças, dos caminhos e veredas conhecidas, do “viver em paz”.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

AMPLO;VALE. Duplicação da Estrada de Ferro Carajás – EFC. Estudo Ambiental e Plano Básico Ambiental – EA/PBA. Belo Horizonte: Amplo;Vale, 2011.

CASTRO, Edna. Expansão da fronteira, megaprojetos de infraestrutura e integração sul-americana. Cad. CRH, Salvador, vol. 25, n.64, p.45-61, 2012.

COTA, Raymundo Garcia. Grande Carajás: a invasão desarmada. Petrópolis: Vozes, 1984.

COMISSÃO PASTORAL DA TERRA. Conflitos de Terra no Brasil 1985. [s.l.]: CPT, 1985. p.18. Dispo-

nível em: <https://www.cptnacional.org.br/component/jdownloads/send/41-conflitos-no-campo-brasil-publicacao/266-conflitos-no-campo-brasil-1985?Itemid=0>. Acesso em 20.09.2020.

CRUZ HERNANDEZ, D.T.. Una mirada muy outra a los territorios-cuerpos femininos. vol. 12. N.1.[s.l.]: Solar, 2017.

FAUSTINO, Cristiane; FURTADO, Fabrina. Mineração e violações de direitos: o projeto Ferro Carajás S11D, da Vale S.A.. Açailândia (MA), 1ªed, 2013.

FELIPE, Sabrina. COMEFC: falta de transparência como estratégia para evitar fiscalização social e participação popular. In: revista Não vale. Edição IV. Ano 2019/2020.

FEDERAÇÃO INTERNACIONAL DOS DIREITOS HUMANOS; JUSTIÇA GLOBAL; JUSTIÇA NOS TRILHOS. Quanto valem os direitos humanos? Os impactos sobre os direitos humanos relacionados à indústria da mineração e da siderurgia em Açailândia. Açailândia, 2011.

FUNDAÇÃO VALE. Relatório de Atividades 2019. Rio de Janeiro, 2020. Disponível em: <http://www.vale.com/brasil/PT/aboutvale/news/Paginas/fundacao-vale-lanca-relatorio-de-atividades-com-aco-es-aprendizados-e-resultados-de-2019.aspx>. Acesso em: 16.07.2020.

IBASE. Carajás: o Brasil hipoteca seu futuro. Achiamé: Rio de Janeiro, 1983.

INSTITUTO BRASILEIRO DE MINERAÇÃO. Plano de Ação para o Avanço das Mulheres na Indústria de Mineração. 1.ed. Brasília, 2020. Disponível em: www.portaldaminerao.com.br/ibram/publicacoes Acesso em 16.07.2020.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. Amazônia: encruzilhada civilizatória. Tensões territoriais em curso. Comité catholique contre la faim et pour le developpement – CCFD – Terre Solidaire, el CIDES –UMSAY el IPDRS, 2018.

SANT’ANA JÚNIOR, Horácio Antunes de. Complexo Portuário, Reserva Extrativista e Desenvolvimento no Maranhão. Caderno CRH, Salvador, V.29. n.77. p.281-294. Maio/agosto, 2016.

SANTOS, Mariana Lucena Sousa. “Direitos humanos e empresas: a Vale S.A. e as estratégias de dominação, violações e conflitos envolvendo territórios, água, raça e gênero”. [s.l.]: Justiça nos Trilhos, 2020.

SEABRA, Joana Emmerick. Antagonismos entre territorialidades na Estrada de Ferro Carajás: águas, palmeiras-mães e os caminhos de resistência de uma comunidade à cobra de ferro na Baixada Maranhense. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Cartografia Social e Política da Amazônia. Universidade Estadual do Maranhão. São Luís, MA, 2020.

_____. Construindo leituras feministas sobre territórios atingidos por megaprojetos de desenvolvimento. Disponível em: <http://www.redor2018.sinteseeventos.com.br/>. Acesso em: 19.07.2020.

SILVA, Sislene Costa da. “Por todos os quilombos do mundo”: trajetória de luta de uma quilombola no Maranhão. Monografia (especialização). Estudos Latino-americanos: Juiz de Fora, 2018.

ANEXO 1 AÇÕES COLETIVAS - AFETAÇÕES EFC

Sistematização Rede Justiça nos Trilhos com adaptações (2020)

1. ACP nº 157-60.2011.8.10.0057, 2ª. Vara Judicial da Comarca de Santa Luzia. Proposta pelo Ministério Público Estadual em face da Vale S.A.. Referente ao caso conhecido como "Meninos do trem" (embarque clandestino de crianças e adolescentes nos trens de carga na EFC). Requer proibição do transporte de crianças e adolescentes nos trens da empresa sem a devida autorização e fiscalização. Acordo homologado.
2. ACP nº 7234-03.2012.4.01.3701, 2ª. Vara Federal, Subseção Judiciária de Imperatriz. Proposta pelo Ministério Público Federal em face da Vale S.A. e ANTT. Objetiva reparação por danos ambientais, morais (coletivos e individuais) provocados pela poluição sonora produzida pela passagem de trens na EFC em Açailândia/MA.
3. ACP nº 2801-19.2013.4.01.3701, 2ª. Vara Federal, Subseção Judiciária de Imperatriz. Proposta pelo Ministério Público Federal em face da Vale S.A. e IBAMA. Objetiva anulação da LI nº 895/2012 em relação aos trechos inseridos em Açailândia, tendo em vista a necessidade de complementação do EA/PBA que instrui o processo de licenciamento ambiental da duplicação da EFC. Proferida sentença de improcedência.
4. ACP nº 1001889-66.2017.4.01.3700, 8ª. Vara Federal da Seção Judiciária do Maranhão. Proposta pela Defensoria Pública da União em face da Vale S.A., IBAMA e INCRA. Liminar deferida parcialmente obrigando a Vale S.A. a elaborar diagnóstico sobre a comunidade. Nomeada antropóloga para realização de perícia.
5. ACP nº 69522-82.2015.4.01.3700, 8ª. Vara Federal da Seção Judiciária do Maranhão. Proposta pela Defensoria Pública da União em face da Vale S.A., Synergia Consultoria Urbana e Social LTDA., IBAMA e União Federal. Questiona remoção irregular de famílias residentes às margens das obras de duplicação da EFC.
6. ACP nº 0112334-42.2015.4.01.3700, 5ª Vara Federal da Seção Judiciária do Maranhão. Proposta pelo Ministério Público Federal em face da Vale S.A. e ANTT. Posteriormente a Defensoria Pública da União foi admitida como assistente litisconsorcial da parte autora. Aponta falta de segurança no atravessamento de toda a extensão da EFC no Maranhão, compreendendo a inadequação e insuficiência dos pontos de travessia da linha férrea, bem como os riscos gerados quando o trem fica estacionado por tempo indeterminado nas comunidades, circunstâncias essas que elevam o índice de atropelamentos.
7. ACP nº 21337-52.2011.4.01.3700, 8ª. Vara Federal da Seção Judiciária do Maranhão. Proposta pelo Ministério Público Federal em face da Vale S.A. e IBAMA. Posteriormente a Defensoria Pública da União foi admitida como assistente litisconsorcial da parte autora. Insurge-se contra a insuficiência dos estudos apresentados pela Vale S.A. ao IBAMA no processo de licenciamento ambiental da duplicação da EFC, que omitiram os impactos ambientais e sociais causados às comunidades remanes-

centes de quilombos Santa Rosa dos Pretos e Monge Belo. Homologado acordo envolvendo Vale S.A, IBAMA, Fundação Cultural Palmares e INCRA.

8. ACP nº 26295-47.2012.4.01.3700, 8ª. Vara Federal da Seção Judiciária do Maranhão. Proposta pela SMDH, CIMI e Centro de Cultura Negra do Maranhão em face da Vale S.A. e IBAMA. Posteriormente a Defensoria Pública da União foi admitida como assistente litisconsorcial da parte autora. Aponta vícios no processo de licenciamento ambiental referente à duplicação da EFC, fato do qual decorrem diversos danos ambientais e às comunidades afetadas.
9. ACP nº 582-04.2018.8.10.0070, Vara única da Comarca de Arari. Proposta pelo Ministério Público Estadual em face da Vale S.A. e Município de Arari (posteriormente a empresa foi excluída da ação por decisão judicial). Requer proibição de estacionamento de trem na entrada do Povoado Boca do Mel (Arari/MA), construção de viaduto na mesma localidade, melhorias na estrada vicinal de acesso ao povoado, realização de reuniões com a comunidade para diagnosticar problemas de travessia.
10. ACP nº 227-12.2016.8.10.0022, 1ª. Vara Cível da Comarca de Açailândia. Proposta pelo Ministério Público Federal em face da Vale S.A.. Requer reparação dos danos materiais (rachaduras nas construções locais) sofridos pelas comunidades de Francisco Romão e Novo Oriente (Açailândia/MA) e condenação ao pagamento de danos morais coletivos e individuais, em razão desses mesmos fatos.
11. ACP nº 0011645-58.2013.4.01.3700, 8ª. Vara Federal da Seção Judiciária do Maranhão. Proposta pelo Ministério Público Federal em face da Vale S.A. e Eusung O&C Co. Ltda. Referente a naufrágio da Plataforma SEP ORION e demora na retirada do material submerso.
12. ACP nº 18415-72.2010.4.01.3700, 8ª. Vara Federal da Seção Judiciária do Maranhão. Proposta pelo Ministério Público Federal em face da Vale S.A. e União Federal. Objetiva o reconhecimento de responsabilidade cível-ambiental em razão do dano ambiental decorrente de intervenções negativas praticadas pela Vale S/A em áreas de preservação permanente adjacentes à via férrea. Julgado parcialmente procedente e remetido ao 2º grau.
13. ACP nº 61827-77.2015.4.01.3700, 8ª. Vara Federal da Seção Judiciária do Maranhão. Proposta pelo Ministério Público Federal em face da Vale S.A., FUNAI, IBAMA. Questiona a falta de consulta aos indígenas Awá Guajá em face da duplicação da ferrovia Carajás.
14. ACP nº 0044458-36.2016.4.01.3700, 5ª Vara Federal da Seção Judiciária do Maranhão. Proposta pelo Ministério Público Federal em face da Vale S.A e ANTT. Requer a implantação de um viaduto ou outra intervenção adequada à resolução do problema de mobilidade das comunidades Maracanã, Sítinho, Jacu e Alegria, no município de São Luís.
15. ACP nº 0800377-48.2018.8.10.0067, Vara Única da Comarca de Anajatuba. Proposta pelo Ministério Público Estadual em face da Vale S/A. Requer construção de travessia segura para a comunidade de Capotal, Anajatuba.

ANEXO 2 SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA MUNICÍPIO Corredor Carajás (MA)

Cidade	População 2010	IDH 2010	Pobreza ou extrema pobreza (%) 2010	Mortalidade Infantil óbitos/1.000 2017	Escolarização Fundamental Completo ou Ensino médio Incompleto (%) 2010
São Luís	1.014.837	0,768	22,2	17,36	20
Bacabeira	14.925	0,629	57,8	7,17	24
Santa Rita	32.366	0,609	52,8	17,09	20
Itapecuru Mirim	62.110	0,599	46,2	13,51	19
Miranda do Norte	24.427	0,610	40	5,60	18
Anajatuba	25.291	0,581	69,9	21,28	17
Arari	28.488	0,626	57,2	12,53	20
Igarapé do Meio	12.550	0,569	65,7	12,40	20
Santa Inês	77.282	0,674	35,5	11,8	26
Monção	31.738	0,546	62,3	14,78	20
Pindaré Mirim	31.152	0,633	46,5	13,3	21
Tufilândia	5.596	0,555	83,4	17,54	17
Cidelândia	13.681	0,600	56,1	18,96	17
Alto Alegre do Pindaré	31.057	0,558	56,2	12,53	16
Buriticupu	65.237	0,556	36,9	21,9	19
Bom Jardim	39.049	0,538	49	17,57	14
Bom Jesus das Selvas	28.459	0,558	51,5	20,37	20
Açailândia	104.047	0,672	31,2	13,67	22
Vitória do Mearim	31.217	0,596	65,8	12,7	21
São Francisco do Brejão	10.261	0,584	39,8	14,6	19
São Pedro da Água Branca	12.028	0,605	43,9	6,99	16
Vila Nova dos Martírios	11.258	0,581	28,3	23,26	21
Itinga do Maranhão	24.863	0,630	47,4	16,56	21

Fonte: Dados referentes a censo 2010 e PNAD: <https://cidades.ibge.gov.br/> Acesso em 18.07.2020

Fonte: Dados referente a naturalidade de pessoas resgatadas do trabalho escravo (2003 a 2018): Ministério da Economia - Secretaria de Trabalho Tratamento e análise: SmartLab. Disponível em: <https://smartlabbr.org/trabalhodecente/localidade/2111300?dimensao=aaabolir> Acesso em 18.07.2020

Estabelecimentos Ensino Fundamental 2018	Estabelecimentos Ensino médio 2018	População ocupada % 2018	Esgotamento Sanitário Adequado % 2010	Estabelecimentos de saúde SUS 2009	Pessoas resgatadas trabalho escravo 2003 a 2018
483	159	33,8	65,4	100	111
17	3	9,4	31,0	6	1
52	5	4,2	13,9	19	42
81	14	7,4	30,7	31	168
18	3	4,9	5,9	5	11
38	4	3,1	10,8	14	165
57	6	5,8	48,8	12	20
34	2	7,8	1,2	8	10
63	13	12,8	35,6	30	110
93	3	4,0	7,5	9	159
41	10	6,1	7,2	13	70
12	2	5,3	4,8	3	6
21	2	7,3	0,8	14	11
54	9	3,3	9,1	17	10
76	8	4,7	6,4	23	30
93	6	4,1	4,1	15	88
50	3	4,4	22,0	8	10
72	20	14,7	13,0	35	153
53	7	5,0	18,1	6	72
12	2	4,1	8,6	7	10
8	2	4,8	4,2	3	11
6	2	6,8	1,0	4	7
40	4	10,2	8,0	6	23

Fonte: Dados referentes a pobreza ou extrema pobreza (2018): (MDS - Matriz de Informação Social, 2018). Tratamento e análise SmartLab. Disponível em: <https://smartlabbr.org/trabalhodecente/localidade/2106755?dimensao=socioeconomico> Acesso em 18.07.2020
No Brasil a média de mortalidade infantil é de 12,35 para 1000 nascidos vivos. Na região do Corredor Carajás (MA) 19 municípios têm índices de mortalidade acima dessa média.



Megaprojetos e mulheres: O caso de Belo Monte

POR FLÁVIA DO AMARAL VIEIRA¹

Megaprojeto: Usina Hidrelétrica de Belo Monte

A Usina Hidrelétrica de Belo Monte é um megaprojeto instalado no rio Xingu, na região de Altamira, Estado do Pará, que teve sua construção iniciada em 2011 e sua operação, em 2016. A usina é controlada pelo Consórcio Norte Energia-NESA, uma sociedade anônima, de capital fechado responsável pela sua construção e operação². O Grupo Eletrobrás é o sócio majoritário do Consórcio, juntamente com outras empresas proprietárias de cotas menores como a Vale, Light, Entidades de Previdência Complementar, entre outras³. Apesar dessas empresas serem todas de capital nacional, alguma delas, como a Vale, possuem também acionistas estrangeiros.

Historicamente, a construção da usina é relacionada a diversas polêmicas. Principal obra do Plano de Aceleração de Crescimento (PAC), do governo do Partido dos Trabalhadores (PT- de 2003 a 2016), Belo Monte foi construída com recursos públicos do BNDES, custando cerca de 28 bilhões de reais, e teve o processo de licenciamento questionado por diversas ações judiciais, que denunciaram irregularidades e violações de direitos humanos de amplo espectro, além de também ter sido objeto de denúncias internacionais tanto para Comissão Interamericana de Direitos Humanos (CIDH), quanto para a Organização das Nações Unidas (ONU). Posteriormente, a obra também foi investigada por

01. Doutorado em Direito, área de concentração Direitos Humanos, pelo Programa de Pós-graduação em Direito da Universidade Federal do Pará, com período de doutorado-sanduiche na Birkbeck, University of London, via PDSE-CAPES (2019/2020). Realizou missão de estudos na Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, via PROCAD-CAPES, durante todo o ano de 2018. Possui mestrado em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC (2015), área Direito e Relações Internacionais, e graduação em Direito pela Universidade Federal do Pará (2012).
02. A Norte Energia foi a vencedora do leilão para a construção da obra, porém, para a execução dessa operação, contrataram diversas empresas, reunidas no CCBM – Consórcio Construtor de Belo Monte, integrado pela Andrade Gutierrez, Camargo Corrêa, Odebrecht, OAS, Queiroz Galvão, entre outras empresas.
03. Ver mais em: <https://www.norteenergiasa.com.br/pt-br/ri/composicao-acionaria> Acesso em 15/10/2020.

operações federais de combate à corrupção, que identificaram desvio de dinheiro público e crimes de responsabilidade, ainda em andamento.

Na mesma área onde Belo Monte foi construída, outro grande projeto pretende se instalar. A mineradora canadense de ouro a céu aberto, Belo Sun Mining Co., mantém, desde 2012, um escritório na Vila da Ressaca, localidade da região, onde vem realizando transações e acordos de compra de terra que têm sido questionados na Justiça⁴. Controlada pelo grupo Forbes & Manhattan, um banco mercantil de capital privado que desenvolve outros projetos de mineração pelo mundo; a empresa transnacional teve sua Licença de Instalação suspensa pela Justiça Federal em 2017, em razão da ausência de estudos do componente indígena no Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e do processo de Consulta Livre Prévia e Informada aos povos indígenas e ribeirinhos atingidos. A empresa aguarda resposta da Fundação Nacional do Índio (Funai) e da Secretaria Estadual de Meio Ambiente (Semas) do Pará para prosseguir com o processo de licenciamento⁵.

Território: Rio Xingu, Pará, Amazônia

Dentro do ecossistema amazônico, o rio Xingu corta território historicamente marcado pela presença de povos indígenas e povos tradicionais, e mais recentemente, a partir dos anos 1970, por movimentos migratórios vindos da região Nordeste do Brasil, de pessoas atraídas pela construção de estradas, expansão da agropecuária, extração mineral e projetos governamentais de assentamento rurais. Altamira é a principal cidade da região.

Dentre os povos que vivem nessa região, necessário destacar os ribeirinhos⁶, beiradeiros que constituíram suas vidas ao longo do rio Xingu, em contatos interétnicos com povos indígenas. Do período colonial até hoje, ambos foram historicamente subordinados aos proprietários de terras em uma estrutura agrária exploradora primeiramente baseada na exploração das drogas do sertão, denominação pela qual se identificavam especiarias como o cacau,

04. Para saber mais, ver estudo da Fundação Rosa Luxemburgo e Repórter Brasil, "As veias abertas da Volta Grande do Xingu", feito por Marcel Gomes em outubro 2017, disponível em: https://reporter-brasil.org.br/wp-content/uploads/2017/11/as_veias_abertas_da_volta_grande_do_xingu-1.pdf Acesso em 15/10/2020.

05. Ver mais em: <http://www.mpf.mp.br/pa/sala-de-imprensa/noticias-pa/trf1-suspende-licenca-de-instalacao-da-mineradora-canadense-belo-sun-no-xingu>. Acesso em 15/10/2020.

06. O governo brasileiro reconhece os povos ribeirinhos como comunidades tradicionais com características similares à dos povos indígenas no Decreto n. 6.040, de 07 de fevereiro de 2007.

guaraná e urucum; depois na extração da borracha/látex; tendo atualmente a pesca e o extrativismo como suas principais atividades comerciais.

Sob o slogan da ditadura militar "terra sem homens, para homens sem terras", a construção da rodovia Transamazônica, entre os anos 1969 e 1974, é um marco nas transformações da região de Altamira, sejam elas ambientais, econômicas ou sociais. A partir da sua construção, com a mudança drástica na demografia dessa região, se constituíram as bases do que viriam a se transformar nos primeiros movimentos sociais de Altamira e outros municípios vizinhos, a partir da constituição dos CEBS – Conselhos Eclesiais de Base (MORGADO, 2013, págs. 49-51), através da Igreja Católica e da Prelazia do Xingu, sob liderança do Bispo Dom Erwin Krautler, notório defensor de direitos humanos na Amazônia.

Sem o acompanhamento de políticas públicas de suporte, a abertura da Transamazônica foi feita às custas de muitos corpos e vidas, devido a profusão de doenças como a malária, e outras que não tinham tratamento, além de conflitos fundiários e acidentes nas estradas. Antônia Melo, liderança histórica dos movimentos sociais da região, relata também que "a abertura da estrada culminou em um genocídio, um etnocídio contra povos indígenas, [...] a partir de uma ocupação colonialista, que tinha por trás o projeto do latifúndio"⁷. Nesse sentido, a estrada, que até hoje, em grande parte, não é pavimentada, inaugurou um novo momento para a Amazônia: "a era dos megaprojetos de infraestrutura".

Em 1989, o governo José Sarney apresenta o projeto da hidrelétrica no rio Xingu, nessa época denominado Kararaô. Com o andamento dos estudos para a construção do projeto hidrelétrico, lideranças Kayapó decidiram pedir explicações oficiais, formulando um convite às autoridades brasileiras para participar de um encontro a ser realizado em Altamira, o I Encontro dos Povos Indígenas do Xingu.

Realizado em fevereiro de 1989, pouco mais de dois meses após o assassinato do líder seringueiro Chico Mendes, o encontro de Altamira adquiriu notoriedade inesperada, atraindo não apenas o movimento social e ambientalista, como a mídia nacional e internacional. O evento contou com uma manifestação pública emblemática, que foi o encontro do engenheiro da Eletro-norte Muniz Lopes com vários indígenas. Uma cena acabou adquirindo grande destaque, quando a indígena Tuíra se aproximou do representante da empresa com o seu terçado (tipo de facão com lâmina bem larga, muito usado na mata e na roça), questionando-o em língua Kaiapó. A foto desde momento histórico repercutiu na imprensa, e após essas intervenções, o Banco Mundial suspendeu um empréstimo de R\$250 milhões para a Eletrobrás.

07. Entrevista concedida ao Instituto PACS em fevereiro de 2020.



Figura 1: Tuíra, índia Kayapó, protestando contra a construção de barragens no rio Xingu, em 1989.

A revolta dos indígenas com o projeto de construção de barragens no Xingu levantou uma série de discussões e mobilizações sobre desenvolvimento e Amazônia, resultando na incorporação ou consolidação do discurso ambiental, da defesa do rio Xingu e luta contra as barragens.

Entretanto, cerca de dez anos depois, em 2000, retomando os primeiros estudos de viabilidade da década de 1980, é celebrado Acordo de Cooperação Técnica para os Estudos de Complementação da Viabilidade do aproveitamento hidrelétrico, no Rio Xingu. O projeto da barragem é modificado e renomeado como Belo Monte. Em setembro de 2001, pela primeira vez, um empreendimento elétrico foi declarado de interesse estratégico para o país, por Resolução do Conselho Nacional de Política Energética nº 02/2001.

Em 2002, Luís Inácio Lula da Silva (PT) vence as eleições e se torna Presidente da República (2002-2010). Alinhando-se politicamente ao então senador José Sarney (do antigo PMDB-AP, hoje MDB), dentre os acordos realizados, inicia-se o processo de viabilização de Belo Monte, que, no entanto, só seria concretizado no mandato da Presidenta Dilma Roussef (2011-2016), do mesmo partido de seu antecessor.

A empresa ergueu uma maquete da hidrelétrica no calçadão da Avenida Beira Rio, em Altamira, e instalou numa rua comercial a sede do chamado “Consórcio Belo Monte”, formado por prefeitos dos municípios da zona de influência da obra, que receberiam prometidos royalties. Assim, passaram a construir o arcabouço ideológico e institucional, articulado com o poder local, a favor de Belo Monte. Nessa época, quem ousasse discordar ou se opor ao projeto, era tratado como inimigo, pois era “contra o desenvolvimento” (MELO, 2005, págs. 55-58).

É importante destacar que dos anos 1970 aos 2000, o vale do Xingu e muitas terras de sua bacia fluvial, foram cada vez mais ocupados graças aos movimentos migratórios, um crescimento demográfico que se relaciona à vários conflitos no campo, desde à grilagem de terras e o desmatamento, à identificação de casos de trabalho degradante e análogo a escravidão, de criminalização dos movimentos sociais, ameaças e mortes de defensores do meio ambiente e de direitos humanos, além da presença de milícias de segurança privada e pistoleiros⁸.

A instalação da Usina de Belo Monte

O projeto foi controverso pela sua magnitude e pela produção de alterações do comportamento hidrológico do rio de grande impacto, ao ter sido instalado numa região conhecida como Volta Grande do Rio Xingu. Ao desviar o curso da água para o reservatório da usina, criou-se uma área de vazão reduzida, que secou o rio, afetando sobremaneira os modos de vida dos habitantes da região, desde o abastecimento da água necessária para o ecossistema e para a sobrevivência humana, até no impacto na mortandade dos peixes, base alimentícia da população.

Especificamente na região da Volta Grande, compreende-se duas terras indígenas: Paquijamba (etnia Juruna) e Arara da Volta Grande do Xingu (etnia Arara). Os Juruna residem à margem esquerda e os Arara da Volta Grande residem à margem direita do rio, vivendo da pesca e do extrativismo a partir dos recursos da mata e dos rios Xingu e Bacajá, que lhes garantiam a sobrevivência econômica, social, física e cultural.

Quando da instalação da usina de Belo Monte, as terras indígenas que seriam impactadas não possuíam a mesma situação jurídica, estando algumas demarcadas e outras ainda aguardando os procedimentos legais. Assim, o processo de ordenação territorial era conflituoso, estando a integridade física-cultural e ambiental das sociedades indígenas constantemente ameaçada pela expansão das fronteiras do garimpo, da agropecuária, da mineração, da

o8. Entre eles, podemos destacar os casos do ambientalista José Cláudio Ribeiro da Silva e de sua esposa, Maria do Espírito Santo da Silva, executados em 2011 em Nova Ipixuna-PA, e a morte da missionária Dorothy Stang, assassinada em 2005, em Anapu-PA. A Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC) tem um livro dedicado ao tema dos conflitos dos povos do Xingu com fazendeiros, disponível em: <https://deolhonosruralistas.com.br/2017/08/18/livro-mostra-grilagem-em-belo-monte-e-conflito-dos-povos-do-xingu-com-fazendeiros/> Acesso em 15/10/2020.

pavimentação de estradas, entre outros. Assim, diante da terceira maior hidrelétrica do mundo, os povos da região, distantes dos centros de poder e excluídos dos processos de tomada de decisões, estavam e continuam estando em situação de evidente vulnerabilidade ante aos impactos da obra.

Entre os principais impactos, é possível citar: a perda da biodiversidade do rio, e consequentemente do entorno, o aumento da pressão fundiária e desmatamento; meios de navegação e transporte afetados; recursos hídricos afetados; atividades econômicas como pesca, caça e coleta afetadas; estímulo à migração indígena (da terra indígena para núcleos urbanos); aumento da vulnerabilidade da organização social; aumento das doenças infectocontagiosas e zoonoses; risco de deslocamento compulsório, e as mudanças climáticas.

Sobre os impactos de Belo Monte

A construção de Belo Monte, embora tenha impacto sobre onze municípios, afetou de sobremaneira o município de Altamira. Destaca-se o fato de a população da cidade ter aumentado de 99 mil para 145 mil habitantes em dois anos (2010/2011), inclusive com maior presença de indígenas, mesmo as aldeias sendo distantes, que se multiplicaram pelas ruas da cidade, em situação de pobreza; e que vinte mil pessoas perderam suas casas na parte mais baixa da cidade e em centenas de lotes na área rural e nas margens do rio Xingu. A remoção compulsória na área de influência do empreendimento teve impacto direto nas relações sociais dos atingidos, ao causar um processo de desestruturação de laços que afetou a territorialidade e o modo de vida dessas populações.

No ano de 2014, a população estava sendo removida sem nenhuma assistência jurídica. A situação se modificou apenas em janeiro de 2015, quando seis defensores públicos da União chegaram em Altamira. Posteriormente, a DPU instalou um escritório no município, que operou até 2016 com exclusividade para os atingidos por Belo Monte⁹.

Dona Antônia Melo, do Movimento Xingu Vivo - MVXVS, foi uma das que tiveram a casa invadida pela Hidrelétrica Belo Monte. Antônia e sua casa eram e são referências territoriais para pescadores, moradores, mulheres e

09. Ver mais em: ISA, Defensoria Pública da União chega finalmente a Altamira, 3 anos após início das obras de Belo Monte. 19 de janeiro de 2015. Disponível em: <http://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/defensoria-publica-da-uniao-chega-finalmente-a-altamira-tres-anos-depois-do-inicio-das-obras-de-belo-monte>. Acesso em: [data de acesso]. Acesso em 15/10/2020.

jovens que se entendiam parte dali e as tinham como parte de suas identidades: *"Estão me arrancando daqui, tentando apagar a memória, a vida. Belo Monte é isso, é arrancar todas as formas de vida, até que mesmo a memória seja apagada para sempre, até que não exista nenhuma raiz"*, em suas palavras¹⁰.

O adoecimento humano, causado pelos traumas das perdas, das transformações, pelo empobrecimento, é outra questão muito presente nos depoimentos dos atingidos. Em 2017, uma equipe de psicólogos e psiquiatras realizou um projeto de Clínica do Cuidado, com financiamento coletivo, entre a população ribeirinha. A condição de extrema vulnerabilidade psicossocial foi destacada na intervenção orientada para a escuta e tratamento do sofrimento psíquico¹¹.

Além disso, um histórico de falhas estruturais na usina também cria insegurança entre os moradores da região. Em janeiro de 2016, a Norte Energia realizou procedimentos nas comportas da usina e não informou aos moradores da Volta Grande, que foram surpreendidos por uma enchente repentina¹². Rebojos do rio, causados por esse movimento de comportas, já causaram mais de uma vítima fatal¹³. Em fevereiro de 2019, circularam vídeos na internet alertando para um rompimento da estrutura da barragem Pimental, a maior de Belo Monte. A NESÁ alegou que não se tratava de vazamento, mas sim de um escoamento programado. No entanto, em outubro do mesmo ano, a empresa reconheceu problemas estruturais no empreendimento. Possíveis falhas estruturais da usina ainda podem repercutir em duas outras dimensões de riscos: a social, com a redução da navegabilidade, e a ambiental, na qualidade da água.

Para garantir a continuidade das obras e reprimir protestos, o governo federal autorizou em março de 2013 o envio de reforços da Força Nacional de Segurança Pública para Belo Monte por 90 dias, "prorrogáveis pelo tempo que for necessário". Até 2020, a Força Nacional permanece em Altamira¹⁴. Na prática, sua missão é fazer controle social, garantindo a operação da hidrelétrica, o ir e vir dos operários e a segurança das instalações.

10. Ver mais em: <http://pacs.org.br/noticia/dos-impactos-a-defesa-mulheres-corpo-territorio-e-direitos-humanos/> Acesso em 16/10/2020. > Acesso em 15/10/2020.

11. Ver mais em: [https://www.latesfip.com.br/copia-capitulo-1-a-psicanalise-nos->](https://www.latesfip.com.br/copia-capitulo-1-a-psicanalise-nos-) Acesso em 15/10/2020.

12. Ver mais em: ISA, Mulheres indígenas bloqueiam entrada de canteiro de obras em Belo Monte, 19 de fevereiro de 2016, Disponível em: <<https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/mulheres-indigenas-bloqueiam-entrada-de-canteiro-de-obras-em-belo-monte>> Acesso em 15/10/2020.

13. Ver mais em: XINGU VIVO, Xingó e Xingu: duas usinas, duas mortes, várias mentiras e uma luta por justiça. 21 de setembro de 2016. Disponível em: <http://www.xinguvivo.org.br/2016/09/21/xingo-e-xingu-duas-usinas-duas-mortes-varias-mentiras-e-uma-luta-por-justica>> Acesso em 15/10/2020.

14. Ver mais em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/justica/noticia/2019-03/moro-prorroga-presenca-da-forca-nacional-na-regiao-de-belo-monte>> Acesso em 15/10/2020.

Em 2017, Altamira foi considerada a cidade mais violenta do Brasil, de acordo com o Mapa da Violência do IPEA que mapeia o número de homicídios nos municípios brasileiros. Em 2019, a cidade ocupou o segundo lugar. Para o IPEA, o crescimento das mortes é influenciado, principalmente, pela guerra do narcotráfico, a rota do fluxo das drogas e o mercado ilícito de madeira e mogno nas zonas rurais¹⁵. A situação de Altamira é emblemática, por demonstrar os impactos do crescimento desordenado provocado por uma grande obra, quando as transformações urbanas e sociais acontecem sem as devidas políticas públicas, não apenas em relação à segurança, mas também ao ordenamento urbano e à prevenção social¹⁶. Também deve ser citado que em 2019, Altamira foi palco do segundo maior massacre carcerário da história do Brasil¹⁷.

Mulheres: impactos diferenciados e estrutura patriarcal

Nesse contexto de violações, é importante destacar que mulheres são afetadas de maneira diferenciada por impactos sociais e ambientais decorrentes das indústrias extrativas, como é o caso da instalação de Belo Monte no Rio Xingu. Esses impactos prejudiciais são múltiplos, desde o acirramento da violência doméstica, a subalternização das mulheres na definição das políticas de reassentamento urbano/rural da população atingida, a desigual inclusão destas no mercado de trabalho, o aumento da exploração sexual, a precarização da convivência familiar e a exclusão produtiva de adolescentes e mulheres (FGV CES, 2017, pág. 173).

Estes impactos vêm desde à origem, uma vez que, em geral, não se considera adequadamente os direitos de grupos vulneráveis, principalmente de crianças, adolescentes e mulheres nos processos de tomada de decisão destes empreendimentos. No planejamento, licenciamento ambiental e instalação, e tampouco é garantida a plena participação ao longo dessas etapas. Daí se depreende que, não raro, são ausentes as medidas que possam proteger as mulheres dos riscos e impactos, decorrentes de um projeto como esse, sobre o território.

14. Ver mais em: https://www.ipea.gov.br/portal/index.php?option=com_content&view=article&id=34944 Acesso em 15/10/2020.

15. Ver mais em <https://projetcocolabora.com.br/ods11/belo-monte-provoca-explosao-de-violencia-no-para/> Acesso em 15/10/2020.

16. Ver mais em: <http://www.global.org.br/blog/altamira-maior-massacre-desde-o-carandiru-expoe-barbarie-estrutural-do-sistema-prisional-brasileiro/> Acesso em 15/10/2020.

Nesse sentido, identificam-se três dimensões de vulnerabilidades que afetam mulheres durante a implementação de empreendimentos:

1. Vulnerabilidades do território, que são as condições preexistentes ao empreendimento que envolvem as dinâmicas de convivência social e de materialização das políticas públicas, assim como os processos anteriores ou concomitantes de implantação de múltiplos empreendimentos que acabam gerando impactos associados ou acumulados;
2. Vulnerabilidades advindas da dinâmica do empreendimento, que são as características de sua implantação/operação que promovem ou acirram os riscos às crianças, aos adolescentes e às mulheres;
3. Vulnerabilidades dos grupos: são os fatores de risco que incidem sobre crianças/adolescentes e mulheres devido à constituição histórica (e atual) do adultocentrismo e do patriarcalismo, de maneira interdependente (ou interseccional) às outras categorias sociais (classe, raça, etnia, orientação sexual, regionalidade, religião etc.) e opressões (racismo, etnocentrismo, homofobia, pobreza etc.), e transversalizado nos outros dois aspectos anteriores (FGV CES, 2017, pág. 179-180).

A perspectiva do “corpo-território-terra” amplia ainda mais o olhar sobre impactos desse modelo de desenvolvimento, ao conceber que um impacto sofrido no território, é também sentido no corpo, ou seja, é físico e emocional. Nesse sentido, o que se vive fica marcado nos corpos e sentir isso pode trazer a potência do corpo-sentido, da dor transformada em re-existência¹⁸. Isso é muito presente no relato das mulheres atingidas, como Ana Laide:

No meu estômago, ele é o primeiro a sofrer o impacto. Eu sinto dor como se fosse uma gastrite. Já me disseram que é uma gastrite nervosa, mas não é. É a reação que ele tem diante de toda essa maldade que existe no mundo, um mundo doente. Sinto também nos pulmões com as crises de asma. São essas as partes do corpo que mais se afetam diante do sofrimento¹⁹.

18. Ver mais em: <http://pacs.org.br/2020/02/21/corpo-territorio-e-terra-a-invisibilidade-dos-impactos-dos-megaprojetos-na-vida-das-mulheres/>. Acesso em: 15/10/2020.

19. Entrevista ao Instituto PACS, disponível em: <http://pacs.org.br/2020/07/06/mulheresterritoriosde-luta-potencias-ancestrais-as-margens-do-xingu/> Acesso em 15/10/2020.

As trajetórias de vida, que as levaram a estabelecer um vínculo com os lugares, nas suas dimensões práticas e simbólicas, podem ser marcadas por dores, sofrimento e choque social, mas são realidades estas que não as paralisaram, ao contrário, as colocaram em movimentos (PAIVA, 2010, pág. 157). Como as mulheres estão sub-representadas na comunidade, seus pontos de vista e interesses geralmente não são considerados.

Porém, na região do Xingu, as coisas são ligeiramente diferentes, em virtude de um histórico de lutas nas qual mulheres atuaram como lideranças, através das décadas, desde a formação de redes de apoio quando da chegada dos migrantes atraídos pela Transamazônica, visando condições justas e dignas que permitissem a fixação naquela região. O caso “dos meninos emasculados”²⁰, em que crianças foram assassinadas de 1989 a 1993, foi uma tragédia que uniu muitas mães e famílias em busca de justiça. Esse movimento também foi essencial para avanços em termos de direitos das crianças e dos adolescentes e no combate a violência sexual na região.

Um ponto que é ressaltado na implementação de um projeto na Amazônia é a questão da diversidade local de representações sociais das mulheres, reconhecendo diferenciações entre campo e cidade, condições de pobreza e população migrante. Estas e outras particularidades territoriais precisam ser contempladas quando falamos dos impactos diferenciados, como através do reconhecimento de diferenças entre mulheres “índias e não-índias”, e de que os costumes indígenas variam entre cada povo. Ou seja, o fato de ser indígena não fará com que todas as mulheres indígenas vivenciem de forma igual uma mesma experiência, que pode variar de acordo com os costumes de seu grupo. É importante ressaltar a presença de inúmeras guerreiras indígenas nas mobilizações contra Belo Monte, bloqueando estradas, participando dos eventos públicos, e reivindicando direitos a partir de associações e movimentos.

Em pesquisa sobre os movimentos de mulheres em Altamira, Angela Paiva aponta que marcadores étnico-raciais eram trazidos à tona pelas suas próprias interlocutoras, que demonstravam outra dimensão das relações de poder e permitiam apreender algumas diferenças dentro do grupo, como tensões e divergências sobre a cor de quem representava o movimento ou ocupava espaços

20. Sobre o caso dos meninos emasculados, verificar o trabalho de referência de Paula Lacerda (UERJ), o livro *Meninos de Altamira: violência, luta política e administração pública*. 1. ed. Rio de Janeiro: Garamond, 2015.; ou o artigo LACERDA, Paula. Mobilização social, política e administração pública no “caso dos meninos emasculados de Altamira”. *Amazônica - Revista de Antropologia*, [S.l.], v. 3, n. 2, p. 300-323, mar. 2012. ISSN 2176-0675. Disponível em: <<https://periodicos.ufpa.br/index.php/amazonica/article/view/770>>. Acesso em: 05 ago. 2020

de coordenação. Quando questionadas por Paiva sobre sua identidade étnico-racial, a maior parte das mulheres se declarou como negra (2010, pág. 72).

Mulheres que **defendem seus direitos e suas terras** geralmente enfrentam ameaças e violências de empresas, autoridades, forças militares e policiais ou serviços de segurança privados, além da **criminalização de suas ações**, intimidação e discriminação em suas comunidades. Antonia Melo, que recebeu várias ameaças em sua trajetória, destaca outra questão, o empobrecimento: “As mulheres ficaram mais empobrecidas, pois hoje, deslocadas e distantes do centro, nos bairros para onde foram reassentadas, perderam seus ganhos extras, os bicos que faziam para ajudar nas despesas e na economia da família, uma vez que todos os moradores da região estão na mesma situação de vulnerabilidade econômica²¹” ela conta.

Durante a fase dos deslocamentos, a prioridade para o **reassentamento de famílias** com crianças e adolescentes e/ou monoparentais chefiadas por mulheres, a manutenção de laços de sociabilidade do lugar de origem, e em atendimento psicossocial, não foram consideradas. Assim, nesses megaempreendimentos, as mulheres acabando arcando com muitos ônus, que incluem a perda da casa e dos laços comunitários, além do inchaço das estruturas públicas da cidade, tais como escolas, creches, hospitais.

Mulheres são mais diretamente afetadas com a desagregação da comunidade, pois geralmente fazem uso da rede de apoio de vizinhos e familiares, seja no trato com as crianças e os idosos, na garantia da alimentação, entre outros fatores. Ademais, desde a concepção de crianças e adolescentes, foi identificado medo e a preocupação com as transformações advindas com o deslocamento forçado para uma área urbana, quando antes viviam em comunidades com modos de vida tradicionais e afastadas das cidades. Estes impactos psicológicos interferem no imaginário sobre as condições dignas para o exercício da infância e da adolescência (OLIVEIRA, 2020), e também repercutem na vida das mulheres.

A questão do analfabetismo também é outro problema grave de muitas mulheres atingidas (MAB, 2013), colocando-as em situação de maior desproteção e sob risco de serem ludibriadas na negociação de seus direitos. Em geral, o conceito de atingido adotado pelas empresas é o territorial -patrimonialista, ou seja, quem não for proprietário da terra não será considerado atingido. Como as mulheres ainda são minoria entre os titulares de propriedades,

21. Entrevista concedida ao Instituto PACS em fevereiro de 2020.

podem **não ser reconhecidas como atingidas**, permanecendo na dependência de maridos ou familiares.

As **ameaças de rompimento** da barragem são outro fator que gera especial impacto às mulheres. Na ilha da Ressaca, mulheres ribeirinhas relatam receios no que se refere à proteção comunitária, o que se desdobra na execução de suas atividades rotineiras, incluindo aquelas que dizem respeito aos afazeres autônomos dos filhos e na qualidade do repouso noturno (VALENCIO, 2018, pág. 190). O MAB também tem alertado sobre o aumento dos casos de depressão entre as atingidas.

Para resistir a essa série de violações, as mulheres que integram o movimento têm trabalhado com uma técnica de bordado conhecida como "Arpillera", que incorpora elementos tridimensionais e retalhos de tecido, popularizada durante o período da ditadura militar chilena. Através dos bordados, elas registram suas memórias, expressam suas dores, podem fazer denúncias das situações que viveram, elaborando seus traumas em um objeto de arte e resistência²².

O vínculo da mulher com a água, que se dá pelas práticas e representação construída naquela dinâmica sociocultural, onde os afazeres domésticos e o cuidado com a família e com os filhos geralmente são de sua responsabilidade, é apontado como um dos grandes impactos para as atingidas. Esta dificuldade também se reflete nas condições de saúde e de educação, comumente entendidas como um dos principais instrumentos de superação de uma condição social de pobreza e de desigualdades de gênero (PAIVA, 2010, pág. 161).

A ausência de energia e água, condição precária a que muitas famílias atingidas são submetidas, torna o trabalho das mulheres muito mais árduo, pois elas acabam gastando mais energia humana nas tarefas domésticas (MAB, 2013). Nas áreas rurais, a perda de terras para a agricultura e do acesso à água causados por reassentamentos involuntários ou danos ambientais, também prejudicam sua capacidade de fornecer alimentos, água limpa, e gerar renda para suas famílias.

O trabalho reprodutivo e relacionado com a dinâmica doméstica não pode ser invisibilizado e desvalorizado, afinal, garantem a vida e as dinâmicas sociais presentes no contexto em que se dão. Além desse trabalho, muitas das mulheres também se associam aos espaços de participação política, de atuação profissional, de realizações pessoais como a educação para si e para os

22. Para saber mais sobre as arpilleras do MAB, ver: <https://mab.org.br/2018/12/20/mab-exp-e-arpilleras-das-atingidas-por-belo-monte/#> Acesso em 15/10/2020.

filhos e familiares; assim, exercem seu poder de agência neste contexto, delineando outras perspectivas que não aquelas vivenciadas quando chegaram para ocupação da Transamazônica (PAIVA, 2010, págs. 161-162).

Maria de Fátima Silva, moradora da comunidade do Bambu, no município de Senador José Porfírio, conta que o projeto Belo Monte afetou os animais e a natureza do entorno do empreendimento: "*Antigamente, a gente tinha um Xingu vivo. Hoje, ele está morto. Os peixes não têm comida e muitos deles não sobrevivem. A gente sai pra pescar e vê a quantidade de peixes mortos, tudo destruído por essa empresa*"²³. Com a diminuição da quantidade e qualidade dos recursos pesqueiros, os pescadores e as pescadoras não têm mais como produzir e re-produzir suas vidas. Além disso, mudanças nas águas do rio, que hoje está turvo, em virtude das alterações oriundas da construção da usina, também alteram a paisagem e afetam as condições do uso da água pelas atingidas.

Em novembro de 2019, o Instituto PACS realizou a Oficina Secas e Mulheres Rios na Vila Canari, com mais de 40 mulheres atingidas por Belo Monte. Todas falavam da falta de condições de manter suas famílias, da ruptura de seus modos de subsistência e da impossibilidade de sorrir banhando no rio, sentindo o ar fresco que quase não circula mais²⁴.

Por fim, outra questão que tem sido recorrentemente identificada na construção de barragens diz respeito ao incentivo à prostituição e tráfico de mulheres, problemas que acontecem com conivência das empresas e envolvem, em geral, pessoas de poder econômico e político nas regiões. Antônia Melo aponta:

*"Com Belo Monte o grande impacto sobre as mulheres foi a volta da violência doméstica, muitas mulheres foram assassinadas, inclusive aquelas que trabalhavam nesse empreendimento vindas de outros estados. Tivemos notícias que foram assassinadas dentro do trabalho. Muitas mulheres sofreram violência sexual. Não podiam sair na rua, com a rua cheia de peão, de trabalhadores da obra. As mulheres ficavam expostas aos assédios e violência sexual."*²⁵

De acordo com o Movimento de Atingidos por Barragens, foi verificado um aumento de 18,5% no número de crimes sexuais nos 11 municípios

23. Ver em: <http://pacs.org.br/2020/02/21/corpo-territorio-e-terra-a-invisibilidade-dos-impactos-dos-megaprojetos-na-vida-das-mulheres/> Acesso em 15/10/2020.

24. Ver mais em: <http://pacs.org.br/2020/07/06/territorios-sentidos-o-encontro-com-o-rio-xingu-e-com-um-projeto-de-mortes/> Acesso em 15/10/2020.

25. Entrevista concedida ao Instituto PACS em fevereiro de 2020.

próximos ao empreendimento, sendo que em Altamira, o aumento foi de 75%²⁶. A intensificação da presença de caminhoneiros e trabalhadores da construção civil gerou uma **mudança radical na lógica de ocupação do território**.

Com o **aumento do assédio sexual**, integrantes do Levante Popular da Juventude lançaram em Altamira a campanha “Assédio é crime - Denuncie”, uma mobilização que alerta para as situações enfrentadas pelas mulheres na cidade, que apontam também o **aumento do medo** após o início das obras da usina, de abordagens e propostas de cunho sexual (TERRA DE DIREITOS, 2016). Uma pesquisa da FGV, sobre os Indicadores Sociais de Belo Monte, apontou o crescimento dos índices de gravidez na adolescência durante a construção do empreendimento, indicando o panorama da juventude e a vulnerabilidade das mulheres na região (2016).

Em 2013, a Polícia Civil de Altamira, no Pará, encontrou 15 mulheres em regime de escravidão e cárcere privado em um prostíbulo localizado em área limítrofe de um dos canteiros de obras da hidrelétrica de Belo Monte²⁷. O episódio expôs o **problema do tráfico interno de mulheres e meninas** para a localidade; as lacunas na rede de atenção integral, e inclusive problemas da atuação da polícia que causaram danos colaterais às mulheres²⁸.

Essa situação ensejou pesquisa da Universidade Federal do Pará que estabeleceu a existência de uma **rede de exploração sexual** na região, na qual aliciadores exploravam mulheres, adolescentes, travestis e indígenas por serviços sexuais, mapeando 46 locais em que ocorria ou havia suspeita de exploração sexual no entorno da obra de Belo Monte²⁹. As mulheres eram submetidas à estratégia do endividamento, onde se associa a dívida financeira com a restrição/proibição a liberdade de locomoção e com formas de violências físicas, psicológicas e sexuais, manejadas para o controle das vítimas. A especificidade da aplicação no contexto da exploração sexual é que, nessa modalidade, não se trata propriamente da atividade econômica principal, mas de uma atividade subsidiária que serve para manutenção do modelo de desenvolvimento que organiza a dinâmica produtiva central (OLIVEIRA, 2020, Pág. 57).

27. Ver mais em: <https://reporterbrasil.org.br/2013/02/adolescente-e-resgatada-de-prostibulo-em-belo-monte/> Acesso em 16/10/2020.

28. Ver relatório de monitoramento da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher <https://www.tjsp.jus.br/Download/Pdf/Comesp/Convencoes/CedawRelatorioAlternativo.pdf>. Acesso em 15/10/2020.

29. O relatório mais atualizado da pesquisa pode ser encontrado em: Diagnóstico Rápido Participativo: Enfrentamento da Violência Sexual Contra Crianças e Adolescentes no Município de Altamira/PA, Coordenador Assis da Costa Oliveira.-Altamira: UFPA, 2016. Disponível em: <http://pair.ledes.net/gestor/titan.php?target=openFile&fileId=1254>. Acesso em 15/10/2020.

A pandemia do novo coronavírus e Belo Monte

Somando-se aos impactos já sofridos pela instalação da UHE Belo Monte, em 2020, os atingidos passam a enfrentar também a pandemia do novo coronavírus. Em Altamira, dados da SESP, do dia 06 de agosto de 2020, apontavam 3298 casos confirmados e 94 mortes³⁰. A situação é grave com relação também aos povos indígenas, uma vez que, até julho de 2020, dois indígenas haviam falecido vítimas da covid-19, incluindo o cacique da etnia Arara José Carlos Ferreira Arara³¹.

O acompanhamento da evolução da pandemia entre as populações indígenas representa um grande desafio. Embora os números oficiais informem sobre a dinâmica de notificação, eles não refletem necessariamente a extensão da pandemia. Da mesma forma, a falta de desagregação dos dados dificulta o reconhecimento das regiões e dos povos mais afetados, além da ausência de dados sobre indígenas que vivem fora de Terras Indígenas homologadas, o que inclui tanto cidadãos, como populações que aguardam a finalização do longo processo de demarcação de suas terras³². As restrições para circulação também criam grandes dificuldades para as comunidades ribeirinhas e pesqueiras comprarem alimentos na cidade, venderem sua produção e auferirem renda, num contexto de grande vulnerabilidade econômica.

Ademais, com relação às mulheres, o isolamento social, medida aconselhada para a redução do contágio da doença, repercute no aumento do trabalho reprodutivo e do controle patriarcal sobre os corpos durante a pandemia. Essas condições são identificadas tanto através da diminuição ou perda de suas autonomias econômicas, como da potencialização da violência sexual, cujas maiores vítimas são mulheres, crianças e adolescentes.

A resistência ao megaprojeto

A instalação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte no Rio Xingu não foi feita sem resistências. O legado da usina marcou os moradores do Xingu com muitas injustiças, mas não apagou sua capacidade de organização e

30. Ver mais em: <https://www.covid-19.pa.gov.br/#/> Acesso em 15/10/2020.

31. Ver mais em: <https://xinguvivo.org.br/2020/06/12/covid-19-dois-mortes-e-65-indigenas-contaminados-em-altamira-3-em-anapu-e-11-em-vitoria-do-tingu/> Acesso em 15/10/2020.

32. Ver mais em: <https://covid19.socioambiental.org/> Acesso em 15/10/2020.

resistência, principalmente das mulheres, que historicamente sempre foram protagonistas das lutas em defesa das florestas e seus povos.

Em entrevista ao PACS, quando perguntada sobre o que dava um respiro a sua vida de militância, Ana Láide Barbosa, do MVXPS, respondeu: *"Está difícil agora, mas é saber que ainda tem pessoas que lutam. É lembrar que tem povos indígenas lutando, que há mulheres lutando, que tem crianças felizes, ainda, brincando no meio da gente. São as pequenas coisas"*³³.

Desde o campo dos movimentos sociais atuantes no Xingu, é importante destacar o trabalho exercido pelo Movimento Xingu Vivo para Sempre, que nasce em 2008, composto por mais de 250 organizações e movimentos sociais e ambientalistas, com a bandeira da busca por outro modelo de desenvolvimento para a região, pautado na defesa do meio ambiente e na justiça social, o que incluía a luta pela não construção de Belo Monte. Ressalta-se também o trabalho do Movimento de Atingidos por Barragens – MAB, do Movimento de Mulheres do Campo e da Cidade, de coletivos de mulheres, como o Coletivo de Mulheres do Xingu e o Movimento de Mulheres Negras Maria Maria; associações de povos indígenas, de agricultores, pescadores, garimpeiros artesanais, entre outros trabalhadores; além das ONGS que apoiam esses movimentos, e redes de pesquisa que vêm gerando conhecimento científico, de suporte às reivindicações desses grupos, em todas as fases do empreendimento. O Movimento de Mulheres Negras Maria Maria nasceu com o intuito de resistir às assimetrias étnico-raciais, reivindicando a legitimidade de sua atuação voltada para a causa das pessoas negras (PAIVA, 2010, pág. 73).

Entre os grandes eventos de mobilizações, ressaltamos três momentos. Em outubro de 2012, foi realizado o "Xingu + 23", encontro que reuniu pescadores, ribeirinhos, pequenos agricultores, indígenas, movimentos sociais, acadêmicos, ativistas e defensores do Xingu em Altamira, que promoveram uma ocupação de um dia do maior canteiro de obras da usina, o Sítio Belo Monte. As pessoas reunidas ali reabriram o caminho do rio com as próprias mãos, num gesto que foi fotografado e cujas imagens se espalharam pela imprensa. Um interdito proibitório emitido pela justiça estadual obrigou a retirada dos manifestantes do local.

Outra grande mobilização, que já se encontra na terceira edição, são os Encontros "Xingu + Diversidade Socioambiental no coração do Brasil". Realizado em 2013, 2015, e 2017, os encontros focaram na troca de experiências entre indígenas

33. Ver mais em: <http://pacs.org.br/noticia/mulheresterritoriosdeluta-potencias-ancestrais-as-margens-do-xingu/> Acesso em 15/10/2020.



Figura 2 Protesto no Xingu + 23

e ribeirinhos sobre a gestão de seus territórios, a promoção de iniciativas econômicas sustentáveis a partir da manutenção da floresta em pé, e de instrumentos de comunicação e compartilhamento de informações internas e externas da aliança³⁴.

O terceiro momento que destaco foi o evento "Amazônia Centro do Mundo", organizado em Altamira, em novembro de 2019, por movimentos sociais, ONGS, coletivos de mulheres e povos indígenas. O encontro reuniu grandes nomes como o cacique Raoni Metuktire, a antropóloga Manuela Carneiro da Cunha, o cientista Antônio Nobre, Antônia Melo, do Movimento Xingu Vivo; Bel Juruna, liderança da aldeia Miratu; e Raimunda Rodrigues, ribeirinha da Reserva Extrativista Rio Iriri, entre outros³⁵. O evento sofreu ataques e foi invadido por latifundiários armados, sendo necessário que a Polícia garantisse a segurança dos participantes³⁶.

Em outro âmbito, destacam-se os Núcleos Guardiões do Xingu, que pauta a urgência da auto-organização e da construção de redes de cuidado entre as comunidades, e o monitoramento feito pelo povo Juruna do Hidrograma do Xingu. Em documento, os indígenas afirmam que o rio já sofre com impactos negativos da redução da vazão do Rio Xingu na região, alertando para o risco de desaparecimento de espécies de plantas e animais, algumas delas endêmicas da região, e as consequências para a sobrevivência de seu povo³⁷. Os Juruna

34. Ver mais em: <https://www.xingumais.org.br/encontro-xingu>. Acesso em 15/10/2020.

35. Ver mais em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/amazonia-centro-do-mundo> Acesso em 15/10/2020.

36. Ver mais em: <https://apublica.org/2019/11/fazendeiros-do-para-tentam-interromper-debate-sobre-amazonia/>. Acesso em 15/10/2020.

Ver mais em: <https://www.socioambiental.org/pt-br/noticias-socioambientais/xingu-o-rio-que-pulsa-em-nos-juruna-denunciam-impactos-de-belo-monte>. Acesso em 15/10/2020.

alertam que essas condições agravam os riscos diante de um eventual acidente com barragem de rejeitos, prevista no projeto de mineração Belo Sun, de forma que é necessária uma avaliação mais acurada sobre impactos cumulativos dos dois empreendimentos.

Na linha jurídica, as Defensorias Públicas do Estado do Pará e da União também são importantes atores, assim como o Ministério Público estadual e federal. Só o MPF apresentou mais de vinte e sete ações civis públicas (ACP) questionando irregularidades e violações decorrentes da instalação da Usina. Em 2015, no contexto das remoções compulsórias para a criação do reservatório de Belo Monte, o MPF convocou uma inspeção interinstitucional nas ilhas que estavam sendo evacuadas. A gravidade das constatações da inspeção acarretou a suspensão das remoções compulsórias e a recomendação da criação de um Conselho dos Ribeirinhos³⁸, que é agora a instância soberana para conduzir o processo de reconhecimento das famílias e dos critérios, bem como das áreas para o reassentamento – antes feito de forma unilateral pela Norte Energia, concessionária de Belo Monte. É importante destacar que o Conselho Ribeirinho tem sido liderado por mulheres.

Além disso, uma das primeiras ACPS do MPF, a que questionou a ausência de consulta prévia durante o licenciamento da Usina, repercutiu na denúncia internacional do caso, em um dos momentos mais emblemáticos da luta por justiça ambiental e direitos humanos no continente sul-americano. Os povos indígenas da Volta Grande, além de índios desaldeiados ou em isolamento voluntário, não foram consultados pelo Congresso Nacional³⁹, nem por órgãos federais sobre o empreendimento no rio Xingu. Da mesma forma, as comunidades ribeirinhas moradoras da região impactada, também não tiveram reconhecidos pelo Estado brasileiro seus direitos advindos dessa característica específica, mesmo havendo jurisprudência da Comissão Interamericana de Direitos Humanos que garante a estes sujeitos o direito à consulta prévia, a partir da Convenção 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT).

Assim, em novembro de 2010, o Movimento Xingu Vivo Para Sempre, a Coordenação das Organizações Indígenas da Amazônia Brasileira (Coiab), a

39. A Constituição Federal de 1988, em seu artigo 231, também dispõe: "São reconhecidos aos índios sua organização social, costumes, línguas, crenças e tradições, e os direitos originários sobre as terras que tradicionalmente ocupam, competindo à União demarcá-las, proteger e fazer respeitar todos os seus bens. [...] § 3º O aproveitamento dos recursos hídricos, incluídos os potenciais energéticos, a pesquisa e a lavra das riquezas minerais em terras indígenas só podem ser efetivados com autorização do Congresso Nacional, ouvidas as comunidades afetadas, ficando-lhes assegurada participação nos resultados da lavra, na forma da lei".

Prelazia do Xingu, o Conselho Indigenista Missionário (Cimi), a Sociedade Paranaense de Direitos Humanos (SDDH), a Justiça Global e a Asociación Interamericana para la Defensa del Ambiente (AIDA) solicitaram à CIDH, em consonância com o estabelecido no artigo 25 do Regulamento da Comissão, a concessão de medidas cautelares em favor das comunidades indígenas e ribeirinhas da bacia do Rio Xingu, Pará.

A medida cautelar (MC 382/2010) foi concedida pela CIDH e segue vigente⁴⁰. No seu primeiro formato, recomendava a suspensão da construção de Belo Monte. Na época, vários setores do Estado brasileiro reagiram de forma a desqualificar o Sistema Interamericano, e dois meses depois da concessão da MC, o Ibama emitiu a Licença de Instalação, em um contexto de grande pressão interna pelo início da construção da UHE Belo Monte, sinal de que o Brasil de forma alguma acataria as recomendações da CIDH. Nesse contexto, a CIDH acatou os argumentos do governo nacional e modificou o objeto da medida, deixando de recomendar a suspensão das obras, passando apenas a solicitar que o Brasil medidas de redução de impacto.

O pedido de admissão da petição do caso teve trâmite iniciado na CIDH em 2015. Isso significa que a CIDH ainda irá se pronunciar sobre as violações de direitos humanos do empreendimento, podendo apresentar o caso à Corte Interamericana de Direitos Humanos.

A mesma rede de ativismo internacional que solicitou as medidas cautelares e apresentou a petição do Caso à CIDH, também enviou informações e pediu providências para várias das relatorias das Nações Unidas: como a de Povos Indígenas, a de Moradia Adequada, de direitos humanos e meio ambiente, do direito humano à água, e ao Grupo de Trabalho de Direitos Humanos e Empresas. Em 2015, o Grupo de Direitos Humanos e Empresas da ONU visitou Altamira, e em 2016, a Relatora para os Direitos dos Povos Indígenas. Ambos apontaram em seus relatórios diversas das violações mencionadas acima.

As redes de resistência, que trabalham por transformações sociais, políticas públicas, pela igualdade, justiça e por um mundo ecologicamente sustentável e de paz, são exemplos de práticas de solidariedade, de construção de utopias e sonhos que permitem a sobrevivência nesse contexto de adversidades e de violações de direitos humanos. Antonia Melo enfatiza:

"Belo Monte é uma destruição com impactos irreversíveis, que nunca será fato consumado porque os prejuízos, a destruição ambiental,

40. Ver mais em: <https://www.cidh.oas.org/medidas/2011.port.htm>> Acesso em 15/10/2020.

aquática, da fauna e flora, e dos seres humanos, da saúde mental nunca vai acabar, porque cada vez mais aparecem mais impactos (que) esse projeto vem deixando ao longo dos anos e do dia a dia”.

A Usina de Belo Monte se tornou um caso emblemático do choque entre a política de desenvolvimento brasileiro e as normas internacionais de direitos humanos. Esse processo de destruição, embasado por uma visão discriminatória em relação aos povos indígenas e tradicionais, no qual se identifica praticamente todas as formas de violência, denuncia a imensa dívida que a sociedade brasileira possui com os atingidos e atingidas por Belo Monte, que ainda estão muito distantes de terem assegurados direitos básicos, como direito à vida e à existência com autonomia e dignidade, de acordo com suas concepções.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FGVCS. Grandes obras na Amazônia: aprendizados e diretrizes. FGV Easp, IFC. 2017. Pág. 173. Disponível em: <https://bibliotecadigital.fgv.br/dspace/handle/10438/18320?show=full>> Acesso em 15/10/2020.

FGV. Indicadores de Belo Monte. 2016. Disponível em: <http://mediadrawer.gvces.com.br/publicacoes/original/indicadores-de-belo-monte-2016.pdf>. Acesso em 15/10/2020.

MAB. Mulheres Atingidas, 2013. Disponível em: <https://mab.org.br/2013/03/13/mulheres-atingidas/#>> Acesso em 15/10/2020.

MELO, Antônia. O assédio da Eletronorte sobre o povo e as entidades na região de Altamira. In. SEVÁ, Oswaldo (org.). Tenotã-Mõ. Alertas sobre as consequências dos projetos hidrelétricos no Xingu – São Paulo: International Rivers Network, 2005. Pág. 55-58.

MORGADO, Cauê Vieira. Movimento Xingu Vivo Para Sempre: ações, reivindicações e estratégias. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Programa de Pós. Belém, 2013.

OLIVEIRA, Assis da Costa. Fronteira Tapajós e direitos das crianças: impactos sociais de grandes empreendimentos econômicos. Civitas, Rev. Ciênc. Soc., Porto Alegre, v. 20, n.1, p. 53-64, Apr. 2020. Available from <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1519-60892020000100053&lng=en&nrm=iso>. access on 19 Aug. 2020.

PACS – Instituto de Políticas Alternativas para o Cone Sul. Dos impactos à defesa: mulheres, corpo-território e direitos humanos. 2020. Disponível em: <http://pacs.org.br/noticia/dos-impactos-a-defesa-mulheres-corpo-territorio-e-direitos-humanos/> Acesso em 16/10/2020.

Mulheres Territórios de Luta: potências ancestrais às margens do Xingu. 2020. Disponível em: <http://pacs.org.br/noticia/mulheresterritoriosdeluta-potencias-ancestrais-as-margens-do-xingu/> > Acesso em 16/10/2020.

PAIVA, Angela Maria Trindade. Das águas do rio, as mulheres em movimento na defesa do Xingu: a resistência contra a construção da hidrelétrica de Belo Monte em Altamira - Oeste do Pará. 2010. 177 f. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Pará, Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Belém, 2010. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais.

TERRA DE DIREITOS. Grandes obras e aumento da violência contra mulher, 2016. Disponível em: <https://terradedireitos.org.br/noticias/noticias/grandes-obras-e-aumento-da-violencia-contra-mulher/19632>> Acesso em 16/10/2020)

VALENCIO, Norma. Considerações sociológicas acerca de desastres relacionados a barragens e a atual desproteção civil das comunidades ribeirinhas conviventes com o megaprojeto hidrelétrico de Belo Monte. In. MAGALHÃES, Sônia Barbosa; CUNHA, Manuela Carneiro (Orgs.). A expulsão de ribeirinhos em Belo Monte: relatório da SBPC. São Paulo: SBPC, 2017.

VIEIRA, Flávia do Amaral. Direitos humanos e desenvolvimento na Amazônia: Belo Monte na Comissão Interamericana de Direitos Humanos. Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/135654/335074.pdf?sequence=1>. Acesso em 15/10/2020.



Mulheres e Megaprojetos: Uma análise sobre o Complexo Industrial e Portuário de Suape

POR AULETE MARIA DE ALMEIDA E SIMONE ANDRÉA LOURENÇO

Introdução

O Complexo Industrial e Portuário de Suape (CIPS) é um megaprojeto porto-industrial que gira em torno da cadeia produtiva do petróleo. Fica a 40 quilômetros do Recife no sentido litoral Sul e abrange, na sua totalidade, 13.500 hectares, entre os municípios do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, no estado de Pernambuco. O território de SUAPE está dentro de um conjunto ambiental e paisagístico, que abrange parte da Mata Atlântica e é rodeado de manguezais e praias. Seus principais acessos são pela BR 101 e PE 60 (SILVA, 2017).

As principais empresas que compõem o CIPS são a Refinaria Abreu e Lima e a Petroquímica Suape. Para além dessas, também fazem parte desse cenário industrial, empresas multinacionais e internacionais. Algumas delas são alemãs, italianas, espanholas, holandesas, entre outras, e formam vários pólos de desenvolvimento, a exemplo do Estaleiro Atlântico Sul, o Polo de Petróleo e Gás, o Polo Naval, o Polo PET de Preforma Plástica, o Polo de Energia Eólica, o Polo de Energia Térmica, o Polo de Distribuição de Veículos, o Polo de Alimentos - Moinho de Trigo da BUNGE, o Polo Cerâmico, o Polo de Granéis Líquido e Gases e o Polo Petroquímico e Têxtil.

Esse mega empreendimento está entre os 37 principais portos organizados do país e sua gestão é feita pelo estado de Pernambuco, através da sua secretaria de desenvolvimento (PLATAFORMA DHESCA, 2019).

A origem de Suape

O CIPS foi instalado em um território no qual existiam 27 engenhos e residiam cerca de 25 mil habitantes de comunidades tradicionais, que sobreviviam basicamente da pesca artesanal, coleta de mariscos e frutos do mar, assim como da agricultura e do extrativismo. Os moradores dessa região

consideraram que ali era o melhor lugar para se viver, pois tinha em abundância comida, água, terra para trabalhar, além de uma linda e acolhedora paisagem natural que tornava seus dias mais felizes e agradáveis. Ali, era considerado por muitos, um verdadeiro paraíso, como relata Maria José, 35 anos, moradora da Ilha de Tatuoca:

"Suape foi muito ruim, acabou com a pesca, lá a gente tinha fartura, agora com a poluição das águas e do mangue, estamos com muita dificuldade para sobreviver. Antes tirava uns seiscentos por semana, agora a gente tira nada é muito triste isso." (FÓRUM SUAPE, 2016)

A partir da análise da trajetória do Complexo Portuário de Suape, é possível perceber que esse projeto surge antes mesmo dos anos 1960, através da elaboração de estudos para implantação do porto. A área de Suape já era vista como um local privilegiado para a realização deste empreendimento, por ter uma excelente formação natural, além da justificativa de que seria o local com a distância ideal para comercialização entre a Europa, África e outros países.

Em 1974 o governador Cláudio Gueiros Leite lança a pedra fundamental, dando início ao empreendimento que, à época, integrava o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), onde diversos investimentos foram feitos por parte do governo federal para a construção de portos, estradas e também para as indústrias petroleiras, químicas e demais (BARBOSA, 2015). Em novembro de 1978, com o aparato da lei N° 7.763 cria-se a empresa SUAPE, denominada Complexo Industrial de Suape, que teria como missão fazer a gestão do Distrito Industrial planejando, gerenciando e coordenando as atividades portuárias.

Investimentos milionários foram aplicados nas obras de infraestrutura para a implantação do Complexo Industrial, como o Centro de Operações Portuárias (COP), que recebeu R\$ 1,4 milhões; ou como a duplicação e reforma da Avenida Portuária, na qual foram investidos R\$ 20 milhões. O COP foi criado para centralizar todos os órgãos de operações portuárias, facilitando os serviços e reduzindo o tempo de atracamento dos navios. Na construção do Cais 5, cujo terminal possui 72,5 mil metros quadrados e capacidade de movimentar 750 mil toneladas por ano, foram investidos R\$ 58 milhões. A previsão é que esse valor chegue aos R\$130 milhões com a sua ampliação, o que facilitará o acesso às aberturas dos arrecifes. Outros investimentos também foram feitos para a conclusão do Porto Interno e construção de um prédio que serve como centro de treinamento e funcionamento da direção e autoridades do complexo.

Modelo Econômico do Nordeste da década de 1970 aos anos 2000

Na década de 1970 o modelo econômico da região era constituído principalmente pela monocultura de cana. Esse sistema perdurou por muitos anos e foi nos estados de Paraíba, Pernambuco e Alagoas que essa atividade teve mais intensidade, trazendo consequências para a região até hoje.

O impacto da seca nos anos 70 afetou consideravelmente os setores da economia, fragilizando o modelo econômico vigente da época. A população canavieira e agrícola sofreu em por conta desse fenômeno, implicando na escassez de água e alimentação. (ANTUNES, 2014). As medidas que o governo tomava para minimizar a condição vivida por milhares de nordestinos não eram eficazes e acabavam agravando ainda mais a situação, por priorizar incentivos aos usineiros, esquecendo os pequenos agricultores

O agravo da seca, a decaída da cana de açúcar e a migração de muitos nordestinos para o sudeste, provocaram um quadro de atraso e de letargia na economia do Nordeste, o que contribuiu para que a região não acompanhasse a economia brasileira naquele momento. A literatura diz que houve uma maior concentração de renda nessa década na região Sudeste, ao passo que no Nordeste aumentou nível de pobreza (SISNANDO, 2014).

Com o desemprego em alta e o aumento da migração de mão de obra para o sul, o mercado de trabalho sofre uma enorme pressão. Era preciso uma economia em acelerado crescimento para equilibrar esse saldo excessivo da baixa econômica nordestina. Diversos estudos foram realizados para criação de um Plano de Desenvolvimento Regional e Nacional, que apresentasse estratégias para o alcance do desenvolvimento econômico (ARRUDA, 2010). Os estudos apontavam a necessidade de investimentos na área industrial, visando o desenvolvimento econômico que estava em marcha lenta e isso precisava ser feito a partir dos projetos industriais já existentes, para além dos planejados e os em processo de instalação.

Anos 2000 – Anos Dourados Transição do Modelo Econômico no NE

As estratégias desenvolvidas com foco no crescimento econômico foram se consolidando e a região Nordeste começou a ter um importante e

significativo aumento na economia. Nos anos 2000 o Nordeste retoma a aceleração da economia a partir das políticas prioritárias que foram desenvolvidas pelo governo federal e estaduais com o objetivo de impulsionar o processo de crescimento (CAVALCANTE, SOUZA, OLIVEIRA, 2018).

Os setores que historicamente mais contribuem para o desenvolvimento da economia nordestina são: agricultura, tecnologia, agropecuária, turismo e o industrial. Este último setor de forma particular tem forte influência no aumento do PIB nos estados, a exemplo do Complexo Industrial Portuário de Suape em Pernambuco.

Nos anos 2000, Suape tornou-se uma política prioritária para o Governo Federal, no que diz respeito à produção e inovação e fez parte de um conjunto de investimentos estruturantes, que tinham como objetivo assegurar o crescimento econômico na região, com foco na área portuária e industrial. A partir dos investimentos feitos neste setor, pudemos observar um rápido crescimento na região, promovendo um alinhamento mais sólido e equilibrado com a economia nacional, inclusive superando a média da economia em relação ao Brasil. Entre os anos 2002 e 2015, o PIB regional teve aumento de 3,3% anual, enquanto o país obteve 2,9% (CARVALHO, 2008).

Transição do Centro de Carga e Descarga para um Mega Polo Industrial

Esse período teve como marco, a instalação da Refinaria Abreu e Lima e do Estaleiro Atlântico Sul. Esses empreendimentos trouxeram diversos impactos para região e a população. Nesse contexto Suape passa de “Porto Indústria” para o nível de “grande empreendimento”, a exemplo de megaprojetos similares na França e Japão (CAVALCANTE, SOUZA, OLIVEIRA, 2018).

Com incentivos governamentais e fortes investimentos sob a influência de uma economia globalizada, o CIPS segue avançando com o apoio de setores públicos e privados, que caminham juntos para desenvolver este megaprojeto, e atraindo investidores nacionais e internacionais dos diversos polos, como o eólico, por exemplo.

Este setor chega ao CIPS com a implantação da fábrica de aerogeradores argentina Impsa, que produz 500 turbinas por ano e foi a primeira a operar no Complexo, no ano de 2008. Há também a Gestamp, ligada ao grupo Gonvarri, que começou a produzir em 2010, fabricando atualmente 500 torres eólicas por ano. Em 2013, outra empresa do setor iniciou suas atividades no Complexo:

a LM Wind Power, empresa produtora de pás eólicas, de capital brasileiro e dinamarquês. É nesse período que o CIPS se torna um dos mais importantes portos do Brasil e do mundo, atraindo investidores do Brasil e de diversos países.

A partir do processo de transição de porto para complexo, muitas transformações ocorreram no território. Pois, se de um lado encontrava-se um grande empreendimento com inúmeros investimentos e claros objetivos de desenvolver a economia regional e nacional, do outro havia um território já habitado por comunidades nativas, que há mais de meio século sofriam com os impactos gerados pelas mudanças no território.

Com o objetivo de fazer um planejamento do desenvolvimento desse território e de evitar os impactos prejudiciais à população com a vinda do empreendimento, foi criado o Programa: Território Estratégico de SUAPE, que integra os municípios do Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca, Jaboatão dos Guararapes, Escada, Moreno, Ribeirão e Sirinhaém. O programa buscava, sobretudo, promover a ocupação ordenada do território de Suape, o que não aconteceu. O programa, portanto, não teve êxito e os problemas que deveriam ser evitados se acentuaram, tais como: aumento do déficit habitacional, falta de saneamento, mobilidade urbana comprometida, precarização das políticas de saúde, segurança e meio ambiente, sem contar com o aumento do número de expulsões de famílias que habitavam a região a décadas.

Outro projeto que repercutiu bastante foi o lançamento do programa Suape Sustentável em junho de 2011, que tinha como principal proposta desenvolver uma gestão integrada do Território de Suape, com a participação das administrações estadual e municipal, das empresas e universidades. O Programa também não saiu do papel, frustrando quem esperava o mínimo de planejamento naquele território. O empreendimento foi instalado, porém os programas previstos para amenizar os impactos por ele provocados não foram desenvolvidos (COSTA, 2014).

O Complexo Industrial Portuário de Suape, visto pela classe empresarial e por grande parte da população proletária como o “eldorado da economia”, na verdade impactou de forma ofensiva na vida de milhares de famílias na região de Suape. O cenário de violência e violações de direitos se tornou uma marca desse mega empreendimento. Comunidades inteiras retiradas de suas terras e submetidas a viver uma realidade indesejada, em moradias precárias e insalubres, tendo seus rios tapados, mangues e plantações contaminadas, estuários completamente devastados, sendo submetidas à violência na desapropriação das casas e posses por partes de policiais e guardas ambientais, falta de indenização das propriedades já desapropriadas, além das construções das fábricas e termoelétricas em área de famílias de agricultores.

Principais empresas e investimentos

O Complexo Industrial Portuário de Suape é composto por diversas empresas nacionais e internacionais, questão responsável pela maior parte dos investimentos aplicados ao complexo. Algumas dessas empresas são: UNILEVER CD – Empresas inglesas com filiais em vários locais; ULTRAGAZ – Empresa brasileira ligada à Petrobras; TOYOTA – Empresa japonesa presente em vários países do mundo; SUAPE ENERGIA (ENERGÉTICA SUAPE) – Empresa com 80% do capital brasileiro; PETROBRAS TRANSPORTE S.A – TRANSPETRO Empresa brasileira da Petrobrás; SHINERAY – Empresa chinesa presente em mais de 80 países; PEPSICO DO BRASIL – Empresa americana presente no mundo todo; MINASGÁS (SUPERGASBRAS) – Empresa brasileira associada com empresas da Holanda; COCA-COLA (SOLAR COCA-COLA) – Empresa americana presente em todo o mundo; BUNGE MARGARINA E ÓLEO – Empresa holandesa com 100 anos de atuação no Brasil; BRASALPLA – Empresa brasileira presente em 43 países; CONCESSIONÁRIA ROTA DO ATLÂNTICO – Empresa brasileira com vários acionistas na América Latina; EÓLICE (LM WIND POWER) – Empresa dinamarquesa presente em diversos países (FÓRUM SUAPE, 2019).

Com a implantação do CIPS, muitos problemas surgiram, sobretudo na área rural e nos centros urbanos. Isso fez com que as comunidades direta e indiretamente atingidas se organizassem para enfrentar os ataques e violações dos direitos humanos praticados tanto pelo estado, como gestor do CIPS, quanto pelas empresas. Nesse sentido, atores de diferentes frentes se somam nesse enfrentamento. São associações, fóruns, organizações sociais, movimento de pescadores e pescadoras, pequenos agricultores, organizações de advogados populares, Ministério Público, parlamentares, entre outros. Essa capilaridade de agentes em defesa dos direitos dos povos e territórios vem fortalecendo a resistência de milhares de famílias que ainda vivem no território.

CIPS – Modelo de Desenvolvimento Econômico e os Impactos na Vida Mulheres do Território

O CIPS reflete a mudança na representação econômica do que antes era um porto de carga e descarga para uma megaestrutura de Complexo Industrial, figurando como a maior obra de infraestrutura e de investimento já feita em Pernambuco. A “menina dos olhos”, tanto do governo do estado, quanto

do governo federal, atraiu rapidamente muitos empresários que viam a oportunidade de explorar novos mercados em escalas internacionais. Com a chegada das centenas de empresas, o território foi tomado por uma nova dinâmica econômica, social e ambiental.

Tal dinâmica impactou diretamente na vida da população, principalmente na vida das mulheres que habitavam e habitam o território. Os maiores impactos foram causados nos municípios Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, cidades onde o complexo está instalado. A dimensão territorial ocupada pelo CIPS o tornou símbolo do crescimento econômico em Pernambuco. Contudo, a magnitude do aparato industrial serviu e ainda serve como uma cortina de fumaça para esconder as contradições e tensões sociais causadas por esse mega empreendimento.

CIPS e os impactos na vida das agricultoras, pescadoras e mulheres da periferia do Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca

Há anos, o Porto de Suape vem praticando violação de direitos humanos e ambientais contra populações tradicionais desse território. As tensões são propositadamente ocultadas pela administração do complexo. Essa administração é formada por agentes do Estado, que oprimem as populações através de diversos mecanismos, amparados em um discurso econômico desenvolvimentista (PLATAFORMA DHESCA, 2018).

Historicamente os ideais de desenvolvimento econômico instalados na sociedade, aconteceram sem levar em consideração os pilares centrais que priorizam o desenvolvimento humano. Num cenário de implantação de grandes empreendimentos, a dicotomia entre esses dois elementos se torna ainda mais forte, consolidando um apartamento do que deveria ser conjugado dentro de ideais comuns. Ou seja, o desenvolvimento econômico deveria caminhar lado a lado com o desenvolvimento humano, respeitando a natureza, bem como seus ciclos, numa perspectiva da garantia das condições de sobrevivência das futuras gerações. O que observamos é que quando o desenvolvimento humano é subjugado no processo de desenvolvimento econômico, sobra para as populações as conseqüências e nesse contexto as mulheres são as primeiras impactadas, porque historicamente são ignoradas como sujeitos de direitos, além da força do patriarcado e do machismo que as colocam em condições de inferioridade em todos os campos. Isso se dá em grande parte também, pelas mudanças nos princípios traduzidos nos valores familiares, que, de certa forma

atingem a mulher e sua função social. Nesse sentido, as mulheres são postas num lugar que as impede de vivenciar sua liberdade, do ponto de vista de suas capacidades e desejos, o que até hoje, mesmo com avanços significativos na conquista dos direitos, ainda é uma situação emblemática, na qual se deparam, de discriminação e desigualdade de gênero.

Na década de 70, no perímetro onde o Porto foi instalado, existiam 27 comunidades tradicionais e muitas ilhas. A maioria delas habitadas por famílias de pescadores e pescadoras, marisqueiras, agricultores e agricultoras, extrativistas de frutas nativas e quilombolas. O processo sistemático de retirada das famílias dessas comunidades se iniciou na década de 1970, vindo a se intensificar nos anos 2000, com o novo modelo de desenvolvimento econômico e o projeto de ampliação do Porto, que demandava a liberação de grande parte do território para instalação das empresas. Nesse cenário, as comunidades tradicionais passaram por grandes processos de violação de direitos humanos e ambientais. Muitas foram retiradas por força de negociações indenizatórias consideradas injustas, ou pela proibição do uso dos recursos naturais, forçando as famílias a saírem por conta própria da terra, ou pela truculência da guarda de Suape como retrata um grupo de mulheres que participaram de uma pesquisa, realizada em pela Fiocruz (PE) e UnB:

"Conflito com Suape é constante né? Existe sim problema de brigar por terra, por exemplo, teve em Arandepe, mas o pessoal já saiu de lá. Fora Serraria, só na propriedade lá de baixo, uma senhora de idade saiu de sua casa. E eu fiquei muito triste por causa disso, porque, não é caso de Suape fazer isso com o pessoal né?" (Mulher 01)" (SANTANA DOS SANTOS et al, 2016).

"Na época vieram para indenizar, mas a gente num quis sair não, porque naquele tempo num tinha esse barulho, num tinha esse fedor (das fábricas). Tinha conflitos e ameaças, verbalmente. O pessoal de Suape dizia que ia pegar a ordem do juiz, colocando medo na gente. Houve muito conflito, na expulsão das casas, eles alegam que a terra pertence à Suape. (Mulher 05)" (ibid.).

"Ninguém pode fazer uma casa ou reforma, mesmo se a casa estiver caindo. Se construir até um lugar para as galinhas, eles vêm pra cima. Ninguém pode fazer nada que os seguranças de Suape vêm em cima, até na igreja veio. Se a senhora quiser construir alguma coisa aqui não pode, até polícia vem prender a gente. (Mulher 06)" (ibid.).

A última fala retrata uma das mais graves violações causadas pelo CIPS: O impedimento das famílias de construir ou melhorarem suas casas. Essa era uma forma de desestimular as pessoas a resistirem nas suas posses. Na época de chuva, por exemplo, as casas eram danificadas e precisavam de reparos. Mas o CIPS não permitia.

"Eu vi os seguranças de Suape batendo nas pessoas. Outra coisa que eu achei muito injusto foi família ter sido tirada daqui pelo batalhão de choque. Não queriam sair e estavam reivindicando o direito deles, mas foram tirados feito um bonequinho de dentro de casa e colocarem para fora à força, para mim isso foi uma violência muito grande (Mulher 10)" (ibid).

"Aqueles guardas vêm derrubando casa e mais casa, o meu menino mesmo já foi atacado com violência. Chegaram na casa dele para derrubar. Ele passou dez anos para construir, comprou o terreno, e não teve condições de construir, quando ele ia começar, aqueles guardas de Suape ameaçaram meu filho e ele foi preso, a polícia vem, eles ficavam perto tirando foto. Tem a casa do meu sobrinho que Suape derrubou, até hoje está na justiça, com um tal de doutor Daniel lá de Ipojuca. As pessoas que trabalham em Suape acham que podem fazer o que quiserem isso para mim é abusar da autoridade. (Mulher 20)" (ibid).

De vez em quando assim desce aqueles guardas, aqueles vigias da Suape de moto, vai até ali, faz a volta e sobe. Eles metem a cara e entram sem pedir. Quando foi na segunda feira o Romero veio com a turma e derrubou a casa toda pronta só faltava a janela, toda pronta derrubou por cima de carro de mão e tudo, e quem tem sua plantação querem destruir. (Mulher 22)" (ibid.).

Nesse contexto, as mulheres que tiravam seu sustento da terra e das águas, ficaram privadas de exercer suas atividades, em função da mudança no seu modo tradicional de vida. A expulsão dessas mulheres de seus territórios representa a clara relação da sobreposição opressora das injustiças e da desigualdade social sistêmica de gênero e raça, que destrói os modos de vida, a identidade e a cultura de comunidades tradicionais e das mulheres negras que nelas vivem.

A questão racial esconde imbricações complexas de entendimento sobre o caminhar do povo negro, principalmente, se pensarmos no Racismo Ambiental praticado em uma sociedade que se diz democrática. E reforça que é possível perceber que tais temáticas ainda são pouco discutidas no cenário

brasileiro, pois o racismo e a ignorância são imperativos que reforçam a inferioridade de um sobre o outro, expandindo a injustiça social, cultural e ambiental (Machado 2010). Nesse sentido podemos perceber como isso se configura num contexto de instalação de mega projetos em territórios ocupados por povos tradicionais. O que vivenciamos no decorrer da história dos povos negros no Brasil é a crescente ofensiva do capital econômico sobre os territórios praticando racismo ambiental na relação entre empreendimentos e comunidades. O racismo ambiental compreendido nesse caso como todas as formas de injustiça causadas aos povos tradicionais refletidas na violação a destruição dos seus territórios e modos de vidas. Na medida em que o ambiente onde milhares de famílias vivem é modificado brutalmente, fazendo com que as mesmas percam condições de qualidade de vida e de manterem naquele espaço.

O fato de não existir dados oficiais sobre a quantidade de mulheres que foram expulsas de seu território em função da implantação de empresas, corrobora para a análise do descaso e do racismo estrutural e ambiental, que demarca uma maior compreensão acerca das desigualdades raciais e de gênero existentes no processo de implantação do CIPS.

Muitas mulheres oriundas das comunidades tradicionais vivem hoje com dificuldades para garantir o sustento de suas famílias. Grande parte delas reside em conjuntos habitacionais oferecidos pelo estado, em espaços pequenos que não permitem se quer o cultivo de alimentos para o auto-sustento. Muitas são chefes de famílias e tiveram que aprender outras funções para, ou entrar no mercado de trabalho ou cair no campo da informalidade. Essas mulheres amargam o sofrimento de não poderem mais trabalhar na terra, ou pescar sem correrem riscos, tendo que caminhar quilômetros até chegar ao local de pesca.

Assim como as mulheres com falas acima citadas, muitas outras sofreram diferentes impactos com a ampliação do Porto. As mudanças no cotidiano das comunidades afetaram diretamente a vida de muitas mulheres, segundo TEIXEIRA, 2011.

O aumento do número de jovens grávidas abandonadas no território demarca bem o conflito de gênero e nos ajuda a visualizar de maneira nítida a relação do problema social causado pelo desenvolvimento econômico na vida das mulheres, quando as mesmas acabam vivenciando uma gravidez, quando, na verdade, foram atraídas pelo aparecimento de uma possibilidade de atuação profissional, até então desconhecida por elas.

Na onda do desenvolvimento que avançava na região, não era só a gravidez na adolescência que preocupava. Mas também o aumento da contaminação por doenças sexualmente transmissíveis. Em pesquisa realizada em 2014 pelas secretarias de Saúde do Cabo e de Ipojuca, foi detectado que o Cabo

ocupou o 5º lugar em casos de AIDS no estado. Além disso, a pesquisa declarou que a incidência aumentou 23% no Cabo e 34% em Ipojuca entre 2009 e 2014. A situação crítica levou a prefeitura do Cabo a elevar de 15% para 23% os investimentos em saúde. Ainda se soma a essa realidade os índices de homicídios contra a mulher, que embora entre 2007 e 2014 tenha diminuído ainda se mostra presente na vida das mulheres. Em 2007 o cenário da violência contra mulher se apresentava da seguinte forma: na Zona da Mata de Pernambuco Violência Psicológica (VP) 48,9%, Violência Física (VF) 33,7% e Violência Sexual 14,3% enquanto São Paulo Capital, Violência Psicológica (VP) 41,8%, Violência Física (VF) 27,2% e Violência Sexual (VS) 10,1%, segundo a OMS (Organização Mundial de Saúde 2007). Em 2009 há uma leve diminuição nesses números, o que se pode levar a pensar que políticas públicas direcionadas à violência contra a mulher começam a ter maior aplicabilidade, principalmente a partir da entrada em vigor da Lei Maria da Penha. Contudo a Violência contra a mulher ainda é muito presente no cotidiano das periferias.

As violações acontecem de outras maneiras também, com outros grupos de mulheres da região. Muitas mulheres viram na falsa ideia de “desenvolvimento”, a oportunidade ou de ingressar no mercado de trabalho ou conseguir um casamento com trabalhadores do complexo. No entanto, essa ideia não se concretiza na prática. Primeiramente, é importante observar que nesse empreendimento, as funções do alto escalão sempre foram ocupadas pelos homens e as poucas mulheres que conseguiam chegar a esses postos são brancas e do sul do país. A maioria das mulheres locais que conseguiram trabalho, alcançaram apenas subempregos, nas empresas de alimentação e limpeza. Poucas conseguiram postos na área produtiva e de infraestrutura. E, ainda, aquelas que conseguiram, possivelmente recebiam salários menores em comparação aos salários dos homens, apesar de exercerem as mesmas funções. . Isso porque, embora não existam dados oficiais que mostrem a desigualdade salarial entre homens e mulheres trabalhadores do CIPS entre 2007 e 2014, período de maior número de contratação de mão de obra, sabe-se que historicamente essa é uma realidade enfrentada pelas mulheres. O mercado de trabalho brasileiro ainda é injusto e abusivo com as mulheres tanto em relação às vagas disponíveis, quanto aos salários pagos.

No relatório publicado em 2018, pela Oxfam Brasil, “O País Estagnado: um retrato das desigualdades brasileiras”, afirma que em 2017 as mulheres receberam 70% dos rendimentos dos homens. (OXFAM BRASIL, 2018). A diferença ficou ainda maior do que em 2016, quando as trabalhadoras receberam o equivalente a 72% dos salários pagos aos homens. Os valores se referem à remuneração média paga a todos os trabalhadores brasileiros naquele ano.

Esses indicadores expressam que, de forma geral, as mulheres são subjugadas no mercado de trabalho, nos dando condições de concluir que essa lógica se impõe também nos cenários de grandes empreendimentos que assimilam a força de trabalho feminina.

Considerações Finais

Concluimos a partir desse trabalho, que a falsa ideia de desenvolvimento através da implantação do megaprojeto no território de Suape, o CIPS, acarretou muitos problemas para as populações existentes, desde a degradação dos recursos naturais até as diferentes formas de violação dos direitos humanos da população local. A ação depredatória sobre essas comunidades traz efeitos a todas as mulheres que vivem da pesca e da agricultura e ameaçam a sua reprodução em unidades familiares que vivem da agricultura, da pesca, e do extrativismo.

Nesse sentido, identificamos que são as mulheres as mais impactadas pelo processo de apropriação desse território pelo poder econômico, que com sua prática racista exclui e viola os direitos e as vidas dessas mulheres e ainda assim são invisibilizadas por parte do Estado. Contudo, a realidade contraditória não as desanima da luta. O conjunto das forças que envolvem tanto mulheres das comunidades tradicionais, quantos outros atores que estão na luta cotidiana pelo direito de permanência no território e que se estende para diversos domínios da vida de mulheres organizadas, continuam resilientes e resistindo, através da organização de base e política, fortalecendo a identidade coletiva dos povos tradicionais.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTUNES. L. Os dez maiores períodos de seca no Brasil. Super interessante, Publicado em 19 agosto de 2014, Disponível em: <https://super.abril.com.br/blog/superlistas/os-10-maiores-periodos-de-seca-no-brasil/>

ARRUDA. D. R. Do Açúcar ao Petróleo: Localização e evolução socioeconômica de Suape e o seu entorno. Queimada – Paraíba 2010 Disponível em: http://www.clickpe.com/iv_enpecon/arquivos/econ_pernambucana/007.pdf

BARBOSA. C. B. A construção do território e a conservação da Mata Atlântica no Complexo

Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros - Suape, Pernambuco - Recife 2015. Disponível em: <https://repositorio.ufpe.br/handle/123456789/16620>

CARVALHO. C. P. O. Nordeste: sinais de um novo padrão de crescimento (2000/2008) Alagoas/UFAL, Disponível em: <http://www.anpec.org.br/encontro2008/artigos/200807211223330-.pdf>

CAVALCANTE. H, SOUZA. M, OLIVEIRA. R. SUAPE: Desenvolvimento em questão: Impactos do Complexo Industrial Portuário de SUAPE (CIPS): igracão, trabalho, condições de moradia, identidade e novas territorialidades. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Editora Massangana, 2018.

COSTA. H. S. Porto de Suape: promessas não cumpridas, Revista Dialogo do Sul, 02 de julho de 2014. Disponível em: <https://dialogosdosul.operamundi.uol.com.br/ecologia/50998/porto-de-suape-promessas-nao-cumpridas>

FÓRUM SUAPE, 2016 - entrevista com o Advogado Cristhovão Gonçalves- Professor da Universidade Federal de Pernambuco para o Fórum Suape Espaço Socioambiental.

Geografia do Brasil: História Econômica da Região Nordeste: do século XX aos dias atuais Disponível em <<https://brasilescuela.uol.com.br/brasil/historia-economica-regiao-nordeste-seculo-xx-aos-dias-atuais.htm>

Geografia do Brasil: O nordeste e as disparidades socioeconômica Disponível em < <https://brasilescuela.uol.com.br/brasil/historia-economica-regiao-nordeste-seculo-xx-aos-dias-atuais.htm>

LEITE. P. S, (ORG) OLIVEIRA. J. N. Economia do Nordeste Propostas de Políticas na Década de Setenta. Fortaleza-Ceará, Editora Vivali, 2014.

Machado, Tais: DIREITOS HUMANOS & RACISMO AMBIENTAL: Matizes da Educação ambiental na comunidade quilombola de Mata Cavallo. Cuabá MT 2010.

Oxfam Brasil, relatório: "O País Estagnado: um retrato das desigualdades brasileiras" publicado em 2018.

PLATAFORMA DHESCA. Complexos Industriais e Violações de Direitos: o caso de SUAPE – Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros. Brasil, 2018.

SILVA. E. G. O. Complexo Portuário de Suape e suas implicações para o município. Foz do Iguaçu 2017. Disponível em <><https://dspace.unila.edu.br/bitstream/handle/123456789/3510/TCC%20NOVO%20PDF.pdf?sequence=1&isAllowed=y>> <https://suapepeloavesso.marcozero.org/identidade>.

ANEXOS

Abaixo, relatos retirados do documentário - Suape Pelo Averso - produzido pela Marco Zero Conteúdo, demonstram os impactos psicológicos e emocionais causados pelo CIPS na vida de mulheres do território de SUAPE.

1. Maria Joselita, agricultora do Engenho Jurissaca

"Não posso é deixar meus filhos morrerem de fome".

Mas correr para onde? Desde que foi expulsa das terras em que morava e trabalhava, a posseira Maria Joseilda da Silva precisa enfrentar 12 km todos os dias para plantar e colher feijão, no Engenho Jurissaca. "O nosso terreno era no Posto do Padre, o que aconteceu foi que me chamaram para fazer o acordo e nunca pagaram a indenização. Ninguém vive de boniteza nem de brisa e preguiça de trabalhar eu não tenho", comenta.

Mesmo em época de colheita farta, Maria não apura mais do que R\$ 60 por semana, somando, nos melhores meses, a renda de R\$ 240, com a qual sustenta três filhos. "Sou viúva e o INSS cortou a pensão que eu recebia do meu marido. Queria perguntar ao governador qual foi o desenvolvimento que ele trouxe para cá, porque meus filhos estão todos desempregados. Por vezes, a agricultora, é obrigada a trabalhar sob a observação da segurança privada de Suape.

"Ficam ali debaixo de um pé de azeitona, perguntando se venho sozinha, se tenho medo, se tenho marido. Eles dizem que não posso plantar, mas o que não posso é deixar meus filhos morrerem de fome", argumenta.

2. Marinalva, pescadora do Quilombo Ilha de Mercês

Pescadora que organiza a vida em função da maré, do tempo dos peixes, siris, camarões, aratus e outros, não tem hora certa para estar em casa. Marinalva é admirada na comunidade, pela sua experiência e luta pela manutenção das famílias em suas terras. Quase todos os dias da semana sai cedo para a pesca e retorna apenas quando há o suficiente para garantir a refeição ou a fonte de renda

esperada para o dia. Com a poluição dos rios e mangues, Marinalva denuncia que já não existem mais algumas espécies de peixes e crustáceos como antigamente que precisa ir longe para conseguir alguma coisa no mangue.

Marinalva é uma das filhas da Matriarca do quilombo, Criada pela avó, a quem chama de mãe, vive há alguns metros da mãe de sangue e irmãos no Campo do Poeirinha. Com a avó, além da pesca, aprendeu os usos e modos de cultivo de ervas e plantas medicinais que nascem no meio da vegetação, por vezes exercem o papel curandeira, num esforço para ocupar o lugar deixado pela última benzedeira que faleceu "de tristeza" após a chegada de Suape.

Marinalva desenvolveu senso crítico e aversão a situações de injustiça, desigualdade e violência contra as famílias do quilombo.

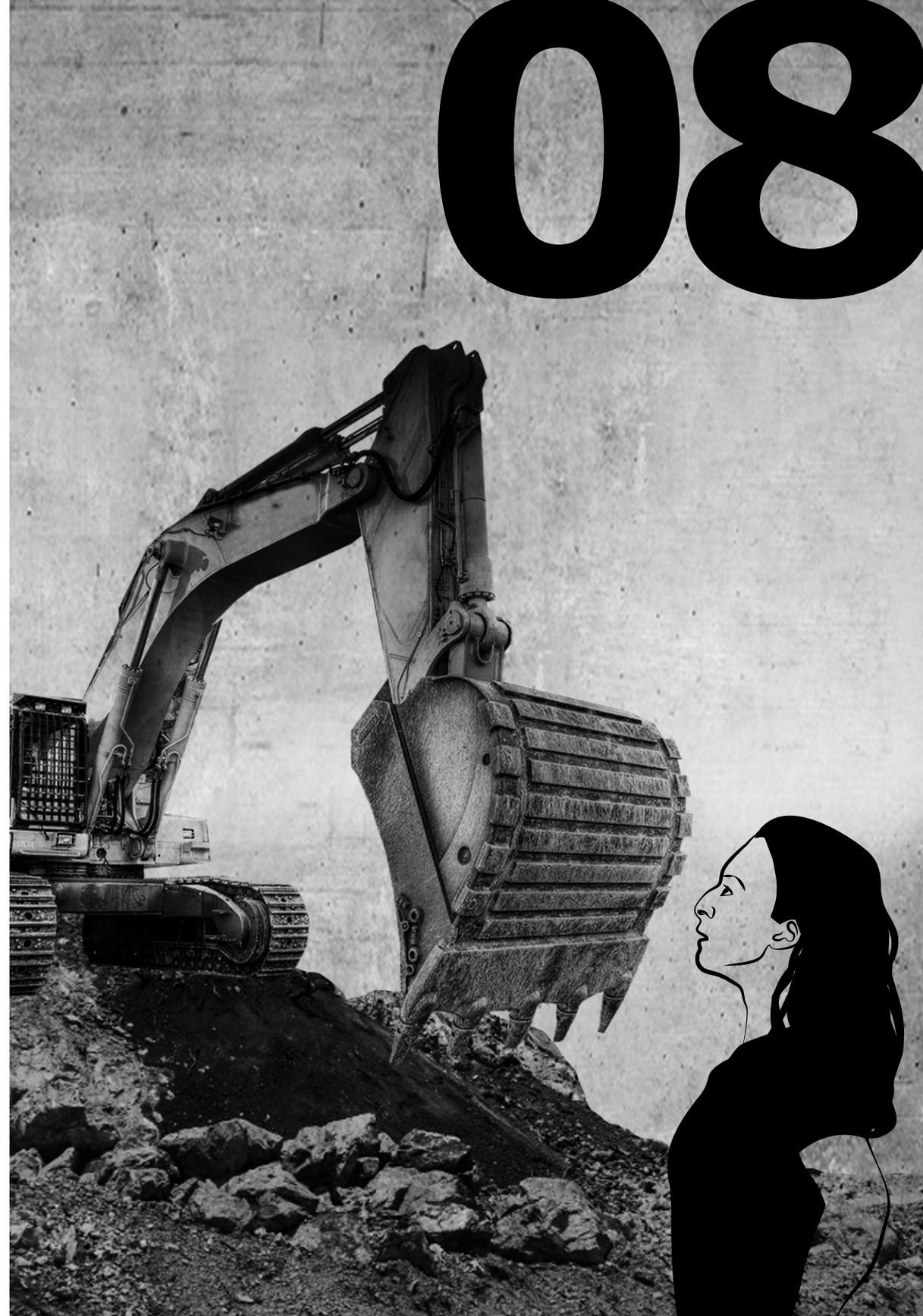
"Chega Suape e chama a gente de invasor, destruindo com tudo, e dizendo que a gente ia sair com a ordem de despejo e fazendo ameaças que a gente ia sair com o que eles vão dar. Eu olhava para o céu e dizia eu lutei muito para ter isso aqui, porque minha casa era de barro. Eu não vou sair daqui meu Deus, eu lutei tanto para conseguir uma casa de alvenaria e não vou passar nem seis anos dentro dela, eu saía de casa para o mangue com fome para pegar o que vender e eles chegam e dizem desaparece. Como? se a gente chegou primeiro que SUAPE. A gente plantava muito e hoje não planta mais, porque Suape acabou com as terras. Eu cheguei aqui antes de SUAPE chegar. A gente tinha casa de farinha e Suape fez a bondade de acabar. Também colocaram uma pista que criou uma barreira no rio e essa pista nunca foi usada para nada. A gente era muito feliz e SUAPE não trouxe felicidade para gente. é por isso, que eu peço a Deus e faço de tudo, se eu tiver de sair daqui para morar lá fora, eu prefiro ir para o cemitério, SUAPE pode chegar e me matar eu saio mais conformada".

3. Uma jovem, Gilvanice de Gaibu, relata que uma amiga contraiu o HIV/AIDS com um trabalhador do CIPS.

"Tem uma colega minha que está com AIDS que pegou de um rapaz de firma (Empresa de SUAPE), de um baiano. Ela se iludiu porque ele era bonitinho, mas quem vê cara não vê coração. Ele foi embora, e ela ficou com a doença".

4. Uma senhora de 60 anos, Maria José Silveira, que trabalhou em diversos alojamentos no litoral do Cabo de Santo Agostinho:

"Eu trabalhei na época do boom do Porto de Suape, lavando muitas roupas desses homens que a gente chamava de "homens de farda". Eu passei por vários alojamentos em Gaibu, Enseada dos Corais, Itapoama, onde tinha que limpar lavar e ainda vigiar o lugar para que eles não usarem drogas ou levasse mulheres. Confesso que fiz muitas amizades com esses trabalhadores. Apesar do trabalho ser duro, me faz muita falta, porque era meu ganha pão. Eu ganhava um salário mínimo e me sentia rica. Hoje, não tenho emprego e ninguém vai colocar uma pessoa para trabalhar na minha idade".



Guatemala: O caso da megamineria El Tambor e a resistências das mulheres

POR LIARA BAMBIRRA

A Guatemala é um país marcado por uma história de conflitos, principalmente com relação à população rural e indígena. No final do século XX, essas tensões explodiram, a partir de uma grande insatisfação de setores da sociedade que se organizaram contra o autoritarismo do Estado guatemalteco, que ditava suas pautas a partir da exploração e discriminação da população rural, majoritariamente indígena. Dorotea Gómez Grijalva (2012) mostra que o aprofundamento de uma institucionalidade excludente e antidemocrática fez surgir uma importante resistência dos povos originários do país, que resultou em um conflito armado entre os anos de 1978 e 1985.

Foi um período em que o exército guatemalteco executou operações contra-insurgentes¹, incluindo massacres comunitários, estupros coletivos de mulheres, sequestros, desaparecimentos e execuções extrajudiciais. Essas ações ocorreram para dismantelar as bases sociais da insurgência, mas também para desconstruir os mecanismos de identidade dos maias e a coesão social que regiam as ações comunitárias. Mais de 600 comunidades de origem maia foram exterminadas, mais de 200.000 pessoas foram mortas e cerca de 900.000 pessoas precisaram se refugiar em outros países (CHE, 1999). Diante disso, vivenciou-se a realidade dos territórios militarizados, onde os corpos femininos são usados como objeto e objetivo militar, e instrumentos de troca e humilhação.

Constatar isso é fundamental para entendermos a discriminação estrutural contra os povos originários da Guatemala, mas também para ressaltarmos as lutas das mulheres que, afetadas pelas tentativas de apagamento de sua história e modos de viver originários, permanecem na linha de frente contra projetos que ameaçam suas vidas.

Esse relatório se debruça sobre a região de La Puya, a partir do projeto de mineração Progreso VII Derivada, conhecido como El Tambor.

01. Relatório da Comissão de Esclarecimento Histórico - (CEH, 1999) - indica que do total das vítimas identificadas, 83% eram maias e 17% ladinos. Ao mesmo tempo, destaca que o Estado, por meio do Exército, cometeu 93% desses atos durante o conflito.

A terra

A maior parte da população guatemalteca vive em áreas rurais (51%), sobretudo os grupos indígenas de origem maia. A terra para os povos originários da América é elemento fundador para seus modos de vida e, como já anunciava Rigoberta Menchu Tum em 1992, ao ganhar o Prêmio Nobel da Paz, é um elemento central para compreender a Guatemala, uma questão que desencadeia todas as outras do país (CHE, 1999).

Para os povos indígenas da mesoamérica, a terra é essencial enquanto modo de viver, de preservar a cultura, e está presente em toda a estrutura social e política. Na verdade, o saber ancestral dos povos da Guatemala remete à ideia de complementaridade e unidade com a natureza. Natureza esta, que é pleiteada pelos interesses capitalistas, o que se revela na demanda infinita por recursos naturais, interesses estratégicos na geopolítica global. De um lado, estão as atividades agroindustriais destinadas à exportação para os países do norte, os projetos hidrelétricos, de mineração e exploração dos bosques nativos que fundamentalmente se estabelecem em territórios indígenas. Do outro lado, estão os defensores e defensoras da terra.

É importante destacar que esse é um dos países mais perigosos para ativistas da terra, como mostra um relatório de 2018 (Global Witness²), que resalta que o país quintuplicou o número de assassinatos de defensoras do meio ambiente, em relação ao ano anterior. Na luta contra a sistemática destruição do meio ambiente nas mãos dos interesses privados, as mulheres seguem em um papel central, mostrando suas forças e resistências nesse sistema que tenta tirá-las dos meios da natureza associados à manutenção da vida.

O megaprojeto El Tambor

O Projeto Progreso VII Derivada, conhecido como El Tambor, é um megaprojeto de mineração iniciado em 2010 na região entre as províncias de San José del Golfo e San Pedro Ayampuc, conhecida como “La Puya”. O megaprojeto inclui 12 licenças de exploração do subsolo, abarcando 107 hectares na zona central da Guatemala e, dentro dessas concessões, está esse Projeto³.

02. Disponível em: <https://www.globalwitness.org/en/press-releases/foco-na-criminaliza%C3%A7%C3%A3o-dos-ativistas-ambientais-e-da-terra/>

03. O Atlas da Justiça Socioambiental (EJATLAS) mapeia diversos conflitos em todo o mundo. Disponível em: <https://ejatlas.org/conflict/proyecto-minero-el-tambor>. O projeto também encontra-se destacado em Pacha, Defendendo a Terra: http://www.grisulunirio.com/wp-content/uploads/2018/11/Cartilha_Final_Internet-Port.pdf

A representação do empreendimento está a cargo da empresa *Exploraciones Mineras de Guatemala S.A. (EXMINGUA)*, que é uma subsidiária local da companhia de mineração canadense *Radius Gold Inc*, e envolve a exploração de ouro e prata nos municípios San José del Golfo e San Pedro Ayampuc, uma zona conhecida como La Puya. Em 2012, a empresa *Radius Gold Inc* tomou a decisão de vender suas ações do projeto, convertendo a empresa estadunidense *Kappes Cassidy & Associates (KCA)*, com sede em Reno, Califórnia, em principal acionista no projeto. O quadro de empresas atuantes na região se dispõe da seguinte maneira:

Empresa	País de Origem	Ano de Instalação	Atividade/ Atuação
Exploraciones Mineras de Guatemala (EXMINGUA)	Guatemala	2010	Pertencente à KCA
Kappes Cassidy & Associates (KCA)	Estados Unidos	2012	Mineração (gerenciamento e construção de operações)
Radius Gold Inc	Canadá	2010 - 2012	Mineração de ouro e prata

Impactos ambientais e consequências para a saúde e produção local

Com a chegada das empresas, os territórios passaram a enfrentar a contaminação dos aquíferos com químicos extremamente danosos à saúde e à qualidade da água, além do uso abusivo dos recursos hídricos, que já eram considerados escassos. Em La Puya, as populações campestres e indígenas cultivam milho, feijão, tomate e diversas árvores frutíferas, e foram diretamente afetadas pelo megaprojeto.

As subsistências alimentar e econômica, além da soberania e da saúde das famílias, passaram a estar ameaçadas a partir do desmatamento, das expropriações e dos efeitos da contaminação do solo, destacando a insegurança alimentar como um efeito visível do empreendimento. A população resiste para não permitir a ação dessas empresas, conhecendo os efeitos negativos do uso de dinamite utilizada para explorar as minas de ouro e de alto efeito de contaminação do solo. Além disso, são explorados os poços de água até então utilizados para consumo das comunidades e aumentam as possibilidades de doenças respiratórias devido a emissão de resíduos tóxicos durante todo o processo de exploração mineral, além, dos derramamentos de resíduos mineiros.

Mesmo com os conhecidos riscos, o estudo de impacto ambiental⁴ apresentado ao Ministério de Energia e Minas pela empresa Exmingua contém grandes vazios em aspectos básicos para a saúde da população dos municípios envolvidos com o projeto de mineração. O estudo contém várias omissões, principalmente no que se refere ao uso e descarga da água a partir da exploração da mina, e não especifica nada sobre os controles de elementos tóxicos gerados pela empresa.

Territorialidade como corpo, matéria e espírito para as mulheres

Na tentativa de sobreposição de um modelo econômico sobre os corpos e sobre a terra, a trajetória das mulheres originárias da Guatemala mostra a territorialidade com uma dimensão física, material, simbólica e espiritual. É um sentido de compreensão da natureza como extensão de seus corpos.

Muitas mulheres invocam termos como “corpo-território”, “corpo-terra” para mergulhar nos danos que foram causados aos territórios desde a invasão colonial que passou pela expropriação de suas terras, recursos e conhecimentos. A invasão gera uma penetração severa que se configura “como condição para a perpetuação das múltiplas desvantagens das mulheres indígenas” (CABNAL, 2010, p. 15), ressaltando imposições que fazem com que as mulheres carreguem marcas e vivam até hoje a colonialidade.

É nesse sentido que o conceito de corpo-território é invocado, como uma demanda política que surge de uma reflexão coletiva das mulheres indígenas, a fim de mostrar sua visão na defesa de seus territórios:

02. Disponível em: https://www.ocmal.org/wp-content/uploads/2020/01/Informe_N%C2%BA3F.pdf

A enunciação corpo-território é uma epistemologia da América Latina e do Caribe feita pelas e para as mulheres de povos indígenas que vivem em comunidade; isto é, a articulação corpo-território coloca a comunidade como um modo de vida no centro (HERNANDEZ, 2016, p. 43, tradução própria).

Dessa maneira, o corpo é compreendido como território, e ele próprio é um espaço, que ocupa um lugar no mundo, por experimentar emoções, sensações e reações físicas. É uma proposta de compreensão do território-corpo e do território- terra que, apesar de historicamente disputados, carregam memórias e conhecimentos e, portanto, podemos encontrar neles espaços de resistência e ressignificação.

Lorena Cabnal, em artigo publicado em 2019⁵, mostra a importância de destacarmos que, apesar do histórico de violência nos corpos-territórios das mulheres, desde essas experiências também nascem as formas de resistências que se indignam e lutam para reivindicar seus direitos. A trajetória das mulheres em La Puya mostra isso.

A resistência de La Puya

A luta das comunidades campesinas e indígenas Maya Kaqchikel caminha direção de mostrar a contaminação das nascentes, os riscos às fontes minerais e ao ecossistema como um todo, além do uso excessivo da água por parte das empresas em uma região que já enfrenta escassez desse recurso vital. As habitantes também denunciam o massivo desmatamento para preparar o terreno para a atividade de mineração e deixam claro que não foram consultadas em nenhum momento sobre a instauração do projeto⁶. O Estado não cumpriu com sua obrigação de consultar a população antes de iniciar o projeto e não iniciou nenhum processo para obter o consentimento das populações indígenas afetadas. O direito dos povos indígenas de serem consultados está garantido pela Convenção 169⁷ da Organização

05. "Defender o território-terra e não defender o território-corpo das mulheres é uma incoerência política". Disponível em: <https://medium.com/@pacsinstituto/defender-o-territ%C3%B3rio-terra-e-n%C3%A3o-defender-o-territ%C3%B3rio-corpo-das-mulheres-%C3%A9-uma-incoer%C3%Aancia-4ec7621e790b>

06. Disponível em: <https://ghrcusa.wordpress.com/tag/la-puya/>

07. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/1989%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20sobre%20Povos%20Ind%C3%ADgenas%20e%20Tribais%20Conven%C3%A7%C3%A3o%20OIT%20n%20%C2%BA%20169.pdf>

Internacional do Trabalho e o direito ao consentimento livre, prévio e informado é reconhecido pela Guatemala, país signatário da Declaração das Nações Unidas sobre os Direitos dos Povos Indígenas.

A população, em resposta ao empreendimento, passou a se organizar para defender seus territórios. A resistência não violenta pela água, pela vida e pelo território foram bandeiras levantadas a partir de março de 2012, com o movimento *Resistência Pacífica La Puya*. No dia 2 daquele mês um plantão foi instaurado na região, a partir de um acampamento na entrada da mina, para evitar a passagem da maquinaria das empresas.

As mulheres foram essenciais para que o acampamento se instaurasse e houvesse infraestrutura para tal. Além de estarem presentes nos plantões e vigílias, as mulheres continuaram responsáveis pela comida e pelo cuidado dos espaços, garantindo todas as condições para a luta.



Fonte: Guatemala Human Rights Commission: <https://ghrcusa.wordpress.com/tag/la-puya/>

Na ocupação, diversas foram as tentativas de desmobilização por parte da polícia e das empresas envolvidas no projeto. No dia 8 de maio, por exemplo, a empresa e 400 policiais tentaram passar pelo acampamento montado com as máquinas para perfurar os poços da região, mas enfrentaram um forte cordão humano, sobretudo de mulheres. Foram as mulheres que por duas semanas consecutivas contiveram as agressões dos militares e oficiais da empresa *Exmingua (KCA)* que, no mês de novembro de 2012, contratou grupos de supostos trabalhadores das minas, que agiram como um grupo de choque, com muitos ataques violentos. As imagens a seguir ilustram esse acontecimento:



Fonte: Guatemala Human Rights Commission: <https://ghrcusa.wordpress.com/tag/la-puya/>

Difamação e criminalização das defensoras da terra

As indústrias extrativistas aliadas ao Estado guatemalteco reconhecem a força dos movimentos de La Puya, e respondem com violentos atos para coibir suas ações sociais. Em um Comunicado pelos Direitos Humanos (*Convergencia por los Derechos Humanos sobre el de desalojo violento de La Puya*)⁸ as comunidades relataram os constantes ataques a partir de estratégias de difamação, repressão, sequestro, criminalização, ameaças e assassinatos daqueles que defendem a região em questão, mas que estão presentes em todo o território mesoamericano.

São respostas projetadas a partir dos sistemas intrinsecamente violentos, baseados em opressão, desapropriação e desprezo: neoliberalismo, patriarcado, racismo, colonialismo, militarismo, que caminham de mãos dadas e mostram sua face mais violenta em conflitos como esse. O entrelaçamento dos sistemas de opressão causa impactos diferenciados e exacerbados de acordo com classe, origem étnica, idade, identidade de gênero, orientação sexual, entre outros.

Por isso, os casos de criminalização de defensoras da La Puya são numerosos. Uma das lideranças, Yolanda Oquelí, como consequência de seu ativismo, recebeu muitas ameaças de morte e foi baleada⁹. A ativista, que teve

08. Disponível em: <https://ghrcusa.wordpress.com/2014/05/27/condenamos-la-agresion-y-rechazamos-la-violencia/#more-3079>

09. Disparan a Yolanda Oquelí. Mapa de Conflictos Mineros de América Latina OCMAL. https://mapa.conflictosmineros.net/ocmal_db-v2/reports/view/84p

uma bala alojada em sua coluna vertebral, foi uma das mulheres judicializadas pela resistência pacífica de La Puya, acusada de coação e ameaças, o que demonstra uma cadeia de legitimação da instalação das empresas, sendo o Estado um dos seus principais aliados.

Ainda não houve uma investigação real sobre o tiroteio de 2012, nem houve reparação dos ferimentos graves sofridos pelas manifestantes. Em 2018, Yolanda precisou sair de seu território por conta das ameaças recebidas e foi acolhida pelo programa de proteção da Anistia Internacional. A Comissão Interamericana de Direitos Humanos ordenou às autoridades guatemaltecas a concessão de serviços de proteção a Yolanda, que respondeu com uma série de acusações a ela, inclusive uma ação que a acusa de sequestro. Além disso, o governo da Guatemala lançou campanhas de difamação e criminalização contra os membros da ocupação de La Puya, principalmente contra as mulheres¹⁰.

A perseguição da ativista reflete uma forte violência de gênero que reafirma o corpo das mulheres como alvo constante e destaca os deslocamentos forçados que muitas ativistas enfrentam, resultado da criminalização de suas ações. Os atores que agem na destruição dos seus meios de vida, que garantem o funcionamento do modelo de desenvolvimento econômico, passam a criar instrumentos na tentativa de silenciamento das mulheres.

Essas mulheres, ao pautarem a defesa e a vitalidade de seus corpos-territórios, passam a ser ameaças a esse sistema, que encontra na perseguição política e na criminalização das defensoras um caminho de perpetuação de seus poderes. A difamação e criminalização de Yolanda não é um caso isolado.

Símbolo dessa resistência, Yolanda afirma em diversos relatórios que, além da resistência contra os agentes externos ao movimento, mostra que também é fundamental uma revisão desde o interior dos próprios movimentos, comunidades e famílias para acabar com toda a forma de violência contra as mulheres, a terra e a vida. Desde o início da ocupação/acampamento, La Puya se caracteriza por ser um movimento pacífico, com uma marcante presença das mulheres e de seus filhos. Em entrevista concedida à Radio Temblor¹¹, Yolanda afirma:

(...) nos organizávamos em turnos de 24 horas sem cair em provocações. Enviaram centenas de policiais para nos tirarem forçada e ile-

10. Disponível em: https://mapa.conflictosmineros.net/ocmal_db-v2/reports/view/84. Acesso em: 20/08/2020.

11. Disparan a Yolanda Oquelí. Mapa de Conflictos Mineros de América Latina OCMAL. https://mapa.conflictosmineros.net/ocmal_db-v2/reports/view/84p

galmente; no começo a presença de mulheres era pequena, mas depois as mulheres se colocavam na frente, como barricadas humanas. Ao começar os turnos de resistência, havia companheiros que pensavam que elas iam a La Puya somente para cozinhar, ou os maridos lhes negavam o dinheiro para irem às reuniões, mas isso nós mesmas fomos mudando.

Observa-se então, uma violência das políticas de repressão e o produto estrutural do patriarcado convergindo. Em relatório, a ativista ressalta os impactos diferenciados dentro da luta:

Nessa defesa da vida dói também quando não só temos que brigar contra a empresa mas também quando muitas vezes contra os próprios companheiros pelo machismo que se maneja em diferentes lutas e dentro das organizações. O impacto para mulheres defensoras é em dobro, não é o mesmo ser um homem defensor que uma mulher defensora, porque temos que estar e cuidar de nossos filhos, de minha mãe e de meu pai que estão doentes, e ainda ter o nosso papel na luta. É bem difícil a difamação, que tanto as empresas como o governo nos fazem, quando creem que nossa participação é porque podemos ser manipuladas, só pelo fato de sermos mulheres (Red Latinoamericana de las Mujeres Defensoras de los Derechos Sociales y Ambientales, 2016, tradução livre).

As lutas das defensoras são transversais e não apenas afetam os interesses dos grupos de poder, mas também o próprio sistema capitalista e patriarcal que as tornam duplamente 'perigosas' para os grupos econômicos, políticos, religiosos e militares. É por isso que defender a terra é duplamente violento e arriscado para as mulheres, que passam a ser expostas a assassinatos, estupros, agressão sexual, difamação, ameaças a suas famílias e, especialmente, a seus filhos.

As mulheres defensoras e suas organizações questionam e colocam em risco a estrutura de discriminação baseada no gênero e em todos os privilégios e poder que ela gera, e, também, mostram de maneira simples e diária como é prejudicial para a humanidade continuar apoiando um sistema predatório da vida e do planeta. Entre 2012 e 2014, o Relatório da Iniciativa Mesoamericana de Defensoras sobre Agressões¹² documentou um aumento de quase o dobro do número de agressões registradas (45,7%) nos países da América Central.

12. Disponível em: <http://im-defensoras.org/wp-content/uploads/2018/05/INFORME-DE-AGRESIONES-A-DEFENSORAS-2015-2016-FINAL-DEF.pdf>

Construindo redes

A Resistência Pacífica de La Puya tornou-se um símbolo, compondo a Frente Norte da Área Metropolitana (FRENAM). La Puya serviu de inspiração para outras cidades: em San Rafael Las Flores foi instalada outra ocupação pacífica, conhecida como El Escobal, para interromper as operações da mina "El Escobal"; e em Barillas, em 7 de abril de 2013, nasceu a resistência pacífica *Nuevo Amanecer* para interromper o trabalho de instalação do projeto hidrelétrico "Cambalan I", que também abriram outra manifestação pacífica para impedir a entrada da empresa hidrelétrica de San Luis no município de Santa Eulalia, Huehuetenango.

No quadro a seguir estão os principais movimentos que integram ou apoiam a resistência de La Puya, que estão diretamente ligados à luta socioambiental. Em roxo, estão em destaque as organizações especificamente de mulheres:

Movimento	Atuação	Links
Colectivo Madre Selva	Organização ecologista que trabalha pela defesa dos bens naturais e da biodiversidade na Guatemala	http://madreselva.org.gt/
Iniciativa Mesoamericana de Mujeres Defensoras de Derechos Humanos (IM- Defensoras)	Fortalecer e vincular defensoras que participam em distintas organizações e movimentos sociais para fortalecer alternativas e redes de proteção e solidariedade	https://im-defensoras.org/es/
Frente Norte del Area Metropolitana (FRENAM)	Criada para resistência de La Puya	

Jass Mesoamerica	Reúne mulheres líderes em programas de formação e liderança feminista, impulsionando processos de defesa de mulheres defensoras	https://www.justassociaes.org/es/jass-mesoamerica
Movimiento Mesoamericano de Alternativas Populares ao Capitalismo (MAPCA)	Promove um espaço político regional a partir das lutas emancipadoras dos povos por alternativas justas, equitativas e diversas	http://www.voces-nuestras.org/mapca Facebook: MAPCA
Rede Latino Americana de Mujeres Defensoras de Derechos Sociales y Ambientales	Atua em políticas, projetos e práticas que contribuem para a defesa dos direitos dos povos, da natureza e dos direitos sociais que são ameaçados por projetos extrativistas que afetam diretamente as mulheres	https://www.redlatinoamericanademujeres.org/
Rede de Sanadoras Ancestrales del Feminismo Comunitario – Tzk’at	Rede de mulheres indígenas defensoras da vida, dos direitos das mulheres, dos bens naturais e do território-corpo-terra na Guatemala	https://pbi-guatemala.org/es/qui%C3%A9n-acompa%C3%B1amos/tzkat-red-de-sanadoras-ancestrales-del-feminismo-comunitario-desde-iximulew

Yolanda Oquelí faz parte da Rede de Sanadoras Ancestrais do *Feminismo Comunitario (Tzk’at)*. Em 2018, em entrevista à Radio Temblor¹³ afirmou: “Nós mulheres que lutam contra o sistema, as empresas e o patriarcado sofremos muita dor em nossos corpos e espíritos”. As mulheres que participam dessas redes defendem suas vidas desde um feminismo comunitário, em que é necessário recuperar seus corpos para dignificarem-se, assim como a alegria junto a terra. Colocar seus corpos vivos com a natureza passam a ser apostas políticas emancipatórias.

Os anos de luta comunitária na região de La Puya se tornaram referência para outros territórios, além de serem extremamente significativos do imenso esforço coletivo e organizacional na luta contra a mineração.

Visibilizando vitórias, apesar da impunidade

Em 2016¹⁴, a Suprema Corte de Justiça da Guatemala suspendeu o projeto, depois de 5 anos de resistência, que finalmente encontrou na instituição sua defesa: não foi realizada consulta prévia às comunidades indígenas, segundo o estabelecido pelo Convenio 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). Foi reconhecido que os direitos da população foram violentados.

Mas, mesmo com a decisão judicial, em 2018, a empresa estadunidense KCA apresentou perante o Centro Internacional de Solução de Controvérsias sobre Investimentos um procedimento de arbitragem internacional contra o estado da Guatemala por 300 milhões de dólares. A demanda de indenização se fundamentaria nas disposições do Tratado de Livre Comércio entre Estados Unidos, América Central e República Dominicana, CAFTA. Mesmo com a sentença contra as instalações, as atividades de mineração estão em curso. A empresa continua com as operações na região, assim como as demandas contra o Estado, a partir do argumento de que a consulta indígena é uma obrigação estatal, não da empresa.

Inúmeras denúncias apontaram para o funcionamento da empresa usando outras formas de extrair minerais, mesmo após a ordem judicial, o que levou à abertura de uma pasta de investigação pelo crime de exploração

13. Disponível em: <http://www.radiotemblor.org/?p=11812>. Acesso em: 20/08/2020.

14. Victory for La Puya: Guatemalan Court Orders Suspension of Construction Operations at the El Tambor Mine <https://ghrcusa.wordpress.com/2015/07/17/victory-for-la-puya-guatemalan-court-orders-suspension-of-construction-operations-at-the-el-tambor-mine/>

ilegal. Em 23 de julho de 2019, durante uma convocação feita ao governo guatemalteco, foi apresentado o estudo "Cassino de Extrativismo: As empresas de mineração jogam com a vida dos povos e a soberania dos países da América Latina usando o arbitragem supranacional", destacando como esses processos permitem às empresas ganhar milhões graças a um sistema unilateral, a partir de tratados de livre comércio, como o CAFTA. Acordos como esse fornecem às empresas transnacionais um recurso vinculativo a um sistema de arbitragem internacional perverso, conhecido como solução de controvérsias para investidores, um mecanismo que permite que as empresas transnacionais contornem os tribunais nacionais e minem a soberania das nações.

VEJA MAIS EM:

- 1. Defensoras. La Puya um ejemplo de defensa del territorio**
https://www.youtube.com/watch?v=UuFLRlgo-sE&feature=emb_rel_pause
- 2. EJATLAS**
<https://ejatlas.org/conflict/proyecto-minero-el-tambor>
- 3. Ejatlas – Mujeres Tejiendo Territorios**
<https://ejatlas.org/featured/mujeres>
- 4. La Puya, Guatemala: Mujeres contra el extractivismo**
<https://www.youtube.com/watch?v=PHdwZcr6qZo&feature=youtu.be>
- 5. La Puya – Hasta que la mina se vaya**
https://www.youtube.com/watch?v=eF-w-_kswzw
- 6. Rexistir, Tejiendo Cuerpos Territorios**
<https://www.redlatinoamericanademujeres.org/campanas/rexistir-tejiendo-cuerpos-territorios>

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

CABNAL, L. "Acercamiento a la construcción de la propuesta de pensamiento epistémico de las mujeres indígenas feministas comunitarias de Abya Yala", en: *Feminismos diversos: el feminismo comunitario*. Madrid: Acsur Las Segovias, 2010, pp. 11-25.

COLECTIVO MIRADAS CRÍTICAS DEL TERRITORIO DESDE EL FEMINISMO. *La vida en el centro y el crudo bajo tierra: El Yasuní en clave feminista*. Ecuador, Quito: Ed. Saramanta Warmikuna, 2014.

Comisión para el Esclarecimiento Histórico. *Conclusiones y recomendaciones del Informe Guatemala Memoria del Silencio*. Guatemala, 1999.

Despojos y resistencias. Una mirada a la Región Extractiva Norte desde Tezulutlán-Verapaz. *Cuaderno de Investigación*, No 28. Asociación para el Avance de las Ciencias Sociales en Guatemala (AVANCSO), 2016. Elq'ak yt kawil ch'oollej. Rilb'al li teep releb'aal iq'b'ar nake' risi xq'emal li xch'ochel Tezulutlan-Verapaz.

GRISUL UNIRIO: PACHA: Defendiendo a Terra, 2018. http://www.grisulunirio.com/wp-content/uploads/2018/11/Cartilha_Final_Internet-Port.pdf

IM-DEFENSORAS. *Cuerpos, Territorios y Movimientos en Resistencia en Mesoamerica*, 2018. <http://im-defensoras.org/wp-content/uploads/2018/05/INFORME-DE-AGRESIONES-A-DEFENSORAS-2015-2016-FINAL-DEF.pdf>

IM-DEFENSORAS. *Modalidades de Criminalización y limitaciones a la efectiva participación de las mujeres defensoras de derechos ambientales, los territorios y la naturaleza en las Americas*, 2018. <http://im-defensoras.org/wp-content/uploads/2018/03/Actualizacion-2016-FAU-Criminalizaci%C3%B3n.pdf>

09



Haiti: O megaprojeto “Zona Franca Industrial da Companhia de Desenvolvimento Industrial (CODEVI)” e o cotidiano de violações das trabalhadoras haitianas

POR LIARA BAMBIRRA

Este relatório analisa a Zona Franca Industrial de Exportação (ZFE) da *Companhia de Desenvolvimento Industrial*, conhecida como CODEVI, que, apesar de ser colocada como uma obra de ajuda humanitária, afeta diretamente as condições das mulheres negras haitianas, em um processo hierárquico de exploração segundo o sexo, a nacionalidade e a cor das operárias, que formam mais da metade da força de trabalho (54%) do complexo industrial que é um dos mais importantes do país.

Entender as relações trabalhistas no Haiti envolve uma compreensão histórica da construção do país e da própria noção de trabalho para a população. A formação desse país está associada à luta – com vitórias reconhecidas – contra uma das formas mais cruéis de acumulação capitalista, o trabalho escravizado. Jorge Calegari (2014), sobre isso, ressalta:

“A singularidade histórica da formação do Haiti é evidente em toda a bibliografia existente sobre este país, que destaca juntamente o caráter de sua fundação: naquela que foi a colônia mais lucrativa que jamais existiu tivemos a única rebelião de escravos bem-sucedida, que implicou não apenas no fim da escravidão, mas na expulsão ou eliminação dos colonos brancos e seus descendentes e no nascimento, no dia 1º de janeiro de 1804, do primeiro Estado-nação negro do mundo contemporâneo, antecipando em 150 anos acontecimentos análogos que tiveram lugar no continente africano” (Ibid., p.17).

A revolução haitiana¹ significou uma ruptura com as relações sociais

1. A Revolução Haitiana deu-se a partir de uma grande rebelião de escravizados africanos na antiga colônia de São Domingos. A violência do sistema colonial francês motivou os trabalhadores escravizados a se mobilizarem, essa revolta espalhou-se por toda a região e conduziu São Domingos à independência. Assim, o nome de Haiti passou a representar o território, o primeiro a declarar-se independente (JAMES, 1989).

internas e com o lugar de colônia, a partir da criação de um plano econômico que pudesse atender às necessidades básicas da população. Essa transformação significou uma ameaça para os interesses imperialistas, baseados na escravidão à época, que poderiam enfrentar problemas com outros territórios mirando ao Haiti como exemplo.

Assim, mesmo com essa ruptura histórica revolucionária, o Haiti se construiu a partir da luta de classes travada em condições adversas para seu povo, interna e externamente. O resultado foi o estabelecimento de um Estado nacional apoiado por classes dominantes domésticas e internacionais, que construíram o poder marginalizando o campesinato (fundamental na revolução anti-escravocrata) e as demais classes populares. O país sofreu um bloqueio diplomático e um embargo econômico durante mais de meio século após a sua independência, impedindo a jovem nação de se desenvolver livremente. França, sua antiga metrópole, e EUA, a nova potência hemisférica, foram os principais responsáveis pelo isolamento experimentado pelo Haiti independente. Com o tempo foi se constituindo um Estado oligárquico sintonizado com o mercado internacional².

Historicamente, o país enfrentou diversas intervenções estrangeiras, que foram aprofundando este cenário. De 1915 a 1934, o Haiti foi invadido por tropas militares estadunidenses, que ocuparam o território e fortaleceram um cenário de disputas entre os interesses imperialistas e os nacionais, reformulando as relações sociais do campo e as políticas de trabalho no país. A ocupação representou, também, um processo de dependência frente ao governo estadunidense, que passou a reformular a economia nacional e marginalizar ainda mais a população do campo.

Passa a prevalecer no país, então, a constante imposição de grandes dívidas internacionais. O pagamento da chamada dívida da independência³ e os empréstimos necessários a tal pagamento, a exploração dos camponeses pobres e dos povos sem terra pela oligarquia latifundiária, constituem algumas das causas da pauperização das classes populares haitianas e da inserção do Haiti entre os países mais pobres e endividados do mundo.

Existe uma forte retórica internacional sobre o Haiti, que é colocado como uma ameaça para elites latinoamericanas desde sua revolução no século XIX.

2. Importante citar o assassinato de Jean Jacques Dessalines, figura importante para a construção do país, que tentou avançar com um processo de Estado autônomo e independente. Sua morte representou uma fragilização desse movimento (BLACKBURN, 2006).
3. A Plataforma Haitiana para o Desenvolvimento Alternativo (PAPDA) mostra que a medida cria uma dependência aos bancos e mercados internacionais: <https://operamundi.uol.com.br/politica-e-economia/813/perdao-da-divida-do-haiti-gera-dependencia-externa-diz-entidade>. Acesso em: 11/12/2020.

Mesmo agora, resoluções de organismos internacionais justificam intervenções no país a partir desse suposto caráter ameaçador que o país apresenta para o hemisfério. É um discurso racista que deixa o país cada vez menos integrado a América Latina e ao Caribe, ressaltando que o neocolonialismo tem sido exitoso em isolar esse território.

Nos tempos mais atuais, identificamos novas ações reproduzindo esse contexto colonizador e violento sobre o povo haitiano. Em 2004 ocorre a instalação da Missão das Nações Unidas para Estabilização do Haiti (MINUSTAH), liderada militarmente pelo Brasil. Oficialmente, a missão teve como objetivos a estabilização do país para garantir o processo democrático, bem como fortalecer as instituições governamentais haitianas⁴. Porém, a força de ocupação estrangeira cumpriu a função de consolidar o golpe de Estado contra o presidente Jean-Bertrand Aristide, ícone da luta contra a ditadura *duvalerista* e considerado pelos EUA como um líder popular pouco amigável às políticas neoliberais do Consenso de Washington. A intervenção militar da “Comunidade Internacional” foi iniciada em 29 fevereiro de 2004, durou 13 anos e deixou um legado de cerca de 30 mil mortos em decorrência da cólera, contagiando outras 800 mil pessoas. O secretário-geral da ONU chegou a pedir desculpas pela relação direta da epidemia com a chegada de suas tropas, mas não aceitou juridicamente a responsabilidade pela introdução da doença⁵.

Além disso, o período da MINUSTAH contabilizou mais de duas mil vítimas de abusos sexuais⁶. Apesar das negativas do governo brasileiro, investigadores independentes confirmaram as denúncias feitas por entidades feministas e mulheres haitianas vítimas de estupro e chantagem sexual (troca de sexo por comida em regiões empobrecidas), segundo às quais houve diversos casos de soldados brasileiros envolvidos em tais escândalos⁷, sistematicamente escondidos pelas autoridades militares e diplomáticas do Brasil no Haiti (PATRICK, 2017).

4. Disponível em: <http://www.un.org/en/peacekeeping/missions/minustah>. Acesso em: 15/09/2020.
5. Ver: <https://latinta.com.ar/2016/08/onu-acepto-su-responsabilidad-por-epidemia-de-colera-en-haiti/>. Acesso em: 20/08/2020
6. Ver especial da Agência Associated Press: <https://apnews.com/article/e6ebc331460345c5abd4f57d77f535c1> Acesso em 10/09/2020 Ver também: <https://www.brasildefato.com.br/2017/09/01/estupros-colera-e-30-mil-mortos-conheca-o-legado-da-minustah-no-haiti> Acesso em: 10/09/2020 Investigação publicada em The Conversation mostra que os militares e outros oficiais das Nações Unidas encarregados de restaurar a paz no Haiti tiveram relações sexuais abusivas até com meninas de 11 anos, tirando vantagem da pobreza e da miséria que vários anos de guerra civil e catástrofes meteorológicas causaram entre a população. Retirado e disponível em: <https://latinta.com.ar/2019/12/cascos-azules-de-la-onu-violaron-a-2-000-mujeres-y-ninas-en-haiti/>. Acesso em: 05/12/2020
- 7.



2017. Fonte: La Tinta

Assim, o exército, o aparato internacional da ONU e os organismos financeiros mundiais passaram a ser atores determinantes na sociedade haitiana, reforçando sua influência dentro das instituições nacionais. Nesse contexto, foi imposta uma gestão empresarial como solução para problemas políticos e econômicos vivenciados no país e aprofundados depois dos impactos sociais e estruturais gerados pelo terremoto de 2010.

Com seus cotidianos sob constante intervenção e marcados por constantes ameaças de mecanismos e instrumentos internacionais dessas instituições, os movimentos nacionais de mulheres passaram por um processo de deslegitimação, sendo desconsideradas diversas construções desenvolvidas há mais de duas décadas pelas organizações feministas. Para neutralizar as feministas e dar continuidade a uma pauta alinhada a interesses capitalistas internacionais, o movimento foi desqualificado como possível interlocutor para a resolução da crise nacional após o terremoto de 2010, marginalizando as mulheres no processo de reconstrução do país.

É por isso que os planos de recuperação do Haiti não possuem a dimensão de gênero e não houve inclusão das mulheres haitianas nas estratégias propostas das políticas macroeconômicas, sociais, ambientais, de infraestrutura e de governança. Por outro lado, as agências internacionais não demoraram em financiar a construção de uma moderna penitenciária feminina nos arredores de Porto-Príncipe, que hoje figura como um dos mais novos edifícios de um país que ainda não recuperou sua modesta infraestrutura destruída pelo abalo sísmico (a Universidade do Estado do Haiti, por exemplo, segue "em reconstrução", repleta de escombros e com salas de aula improvisadas). A CONAP (Coordenadoria Nacional de Defesa dos Direitos da Mulher), nesse sentido, foi

fundamental para questionar a legitimidade da Comissão Temporária de Reconstrução do Haiti e denunciar as relações de dependência estrutural dos países imperialistas. A CONAP

"proclama sua independência de agentes oportunistas ou de qualquer abordagem populista envolvida em esforços políticos. Visa recolher as migalhas de um bolo envenenado e cuja receita, como sempre, foi cozinhada nas costas das mulheres e, mais uma vez, portanto, contra os interesses da nação haitiana (matéria publicada no site da Rádio Kiskeya, em 3 de abril de 2010, tradução própria⁸).

Com pretextos de desenvolvimento, estabilização social e ajuda humanitária, o Haiti enfrenta sistemas de opressão que se entrecruzam e reforçam um projeto neocolonial reconceitualizado, garantindo as condições de dependência e exploração no país. Neste projeto, as fábricas do setor têxtil desempenham um papel central, desde meados do século XX, quando a ditadura da família Duvalier (1957-1986) governou o país com apoio norte-americano, sob justificativa de combate ao comunismo. Neste período, diversas empresas provenientes dos Estados Unidos se beneficiaram da mão-de-obra barata de mulheres haitianas proletarizadas para fabricação de roupas exportadas para o mercado mundial.



Foto: Haiti SupportGroup

As Zonas Francas no Haiti como estratégias de desenvolvimento

8. Disponível em: <http://www.radiokiskeya.com/spip.php?article6679> Acesso em 20/08/2020.

As Zonas Francas, ou Zonas Francas de Exportação, são regiões que produzem mercadorias com tarifas aduaneiras diferenciadas e têm o objetivo:

- 1.** Fornecer divisas estrangeiras através da promoção de exportações não tradicionais;
- 2.** Fornecer trabalhos para aliviar os problemas de desemprego ou subemprego no país de acolhimento; auxiliar na criação de renda;
- 3.** Atrair investimento estrangeiro direto (IED) para o país;
- 4.** No caso de uma ZFE bem sucedida, o investimento estrangeiro direto seria acompanhado por transferência de tecnologia, conhecimento, repercussões e demonstração de efeitos que agiria como catalisadores para os empresários nacionais envolverem-se na produção de produtos não tradicionais (MADANI, 1999, p. 14-15).

Existem diversas terminologias e classificações distintas sobre zonas francas. O que nos interessa aqui é entender o denominador comum dessas classificações – a isenção de tarifas aduaneiras e fiscais, além das ‘vantagens comparativas’ derivadas das condições ‘flexíveis’ para a exploração laboral e da frágil legislação ambiental – que despertam os interesses de empresas transnacionais. Atraídas pelas possibilidades de minimizar os custos de produção, as grandes empresas deslocam suas fábricas para zonas francas situadas em territórios na periferia global. A distribuição geográfica dessas zonas ao redor do mundo reflete uma divisão internacional social, técnica, racial, sexual e neocolonial do trabalho.

Colocadas como instrumentos fundamentais para o “desenvolvimento” dos países da periferia global, Michaëlle Desrosiers (2014), ressalta:

As zonas francas representavam, conforme apresentadas pelas instituições financeiras internacionais – em particular, a ONUDI –, um caminho já desenhado para um país como o Haiti. Com efeito, apesar das zonas francas, de modo geral, estarem presentes no mundo inteiro, as zonas francas industriais de exportação são encontradas, na sua maioria, no Terceiro Mundo, particularmente na América Latina e no Caribe (Ibid., p.60).

A realidade, entretanto, é que as zonas francas são fundamentais para o funcionamento das economias dos países centrais, que encontram nos países historicamente situados na periferia global vantagens aduaneiras, baixa fiscalização social e ambiental e alta exploração da força de trabalho dos trabalhadores locais, que vivem em situações de extrema precarização.

A Companhia de Desenvolvimento Industrial (CODEVI) é uma zona franca, e foi construída no Haiti em 2003, em um contexto de recuperação da produtividade têxtil dominicana e haitiana. A CODEVI foi criada a partir de uma parceria entre o governo haitiano, dominicano e grandes organismos e bancos internacionais, como a Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID) e o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID).

A Companhia foi instalada na cidade de Ouanaminthe, na região nordeste do Haiti, na fronteira com a República Dominicana. Segundo dados do Instituto Haitiano de Estatísticas Demográficas e Sociais⁹, essa região conta com uma população de cerca de 358 mil pessoas. Deste total, aproximadamente 156 mil pessoas vivem em áreas urbanas e os outros 201 mil vivem nas áreas rurais. Noventa e seis mil indivíduos vivem em Ouanaminthe, dos quais 58 mil em perímetro urbano e 38 mil nas áreas e seções rurais. Essa é a cidade a mais importante do nordeste haitiano e uma das mais importantes do país, que possui cerca de 10 milhões de habitantes, no total.

Apesar de uma história que remonta à Guerra Fria e às relações da ditadura haitiana com o capitalismo norte-americano, Michaëlle Desrosiers (op. cit.) mostra que empreendimentos atuais, como a Zona Franca CODEVI, possuem por trás uma lógica de “empresariado humanitário” que atua dentro do movimento de desenvolvimento/reconstrução do Haiti. Acometido por desastres ambientais e graves crises sociais e econômicas, o país passou por diversas intervenções estrangeiras desde sua democratização no início dos anos 1990, que foram legitimadas a partir da premissa de ajuda humanitária, desenvolvimento e reconstrução de um território fragilizado, em constante estado de emergência.

O plano de desenvolvimento econômico do Haiti, apoiado pela ONU e pelo Banco Mundial, estava diretamente relacionado à expansão das zonas francas. A autora mostra, porém, que a zona franca reproduz condições históricas de dependência neocolonial haitiana, sub-remunerando as mulheres de acordo com as necessidades de reprodução do capital e que o desenvolvimento, na verdade, é vinculado à ascensão econômica dos países do norte global, e não da economia nacional.

9. Disponível em: <http://www.rgph-haiti.ht/>. Acesso em: 20.08.2020.

Em nome de uma suposta reconstrução da infraestrutura haitiana, muitos territórios do país foram apropriados para a implantação dessas zonas, vinculadas principalmente a empresas de vestuário. Na indústria têxtil, a questão de gênero é um fator decisivo para a análise dessa cadeia de produção, pois a maioria de trabalhadores nas fábricas são mulheres. E o cotidiano de pauperização e das péssimas condições trabalhistas afeta diretamente as mulheres negras no país.

A multiplicação e fortalecimento das zonas francas são possíveis a partir de um processo histórico de subcontratação da força de trabalho feminino. O cenário legislativo dominado por grandes interesses econômicos atua para facilitar a expansão das zonas, construindo uma “vantagem comparativa” do ponto de vista do mercado, fator que atrai investimento das transnacionais têxteis para a CODEVI. A Companhia é propriedade do Grupo M¹⁰, de origem dominicana, que produz para o mercado têxtil dos Estados Unidos. O *Grupo M Industries* atua desde 1986 nesse setor, com sede em Santiago, República Dominicana, e é colocado pelo mercado como um dos maiores e mais lucrativos conglomerados têxteis do Caribe¹¹.

A ZONA FRANCA ALOJA TRANSNACIONAIS ESPECIALIZADAS NA PRODUÇÃO TÊXTIL. O QUADRO ABAIXO APRESENTA:

Empresa	País de Origem	Ano de Instalação	Atividade/Atuação
American Eagles Outfitters	Estados Unidos	2003	Têxtil
Banana Republic	Estados Unidos	2003	Têxtil
BKI	Estados Unidos	2003	Têxtil
Dominican Knits	Rep. Dominicana	2003	Têxtil
Fishman & Tobin, ne	Estados Unidos	2003	Têxtil
Hanes Brands	Estados Unidos	2003	Têxtil
Levi Strauss & Co.	Estados Unidos	2003	Têxtil
Timberland	Estados Unidos	2003	Têxtil
Vanity Fair	Estados Unidos	2003	Têxtil

Fonte: *Direction des Zones Franches (DZF), (DESROSIERES, 2014.)*

10. Mais informações em: <https://www.bloomberg.com/profile/company/0823318D:US>. Acesso em: 11/12/2020.

11. Disponível em: <https://acento.com.do/economia/el-gigante-textil-del-caribe-forbes-destaca-fortaleza-del-grupo-m-8167819.html>. Acesso em: 10/08/2020

Teoricamente, as zonas francas podem representar para países como o Haiti uma estratégia para ajudar na diminuição das taxas de desemprego e melhorar a diversificação da produção, conseguindo facilidades internacionais para sua implantação. Apesar dessas premissas, a prática mostra que essa porcentagem não se converte em realidade, nem diminui o papel de enclave econômico das zonas francas, que não se mostram favoráveis para a economia nacional como um todo e, menos ainda, para os setores populares (MADANI, 1999).

As fronteiras privadas de um Apartheid público

Com um investimento massivo na indústria têxtil nas últimas décadas, houve uma diminuição dos produtos agropecuários, até então predominantes na economia nacional. Essa transformação reflete uma mudança nas bases econômicas do país, principalmente no sentido de transformação da família camponesa em proletariado industrial.

São trabalhadores e trabalhadoras que são retirados de suas terras, onde produziam para subsistência, e se veem sem escolha. Precisam enfrentar longas jornadas de trabalho em fábricas em regimes de trabalho precarizados a partir de subcontratações. Trabalhando para marcas estadunidenses, como é o caso da CODEVI, produzem mercadorias com valor de mercado muito maior do que são capazes de pagar.

Os impactos da CODEVI começaram desde sua instalação, o terreno era ocupado por 184 famílias que foram expropriadas. O prefeito e populações locais não foram consultados sobre o empreendimento, como é garantido pelo Convênio 169 da Organização Internacional do Trabalho (OIT). As famílias que ali moravam souberam da construção dos parques industriais quando tudo já se encontrava acordado entre o governo haitiano e os organismos internacionais.

Uma característica estruturante da CODEVI é o contraste existente entre Haiti e República Dominicana, já que é uma empresa cujo proprietário e as pessoas em funções de chefia são dominicanos e a maior parte dos empregados, haitianos. Calegari (2014) mostra que apenas 7% dos trabalhadores do parque industrial são dominicanos, “todos os relatos que colhi de operários reforçavam que não havia dominicanos trabalhando na produção, mas apenas técnicos supervisores e administradores”. Nesse sentido, o autor também aponta uma chave importante para a compreensão da estrutura:

"O parque industrial tem duas entradas e saídas. Um de seus portões dá acesso ao Haiti, o outro, à República Dominicana. Haitianos entram e saem por um lado, dominicanos entram e saem pelo outro. O contato entre eles se dá apenas no interior das fábricas, sendo que os primeiros, em geral, ocupam posições inferiores aos segundos. As mercadorias também entram e saem pelo lado dominicano, exceto a mercadoria força de trabalho dos haitianos" (Ibid., página 59).

Este/a mesmo/a autor/a afirma que o único controle da fronteira é feito pela administração da zona franca, que é responsável pela autorização de acesso da República Dominicana para o Haiti. Tal poder da administração já se traduziu, mais de uma vez, na entrada de soldados dominicanos em território haitiano para "defender" a zona franca das reivindicações das trabalhadoras (reprimindo greves e protestos), explicitando, assim, seu controle privado sobre a região, marcada por uma densa fronteira sócio-racial publicamente conhecida e reproduzida diariamente.

Divisão Sexual do Trabalho e o Racismo na CODEVI

A divisão sexual do trabalho, portanto, muda conforme a nacionalidade e cor de pele. A relação trabalhista dentro da CODEVI precisa ser vista desde uma perspectiva da interseccionalidade, para entender o seu significado para as trabalhadoras e a reprodução da lógica neocolonial, machista e racista, vivenciada no Haiti.

As zonas francas têxteis são locais em que há predominância de trabalho para mulheres jovens pouco escolarizadas. A CODEVI não é uma exceção à regra, como mostra Desrosiers (2014):

"Segundo dados fornecidos pela CODEVI, no quadro da nossa pesquisa de campo, mais de 50% da população operária desta zona franca é feminina. E esta força de trabalho feminina é totalmente constituída de mulheres negras pauperizadas. Mulheres dominicanas mestiças trabalham também na zona franca, porém, elas não fazem parte das operadoras-produtoras diretas da CODEVI. Com efeito, a partir das nossas observações de campo e entrevistas realizadas, percebemos que as dominicanas trabalham na gerência,

na administração ou na clínica da zona franca" (Ibid., p. 70).

Essa é uma chave importante para entender as relações de trabalho das mulheres negras na região. Desde a instalação da zona franca, o corpo das mulheres trabalhadoras haitianas constitui um espaço de luta contra o capital, que encontra no gênero e na raça o espaço propício para dominação e exploração trabalhista. A autora mostra que em muitos momentos de revolta dos trabalhadores contra os patrões, as mulheres são as primeiras vítimas das repressões patronais, sofrendo mais do que os seus colegas homens. Além de serem altamente vigiadas e controladas em seus cotidianos de trabalho.

Controle e instrumentalização dos corpos das mulheres negras

Roger Brunet, já em 1986, ressaltava o controle das zonas francas sobre os países em que se instalavam:

"As zonas francas, sendo derogatórias, são estreitamente monitoradas e regulamentadas: nada é mais estrito e menos 'livre' que uma 'zona livre'. Alarmes eletrônicos, cercas e torres de vigilância, guardas e cães, são parte integrante de sua paisagem e sua publicidade." (BRUNET, 1986, p. 5)

É um cenário de controle e punição permanente, instrumentos ditos como necessário para que as trabalhadoras sejam forçadas a se encaixar nas altas demandas de produtividade, embora não recebam salários equivalentes às suas horas de trabalho. Controlar também é uma maneira que a administração que zona franca encontrou para que sejam coibidas possíveis reivindicações, reuniões e greves de funcionários.

Quando visibilizamos o controle das vidas das mulheres negras, ressaltamos que a exploração do corpo e da força de trabalho são indissociáveis na zona franca CODEVI. Os supervisores das fábricas, sobretudo os dominicanos, instrumentalizam sexualmente os corpos das operárias para a concessão de horas extras, ou a partir de ameaças relacionadas a perda do emprego. É comum um supervisor mediar a concessão do pagamento de horas de trabalho que foram feitas pelas operárias com o responsável pela fábrica, "o supervisor tem o poder de ir até o engenheiro para garantir à operária um

acrécimo ao seu pagamento somente por ela ser “bonita” e/ou sua amante”, como mostra a pesquisa realizada por Desrosiers (2014):

“São relações machistas e de abuso sexual, atravessadas por uma relação de poder entre homens com funções consideradas como superiores, e mulheres que não podem perder o emprego, pois são provedoras e responsáveis não só de suas vidas, mas também de toda a família.” (Ibid., p. 131)

A partir da divisão hierarquizada e sexual das tarefas domésticas, as mulheres operárias também estão encarregadas do cuidado de casa e dos filhos, o que muitas vezes pode significar faltas frequentes no trabalho. As mulheres quando faltam, mesmo que com justificativas respaldadas, sofrem penalizações, como a retenção de parte do seu salário (Ibid.).

Por isso, mesmo que as mulheres sejam a maioria entre os funcionários da CODEVI, existe uma rotatividade muito grande das operárias, e a permanência no cargo está associada, em grande medida, à apreciação de seu supervisor. Existe, então, uma clara separação econômica e política entre as operárias e os supervisores. Enquanto as mulheres são castigadas por faltas, mesmo que justificadas, os supervisores podem faltar até dois meses, e continuam recebendo seus salários integrais.

Desrosiers (2014), aponta também que as mulheres, totalmente dependentes do emprego na zona franca, muitas vezes arriscam perder seu companheiro afetivo para assegurar a permanência no trabalho, o que explicita uma coerção da condição de assalariada, em que os corpos das mulheres passam a ser moedas de troca. Essa instrumentalização dos corpos negros mostra as opressões conectadas em um processo contínuo para as mulheres que trabalham na zona franca, ressaltando um abuso físico, mas também simbólico, que invade a saúde mental das operárias.

Há pouca participação das operárias dentro das associações, o que distancia os cotidianos femininos da representação sindical, que poderia ser um lugar articulador de suas demandas. Existe uma forte desarticulação do setor de produção com o movimento operário e sindical, principalmente porque os sindicatos, em geral, não são espaços em que as mulheres trabalhadoras possuem vozes ativas. A organização sindical da zona franca (SOROWA) é marcada, como os outros espaços da CODEVI, por uma estrutura machista:

“As metas, a segurança no trabalho, e o espaço do sindicato são

pensados e dirigidos unicamente por homens cujos interesses são diferentes dos das operárias. O tratamento dado aos casos de estupro mostra isso claramente. A leitura tradicional do sindicato como espaço masculino é não somente presente nas entrevistas das operárias como na composição exclusivamente masculina da sua direção” (Ibid., p. 160)

Além disso, é importante destacar que, mesmo existindo o sindicato, há uma falta de confiança nessa associação como instrumento de luta e frequentar as reuniões pode implicar perda de emprego. A demissão é regulamentada pela legislação: O artigo 42152 do Código do Trabalho haitiano, ao prever as condições nas quais as/os trabalhadores podem ser demitidos sem nenhum benefício, tornou-se um aliado ao plano de adestramento da força de trabalho na zona franca. O artigo legitima a demissão por razões de “rebelião” no local de trabalho, o que faz com que qualquer reivindicação por direitos possa ser classificada dessa maneira, justificando assim a demissão.

Outro aspecto importante, que diz respeito à organização das mulheres trabalhadoras da zona franca, é que a cidade de Ouanaminthe é afastada da capital Porto Príncipe, lugar aglutinador dos movimentos feministas. Nos últimos dois anos, a capital foi o ponto central de encontros e manifestações massivas da população. Insatisfeita com a falta de diálogo das políticas governamentais com os movimentos sociais, a população enfrenta uma forte crise sociopolítica e clama por uma redistribuição justa dos recursos nacionais. Por exemplo, as manifestações levaram o primeiro-ministro Jack Guy Lafontant a renunciar ao cargo em junho de 2018 e durante todo o ano de 2019 o país foi palco de massivos protestos de rua, principalmente em função dos escândalos de corrupção envolvendo o governo haitiano e os fundos desviados do convênio Petrocaribe¹².

12. O convênio Petrocaribe foi idealizado pelo então presidente venezuelano Hugo Chávez como uma maneira de ajudar diretamente os países caribenhos em suas necessidades energéticas, de modo a diminuir sua dependência econômica e geopolítica de Washington. O projeto previa o fornecimento de petróleo a preços subsidiados, bem abaixo do mercado internacional, além de financiamentos sem condicionalidades, inclusive para governos de Direita, não-alinhados à Revolução Bolivariana, como era o caso do Haiti ocupado pela MINUSTAH. No entanto, os recursos do convênio foram desviados pelo governo “democrático” imposto pelos interventores internacionais, causando revolta na população local. Disponível em: <https://latinta.com.ar/2020/02/haiti-como-las-mujeres-sacuden-el-mundo-politico/>. Acesso em: 20/08/2020.



2019. Fonte: La Tinta

Articular com o nacional para enfrentar o local

Entre 2018 e 2019, organizações de mulheres foram imprescindíveis na luta contra o governo, participando de manifestações, redigindo comunicados à imprensa e organizando atividades para denunciar a crescente adoção de medidas que caminhavam para a instauração de uma ditadura. Além dessas ações realizadas ao longo da década, as feministas travam uma batalha implacável contra o poder do PHTK (Partido Haitiano Tèt Kale), denunciam as práticas que elas identificam como expressões de um modelo patriarcal em sua governança. O regime imposto pelas tropas estrangeiras utiliza difamação, insulto, violência e corrupção como formas de exercer seu poder¹³.

O movimento feminista haitiano conseguiu garantir espaços de participação política no debate nacional nos últimos dez anos, embora ainda em nível insuficiente. Ao longo desta década, as mulheres fortaleceram a sua presença nos conselhos municipais e entidades territoriais. Elas se impuseram como interlocutoras políticas inevitáveis, por meio do CONAP, que desenvolveu uma luta implacável na última década para tornar visível o trabalho político das feministas. Abaixo, estão listados alguns movimentos importantes no país. Em negrito, estão os movimentos especificamente de mulheres:

13. Disponível em: <https://latinta.com.ar/2020/02/haiti-como-las-mujeres-sacuden-el-mundo-politico/>.

Movimento	Atuação	Links
Asosyasyon Fanm Solèy D Ayiti/ das Mulheres Sol do Haiti (AFASDA)	Grupo de cooperação e ajuda financeira	
Brigada de Solidariedade Dessalines	Brigada internacionalista da Via Campesina baseada no Haiti	https://viacampesina.org/en/tet-kole-ti-peyizan-ayisyen-tk/
Coordenadoria Nacional de Defesa dos Direitos das Mulheres (CONAP)	Plataforma feminista de consulta e advocacy	
KAYFANM	Organização de defesa e promoção dos direitos das mulheres	http://kayfanm.org/
FANM DESIDE	Contribuir para emancipação feminina e transformação nacional	https://www.fanmdeside-haiti.org/contacts/
REFRAKA	Rede de mulheres de rádios comunitárias haitianas	https://www.facebook.com/refraka.rezofanm
Solidariedade de Mulheres Haitianas/Solidarite Fanm Ayisyèn (SOFA)	Rede de solidariedade de mulheres camponesas, de bairros populares, uma das maiores organizações do país	http://sofahaiti.org/

Sabine Lamour é coordenadora da SOFA, e tem sua trajetória de vida atrelada à luta feminista haitiana. Lamour mostra que as mulheres respondem às situações de opressão se apegando aos pilares estratégicos feministas, comprometidas na luta contra a corrupção política, pela paridade de gênero e a participação das mulheres nos espaços de decisão, que são fundamentais na superação das crises sociais¹⁴.

14. <http://alter.quebec/haiti-au-dela-des-barricades-les-femmes-veulent-construire-lavenir/>. Acesso em: 11/12/2020.

Assim, com a atividade política e os principais coletivos feministas concentrados na capital, as trabalhadoras da zona franca CODEVI se veem distantes dos movimentos de mulheres e da construção de alternativas políticas e sociais emancipatórias desde sua atuação. Caminhar para uma maior articulação nacional junto às mulheres que vivem em Ouanaminthe, cidade marcada pela imposição do capital dominicano e estadunidense, parece ser um caminho fundamental para o fortalecimento da agenda feminista do Haiti.

A instalação de zonas francas em países periféricos da economia mundial tem sido acompanhada de uma série de impactos no mundo do trabalho e nas condições de vidas das comunidades presentes nos locais escolhidos para abrigar este tipo de mega-empreendimento industrial. Hoje, até economistas moderados e defensores do sistema capitalista global apontam para o risco de uma “corrida para o fundo do poço” estimulada pela ideologia da globalização neoliberal, que orienta as políticas públicas para o maior benefício possível das grandes corporações privadas em detrimento dos interesses e direitos da maioria das populações-alvo, até mesmo nos países mais ricos do sistema internacional (STIGLITZ, 2019).

Nos lugares do chamado ‘Sul Global’ que foram colonizados por potências europeias, como o Haiti, tais sistemas de exploração se interseccionam com opressões e exclusões históricas praticadas a partir dos marcadores de raça e gênero, criando uma situação na qual múltiplas formas de poder são exercidas, por exemplo, sobre as vidas e corpos de mulheres negras trabalhadoras das indústrias têxteis nas zonas francas existentes no país. O caso da CODEVI, analisado aqui, é paradigmático desta complexa engrenagem que une dominações estruturais a violências individuais sofridas, sobretudo, pelas mulheres negras haitianas que trabalham ou residem na região fronteiriça onde o enclave industrial se encontra.

Diante disto, é preciso concluir que diferentemente daquilo propagado pelas Instituições Financeiras Internacionais (IFIs) e pelos ideólogos da globalização neoliberal, o estabelecimento de zonas francas como a CODEVI não pode ser encarado como uma estratégia de desenvolvimento econômico viável para o Haiti e demais países periféricos da atual economia global, uma vez que reforçam desigualdades sociais, em vez de mitigá-las, além de ampliarem as diversas violências especificamente voltadas para os corpos e vidas das mulheres negras trabalhadoras e residentes em torno de mega-empreendimentos industriais (DURANDIS, 2017). Situações cotidianas que combinam a exploração econômica via uma política salarial de arroxo, a subtração de direitos civis e políticos, expressos na repressão aos movimentos de protesto e grevistas, assim como a violência machista e patriarcal dentro e fora dos espaços de trabalho.

Mesmo frente a este cenário repleto de desafios, em se tratando de um

país com o histórico de lutas sociais como é o caso do Haiti, a certeza que temos é que as resistências populares às intervenções e modelos econômicos impostos aos trabalhadores e trabalhadoras locais seguirão firmes. Em especial, sabemos que na vanguarda das batalhas atuais por justiça e liberdade estarão as mulheres negras haitianas, com toda sua experiência acumulada, saberes construídos e determinação histórica forjada na luta. Cabe a nós aprender com elas e prestar nossa solidariedade, ativa e substantiva, da maneira mais urgente possível.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BLACKBURN, R. Haiti, slavery and the age of democratic revolution. *William and Mary Quarterly*, vol. LXIII, n. 4, 2006.

BRUNET, Roger. *Atlas mondial des zones franches et des paradis fiscaux*. Paris, Fayard-RECLUS, Col. Atlas RECLUS, 1986.

CALEGARI, 2014. *Codemò: escravos sem grilhões. Vida operária ao redor da zona franca CODEVI em Ouanaminthe, Haiti*. Dissertação (Mestrado em Sociologia), Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2014. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/279615>. Acesso em: 10 dez. 2020.

DESROSIERS, Michaëlle. *Trabalho Mulheres Negras e Zonas Francas no Haiti Contemporâneo: o “empresariado humanitário” neocolonial em movimento*. Tese (Doutorado em Sociologia), Universidade Estadual de Campinas. Campinas, 2014. Disponível em: <http://repositorio.unicamp.br/jspui/handle/REPOSIP/281244>. Acesso em: 10 dez. 2020.

DURANDIS, I. “Three reasons why Haiti does not need 300,000 textile jobs”, *Haiti Global*, 04/05/2017. FARMER, P. “An anthropology of structural violence”, *Current Anthropology*, vol. 45, n.3, June, 2004.

JAMES, C.L.R. *Black Jacobins: Toussaint L’Ouverture and the Saint Domingo Revolution*. New York: Vintage Books, 1989.

MADANI, Dorsati. *A Review of the Role and Impact of Export Processing Zones*. The World Bank, 1999. Disponível em: https://papers.ssrn.com/sol3/papers.cfm?abstract_id=629169. Acesso em: 10 dez. 2020.

PATRICK, I. *Aquilo que resta de nós: um grito de socorro de mulheres haitianas estupradas pelos soldados da ONU*. São Paulo: PáginasEdirora, 2017.

STIGLITZ, J. “The race to the bottom on corporate taxation deprives us of the resources we need to solve our biggest problems”, *Market Watch*, 08/10/2019.

Sobre as autoras e realizadoras



1. Ana Luisa Queiroz

Feminista, natural da Zona Oeste do Rio de Janeiro, neta de Graça e de Marlinda. Mestre em Sociologia e Antropologia pela UFRJ, compõe a equipe do Instituto Pacs como educadora popular e pesquisadora. Sua trajetória atravessa e é atravessada pelo campo dos direitos humanos, das lutas populares e periféricas, dos direitos das mulheres e dos conflitos socioambientais.



2. Aulete Maria de Almeida

Nascida no Cabo de Santo Agostinho PE, hoje com 44 anos, formada em Pedagogia. Mulher negra, feminista, cristã, mãe de um menino e uma menina. Atua desde muito jovem nos movimentos sociais que tem como missão lutar por direitos. Há três anos é educadora do Fórum Suape.



3. Cecília Vieira de Melo

Advogada popular, pesquisadora, militante feminista, mestre em Teoria e Filosofia do Direito pela Universidade do Estado do Rio de Janeiro - UERJ. Pesquisa e atuação em temas de direitos socioambientais, comunidades tradicionais e atingidas pelo modelo de desenvolvimento.



4. Carolina Dias

Professora da rede estadual do Rio de Janeiro e militante do campo do projeto popular. Entre organizações de juventude e de luta pela reforma agrária, vai se construindo como educadora e lutadora. Atualmente, é, também, mestranda em Sociologia e Antropologia na UFRJ.





5. Cíndia Brustolin

Doutora em Sociologia (UFRGS). Professora da Universidade Federal do Maranhão, vinculada ao departamento de Sociologia e Antropologia. Coordenadora Grupo de Estudos Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (Gedmma).



6. Flávia do Amaral Vieira

Pesquisadora e consultora. Doutoranda em Direito pela Universidade Federal do Pará. Visiting student da Birkbeck School of Law, University of London. Mestre em Direito pela Universidade Federal de Santa Catarina e bacharel em Direito pela UFPA.



7. Liara Bambirra

Cientista Política pela Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (Unirio), mestranda em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade (CPDA/UFRRJ) e Educadora Popular. Atua e aprende nos campos de desenvolvimento, gênero, justiça ambiental e educação, buscando construir trajetórias coletivas e ancorar práticas de transformação social.



8. Marina Praça

Coordenadora e educadora popular do Instituto Pacs. Sua trajetória militante é vinculada aos movimentos sociais de luta pela terra, os conflitos socioambientais, coletivos populares em favelas e direitos humanos. Sua caminhada parte do olhar da educação popular, dos feminismos populares e do pensamento crítico latinoamericano.



9. Rachel Gepp

Publicitária, designer e ilustradora, especializada em movimentos sociais e violações de direitos humanos. Mulher, mãe solo e feminista. Cria de Volta Redonda, uma vida atravessada por um megaempreendimento siderúrgico.



10. Simone Andréa Lourenço

Mulher, negra, feminista, mãe, nascida no Cabo de Santo Agostinho Pernambuco, 41 anos, licenciada em pedagogia pela Universidade Federal de Pernambuco. Iniciou sua Militância social aos 18 anos na Pastoral da juventude do meio Popular. Caminhou por diversas organizações, como a Academia de Desenvolvimento Social, Centro de Saúde Popular Raízes da Terra, Cantinho da Criatividade e Rede de Educação cidadã. Assessora de formação no campo da Educação Popular. Hoje compõe a presidência do Conselho Diretor do Centro das Mulheres do Cabo e a Coordenação do Fórum Suape Espaço Socioambiental.



11. Sislene Costa da Silva

Mestre em Ciências Sociais (UFMA). Especialista em Estudos Latino-Americanos (ENFF/UFJF). Educadora Popular. Professora da Rede Pública do Estado do Maranhão. Integrante do Grupo de Estudos Desenvolvimento, Modernidade e Meio Ambiente (Gedmma).



12. Yasmin Bitencourt

Formada em Relações Internacionais pela UFRRJ, pesquisadora e integrante da equipe político pedagógica do Instituto PACS. Sua atuação é baseada a partir de reflexões feministas, latino-americanas, anticapitalistas e antirracistas para a construção de outros mundos possíveis.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Mulheres atingidas : territórios atravessados por
megaprojetos / organização Ana Luisa Queiroz,
Marina Praça, Yasmin Bitencourt. -- 1. ed. --
Rio de Janeiro: Instituto Pacs, 2021.

Vários colaboradores.
ISBN 978-65-992516-2-7

1 . Economia 2 . Ciências Sociais 3 . Direitos
humanos 4 . Direito ao trabalho 5 . Mercado de trabalho
6 . Mulheres I . Queiroz, Ana Luiza. II . Praça, Marina.
III . Bitencourt, Yasmin.

21-58512

CDD-331.4

Índices para catálogo sistemático:

1 . Mulheres : Trabalho : Economia 331.4
Aline Grazielle Benitez - Bibliotecária - CRB-1/3129



pacs.org.br